

POLÍTICAS SOCIAIS E ULTRANEOLIBERALISMO

**Maria Inês Souza Bravo
Maurílio Castro de Matos
Silene de Moraes Freire**
Organizadores



POLÍTICAS SOCIAIS E ULTRANEOLIBERALISMO

Maria Inês Souza Bravo
Maurílio Castro de Matos
Silene de Moraes Freire
Organizadores

POLÍTICAS SOCIAIS E ULTRANEOLIBERALISMO
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com


Uberlândia – MG,
Brasil

Direção Editorial: Navegando
Projeto gráfico e diagramação: Gabriel Lucena
Foto Capa: @imagensmanifesto por Erika Araujo
Arte da Capa: Alberto Ponte Preta

Copyright © by autor, 2020.

P779 – BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultranecoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ISBN: 978-65-86678-20-8

 10.29388/978-65-86678-20-8-0

Vários Autores

1. Neoliberalismo 2. Política Social I. Maria Inês Souza Bravo, Maurílio Castro de Matos e Silene de Moraes Freire. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 362.10981
CDU – 36

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social 360

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG

Brasil

Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cílson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
José Luis Sanfelice – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Guissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valéria Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alicia Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lec University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Mc., Rep. Dominicana
Carolina Crisosto – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz, Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elias-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macías, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Sílvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba

SUMÁRIO

Prefácio na tragédia da pandemia	11
<i>Virgínia Fontes</i>	
Apresentação	19
<i>Maria Inês Souza Bravo, Maurílio Castro de Matos e Silene de Moraes Freire</i>	
Parte I: Ultraneoliberalismo e Conservadorismo	25
Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão	27
<i>Silene de Moraes Freire e Thaís Lopes Cortes</i>	
Neoconservadorismo, Estado e vigilância	53
<i>Vânia Morales Sierra, Renato dos Santos Veloso e Ellen Cristina Pereira Zacarias</i>	
As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade	71
<i>Maria Elizabeth S. Borges e Maurílio Castro de Matos</i>	
Burguesia e pandemia: notas de conjuntura sobre neofascismo e ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro	89
<i>Felipe Demier</i>	
Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social	103
<i>Elaine Rossetti Bebring, Juliana Fiúza Cislaghi e Giselle Souza</i>	
Parte II: Políticas sociais em tempos ultraneoliberais e Serviço Social	123
Privatização e mercantilização da saúde e crise no Rio de Janeiro: o desmonte realizado pelas organizações sociais	125
<i>Maria Inês Souza Bravo, Joseane Barbosa de Lima e Maria Valéria Costa Correa</i>	
Apontamentos sobre a classe trabalhadora brasileira nos processos de reestruturações do trabalho	147
<i>Alba Tereza B. de Castro</i>	

Gênero, trabalho e benefício de prestação continuada – considerações sobre as interfaces entre as políticas de previdência e assistência social	163
<i>Márcia Cardoso Araújo e Andréa Gama</i>	
Serviço Social, projeto ético político profissional, produção de conhecimento	181
<i>Ana Maria de Vasconcelos e Juliana Ferreira Baltar</i>	
Sobre as(os) autoras(es)	209

PREFÁCIO NA TRAGÉDIA DA PANDEMIA*

Virgínia Fontes

Escrevo este prefácio ainda em plena pandemia, que segue se expandindo no Brasil após quase 4 meses de seu primeiro caso local. Até aqui, contam-se quase 70 mil mortos e mais de um milhão e meio de contaminados. Isso, pelas contas oficiais, cujos números todos sabemos serem fortemente subestimados.

Chega a ser angustiante analisar e comentar um livro como este, realizado com densidade analítica, com um enorme cuidado metodológico, sabendo que seus autores trabalharam sob condições a cada dia mais difíceis nas universidades, num desmonte da ciência e da educação que já estavam em curso bem antes da pandemia do covid-19.

Ingressamos – como praticamente todo o mundo – numa enorme crise sanitária cuja origem se liga à expansão contemporânea de um capitalismo a cada dia mais predador: o transbordamento de vírus entre espécies se acelera pela expansão de grandes monoculturas, de produção agropecuária em grande escala e pela continuidade de expropriações dos povos do campo, que se refugiaram nas cidades, contribuindo mesmo sem querer para o inchamento urbano. A cada dia há mais cidades e mais pessoas carentes de urbanização. A questão ambiental se agrava pela intensa circulação das mercadorias, pelo abuso de venenos agrotóxicos, pela mineração, pela venda de carbono, por uma agropecuária predatória com os seres sociais e com a natureza.

De maneira mais grave do que em outros países, a pandemia encontrou aqui classes dominantes, seus prepostos e governantes que competem sobre qual deles imporá condições mais drásticas e precárias para as grandes massas. A pandemia tristemente escancara os resultados de décadas de políticas voltadas para a expansão do capital, sob todas as facetas. E este livro o documenta, de maneira clara.

Uma intensa e contínua reconfiguração do Estado, liderada por governantes das mais diversas origens políticas, deslocou os recursos públicos estabelecidos pela Constituição, entregando-os ao arbítrio e à gestão empresariais. A começar pela seguridade social, em cujo bojo figura a saúde pública.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.11-18

O liberalismo, como sabemos, é uma filosofia e uma prática política que nascem com o capitalismo. Em seus primórdios, seus debates contribuíram para o enfrentamento das monarquias absolutistas, quando tentavam constituir uma base para uma ciência ‘moral’ e abstrata. Rapidamente, porém, o liberalismo tornou-se uma ladainha voltada para a naturalização do capital, e seus desdobramentos agem para fantasiá-lo de maneira inocente, como se espelhasse a natureza humana. Foi intelectualmente superado pelo marxismo e a possibilidade da construção de uma ciência histórica, voltada para a compreensão de processos de lutas sociais e de dominação de classes, para o desvelamento das relações sociais concretas e que se afastava da pregação e da oratória para enfrentar as contradições efetivas que a forma da vida social sob o capitalismo engendra.

De fundo a-histórico e contraditório, o fulcro do pensamento liberal não é a defesa da propriedade. A propriedade que decorre do trabalho é permanentemente destruída e expropriada pelo capital, sob os aplausos liberais – basta observar o extermínio dos indígenas e a perseguição aos quilombolas, a expropriação unilateral do campesinato e a extorsão de direitos que seguem em curso. O liberalismo é o argumento que pretende justificar a separação entre o produtor e o resultado do seu trabalho, e se erige em defensor de uma propriedade específica e apresentada de maneira abstrata – a do capital – aquela capaz de fazer funcionar meios de produção e de subordinar trabalhadores para valorizar a propriedade alheia.

Decerto, o pensamento liberal contém muitas nuances, e há inúmeras tendências e autores extremamente importantes. Mas, por mais sofisticados que sejam, não podem apagar sua característica central: a adesividade proteiforme aos variados momentos de expansão capitalista, exibindo sempre novos adereços, contanto que o cerne perdure. E a capacidade de articular-se estreita e intimamente com aqueles que os próprios liberais apontavam como... adversários, como as religiões, os autocratas e, até mesmo, os fascistas. Os desdobramentos do ordoliberalismo, do neoliberalismo, do ultraliberalismo e, agora, do ultraneoliberalismo desvelam sua face mais óbvia – trata-se unicamente de defender a propriedade do capital, e sua pressa feroz em extrair mais-valor, pisoteando sobre as massas trabalhadoras.

O liberalismo proclama-se contra o Estado, mas é o seu mais ardoroso utilizador e defensor. A última moda ‘liberal’, com ou sem prefixos, continua a ser, como insistia Gramsci, uma *política de... Estado*. Gramsci distinguia entre a filosofia liberal e o liberalismo econômico, que denominava liberismo:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também *o liberismo é uma "regulamentação" de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico*. Portanto, *o liberismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional*. (Gramsci, A. Cadernos do Cárcere, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 47-8. Grifos meus, VF)

O neo, o pós-neo e agora o ultraneoliberalismo, todos, sem exceção, reforçaram os instrumentos de blindagem, a propaganda e as instâncias coercitivas do Estado de maneira a bloquear qualquer opção proveniente dos setores populares, mesmo que estes lutassem apenas para fazer cumprir a própria Constituição. Enquanto política de Estado, o mais recente ultraliberalismo mais uma vez favorece os grandes proprietários, definindo-os como destinatários privilegiados dos benefícios fiscais, das rendas derivadas das dívidas públicas, além de garantir, através de intensas pressões, a redução seletiva de impostos para os grupos dominantes (ou fechando os olhos do Estado quando se trata de procedimentos ilegais levados a efeito pelos... empresários liberais). Finalmente, a doutrina liberal estimula o empresariado – as classes dominantes – a inventar caminhos por dentro do Estado para apropriar-se de bens e de atividades públicos como espaço próprio e pasto de lucros e de retornos privados.

Essa dinâmica também se desdobra na assim chamada austeridade fiscal. O termo é em geral apresentado como algo familiar, como o equivalente ao acerto de contas doméstico..., mas é todo o contrário. Em primeiro lugar, o acerto doméstico precisa ser coletivo, garantir que todos serão contemplados e assegurar a qualidade de vida das crianças e dos idosos. Já o ajuste fiscal está longe de significar que os impostos serão efetivamente recolhidos e utilizados conforme destina a lei; tende a penalizar os mais frágeis, e não a ampará-los. No Estado contemporâneo, a fiscalidade será austera com os que pagam os impostos – cuja maior parte no Brasil é indireta, regressiva e sustentada pela maioria da população trabalhadora, aquela que não tem como fugir das tributações. Além dos impostos indiretos, há também aqueles recolhidos da massa assalaria-

da, descontados em folha e que muitas vezes sequer são repassados pelos empregadores ao Estado. É como se a família, em lugar de amparar os seus e atuar coletivamente, entregasse todos os meses mais da metade do que recebe para os vizinhos que os ameaçam e chantageiam.

O Estado austericida, sem qualquer austera seriedade, promove uma política totalmente permissiva e chantagista, que fecha os olhos para faraônicas dívidas de grandes devedores, sustentada por apropriação indébita dos salários dos trabalhadores. Aperta o cinto apenas dos que tudo pagaram. A própria Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI da Previdência realizada pelo Senado Federal em 2017 demonstrou à exaustão que não havia déficit, mas calote de grandes proporções do empresariado, (<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/539169>) sendo que alguns recolheram os recursos dos seus trabalhadores e não os repassaram. Este Estado liberal austericida fecha os olhos para as falcatruas fiscais dos grandes proprietários, que remetem recursos para paraísos fiscais no exterior e contratam caríssimos escritórios de advocacia para realizar a perícia de... enganar a população através dos mais diversos expedientes para não pagar os impostos.

Mas a comparação com a economia doméstica é ainda mais fraudulenta: a assim chamada austeridade fiscal é uma política de endividamento de altas proporções. Sob diferentes formas de sigilo, a dívida pública passa adiante da lei e da vida da população. Se preciso for, mudam-se todas as leis para que ela continue a devorar os recursos públicos, destinados ao pagamento de seu ‘serviço’, triste termo para designar os juros e amortizações. Quem fez essa dívida? A quem se paga essa dívida? Austeridade para quem?

O estranho casamento não monogâmico entre grupos fascistas, militares nostálgicos da tortura e da ditadura empresarial-militar, teologias da prosperidade e grandes empresários da religião, ultraneoliberalismo amoral e pragmático e conservadorismos de cepas diversas encontra neste livro uma reflexão séria e consistente. Não se trata apenas de uma ‘tara’ singular de um país com passado escravagista e colonial, de uma república que sempre tratou as grandes massas e os trabalhadores a pão e água, enquanto os escassos grupos com altos ingressos exibiam os banquetes e festas para as quais havia aviões particulares para buscar os convidados. Temos um enorme passivo histórico a enfrentar e ele está escancarado diante de nós, com as feições pioradas pela pandemia do COVID-19. Mas não basta culpar o passado. Temos de enfrentar o presente. Temos diante dos olhos, isso sim, os desdobramentos da expansão irrefreada do capital, que brutalmente se enraíza sobretudo nas brechas e fendas das feridas não curadas.

Nas últimas décadas, após a assim chamada redemocratização, o capital atravessou quase todos os espaços, avassalando-os e fazendo desmanchar como fumaça tudo o que tinha algum valor humanamente legítimo. Alguns imaginaram que, enfim, o desenvolvimento do capitalismo corresponderia a muitos bens para todos, a uma nova fartura e à redução da desigualdade social. Terão aprendido com a experiência? A expansão do capitalismo corresponde à produção crescente da desigualdade, ainda mais em tempos tardios; corresponde à exasperação de gigantescas crises econômicas, onde as Federações Empresariais (tal como a FIESP proclamou em alto e bom som) se recusam a pagar “o pato”. O custo do pato que os dominantes devoraram desabará no lombo dos trabalhadores, a cada dia mais precarizados. A expansão do capitalismo significa, na atualidade, centralização e concentração da riqueza nas mãos de classes dominantes cada vez mais ávidas. Dentre elas, algumas seguem exportando capitais para explorar trabalhadores de outros países, enquanto garroteiam os trabalhadores nacionais, tristemente embrulhadas nas camisetas usadas pelo time brasileiro nas Copas do Mundo.

Nas últimas décadas, as classes dominantes brasileiras avançaram avidamente sobre os recursos públicos, e adotaram um mantra repetido à exaustão: “o problema não é falta de dinheiro, mas falta de gestão eficiente”. Todos ouviram, em algum local, tal mantra. É sempre preciso traduzir o que querem dizer bordões que, de tão repetidos para se converterem em senso comum, parecem naturalizados. Para os formuladores de tal mantra, a primeira parte da frase quer dizer que o problema não é que os recursos destinados constitucionalmente para as políticas sociais tenham sido desviados e usados para outras coisas, inclusive para isentar de impostos as classes dominantes. Como a Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, que é anteparo para desviar os recursos da Seguridade Social. Ou como recursos públicos para a educação construídos como financiamentos destinados a bancos e financeiras, que lucravam desde o repasse inicial e acumulavam dívidas estudantis... garantidas pelo Estado para as classes dominantes, mas não para os estudantes. Para as classes dominantes, o problema é que os recursos públicos podem conter opções, disputas e lutas políticas populares. E elas podem trazer até mesmo controle popular! Mesmo esse distante cheiro de democracia já era demais para elas.

A segunda parte da frase, a tal “eficiência da gestão” é, para eles, como a água sanitária – apaga os rastros e o cheiro da investida das classes dominantes sobre os recursos públicos. Essa “eficiência” sugere implantar a gestão privada no setor público! É de uma desfaçatez inadmissível, pois a gestão coletiva é forçosamente diferente da gestão lucrativa. E isso era lei e era Constituição. E,

no entanto, não apenas virou mantra discursivo, como foi sendo praticado e naturalizado por muitos, e implementado por meios variados, testando aqui e acolá, até chegar à modificação da Constituição para que se dobrasse a tais anseios patronais. Multiplicaram-se cursos de formação de “gestores” públicos onde são educados para a eficiência privada, implantaram-se formatos novidadeiros, como as Organizações Sociais, que não deveriam ser lucrativas – mas poderiam engordar com bons salários os seus dirigentes, assim como poderiam realizar grandes compras às “suas” fornecedoras, agora desobrigadas de evidenciar os critérios de aquisição – e tinham como tarefa introduzir de maneira definitiva a precariedade nos serviços públicos, em nome da gestão privada. Essa prática torpe bombardeou a saúde, a educação, o transporte, a defesa do ambiente, da juventude, etc.

Desculpem-me os leitores e os autores deste livro – este é um prefácio indignado, um prefácio com raiva. Raiva do genocídio em curso sob a pandemia, que ataca e desprotege as populações indígenas e quilombolas. Raiva da destruição sistemática e corrosiva que um governo protofascista vem realizando de duríssimas conquistas de feição ligeiramente civilizatória (pois foi o que conseguimos), desmantelando a pesquisa científica, a universidade pública, a educação pública, os órgãos de controle ambiental e da saúde, e distorcendo a principal Fundação pública contra o racismo, Zumbi dos Palmares. Raiva do negacionismo histórico explícito, que leva a uma política genocida contra o conjunto da população, com uma pandemia sendo tratada como “gripezinha”, aproveitando-se da “distração” da população com a mortandade para aprofundar a privatização das águas, da saúde, e destinar ainda mais vultosos recursos para as classes dominantes, enquanto apenas goteja míseros auxílios emergenciais para a população. Raiva do peso que recai sobre as mulheres, as que mais sofrem do desemprego, sobretudo as negras, e no total descaso público, quando não desqualificação aberta realizada por esse governo.

As massas trabalhadoras, desassistidas, se encontram atordoadas. De um lado um governo que elogia a morte e a convoca imediatamente ao trabalho para não morrer de fome, numa ameaça explícita que retoma o mote permanente da existência da grande maioria. De outro lado, sabem que a pandemia é real, veem seus próximos adoecerem, acompanham a superlotação dos hospitais públicos, a carência de meios de sobrevivência, a urgência da criação de necrotérios e de vagas em cemitérios.

O discurso e a prática negacionista não podem apagar a concretude da vida real, e é no chão da vida efetiva que as massas trabalhadoras existem – e começam a reagir. Contra o racismo, contra a permanente violência policial que

incide nas periferias e contra a precarização do trabalho, com manifestações que enfrentaram o medo legítimo da pandemia, para enfrentar a ameaça ilegítima do fascismo e do capital.

Minha raiva tem destino certo, um desgoverno de caráter protofascista. Mas quero deixar aqui uma homenagem e um agradecimento. Homenagem aos homens e mulheres atingidos pelo covid-19, com tantas mortes precoces e em condições tão difíceis. Agradecimento especial aos trabalhadoras/es da saúde, em especial as/os trabalhadoras/es do Sistema Único de Saúde, que contra ventos e marés, tentam conduzir a nau em plena tempestade viral e governamental. Estendo o agradecimento a todas/os as/os trabalhadoras/es indispensáveis que, colocando sua própria saúde em risco, garantiram que a vida seguisse seu curso, ainda que com severas limitações.

Retorno ao livro que o leitor tem nas mãos. Os resultados das pesquisas, tornados obra coletiva, descortinam um panorama socioeconômico desolador e inquietante, e suscitam o sentimento da necessária urgência do enfrentamento de tais condições.

Em especial, quero agradecer aos autores, professores dos Cursos de Serviço Social, pelo inestimável trabalho que realizam cotidianamente, na formação educacional, na pesquisa e na extensão universitárias. Configuram, em conjunto, um núcleo imprescindível de pensamento crítico, de pesquisa rigorosa e atendida com as necessidades e lutas populares. Permitem que ar fresco circule no ambiente universitário, analisam as grandes questões do nosso tempo, enfrentam o capital, sob todas as suas formas. São cientistas e acadêmicos – mas acima disso são militantes e lutadores na defesa da vida, muito além do capital.

Rio de Janeiro sob pandemia, julho de 2020.

APRESENTAÇÃO*

Aos que virão depois de nós

*Vocês, que vão emergir das ondas
em que nós perecemos, pensem,
quando falarem das nossas fraquezas,
nos tempos sombrios
de que vocês tiveram a sorte de escapar.
Nós existíamos através da luta de classes,
[...] quando só havia injustiça e não havia revolta.*

*Nós sabemos:
o ódio contra a baixazeza
também endurece os rostos!
A cólera contra a injustiça
faz a voz ficar rouca!
[...] Mas vocês, quando chegar o tempo
em que o homem seja amigo do homem,
pensem em nós
com um pouco de compreensão.*

Bertolt Brecht

A coletânea que ora chega ao público, congrega uma série de estudos reunidos em torno dos temas Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo. A obra foi construída num dos momentos de maior crise do Estado brasileiro. Crise que agravou as mazelas pré-COVID-19, numa terrível combinação entre capitalismo ultraneoliberal e pandemia. Neste cenário distópico, busca-se apresentar reflexões que ampliem o acervo dos círculos intelectuais e que, no Brasil, vêm se dispondo a repensar a política social de modo crítico inserida nos nexos causais da luta de classe na atualidade. Nas páginas deste livro, o leitor vai encontrar textos de um grupo de docentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), além de pós-doutores, doutores e mestres egressos do mesmo Programa, que em 2019 completou duas décadas de existência. No bojo das atividades de comemoração dos seus 20 anos do PPGSS este livro se insere.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.19-24

A organização desse livro se dá num dos momentos mais perversos da história brasileira, onde podemos assistir um irracionalismo, a uma proporção de inexplicáveis barbaridades anticientíficas que se escuta e lê recentemente, o ódio ao intelectual, aos pensadores e ao conhecimento em si. Num momento em que tudo que se relaciona a cultura passa a ser suspeito na medida em que ela é identificada com indesejáveis atitudes críticas, e os cortes de recursos passam a punir setores significativos da pós-graduação no Brasil. O severo corte orçamentário, determinado esse ano pelo Presidente da República, atinge em cheio todas as ciências e a inovação tecnológica no Brasil, prejudicando a qualidade de vida da população brasileira e eliminando por um longo período a capacidade de crescimento científico de nossas Universidades Públicas. Em meio à crise econômica e política que o país vem atravessando, o fascismo escolhe grupos sociais subalternos como bode expiatório, num recuo abissal no campo dos direitos sociais. Basta lembrar que o Brasil atravessa uma pandemia sem precedentes

[...] com 50 milhões de pessoas que não estão protegidas por um contrato de trabalho. E ainda mais: com uma outra parcela, provavelmente de igual tamanho, de trabalhadores formais em condições absolutamente precárias, porque o movimento das “reformas” nos últimos anos foi no sentido de deixar o emprego formal cada vez mais parecido com a informalidade, “flexibilizando” direitos e, assim, deixando os trabalhadores mais vulneráveis às crises (Antunes, 2017, s/p).

Nesse contexto, de inúmeros retrocessos e agravamento das expressões da “questão social”, nosso Programa de Pós-Graduação mantém sua tradição de produções críticas, como objetivo de socializar os estudos e pesquisas realizados em seu âmbito e defender mais uma vez a perspectiva crítica como a mais adequada para interpretação da realidade.

Criado em 1999, com o objetivo de formar uma massa crítica composta por docentes e discentes vinculados a área de concentração do Programa: “Trabalho e Política Social”, através das suas linhas de pesquisas, o PPGSS chega aos 20 anos mantendo-se coerente com sua proposta.

O propósito desta obra é demonstrar que a resistência passa pela capacidade interpretativa para aperfeiçoamento e superação da realidade vivenciada. E que a Universidade tem contribuído decisivamente nesse processo. Que existem muitos intelectuais pensando a realidade de modo comprometido com a possibilidade de transformação.

Desta forma, a presente obra foi dividida em duas partes interligadas dialeticamente: a Primeira Parte, intitulada: “Ultraneoliberalismo e conservadorismo” é constituída de quatro artigos que nos fazem refletir sobre a centralidade dessas temáticas. Na Segunda Parte, intitulada: “Políticas sociais em tempos ultraneoliberais e Serviço Social”, outros quatro capítulos buscam evidenciar esse tema, através de diferentes abordagens.

Na Primeira Parte: “Ultraneoliberalismo e conservadorismo”, apresentamos primeiramente o capítulo de Silene de Moraes Freire e Thaís Lopes Cortes, no estudo intitulado: “Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão”, as autoras buscam fornecer reflexões para compreensão de como, no Brasil, políticas em plena consonância com o capital rentista, como as de combate à pobreza, contribuíram para uma despolitização favorecedora da imposição de ataques contínuos aos direitos sociais e trabalhistas nos governos ultraneoliberais recentes.

Na mesma parte da obra apresentamos o capítulo “Neoconservadorismo, Estado e vigilância”, de autoria de Vânia Morales Sierra, Renato dos Santos Veloso e Ellen Cristina Pereira Zacarias, o estudo nos faz pensar em geral, que nos processos de transformação da infraestrutura, as disputas se tornam mais acirradas, permitindo identificar a forma como os conflitos sociais articulam o econômico e o cultural. É nessa chave de interpretação que este artigo se propõe analisar o neoconservadorismo, considerando a reformulação que opera na vigilância e no exercício do controle social.

Seguindo a ordem sugerida nessa parte, no terceiro capítulo, “As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade”, Maria Elizabeth S. Borges e Maurílio Castro de Matos, buscam enfrentar a falsa polêmica de que as diversas críticas do atual governo e seus seguidores a diversidade humana e a moralidade, trata-se de uma “cortina de fumaça”, atentando que esse ultraneoliberalismo é a contraface, necessária, do ultraneoliberalismo.

Ainda nesse bloco Felipe Demier em “Burguesia e pandemia: notas de conjuntura sobre neofascismo e ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro”, observa que a pandemia do coronavírus, que Bolsonaro chamara de fantasia, mostrou ser real e letal no país, e quando, diante disto, o governo segue não fazendo muito mais do que lavar as mãos – ou melhor, não lavá-las –, cresce a insatisfação de parcelas da população com o presidente, o que vem se expressando na ocorrência de “panelaços” plebeus em algumas grandes cidades, os quais, entretanto, ainda não alcançaram massivamente seus bairros mais populares e

periféricos. Com base em diversas “notas”, o estudo levanta aspectos importantes para aclarar o momento presente.

Finalizando essa parte as professoras Elaine Rossetti Behring, Juliana Cislaghi Fiúza e Giselle Souza em “Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social” caracterizam o novo regime fiscal, a partir de 2016, como um desdobramento do ambiente de ajuste fiscal permanente no Brasil da redemocratização. Abordam a particularidade do ultraneoliberalismo, em especial no governo Bolsonaro, com destaque aos impactos da Emenda Constitucional 95 e as peças orçamentárias (PPA, LDO 2020 e LOA 2020) do governo federal indicando traços e tensões do ambiente explosivo de encontro entre ultraneoliberalismo e neofascismo no país, no ambiente de crise do capitalismo, acirrado pela pandemia mundial da COVID-19 da administração/gestão pública brasileira.

A Segunda Parte: “Políticas sociais em tempos ultraneoliberais e Serviço Social” tem início com o estudo de Maria Inês Souza Bravo, Joseane Barbosa de Lima e Maria Valéria Costa Correa, apresentado no capítulo intitulado: “Privatização e mercantilização da saúde e crise no Rio de Janeiro: o desmonte realizado pelas Organizações Sociais”. Neste texto, as autoras objetivam ampliar o debate dos rumos da política de saúde em nosso país, com ênfase na experiência das Organizações Sociais no Rio de Janeiro. As reflexões apontadas pelas autoras evidenciam o processo acirrado de privatização e de mercantilização da saúde, no contexto mais amplo da contrarreforma do Estado neoliberal e de crise no estado do Rio de Janeiro.

Na mesma parte da obra, Alba Tereza B. de Castro apresenta um capítulo que traz “Apontamentos sobre a classe trabalhadora brasileira nos processos de reestruturações do trabalho”. O capítulo pretende situar o Brasil no padrão de inserção na divisão social do Trabalho do mundo globalizado, apresentando seus impactos regressivos no conjunto dos direitos trabalhistas. Para isso, serão abordados os fundamentos e as características da estruturação do mercado de trabalho no país, dando foco à informalidade e à intensificação. Com base nas mudanças substantivas da sociedade brasileira de 1930 para os anos de consolidação da agenda neoliberal, serão feitos apontamentos sobre novos arranjos e configurações da classe trabalhadora.

Em seguida, ainda nessa seção, Márcia Cardoso Araújo e Andréa Gama discorrem sobre “Gênero, trabalho e Benefício de Prestação Continuada – considerações sobre as interfaces entre as políticas de previdência e assistência social”. O capítulo analisa, comparativamente, as semelhanças e diferenças nas trajetórias de trabalho de homens e mulheres que requereram o Benefício de Pres-

tação Continuada (BPC), por segmento social - idosos (as) e pessoas com deficiências - a partir de uma perspectiva de gênero, caracterizando o perfil socioeconômico dos dois grupos de requerentes e discutindo a relação entre as políticas de Previdência e Assistência Social, no decorrer da trajetória de trabalho desses (as) usuários (as). Trata-se de pesquisa qualitativa realizada através de entrevistas semiestruturadas com os (as) requerentes do BPC nas agências da previdência social, no município de Niterói/Rio de Janeiro.

Finalizando essa obra, no último capítulo “Serviço Social, Projeto Ético Político Profissional, produção de conhecimento”, as autoras Ana Maria de Vasconcelos e Juliana Ferreira Baltar realizam uma análise da produção de conhecimento da área de Serviço Social realizada no âmbito do NEEPSS, revelando uma frágil ou nula articulação dessa produção com a profissão e com o Projeto Profissional. Consideram que a produção está majoritariamente voltada para uma abordagem analítica da realidade social, em detrimento de uma abordagem, também, propositiva, que considere e instrua as respostas profissionais exigidas dos assistentes sociais às demandas dos trabalhadores e às requisições institucionais.

De fácil leitura, o livro confirma sua proposta de defesa da necessidade intransigente de se conhecer as amarras do tempo presente, na perspectiva de superá-lo. Também nesta obra, os leitores são convidados a (re)conhecer os níveis de aprofundamento instrumental do neoliberalismo e do conservadorismo, nessa latitude chamada Brasil.

Essas e outras questões apontam a relevância desse livro, que pretende ser uma contribuição para todos os que não se recusam a examinar as relações sociais de forma a apontar contradições no terreno da luta de classes, nas dimensões da cultura, da economia, do político e do simbólico.

Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UERJ, 2020.

Maria Inês Souza Bravo
Maurílio Castro de Matos
Silene de Moraes Freire
(Organizadores)

Referências

Antunes, Ricardo. Net, set. 2017. “Com crise desigualdade aumenta pela primeira vez em 22 anos”. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-proletariado-em-tempos-de-pandemia/https://oglobo.globo.com/economia/com-crise-desigualdade-no-pais-aumenta-pela-primeira-vez-em-22-anos-21061992#ixzz4sFEddFnn>>. Acesso em: 20 set. 2017.

Brecht, Bertold. Tradução de Manuel Bandeira. Poesias Avulsas, abril de 2020. Disponível em: <<https://www.poesiaavulsa.com/2020/04/eugen-berthold-friedrich-brecht-1021898.html>>. Acesso em: 2019.

PARTE I
ULTRANEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO

POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA E AVALANCHE ULTRANEOLIBERAL: APORTES PARA REFLEXÃO*

Silene de Moraes Freire

Thaís Lopes Cortes

Introdução

Em maio de 2016, chegou ao fim o pacto de concertação social dos governos petistas (Lula - 2003 a 2010 e Dilma - 2011 a 2016), imposto pelo golpe de Estado que destituiu Dilma Rousseff da presidência do país (Demier, 2018). Após esse período, que representou parcas expressões de avanços para o segmento dos trabalhadores, tendo como marco a expansão e criação de políticas de combate à pobreza, como o programa social de grande magnitude, o Bolsa Família, tem-se a imposição de ataques contínuos aos direitos sociais e trabalhistas. As reflexões aqui apresentadas buscam fornecer aportes para compreensão dos nexos não casuais dessas políticas com os recentes ataques e retrocessos de enfrentamento da “questão social”.

Graças aos governos de Fernando Henrique Cardoso, mas, sobretudo aos governos de Lula e Dilma, o século XXI, até a metade da sua segunda década, parecia ter naturalizado o lugar das políticas sociais como forma paliativa de enfrentamento da pobreza, para alguns segmentos da classe trabalhadora. Como se sabe, o final do século XX, por decorrência do ‘Estado mínimo’, promoveu uma redução do alcance das políticas sociais e sua transmutação em políticas de “combate” à pobreza, não sendo por acaso que as naturalizações mencionadas no presente século ocorreram. Vale mencionar que esse fenômeno não foi uma particularidade brasileira. Conforme mencionou Silva (2012, p. 221- grifo nosso),

[...] o aumento do contingente de pobres ao redor do globo como consequência da nova organização do capital faz com que, aliado aos interesses de **contrarreforma** do Estado e das políticas sociais, o projeto da classe dominante busque uma atuação focalizada e segmentada, agindo especificamente sobre parcelas determinadas da classe trabalhadora. O capital,

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.27-52

por meio de organismos internacionais, busca amenizar as contradições da superpopulação relativa e a resposta à ‘questão da pobreza’ passa a ser o centro dos seus objetivos.

A relevância dos processos de empobrecimento global na agenda pública internacional foi expressa na influência dos organismos internacionais. Um exemplo paradigmático do começo do século XXI é a convergência em torno dos temas centrais mencionados na Declaração do Milênio (2000), consensuada na Organização das Nações Unidas. Segundo José Paulo Netto (2013, p. 428):

Apesar desse espantoso minimalismo frente a uma "questão social" maximizada, os vários relatórios sobre o "desenvolvimento humano", regularmente preparados pelo PNUD, ainda que enfatizem "ganhos" deste programa, deixam claro que seus objetivos - reitere-se: *minimalistas* - não serão alcançados.

Sem dúvida, a crescente centralidade da pobreza nas políticas sociais pode ser percebida no plano internacional como recomendação dos organismos internacionais. Tal tendência se fortalece pela generalização de métodos padronizados internacionalmente para a medição empírica da pobreza que permitem estabelecer as magnitudes quantitativas do fenômeno em diferentes contextos sociais e regionais. A definição das linhas de pobreza e a produção da informação estatística é uma ferramenta fundamental na geração de políticas para a pobreza. Estas permitem reorientar e priorizar a distribuição de recursos públicos, enquanto fixam linhas objetivas (chamadas de métodos científicos) e subjetivas para a população pobre que é dividida entre os merecedores e não merecedores das novas formas de intervenção da política social. Simplificadamente, podemos dizer que aos merecedores são concedidas políticas compensatórias, aos não merecedores um leque de criminalizações que aprofundam o que Wacquant (2002) chamou de Estado Penal. Na mesma direção, José Paulo Netto (2013, p. 429) observou que, “a articulação orgânica de repressão às "classes perigosas" e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da "questão social" constitui uma das faces contemporâneas mais evidentes da barbárie atual”.

Como observou Serna (2010), as ‘políticas da pobreza’ buscaram (re)definir a “questão social” e a política pública como um problema “técnico” com “razão prática”. Assim, constroem a necessidade da intervenção técnica eficaz, que busca contar, identificar, selecionar e também capacitar pobres para “superar” as chamadas novas formas de empobrecimento e vulnerabilidade so-

cial. Há nessa definição uma culpabilização do indivíduo pobre pela sua pobreza, descolando-o das condições reais que determinaram essa situação¹.

As retóricas discursivas do combate à pobreza e a prática de alívio da mesma debilitam as sequelas mais graves, porém não alteram os fatores estruturais que geram a pobreza, ou seja, a reprodução da desigualdade econômica e os padrões de concentração na distribuição de riqueza e de poder no plano internacional. A proposta de integração social por meio de estratégias de redução da pobreza, não supera os pressupostos do liberalismo social de amortização e compensação social do desenvolvimento econômico como a seletividade, a focalização, e a ativação e a responsabilidade dos pobres e da sociedade civil nas políticas públicas de “superação” da pobreza.

Buscamos assim, fornecer reflexões para compreensão de como, no Brasil, políticas em plena consonância com o capital rentista, como as de combate à pobreza, contribuíram para uma despolitização favorecedora da imposição de ataques contínuos aos direitos sociais e trabalhistas nos governos ultraliberais recentes.

A base ideológica das políticas de combate à pobreza

No Brasil, foi desconcertante constatar o que parecia impossível: enfrentar a pobreza sem transformar a base econômica, tornou-se, como mencionou Leher (2012, p. 16), uma ideologia com forte poder hegemônico. Segundo o autor,

[...] tal configuração das políticas sociais objetiva que os setores dominantes possam manejar uma ordem social em que a concentração de renda é, necessariamente, avassaladora; os lucros dos bancos são astronômicos; o agronegócio conta com gordos subsídios públicos e com ativa proteção governamental, inclusive pelo empenho do Estado em estagnar

¹ Segundo Mauriel (2008), esse aspecto é um ponto crucial e relaciona-se a uma mudança conceitual da pobreza com base na perspectiva do economista indiano Amartya Sen, que sai da dimensão de renda que é externa aos indivíduos para se concentrar nas capacidades/características agregadas às pessoas. Com esse foco nas pessoas e nos seus potenciais de realização, a realidade social é analisada através das ações dos indivíduos e não pela estrutura do capital. Mauriel observa que o enfoque de Sen sobre a pobreza, traz consigo outro tipo de função para as políticas sociais. “Estas não precisam ser redistributivas [...], mas conseguir aumentar as capacidades, pois o aumento de renda seria alcançado pelos esforços próprios dos indivíduos no mercado” (Mauriel, 2008, p. 308).

a reforma agrária, sendo parte crucial do celebrado PIB de países como o Brasil, e os saqueadores dos recursos naturais contam com subsídios e infraestrutura pública no escopo do Plano de Infraestrutura Regional da América do Sul e do Programa de Aceleração do Crescimento.

A mistificação ideológica que preside a objetivação da chamada política de combate à pobreza, pode ser apreendida partindo do ponto de vista da totalidade e das mediações que particularizam o seu desenvolvimento histórico concreto. Como observou José Paulo Netto (2013), após o primeiro ano do Governo Lula já era nítido que jogávamos fora mais essa chance de enfrentar, numa perspectiva progressista, a reorientação da política macroeconômica, no sentido de retirá-la do controle parasitário-financeiro. Lula não tentou articular um conjunto de forças políticas e sociais que, assegurasse o enfrentamento com os beneficiários da orientação econômica do governo anterior. Ao contrário do esperado, Lula incrementou os aspectos regressivos dos mesmos.

Impossível não perceber que o Governo Lula fez das políticas para pobreza uma espécie de égide da política social, deixando claro que as inúmeras expressões da “questão social”, iam perdendo sentido frente à consolidação da hegemonia burguesa dirigida por seus governos. Nesse contexto, é fácil observar, mais uma vez na história do país, uma moralização da “questão social”, e de sua (re) transformação em nada mais do que um pauperismo normatizado como carência, vulnerabilidade, situação de risco, portanto, distante das determinações postas no conflito capital-trabalho.

Conforme destaca Mota (1995, p. 32), na correlação de forças entre as classes alargam-se as esferas de conflito e assim é possível a construção

[...] de outras formas de racionalidade, da socialização de valores, informações e visões do mundo e da sociedade, como uma condição para a formação de subjetividades coletivas, necessárias à adesão das classes a um projeto econômico, social, político e cultural que consolide a hegemonia de uma classe.

Conforme observou Maria Lúcia Werneck Vianna (2007, p. 16), a política social em voga no Brasil, sobretudo dos governos do PT, reduziu-se ao assistencialismo, à filantropia, à administração da miséria, esvaziando a atividade pública de sua rica significação original. A glorificação das recomendações dos organismos internacionais naturalizaram e banalizaram aspectos fundamentais da garantia dos direitos. Nesse cenário, as políticas sociais são apresentadas como algo caro, que desperdiça recurso, penaliza investimentos e não alcançam

os pobres. Assim, como menciona a autora, inovadoras são “as ações que se dirigem a indivíduos, a grupos específicos, a segmentos da população pobre que devem ser tratados de modo diverso em respeito às diferenças que guardam entre si” (idem). O axioma dessas políticas define, de modo reducionista, a “questão social” como a pobreza, que é compreendida como a ausência de dotes correlatos a escolaridade, aos cuidados com a própria saúde e a capacidade para administrar a renda. Para tanto, supõe-se que uma vez adquiridos permite a superação da pobreza, ressalta a autora. Além disso, explica Maria Lúcia Werneck Vianna, no fundo, o interesse dos governos que implementam essas políticas é formar produtores-consumidores mais do que resguardar direitos civis. A inclusão social defendida pelos programas e políticas sociais voltados para a pobreza traduz-se na inclusão ao mercado. “Não por acaso o indivíduo é incitado a agir por si só, em uma tática de *empowerment* (conferir-lhe poder de decisão e autonomia)” (ibidem).

Assim sendo, não é coincidência que as organizações estimuladas pelas agências multilaterais, que proliferaram nos governos do PT, embora não tenham sido uma invenção desse governo, tenham se voltado para a ação social, mas que efetivamente não possuam capacidade de promover elementos que alterem as regras do jogo, ou seja, não são capazes de acirrar o debate, de trazer novos elementos para reflexão, de mostrar a desigualdade como um ponto fundamental na disputa política e, por conseguinte, garantir e universalizar a cidadania. Essas organizações, em sua grande maioria não-governamentais (ONGs), parecem atuar apenas como uma espécie de mediação que remedia situações limite da pobreza. Com a oficialização desse debate na contemporaneidade, o que assistimos com a implementação dessas propostas foram as “políticas pobres para pobres”. Quando o Estado não funciona como regulador, o mercado funciona de acordo com a sua própria lógica, de forma a erodir o espaço dos direitos, que consiste na regulação entre a ação do mercado e das necessidades de cidadania, sendo essa regulação provida pelo Estado, que é o definidor de qual arena da política de disputa de recursos.

Conforme observou Silvio Bava, nas últimas décadas do século passado já pudemos nos deparar com um arco de experiências que evidenciam um processo de mudança lento, mas que já apresentava no Brasil, a visão presente: “a ajuda aos coitadinhos, não tem nenhuma preocupação com a questão da cidadania” (Bava apud Dagnino e Alvarez, 2001, p. 53). É como se as ações promovidas, pelo que foi definido pelos organismos internacionais como sociedade civil,

[...] ajudassem a distanciar todos nós, mas, sobretudo a população atendi-

da pelas mesmas, da construção de condições sociais mais igualitárias, que acaba meio que ficando escamoteada em nome de uma convocatória responsabilizando o todo, numa solidariedade esvaziada de um sentido político. (idem).

Assim sendo, não apenas é correto afirmar que a cultura brasileira do século XX representou um forte indício do profundo divórcio entre o povo e a nação, tornando, então, particularmente difícil o surgimento de uma autêntica consciência democrático-popular, como também é correto reconhecer que essa herança chega ao século XXI sendo aprofundada em plena consonância com os interesses do capital financeiro efetivados pela agenda neoliberal e mais recentemente pela sua versão mais perversa que aqui chamamos de ultraneoliberalismo.

É importante atentarmos para o fato de que, para universalizar a cidadania e aprofundar a democracia, é fundamental não só repensarmos o Estado e as políticas públicas em particular; faz-se também necessário atentarmos para a necessidade de uma prévia discussão a respeito dos conceitos atribuídos à sociedade civil. A “nova” problematização da relação mercado *versus* sociedade *versus* Estado fez ressurgir, com muito vigor, traços extremamente conservadores, incompatíveis com o equacionamento das questões que limitam o exercício da cidadania e, conseqüentemente, da democracia. Acreditar que o conservadorismo que hoje atravessamos é um fenômeno sem bases históricas é no mínimo desconhecer nosso passado, inclusive recente, que pulsa inseputo.

Não podemos esquecer que a ideologia que sustenta a proposta neoliberal se apropriou da dicotomia maniqueísta para demonizar tudo o que se refere à intervenção do Estado, inclusive, no que diz respeito ao Estado de direito e para justificar, de modo acrítico uma sociedade civil despolitizada, isto é, transformada numa mitologia denominada de “terceiro setor”, que é falsamente situada para além do Estado e do mercado².

Na mesma direção, Vera Telles fez importantes observações sobre esse fenômeno:

E é essa operação semântica que permite, sob a denominação genérica de Terceiro Setor, colocar como equivalentes entidades filantrópicas velhas e novas, organizações não-governamentais, associações de moradores e grupos comunitários de perfis diversos. Essa equivalência não é inteiramente falsa, é, na verdade, **construída por referência a uma noção moral de responsabilidade, entendida como dever de solidariedade**

² A respeito ver: Coutinho apud Semeraro (2001, p. 10).

em relação aos pobres. Não por acaso, o discurso hoje corrente sobre o Terceiro Setor omite a tessitura democrática construída na interface entre Estado e sociedade por meio de espaços de participação, de representação e negociação política” (Telles, 2001, p. 160 - grifos nossos).

O amálgama da crise estrutural do Estado com o discurso satanizador do setor público diminuiu a capacidade deste para formular e executar políticas. “A burguesia, que no passado apoiou sua acumulação privada na gestão estatal e nas políticas Keynesianas, hoje se desdobra para amputar ao Estado toda sua capacidade regulatória” (Borón, 1995, p. 78). Sua estratégia de dominação - articulada nos diferentes cenários nacionais com a estratégia das frações hegemônicas do capital imperialista - foi facilitada, conforme registrou Atilio Borón, pelo fenomenal retrocesso experimentado pelo movimento operário em escala planetária. Tal situação “precipitou uma ofensiva sem precedentes destinada a desviar o caminho iniciado com a Grande Depressão de 1929, deslocando o centro de gravidade da relação Estado-mercado em direção deste último” (idem).³ Nesse contexto, quando olhamos para trás observamos como foi clara a tendência de deslocamento das ações governamentais públicas - de abrangência universal - no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização.

Esse processo de transferência da satisfação das necessidades sociais da esfera do direito público para a esfera do direito privado ocorreu à medida que se tem a derruição das lutas e das conquistas sociais ora, extensivas a todo o conjunto da sociedade.

O desenho e a implementação das políticas para pobreza implicaram desafios, que não foram enfrentados, para a construção da cidadania social. A convivência de “diversas visões da pobreza” e das múltiplas concepções de cidadania se expressa de modo contraditório na construção permanente e em disputa das políticas sociais.

As políticas para a pobreza impuseram uma nova construção da subjetividade política e do estatuto da cidadania social. Assim, impulsionaram novas subjetividades: com a emergência de um estatuto para os “cidadãos pobres”. Com isso, o estatuto da cidadania social também se transformou. Trata-se de uma reformulação dos direitos sociais como específicos a participação em determinados grupos sociais, direitos referidos não só a pessoa como também ao grupo familiar imediato de pertencimento. Como observou Serna (2010, p. 147

³ Isso explica, diz o autor, a onda de desregulações, liberalizações, aberturas indiscriminadas dos mercados e as privatizações mediante as quais os capitalistas se apropriaram das empresas estatais e dos serviços públicos mais rentáveis.

– grifos nossos) essas políticas tratam “de direitos sociais transitórios e plausíveis de serem suspensos, sujeitos a condições e contextos sociais que se esperam se transformem em um curto prazo”.

Esta forma de definição de políticas de “mínimos sociais” embasa a eficácia da gestão pública na capacidade de administrar diversos mecanismos de seletividade social dos programas para identificação de beneficiários e determinação dos alcances reais da cidadania social.

Vemos assim que as definições de sociedade civil engendradas pelas políticas para pobres não eram aleatórias. As mesmas se apresentaram e se apresentam enquanto uma decisão política sob o sustentáculo da necessidade de se obter uma profunda redefinição do papel estatal e de uma redistribuição regressiva do poder, que beneficie os setores mais poderosos da sociedade. A delegação das responsabilidades públicas depende, aprioristicamente, de forma direta, da intervenção estatal. Nessa medida, o que se pretende não é o “afastamento” da intervenção estatal, mas sim, a sua reconfiguração. Tal processo afetou e afeta cada dia mais profundamente e diretamente as políticas sociais, cuja finalidade passa a ser proteger os pobres, sendo contraditória em relação à formulação já clássica de Polanyi⁴.

Nesse sentido, conforme assinalou Pablo Gentili (2000), as políticas sociais focalizadas promovidas pelos governos neoliberais constituem-se numa das dimensões que assume o processo privatizador no campo social. Melhor dizendo, como demonstrou Freire (2006), a notoriedade atribuída por essas políticas a sociedade civil tem promovido a emergência de novas formas institucionais que conduzem a uma redefinição do espaço público (como esfera não-estatal), do sentido atribuído ao direito social como direito universal, tanto quanto da própria noção de cidadania e democracia. Ou seja, estamos diante de um sintoma muito mais grave que o tão mencionado efeito (neo)liberal de redução do gasto público. É esse nítido sintoma que abre e fundamenta os caminhos do que estamos chamando de avalanche ultraneoliberal.

⁴ “Para Polanyi, como se sabe, as ações governamentais de cunho social - voltadas ou não apenas para os pobres - têm historicamente por função proteger a sociedade como um todo dos riscos que a expansão do mercado acarreta, em particular das desigualdades, que, no limite, ameaçam a própria integridade do tecido social. Em fina sintonia com a primeira, salta aos olhos uma segunda premissa, que, definindo política social como política assistencial, a associa à bondade. Esse entendimento, que também se contrapõe ao de Polanyi - e que contraria todos os clássicos da teoria política desde Maquiavel -, possibilita a seus seguidores desconsiderar como sociais outras políticas fundamentais para o enfrentamento da “questão social”, como transportes, saneamento e, especialmente, previdência social” (Vianna, 2007, p. 3).

A continuidade dessas políticas refêns das ações delegatórias à sociedade civil fizeram com que o debate oficial e a ação governamental permanecessem “restritos a alternativas pobres para pobres, sem produzir efeitos sequer compensatórios efetivos nem muito menos tocar na estrutura que gera a desigualdade social e a pobreza em nosso país” (Soares, 2000, p. 3). Em suma, impossível não crer que a ênfase nessas políticas nos distanciou ainda mais da cidadania e do aprofundamento da democracia.

Sob esta tendência, os estados da América Latina potencializam a regressão antidemocrática, que os fazem caminhar vazios dos seus conteúdos democráticos e em debilidade com a sua capacidade de intervenção.

É preciso rever a utilização de determinados conceitos para redefinirmos os termos dos enfrentamentos sociais, na medida em que as referências centrais mudam de sentido. Estado, sociedade civil - entre outros - são conceitos que, no marco dos grandes enfrentamentos das forças sociais do capitalismo, merecem todo o rigor em função de sua particularidade histórica.

O modo como ocorre o enfrentamento da “questão social” no Brasil possui particular importância quando percebemos a utilização que as classes dominantes fazem desta questão em cada momento da nossa história. Por isso, faz-se mister apreendermos as determinações históricas da “questão social”, tornadas mais complexas nas suas formas de expressões, sendo claro que no cenário atual a “velha” “questão social” se metamorfoseia e assume novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam⁵.

Diferentemente da experiência dos países europeus, em solo brasileiro a cidadania não se constituiu historicamente, como demonstrado por José Murilo de Carvalho (2001). Ao analisarmos a especificidade brasileira, constatamos que as relações do favor e da dependência atravessam a nossa formação política. Aqui, as classes dominantes se acostumaram a fazer do Estado brasileiro o seu instrumento econômico privado. Assim, o discurso neoliberal (em período recente ultraneoliberal) tem assombrosa recepção ao atribuir o título de moderno, ao que existe de mais conservador e atrasado em nossa sociedade: tornar o interesse privado a medida de todas as coisas, obstaculizando a esfera pública e anulando a dimensão ética da vida social pela recusa das obrigações e das res-

⁵ Visto em perspectiva histórica ampla, é possível perceber que o aperfeiçoamento das formas de enfrentamento da “questão social” foi utilizado pelas elites dirigentes brasileiras como um elemento de fundamental importância para fazer a modernização capitalista seguir o seu caminho “passivo”.

ponsabilidades estatais⁶.

Contudo, essas análises não podem nos deixar esquecer que, mais do que uma coincidência, como observou Francisco de Oliveira (1999, p. 38),

[...] a construção da esfera pública, identificou-se ou se ergueu sobre as bases da regulação keynesiana. Esta esfera pública é, nos países capitalistas, sinônimo da democracia, simultânea ou concomitante, e ao longo do tempo os avanços sociais que mapeavam o acesso e a utilização do fundo público entravam num processo de interação com a consolidação de instituições políticas democráticas. Para todos os efeitos, pode-se considerar a construção da esfera pública e a democracia representativa como irmãs siamesas.

As particularidades das esferas pública e privada no território brasileiro não podem ser ignoradas. Para além da determinação das necessidades da reprodução do capital e da legitimação dos interesses burgueses, o Estado assume a particularidade de simbolizar um capitalismo dependente e periférico, que contém elementos patrimonialistas não vistos em outros Estados capitalistas que vivenciaram plenamente processos de revoluções burguesas. Nesta medida, cabe salientar que no Brasil, os governantes e demais ocupantes de cargos públicos, em qualquer nível de atuação tendem a considerar a coisa pública como patrimônio pessoal, utilizando-se de manifestações do clientelismo, do enriquecimento ilícito e da dilapidação da coisa pública, para benefício próprio⁷.

A avalanche ultraneoliberal demonstra que os problemas sociais aprofundados nessa quadra histórica que atravessamos não representam apenas uma retórica, mas um processo com profundas raízes em nossa sociedade. Assim sendo, no Brasil de hoje, faz-se urgente radicalizar a crítica e cobrar as promes-

⁶ O processo de desenvolvimento do Brasil é marcado por um quadro de desigualdade estrutural, que se constitui enquanto uma particularidade histórica, na qual o moderno se constitui por meio do “arcaico”, recriando a nossa herança histórica, que atualiza aspectos persistentes, isto é, do que há de arcaico, ao mesmo tempo em que o transforma no contexto (neo)liberal.

⁷ Bem antes do advento do neoliberalismo no Brasil, a desprivatização do Estado já era um desafio que a esquerda pouco enfrentou. Com a sua implementação os desafios se potencializaram, ao passo que, nas últimas décadas, as classes dominantes imputaram papel elementar na formação da subjetividade antipública, representada por uma ideologia antiestatal, que demonstra desprezo pela “questão social” e pela necessidade do seu enfrentamento. Assim, como num processo mágico, demonstram que a acumulação do capital e o processo de reprodução social podem reproduzir-se sem a intervenção estatal. Para aprofundamento, ver: Freire, 2001.

sas contidas no conceito de democracia. A questão real hoje é como desprivatizar o Estado, e esta seria a perspectiva de sua reforma (que significa ampliar os espaços da esfera pública não-burguesa, mas não no sentido de que cabe à sociedade realizar o que é dever do Estado, e sim no sentido rigoroso de balizar-lhe os movimentos, de democratizá-lo, de ampliar as arenas de conflito e resolução, e não de reprimi-los). Desprivatizá-lo significa desentranhar os “anéis burocráticos” que formam a imbricação histórica promíscua entre o público e o privado no Brasil. Essa avalanche, a partir do Governo Temer, colocou o Brasil num cenário de extremos retrocessos sociais, que foram aprofundados dentro do governo que o sucedeu tendo como aliado um suporte neoconservador que radicalizou diversos elementos da hegemonia aprofundada pelos governos do PT. No presente governo de Jair Bolsonaro, fica claro que as políticas para pobres eram “direitos sociais transitórios”, não ajudaram a formação de subjetividades coletivas, necessárias à adesão a um projeto voltado aos interesses da classe trabalhadora, esvaziaram o Estado de conteúdo político, ampliaram valores morais dicotomizando a pobreza da desigualdade de classes e conseqüentemente serviram como mais um pretexto para as elites brasileiras (tão bem denominadas de ‘elites do atraso’, por Jessé de Souza, 2017) construírem discursos moralizantes com relação a essas políticas.

As alternativas às “novas” expressões da “questão social” auferidas nos governos petistas se constituem em políticas voltadas para a pobreza e para a extrema pobreza. Nessa medida, tais políticas confluem para confirmar e legitimar a “subalternização” a que são submetidos vários segmentos da sociedade, por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação dos resultados oriundos da riqueza socialmente produzida no Brasil, que é apropriada pela burguesia, marcando, como já destacado, a forte desigualdade social no país. O que se tem “são apenas débito a fundo perdido, preço a pagar pela sustentação de uma economia cuja dinâmica bane e descarta parcelas da população” (Yazbek, 2001, p. 36). Concordamos com Maria Carmelita Yazbek (2001) quando ela mencionou, no auge das mesmas, que com essas “políticas *ad hoc*, casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obsoletas e deterioradas, corremos um risco de grave regressão de direitos sociais” (Yazbek, 2001, p. 37). Podemos dizer que tais regressões se confirmaram após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016.

Ao analisarmos as expressões da “questão social” no Brasil e as suas formas de enfrentamento na contemporaneidade, é imprescindível destacar que, embora haja o reconhecimento dos direitos constitucionalmente, os mesmos não vêm se constituindo historicamente como atributo das políticas sociais. No

que concerne ao atendimento das necessidades sociais das camadas subalternizadas, administram-se favores, como consequência do marco histórico do clientelismo brasileiro, que se manifesta numa cultura política tuteladora, que corrobora para o não favorecimento do “protagonismo”, muito menos, da emancipação dessas classes em nossa sociedade. O modelo construído pelo PT reforçou as abordagens despolitizadas da “questão social”, colocando-a fora da esfera pública, fora da esfera dos direitos e, portanto, distante da efetivação da cidadania. Faz-se necessário ter a clareza que

[...] a universalidade no acesso aos programas e projetos sociais abertos a todos os cidadãos só é possível no âmbito do Estado. Este, ainda que seja um Estado de classe, dispõe de uma dimensão pública que expressa a luta pelos interesses da coletividade. Projetos levados a efeitos por organizações privadas apresentam uma característica básica que os diferencia: não se movem pelo interesse público, e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo estabelecido pelos mantenedores (Iamamoto, 2001, p. 76).

Em suma, as estratégias presentes nas políticas sociais de enfrentamento da pobreza reforçaram tendências que cada vez mais buscam desresponsabilizar o Estado pela manutenção da ordem republicana e delegam cada vez mais tarefas de combate ao que chamam de exclusão ao mercado ou da própria sociedade capaz de legitimá-lo. Tais estratégias combinadas, diz Maria Lúcia Werneck Vianna (2007, p. 7),

[...] conferem estatuto de verdade absoluta à noção discutível de que é possível incluir segmentos social e economicamente marginalizados via programas pontuais de alívio à pobreza e fomento à autopromoção - importantes, sem dúvida, mas inócuos na ausência de projetos de desenvolvimento que gerem empregos dignos e que possam alterar as estruturas que reproduzem as desigualdades. Articuladas, por fim, ajudam a disseminar a ilusão de que a disponibilidade de capital social, linhas de microcrédito e rotas de “empoderamento” configuram versão popular do acesso ao capital propriamente dito e do ingresso nos círculos dos poderosos - por definição inexequíveis para os pobres -, e que, como esses, oferecem oportunidades de mobilidade social.

Com recursos muito baixos e condicionalidades para a manutenção dos benefícios, as políticas para a pobreza, como menciona Silva (2012), contribu-

em para a contrarreforma do Estado por meio da focalização das políticas sociais. Para a autora, “são ainda forma de monetizar e financeirizar as políticas sociais, pois operam com recursos monetários administrados por instituições bancário-financeiras” (idem, p. 211). Não é demais lembrar, segundo Leher (2012, p. 17), que até mesmo os poucos recursos “repassados às famílias pelo Programa Bolsa família são distribuídos por meio do sistema bancário, através de cartões que movimentam, no conjunto, somas nada desprezíveis que totalizavam mais de R\$ 15 bilhões anuais”. Obviamente, o comentário do autor se refere ao período analisado pelo mesmo.

Silva (2012, p. 223-224) observa que o ponto comum entre os programas de combate à pobreza é que os mesmos “trabalham no enfrentamento à pobreza e à miséria, ou seja, às expressões da ‘questão social’”. E por se constituírem “por meio de repasses não operados diretamente pelo aparato estatal, eles remuneram terceiros para a realização desses serviços”. Ou seja, “remuneram bancos para a realização dessas operações”. Assim sendo, a lógica fundamental dessas políticas, segundo a autora (idem), “é inserir a força de trabalho no mundo das finanças por meio do provimento de “bolsas” e transformar o cidadão de direitos em “cidadão-consumidor”, fundamental à reprodução da acumulação capitalista”. Por isso, compreender e criticar os nexos constitutivos das chamadas políticas de combate à pobreza, exigem entender que “a conformação de uma determinada hegemonia nunca é um fenômeno que se encerra no terreno das ideias, envolvendo, sempre uma dimensão de supremacia econômica na sociedade civil” (Leher, 2012, p. 19).

O Brasil do século XXI é um Brasil que vivencia um projeto hegemônico em plena consonância com as exigências do capital financeiro. Faz-se mister tornar pensável,

[...] por meio da teoria, as profundas e desconcertantes transformações nas referências conceituais, nas noções, nos implícitos e nos pressupostos, em resumo, nas ideologias das políticas sociais empreendidas pelo Estado, por meio de políticas de governo e de uma miríade de parcerias público-privado (Leher, 2012, p. 15).

Nesse século, tivemos algumas inflexões das políticas sociais, todas agravando as formas de enfrentamento da questão social, na medida em que essas são espécies de gerenciamento da pobreza e se desvinculam da sua superação.

A Avalanche Ultraneoliberal

Hoje, na segunda década do século XXI, apesar de o neoliberalismo ter confirmado que também no Brasil os seus sucessos ideológicos são visivelmente maiores do que os êxitos econômicos, ele continua sobrevivendo e sendo radicalizado sem grandes ameaças. Esse fato também deve ser atribuído à incapacidade da esquerda, até aqui, para construir formas hegemônicas alternativas para a sua superação. Bases essas que não podem deixar de se ocupar com a construção de um projeto de socialização do poder que seja articulado com a crise fiscal do Estado e capaz de desarticular as bases de legitimação do neoliberalismo, entre as quais se situa a passividade, o aumento dos níveis de pobreza, o desemprego e a desagregação social⁸.

Alguns exemplos de que o sucesso ideológico do neoliberalismo proporcionou um agigantamento da sua agenda transformando suas metas em uma verdadeira avalanche ultraneoliberal se confirma quando percebemos a velocidade das perdas de direitos sociais nos últimos três anos. A pandemia da Covid-19 deixou ainda mais evidente o grau de letalidade a que as classes subalternas estão de fato submetidas ao serem desprovidas de tantos direitos.

Nesse contexto de aprofundamento da crise, o capital adota medidas que tendem a deteriorar ainda mais a condição de produção e de reprodução social, como já analisava Marx (2009) ao tratar da lei geral e fundamental do modo de produção capitalista. Nessa medida, o capital assume, nas palavras de Mandel (1982) um caráter predatório, expondo o seu sociometabolismo bárbaro e destrutivo (Mészáros, 2009), sem qualquer limite civilizatório (Netto, 2013).

Seja por meio do Golpe jurídico parlamentar (Michel Temer - 2016 a 2019) ou por meio de eleições diretas e democráticas (Jair Bolsonaro (2019 - em exercício), temos no Brasil o agravamento da crise social através da celeridade

⁸ O Brasil, em consonância com todos os países da América Latina, testifica que o (neo)liberalismo tem se confirmado como uma tendência generalizada no campo do enfrentamento da “questão social”. Esperava-se, por parte de muitos, que o controle da inflação, representaria a abertura das portas para a retomada do crescimento econômico, a distribuição de renda, da geração de empregos e da extensão das políticas sociais, o que não teve êxito, como demonstram os indicadores sociais. Ao contrário, a estabilidade foi feita às custas do social, que, em vez de ser uma projeção da economia, tornou-se sua vítima. Nesta congruência, é mister destacar que o Brasil e toda a América Latina, constituem-se no laboratório privilegiado das experiências neoliberais, tornando-se a região mais instável do globo, em termos econômicos e sociais, refletindo na maior desordem social que o continente já experimentou (Soares, 2003). Os caminhos previstos atualmente não são otimistas, dado o quadro da avalanche neoliberal sobre os direitos, como temos buscado demonstrar.

do ajuste fiscal e das medidas contrarreformistas. Disto, tem-se para o capital “condições ótimas” para o seu processo de acumulação e de concentração, à medida que disponibiliza trabalhadores “livres como os pássaros” (Marx, 2013), que aceitam trabalhar sob quaisquer condições e salários, uma vez que foram destituídos historicamente dos seus meios de vida e no tempo presente, também dos seus direitos sociais e trabalhistas, que no Brasil nunca se universalizaram, como demonstramos.

Dentre as medidas mais expressivas e aviltantes do Governo Temer, e que se desdobra em muitas outras, evidenciando a barbárie ultraneoliberal, tem-se a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), aprovada em 15 de dezembro de 2016. Conhecida como a PEC 55 ou mais popularmente como a PEC do “fim do mundo”, que instituiu um “Novo Regime Fiscal”, restringindo o gasto público primário, destinado a direitos sociais fundamentais, como a saúde, a educação e a assistência social pelos próximos 20 anos (Brasil, 2020).

A EC 95 estabelece um teto de gastos para as despesas primárias. Dessa forma, o gasto público primário só poderá ser ampliado para cobrir a inflação do ano anterior. Isto é, não haverá aumento dos recursos financeiros, o que se tornará cada vez mais incompatível com as demandas pelos serviços sociais públicos, já que desconsidera o crescimento demográfico e a taxa de longevidade brasileiro.

Além da chamada PEC da morte, o governo Temer sancionou a PEC 31/2016⁹, que prorrogou até 2023 a Desvinculação das Receitas da União (DRU), cujo objetivo é a permissão para que a União utilize livremente 30% dos recursos da seguridade social. Esse mecanismo, de acordo com Behring e Boschetti (2011), tem sido responsável por retirar orçamento significativo das políticas sociais, transferindo-o para o mercado financeiro, por meio do pagamento da dívida pública. Sendo um dos mais importantes mecanismos para gerar o superávit primário.

A redução orçamentária incidiu significativamente sobre a educação, que foi uma das áreas mais atingidas. O governo Bolsonaro, extinguiu cerca de 27.500 cargos em universidades públicas e vedou a abertura de concursos para 68 cargos, por meio do Decreto 10185/2019, objetivando o sucateamento da educação superior pública. Em reportagem realizada por Carta Capital, é possível ter noção do deletério quadro imposto por Bolsonaro à educação, por meio

⁹ Senado Federal (Brasil). Senado aprova que prorroga a DRU até 2023. In Senado Federal (Brasil). Plenário. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/24/senado-aprova-proposta-que-prorroga-a-dru-ate-2023>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

de cortes de mais de R\$ 2 bilhões de reais no orçamento do FIES para o ano de 2020. Além de cortes no investimento na educação básica, profissional e superior, cujo orçamento caiu de R\$ 2.2 bilhões para R\$ 1.9 bilhões em 2020. Tivemos a paralisação de 7 cursos do PRONERA¹⁰, destinados à educação dos trabalhadores em 4 Estados. Neste mesmo ano, houve ainda cortes das bolsas ofertadas CAPES de mais R\$ 2.1 bilhões de reais em relação ao ano anterior (Basílio, 2020).

Por meio do Decreto 9.741/2019, objetivou-se o contingenciamento das despesas discricionárias, bloqueando cerca de 34.955 bilhões do orçamento para o ano de 2019. De acordo com Júnior e Machado (2020), os ministérios mais atingidos por tal Decreto foram os da Educação e o de Minas e Energia. Do primeiro, tem-se a possibilidade de mais nichos de valorização rentáveis ao capital, por meio da ampliação das universidades privadas e à distância em todo o território nacional.

As propostas governamentais de Temer e de Bolsonaro, como é possível evidenciar, caminham a passos cada vez mais largos para a lógica da privatização das atividades estatais. Desse intuito, tem-se também o Future-se, que objetiva para as universidades federais a capacitação de suas próprias receitas, reestruturando, portanto, o seu financiamento.

As consequências da PEC da morte também foram deletérias para a política de assistência social. Só em dezembro de 2016¹¹ o governo cancelou 469 mil benefícios do Programa Bolsa Família e bloqueou outros 667 mil, o que confirma a fragilidade dessas políticas que são removidas sem grandes dificuldades. Sob Bolsonaro, em 2020, estima-se que 400 mil famílias percam o acesso ao benefício, em função da redução de 7,8% do orçamento destinado ao programa para este ano¹². Segundo reportagem da Carta Capital em 31 de janeiro de 2020¹³, 500 mil pessoas estão inscritas e aptas para receber o Bolsa Família, mas não conseguem acesso ao benefício. E esse número é ainda mais expressi-

¹⁰ Chagas, Rodrigo. “MPF pede retomada de programa que incentiva acesso de assentados à universidade”. Net, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/13/mpf-pede-retomada-de-programa-que-incentiva-acesso-de-assentados-a-universidade/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

¹¹ Branco, Mariana. “Governo cancela 469 mil benefícios do Bolsa Família e congela 667 mil”. Net, jan. 2020. Disponível em: <<http://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2016-11/governo-cancela-469-mil-e-bloqueia-667-mil-beneficios-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

¹² Basílio, Ana Luiza. “Bolsonaro impõe menor orçamento da história a Minha Casa Minha Vida”. Net, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-impoe-menor-orcamento-da-historia-ao-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

vo, considerando aqueles que não estão inscritos no Programa, perfazendo um total de 3,8 milhões de famílias pobres ou miseráveis, que têm renda per capita mensal de até R\$ 178,00 e de até R\$ 89,00 reais, respectivamente. Do total das famílias desassistidas, 37% delas residem no Nordeste, o que demonstra as disparidades socioespaciais no Brasil.

Outro programa substantivo que teve os seus recursos drasticamente reduzidos foi o Minha Casa Minha Vida. Tivemos em outubro de 2016 a revogação do Projeto de Lei 4.960/2016, que regulava o Programa e os assentamentos. Em 2017, 72,5% da meta da construção de moradias populares foram alcançadas. No referido ano, o governo teve uma queda histórica dos recursos recebidos, perfazendo um total de 94,6% do orçamento em relação ao ano de 2015 (Gadelha e Alves, 2020). O que se aprofundou ainda mais em 2019, quando o programa recebeu o menor orçamento da sua história.

Os governos ultraneoliberais também não escondem o seu objetivo de favorecer o agronegócio e a bancada ruralista, ao passo que negligenciam a demanda dos agricultores familiares, dos povos tradicionais e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Face a isso, é possível testificar o aprofundamento do compromisso dos governos ultraneoliberais com as predileções imperialistas, uma vez reconhecido o aviltamento do entreguismo e da privatização das reservas ambientais e do território dos povos originários, intensificando sobremaneira os processos de expropriação da terra¹⁴. Nessa perspectiva, há de se considerar a expressiva redução de 51% do orçamento destinado ao Ministério do Meio Ambiente.

É relevante ainda destacar, no que se refere à avalanche ultraneoliberal, a subtração de 90% do orçamento do Ministério da Cultura¹⁵, paralisando as suas atividades. Além das políticas destinadas às mulheres que também sofreram cortes substantivos no ano de 2019, tendo neste ano recebido o menor orçamento desde 2012, no combate ao enfrentamento da violência contra a mu-

¹³ Oliveira, Thais. “3,8 milhões de famílias pobres ou miseráveis estão fora do Bolsa Família”. Net, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/38-milhoes-de-familias-pobres-ou-miseraveis-estao-fora-do-bolsa-familia/>>/. Acesso em: 11 jan. 2020.

¹⁴ Souza, De Oswaldo. “O que muda (ou sobra) para os índios com a reforma de Bolsonaro?”. Net, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-muda-ou-sobra-para-os-indios-com-a-reforma-de-bolsonaro>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

¹⁵ Vilela, Pedro Rafael. “Com PEC, recursos da cultura terão corte de 90%”. Net, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2016/11/11/com-pec-recursos-da-cultura-terao-corte-de-90/>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

lher¹⁶.

Com o claro objetivo de que a acumulação se dê cada vez mais pela esfera do não acesso ao direito ao trabalho, o governo Temer em 2017, instituiu o Plano Progredir, que objetiva capacitar jovens que recebem o Bolsa Família, para abrirem pequenos negócios, sob a lógica do empreendedorismo, com microcrédito ofertado pelo Estado. O trabalho com direitos vai sendo cada vez mais substituído pelo trabalho intermitente, pelo empreendedorismo e tantas outras formas precárias de inserção no “mundo do trabalho”, conforme já vem evidenciando Antunes (2018) em seus estudos sobre a “nova morfologia” do trabalho no Brasil.

A intensificação da expropriação secundária (Fontes, 2012) concernente aos direitos trabalhistas continua ocorrendo sob o governo auspicioso ao capital de Jair Bolsonaro. Ao tomar posse, uma das primeiras medidas tomadas foi a extinção do Ministério do Trabalho, o que facilita o descumprimento dos contratos e das leis trabalhistas, que desde o governo Temer já vinha sendo alvo primário das investidas do capital.

Por meio da Portaria 604/2019, autorizou-se a 78 áreas de atuação profissional a trabalhar aos domingos e feriados, sem direito a adicional de remuneração. Disso, aumenta-se a extração da mais-valia absoluta (Marx, 2013).

Outra disposição palatável ao capital foi a Medida Provisória 881/2019, popularmente conhecida como a lei da liberdade econômica, convertida na Lei 13.874/2019, que instituiu a revisão das normas reguladoras da saúde e da segurança do trabalho. Tal medida favoreceu as empresas, uma vez que, retira direitos dos trabalhadores e não garante a efetivação dos direitos que ainda foram preservados, segundo reportagem intitulada “MP da liberdade econômica retira direitos e afrouxa a lei trabalhista”¹⁷, publicada em 13 de agosto de 2019 no site Carta Capital.

Outra medida agressiva aos trabalhadores foi a aprovação da PEC 287/2016, que versa sobre a Reforma da Previdência, em 2019. Seus resultados já são deletérios, sobretudo, para os segmentos mais subalternizados da classe trabalhadora. Isso decorre, uma vez que a sua proposta é de aumentar o tempo

¹⁶ Sul 21. “Orçamento do programa de proteção à mulheres de 2019 é 6 vezes menor que o de 2015”. Net, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/03/orcamento-do-programa-de-protecao-a-mulher-de-2019-e-6-vezes-menor-que-o-de-2015/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

¹⁷Repórter Brasil. “MP da liberdade econômica retira direitos e afrouxa a lei trabalhista”. Net, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mp-da-liberdade-economica-retira-direitos-e-afrouxa-a-lei-trabalhista/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

de contribuição e aumentar a idade mínima para a aposentadoria, permitindo que os sujeitos trabalhem “até morrer”. Sendo, portanto, fundamental ao capital, dado que para sobreviver, esses sujeitos aceitarão trabalhar sob quaisquer condições e salários.

Ao mesmo tempo, tal medida foi completamente favorável para o capital, pois além de dispor ao mercado de trabalho, trabalhadores “livres como os pássaros” (Marx, 2013), abriu espaço para a mercantilização das necessidades sociais, por meio do incentivo à ampliação da previdência privada, para aqueles trabalhadores que podem pagar por ela (Fontes, 2012). Nessa medida, tem-se a supercapitalização das políticas de satisfação das necessidades sociais mais básicas e elementares (Mandel, 1982).

Com o mesmo objetivo, de “assalto ao fundo público”, tem-se a MP 871/2019¹⁸, hoje Lei nº 13.846/2019¹⁹, cujo caráter central é o de revisar benefícios de prestação continuada do INSS, a fim de reduzir despesas. Inclusive, contraditoriamente, favorecendo bônus aos peritos que realizarem mais perícias médicas, negativando os sujeitos outrora contemplados por tal benefício.

Muitas outras PECs perversas, de tonalidade de reformas econômicas, foram enviadas, mas ainda não foram aprovadas. Todas elas foram apresentadas como prioridades para aprovação no ano de 2020, no sentido de alavancar ainda mais as contrarreformas de financeirização da política social postas na atual agenda ultraneoliberal.

A avalanche ultraneoliberal já tem muito mais exemplos do que os mencionados aqui. E os custos sociais do ultraneoliberalismo se apresentam todo dia na barbarização da vida em nosso país, que vem enfrentando a pandemia da Covid-19 com total desrespeito as vítimas e desresponsabilizando o Estado das medidas de contenção do avanço e cuidados com a doença.

¹⁸ Senado Federal (Brasil). Sancionada com vetos medida provisória que combate fraudes no INSS. In Senado Federal (Brasil). Política. Brasília. Senado Federal. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/19/sancionada-com-vetos-medida-provisoria-que-combate-fraudes-no-inss>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

¹⁹ Planalto Federal (Brasil). Lei nº: 13.846, de 18 de junho de 2019. In Planalto Federal (Brasil). Presidência da República. Brasília. Planalto Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13846.htm>.

Acesso em: 12 jan. 2020.

Considerações Finais

É indiscutível que enquanto concepção de enfrentamento da “questão social”, as estratégias predominantes que se autodefinem como inovadoras na política social contemporânea se mostraram bem menos ambiciosas do que aquelas que se propuseram renovar. Sobretudo, se mostraram menos ousadas, na medida em que se eximiram “da discussão teórica, ocultando-se sob os véus da empiria e do consenso” (Vianna, 2020, s/p). Nesse contexto, não seria exagero afirmar que a expansão dessas políticas foi acompanhada pela mercantilização de serviços públicos fundamentais. Como mencionou Maranhão (2006, p. 42-43),

[...] o aumento dos investimentos em uma política para os pobres esconde a abertura de novos e lucrativos mercados de investimento para o capital privado, em detrimento do serviço público. Assim é que, a “inclusão dos excluídos” serve de discurso de legitimação para o avanço do capital sobre os ativos públicos e para o andamento das reformas neoliberais.

A questão da pobreza impõe desafios políticos muito mais amplos do que os que foram engendrados pelo PT, sob recomendação dos organismos internacionais, principalmente pelo Banco Mundial. A possibilidade das chamadas políticas sociais da pobreza reverterem por si só a pobreza e obter resultados de redistribuição da riqueza é impossível, o que demonstrou a pobreza dessas políticas. A erradicação e superação da pobreza dependem da ação combinada da articulação e da reconstrução da matriz do Estado social e da sua capacidade de reverter ou mitigar as fontes estruturais da desigualdade social. O que foi feito através dessas políticas foi um gerenciamento da pobreza, divorciado da possibilidade de sua superação e auxiliando também a financeirização dessa política para favorecimento do capital hegemônico. Não se pode enfrentar a pobreza sem transformar a base econômica. Com essas políticas pobres para pobres, os valores morais foram acionados, construindo um descentramento das subjetividades do debate sobre os direitos dos trabalhadores como classe social, para o debate da ajuda aos pobres enquanto tais, sem percepção de classe e de direitos. Todos os nexos das políticas de gerenciamento da pobreza que os governos do PT tornaram protagonistas em seus mandatos, contribuíram para manufaturar o consenso que ajudou a construir uma passivização das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora. Vale lembrar que nos governos do PT parecia

existir uma lógica moral de que os pobres “bons” receberiam o Bolsa Família, e os pobres “maus” o encarceramento. É imprescindível ressaltar que os governos de Lula foram recordistas de taxas de encarceramento.

Na primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, seu programa de governo apontava a segurança pública como uma das prioridades, e defendia um maior protagonismo do governo federal para a redução da violência. A candidatura Lula apresentava o compromisso com uma política de controle de armas, e com a preocupação com o combate à impunidade para crimes praticados por organizações criminosas e contra os movimentos sociais e os direitos humanos. Contudo, não foi assim que ocorreu. O índice de encarceramento foi o maior da história do Brasil, sendo quase 90% de pobres e negros.

[...] os governos dirigidos pelo PT no Brasil não tiveram a capacidade para construir uma efetiva hegemonia de uma concepção de segurança pública vinculada à afirmação de direitos e ao funcionamento adequado e republicano dos órgãos responsáveis pela persecução criminal. Perderam também a possibilidade política de incidir sobre outras esferas de governo, como os estados e municípios, e mesmo outras dimensões institucionais, como parlamento e judiciário, para a mudança de orientação das decisões judiciais e a ampliação de um sistema legal capaz de reestruturar os órgãos policiais e implementar mecanismos eficazes de controle. Chegamos assim ao início de um novo governo, ainda na perspectiva da esquerda, mas com o crescimento ininterrupto das taxas de encarceramento, o aumento dos níveis de criminalidade violenta, e o recrudescimento dos movimentos de Lei e Ordem, ameaçando as poucas conquistas até aqui alcançadas e lançando uma sombra de dúvida sobre o futuro das políticas penais no Brasil (Azevedo e Cifali, 2015, p. 21).

Podemos dizer nessa direção, que a criminalização dos pobres também foi ampliada nesse período que deu centralidade ao gerenciamento da pobreza, seja pelo Bolsa Família, seja pelo encarceramento.

Se por um lado, o fato de estarmos vivenciando governos ultraneoliberais com expressões inegavelmente de cunho fascistas deixa saudosos do passado recente, sem dúvida esse passado é fundamental para compreendermos o presente. A avalanche ultraneoliberal, não pode ser compreendida sem entendermos a hegemonia construída pelos governos do PT. Como observou Francisco de Oliveira (2007, p. 6), uma espécie de hegemonia às avessas.

O consentimento sempre foi o produto de um conflito de classes em que

os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte na ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas à sua imagem e semelhança. Esse é o núcleo da elaboração de Marx e Engels n' *A Ideologia Alemã*, que o pequeno grande sardo desdobrou admiravelmente. Está-se frente a uma nova dominação: os dominados realizam a “revolução moral” - derrota do *apartheid* na África do Sul; eleição de Lula e Bolsa-Família no Brasil - que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada.

Os termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia, desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma no seu avesso: não são mais os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes - os capitalistas e o capital, explicita-se - que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista. É uma revolução epistemológica para a qual ainda não dispomos da ferramenta teórica adequada. Nossa herança marxista-gramsciana pode ser o ponto de partida, mas já não é o ponto de chegada.

Temos claro que o modelo construído pelo PT reforçou as abordagens despolitizadas da “questão social”, e ainda, contribuiu para a manufatura de um consenso pacificado sobre a questão da pobreza e do fortalecimento dos setores bancários em nosso país. Portanto, tal modelo não foi algo desvinculado dos elementos aprofundados pela atual avalanche ultraneoliberal. Em verdade,

[...] a história só surpreende aos que de história nada entendem. Há os que a ignoram, e outros que a temem. Os que se recusam a compreendê-la e os que estão socialmente impedidos de fazê-lo. Se os pormenores não são, de fato, previsíveis, dada a infinidade de fatores intervenientes, sempre conhecíveis de modo apenas aproximado; se os contornos, pois, só ganham corpo na própria hora em que se efetivam os processos, do mesmo modo que os eventos não são rigidamente programáveis, em seus dias e horas; por outro lado, ao contrário disto, as grandes linhas de tendência, a necessária ocorrência dos acontecimentos básicos são amplamente discerníveis, divisíveis mesmo no longo prazo. Basta admitir a existência de uma ciência da história e que haja disposição social para rigorosamente se submeter à sua lógica. Tudo isso, obviamente, não é nada fácil. Contudo, no que consiste impulsionar os partos da história, se não, nos fatos, intervir à luz da própria lógica destes? (Chasin, 2000, p. 34).

Assim sendo, é importante destacar que sempre nos pareceu incontestável (Freire, 1991) que, para compreender os rumos da política social no Brasil, é preciso apreender a sociedade nos marcos políticos, onde ela não apenas se engendra como também opera.

Referências

ABRIL. “Desigualdade social no país aumenta pelo 17º semestre seguido”. Net, jan. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/desigualdade-social-no-pais-aumenta-pelo-17-trimestre-seguido-diz-fgv/>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

AZEVEDO, Rodrigo de e CIFALI, Ana Cláudia. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. **Civitas- Revista de Ciências Sociais**, vol.15, n.1, p. 105-127. 2015.

BASÍLIO, Ana Luiza. **Future-se: entenda os principais pontos do programa do MEC**. Net, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/future-se-entenda-os-principais-pontos-do-programa-do-mec/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BORON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio (neo)liberal. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo, Paz e Terra, 1995. p. 63-77.

_____. Os ‘novos leviatãs’ e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In; SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964-1994 - do golpe militar à crise social**. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. “Notas sobre cidadania e modernidade”. **Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social**. v. 1, p.145-165. 1997.

DAGNINO, Evelina e ALVAREZ, Sonia (org.). Os movimentos sociais, a sociedade civil e o ‘terceiro setor’ na América Latina: reflexões teóricas e novas perspectivas. **IFCH/UNICAMP**. v. 1, n. 98, p. 18-34, 2001.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, p. 65-110.

FREIRE, Silene de Moraes. As armadilhas da recente notoriedade da sociedade civil no Brasil. In FREIRE, Silene de Moraes, FREIRE, Lúcia e CASTRO, Alba Tereza (org.). **Serviço social, política social e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 75-97.

_____. **Cultura política e revolução burguesa no Brasil: a instrumentalidade do pensamento autoritário (1930-1945)**. Rio de Janeiro. Editora Gramma, 2020.

_____. Estado, democracia e questão social no Brasil. In BRAVO, Maria Inês Souza e PEREIRA, Potyara (org.). **Política Social e Democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez e Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 149-172.

_____. e BARBOZA, Douglas. A decomposição do Estado e o protagonismo da sociedade civil no enfrentamento da questão social no Brasil: os dilemas da cidadania e da democracia na contemporaneidade. **Textos e Contextos**. n. 6, ano V, p. 1-21, 2006.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2012.

GADELHA, Igor e ALVES, Murilo. **Governo cumpre só 13,5% da meta do Minha Casa para mais pobres**. Net, jan. 2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-cumpre-so-13-5-da-meta-do-minha-casa-para-mais-pobres,70002149698>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

GENTILI, Pablo. **A privatização da política educacional: dez questões**. Boletim LPP –UERJ, Rio de Janeiro, n. 1, p.12. 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**: Brasília, ano 2, n.3, p. 33-40, p. 2001.

_____. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo, Cortez, 2001.

JÚNIOR, Janary e MACHADO, Ralph. **“Governo decide bloquear quase R\$**

35 bi em despesas do Orçamento de 2019". Disponível em: <[https://www-camara.leg.br/noticias/554580-GOVERNO-DECIDE-BLOQUEAR-QUASE-R\\$-35-BI-EM-DESPESAS-DO-ORCAMENTO-DE-2019](https://www-camara.leg.br/noticias/554580-GOVERNO-DECIDE-BLOQUEAR-QUASE-R$-35-BI-EM-DESPESAS-DO-ORCAMENTO-DE-2019)>. Acesso em: 12. jan. 2020.

LEHER, Roberto. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 7-19.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARANHÃO, Cezar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação. Crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. Recife: UFPE, 2006, p. 15-46.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: **O capital: crítica da economia política**. Livro I, vol. II. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 959-989.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade**. 2008. 341 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MERKLEN, Denis. **Pobres ciudadanos**. Buenos Aires: Ed. Gorla, 2005.

MOTA, Ana Elizabete. **A cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, v. 50, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. **Tribuna livre da luta de classes**. 4. ed. 2007.

_____. Um profeta pessimista. **Revista Fórum**. São Paulo: Editora Publisher Brasil, p. 8-13, 2007.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Celia. (org.). **Os sentidos da democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 55-82.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Senado Federal (Brasil). Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 - PEC do teto dos gastos públicos. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337?o=c11>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SERNA, Miguel. Pobreza y políticas de la pobreza: desafíos para La construcción de la ciudadanía social em elUruguay contemporâneo. In SERNA, Miguel (org.). **Pobreza y (des)igualdad em Uruguay**: una relación en debate. Clacso: Uruguay, 2010, p. 135-154.

SILVA, Giselle Souza da. Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégias da captura do fundo público pelo capital portador de juros. In Salvador Evilásio; Behring, Elaine; Boschetti, Ivanete e Granemann, Sara (org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo Cortez, 2012. p. 209-240.

SOARES, Laura. **O desastre social**: os porquês da desordem mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. **Constatação perturbadora**. Jornal da UFRJ, Rio de Janeiro, p. 16, maio de 2007.

_____. **Hiper-realidade ou hipoteoria? Especial para Gramsci e o Brasil**. Net. Jan. 2020. Disponível em: <<https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=764>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**: Brasília, ano 2, n.3, p. 33-40, p. 2001.

NEOCONSERVADORISMO, ESTADO E VIGILÂNCIA*

Vânia Morales Sierra

Renato dos Santos Veloso

Ellen Cristina Pereira Zacarias

A vigilância é um pilar do pensamento social clássico e permanece sendo motivo de disputa política na definição do tipo de relação entre o Estado e a sociedade, em decorrência do seu impacto nas formas de sociabilidade criadas e desenvolvidas pelas instituições e mecanismos de controle. O controle social tem sido estudado com ênfase na capacidade de intervenção do Estado sobre grupos sociais específicos ou, de modo mais geral, sobre toda a população de um determinado território.

A expansão da burocracia para o seu exercício tem dividido posições acerca da relação autonomia-dependência, uma temática pertinente ao debate da formulação e implementação das políticas sociais. O acesso aos serviços, comumente ligado à cidadania, ainda que seja uma questão valorizada, não chega a ser consensual se a sua oferta deve ser privada ou estatal. Isso porque a questão é permeada por ideologias que se reatualizam, embora conservem o mesmo sentido. Assim, os liberais vão defender a mercadorização dos serviços deixando ao Estado os aparelhos repressivos; enquanto os marxistas vão relacionar a cidadania ao acesso universal às políticas sociais e à participação social na sua formulação e execução, defendendo a sua desmercadorização, acentuando com isso a responsabilidade do Estado.

Essa disputa tem sido feita com base nas ideologias que atendem aos interesses antagônicos de proprietários e trabalhadores. A negociação, neste conflito, ocorre no jogo político-democrático que pode tender para a direita ou para a esquerda, segundo a correlação de forças presentes. Em geral, nos processos de transformação da infraestrutura, as disputas se tornam mais acirradas, permitindo identificar a forma como os conflitos sociais articulam o econômico e o cultural. É nessa chave de interpretação que este artigo se propõe analisar o neoconservadorismo, considerando a reformulação que opera na vigilância e no exercício do controle social.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.53-70

1- Vigilância e controle social na sociedade capitalista

A relação entre ideologia, vigilância e controle social pode ser compreendida a partir do mundo da produção. A divisão social do trabalho e a instituição da propriedade privada são processos que se realizam mediante a institucionalidade do Estado, construída sobre os fundamentos ideológicos que servem para conferir legitimidade à dominação. Acerca da importância das ideologias e dos aparelhos do Estado, conservadores, liberais e marxistas têm se posicionado defendendo ou criticando a sua estrutura classista, assegurada pelo monopólio do uso da violência. Ideologicamente, o pensamento liberal e o marxista são opostos, no entanto, possuem em comum uma base racional e moderna, fundada na Razão; diferente dos conservadores que extraem suas ideias da crítica ao iluminismo, sobrepondo a tradição, a religião e os valores da família nuclear patriarcal aos princípios racionais e abstratos que fundamentam e organizam o poder do Estado.

De um modo geral, os conservadores contestam o poder de intervenção do Estado sobre a sociedade, alegando que a família, as igrejas e os valores tradicionais devem ser centrais na manutenção da ordem. Contrários ao igualitarismo e a ideia de transformação social, reforçam a importância da preservação das identidades culturais no processo de integração social. Contestam o abstracionismo da razão e a concepção liberal de indivíduo pela ausência de consideração com os vínculos de pertencimento tradicionais. Valorizam as autoridades das instituições, reforçando a importância das hierarquias e da submissão às regras sociais. Entendem a sociedade como uma entidade moral superior, capaz de regular o comportamento dos indivíduos porque pode agir coercitivamente, caso não sigam as suas normas. Defendem que o principal problema do sujeito no mundo moderno é a formação da sua identidade pelo avanço do individualismo e a crise das autoridades, que não conseguem mais reproduzir os valores e normas tradicionais.

Os liberais se diferenciam dos conservadores pela ênfase que conferem ao direito, tido como principal meio de liberação de privilégios e hierarquias. Os direitos civis são valorizados como uma conquista da liberdade pela sociedade. Em nome da liberdade, os liberais contestam o poder de intervenção do Estado no mercado, reforçando a clássica divisão entre Estado e sociedade, embasada na ideia de proteção da propriedade privada. Nesta vertente, o exercício do controle encontra suporte no Código Penal e nos aparatos repressivos do Estado, comumente empregados contra toda e qualquer ameaça à propriedade. O cres-

cimento da capacidade administrativa do Estado também é criticado, porém o aumento do controle social é reivindicado em sua capacidade de garantia da ordem pelo exercício da repressão.

De modo geral, os liberais direcionam a vigilância para a classe trabalhadora no objetivo da sua adaptação às mudanças no capitalismo, fato que não ocorre na mesma intensidade com os proprietários. Com isso, fazem com que a força de punição do Estado esteja concentrada basicamente sobre os destituídos de propriedade, sendo sempre dois pesos e duas medidas na aplicação de suas regras. Isso porque a vigilância tem como principal objetivo a defesa da propriedade privada e, neste sentido, é exercida para conter, administrar, coagir, prevenir e punir todas as iniciativas políticas que possam surgir contra a reprodução da estrutura de desigualdade de classe. Daí o estigma que carregam os despossuídos de propriedade, alvos das ações de vigilância por representarem uma potencial ameaça ao capitalismo.

Contrários a estas vertentes, os marxistas denunciam as formas de vigilância e de controle social exercidas contra a classe trabalhadora pelo movimento progressivo de concentração e centralização do capital e do conseqüente aumento da desigualdade de classe. O Estado, como representante dos interesses da classe burguesa, concentra seu poder de coerção sobre a classe trabalhadora, realizando a articulação entre as necessidades de acumulação de capital com a capacidade do Estado de se ajustar e de fazer com que a classe trabalhadora se adapte as novas condições, seja por meio da implementação de políticas sociais, seja pela ação dos seus aparatos repressivos.

Neste sentido, são as transformações no mundo do trabalho que produzem as mudanças nas formas de vigilância e controle social, requerendo com isso a reformulação das políticas sociais. Como uma estratégia do Estado para responder ao conflito capital-trabalho, tais políticas fornecem uma base de sustentação às contradições que ameaçam romper a ordem social. Portanto, as transformações que operam decorrem de seu enclave com o trabalho, na medida em que permitem compatibilizar o aparato institucional com a acumulação do capital.

De certo modo, a vigilância se organiza e se expande com a emergência do capitalismo. É concebida como uma função central do Estado, exercida por meio de ações de prevenção, monitoramento e repressão, com objetivo de eliminar qualquer ameaça à acumulação de capital. Assim sendo, pode ter alcance geral, sem deixar de perder o seu caráter classista, e ainda que o Estado defina leis e normas para toda a população do território nacional, seu exercício se concentra sobre os despossuídos.

Em Marx, o controle sobre a classe trabalhadora se organiza pelo Estado, mas se exerce fundamentalmente nas relações de produção, e tem como objetivo central elevar ao máximo a mais-valia e o lucro. O capitalismo, à medida que inova com o avanço tecnológico, aumenta o controle sobre a produção, reduzindo a autonomia do trabalhador no processo de trabalho que se torna objetivo. O resultado é a elevação do grau de alienação e a subsunção real do trabalhador à produção. Assim sendo, o aumento da composição técnica do capital, ainda que possa elevar a produtividade e o consumo, acentua as contradições sociais visto que reduz a composição orgânica do capital. Um dos efeitos deste processo é o aumento do exército industrial de reserva e a redução dos salários ao nível mínimo. Significa que as inovações técnicas inseridas na produção elevam a produtividade, mas reduzem o preço do produto, porque é o trabalho (o tempo socialmente necessário) que mede o valor da mercadoria. O resultado é a disparidade entre a modernização tecnológica produzida na sociedade capitalista e a situação da maior parte da classe trabalhadora, forçada a sobreviver na pobreza e na miséria. Daí que a acumulação do capital, a fim de se tornar legal e legítima, precisa do Estado, que funciona como uma "máquina para opressão de uma classe por outra" (Marx, 1999:28), pois com desenvolvimento tecnológico e o conseqüente aprofundamento do antagonismo entre o capital e o trabalho, "o poder do Estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravidão social, da máquina do despotismo de classe". (Idem, p. 85)

Essa identificação do Estado como máquina de opressão contra a classe trabalhadora é o cerne da vigilância e do controle social. Apesar das mudanças implantadas nas suas formas de execução, seus dispositivos guardam o mesmo sentido, pois não alteram a sua estrutura de classe. Em razão desta função essencial do Estado, os marxistas defendem a destruição dessa maquinaria (o Estado) pela eliminação das funções exercidas acima e contra a classe trabalhadora.

Lenin e Mandel pensaram o Estado destacando a sua função de vigilância e de controle pela repressão. Para Lenin, o Estado é "força armada", um poder público separado, indispensável à sociedade dividida em classe. Um poder que "compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições coercivas de toda espécie, que a sociedade patriarcal (clã) não conheceu" (2009, p. 16). Mandel (1977) também identificou a vigilância com o Estado em decorrência da divisão de classes, considerando que o Estado se tornaria inútil e desapareceria caso não mais existisse esse tipo de desigualdade. Ao conceber o Estado como "organização cão-de-guarda" e "testemunha

da pobreza da sociedade”, Mandel conseguiu expor a concentração do poder do Estado contra a classe trabalhadora, exercida por meio do patrulhamento dos territórios de pobreza e da repressão aos conflitos de classe.

No capitalismo monopolista, Mandel (1982) reconhece a transformação na vigilância e no controle, que passam a ser feitos por meio de mecanismos capazes de garantir a separação entre a esfera pública e a esfera privada, podendo determinar também a limitação do direito de greve e de associação. Inclusive, a própria integração da classe trabalhadora, como consumidora, parceira social ou cidadã à sociedade capitalista é, por ele, concebida como um trabalho da maquinaria do Estado.

Na fase do capitalismo tardio, Mandel (1982, p. 332) constatou a mudança na ampliação das funções do Estado, criadas com a finalidade de torná-lo um “capitalista total ideal”. Neste sentido, a vigilância sobre a classe trabalhadora significava mais do que a dominação de classe, pois também passava a ser exercida a função de viabilizar a reprodução do capital, gerando as condições para a sua proteção, consolidação e expansão. Com isso, a legitimidade do Estado se colocava diante da possibilidade do exercício de certa autonomia, como, por exemplo, nos casos em que era autorizado a agir como mediador entre os diversos capitais individuais e as grandes corporações em nível nacional e internacional.

Desse modo, a vigilância e controle foram assumidos pelo Estado, a princípio pela polícia, mas depois ampliadas com as mudanças na relação entre produção e reprodução do capitalismo. Compreendem, portanto, um conjunto de ações executadas em razão do capital. As contribuições de Marx, assim como de Lenin e Mandel, têm sido fundamentais na compreensão do papel do Estado e dos instrumentos que utiliza na condução da economia. Além disso, nos permite reconhecer que, neste processo, se faz necessário reformular os mecanismos de vigilância e de controle social para que o processo de acumulação possa se desenvolver sem entraves. No entanto, ainda que estas contribuições sejam significativas acerca destas funções do Estado, tais abordagens não esclarecem suficientemente sobre a articulação entre a dimensão cultural e material no exercício do poder de vigilância e de controle.

Gramsci é quem vai tratar dessa questão, contribuindo para identificar a separação entre Estado, vigilância e controles social com base no conceito de hegemonia. De acordo com o seu pensamento, a hegemonia se efetua por meio dos aparelhos privados como a família, a escola, as organizações civis, etc, que legitimam a dominação. No interior dos aparelhos privados de hegemonia, as contradições engendradas pelo capitalismo geram disputas no nível da superes-

trutura. A obtenção do consenso pelo grupo ou classe que detém a direção moral ou intelectual da sociedade civil é resultado do trabalho das instituições, dos mecanismos e dispositivos de vigilância e controle social, exercidos tanto no interior, quanto no exterior do espaço de trabalho.

No pensamento de Gramsci, a hegemonia do capital ultrapassa as relações de produção e abarca todos os aparelhos privados de hegemonia, reordenando as formas de sociabilidade pelas transformações constantemente produzidas na cotidianidade. As estruturas do Estado se consolidam com a hegemonia da classe dominante, que, para se manter no poder, teve de admitir a participação da sociedade civil no processo político.

Em Gramsci, o Estado é “hegemonia encouraçada de coerção” (Gramsci, 2000, p. 244), logo tem função de vigilância e de controle social. Significa efetivamente que, se por um lado, o Estado se esforça para anular as formas de autonomia das classes subalternas, por outro, pode admitir a incorporação de algumas de suas reivindicações. Nessa disputa é que se empregam os diversos mecanismos de vigilância e de controle social, que podem tornar a dominação menos coercitiva, visando à garantia da sua hegemonia. Em Gramsci, as mudanças nos mecanismos de vigilância e de controle empregadas contra a classe trabalhadora, nascem na fábrica, mas extrapolam seus muros, passando a envolver também as disputas no interior dos aparelhos privados de hegemonia.

Nesta perspectiva, a organização das relações de produção é feita mediante a adoção de um conjunto de saberes, técnicas e procedimentos que garantem o controle da produção e do consumo. Gramsci destaca a relação entre produção e consumo de massa, entendendo que o fordismo implicou em um novo modo de vida. A interiorização de novos valores no conjunto dos trabalhadores produziu uma sociabilidade para além da fábrica, voltada aos objetivos da produção em massa (Pinto, 2012, p.141). Desse modo, a hegemonia passava a ser construída a partir de novas condições sociais e históricas, trazendo novas formas de coerção, adaptação e controle.

Tais mudanças são, portanto, decorrentes das transformações nas relações de produção, porém as formas de gestão da força de trabalho ultrapassam esse espaço, impactando na sociabilidade e, por conseguinte, nas modalidades de controle social.

Se há, portanto, uma clara necessidade do capital em transformar o trabalho humano em mercadoria e, como parte deste transcurso, engendrar sistemas eficientes de organizar e gerir o consumo daquela que é a rainha entre todas as mercadorias—a força de trabalho, cujo predicado é o de

gerar valor—, há, no entanto, paralelamente, uma necessidade vital de se conceberem determinadas formas de sociabilidade cujo fim é gerar um conjunto de hábitos e comportamentos que sejam complementares às necessidades da acumulação capitalista, amparando, assim, a racionalização do trabalho assalariado (Pinto, 2012, p.141).

Considerando que a vigilância compreende o exercício do poder político sobre a classe trabalhadora, a partir de dispositivos e mecanismos que empregam um conjunto de informações e dados, com objetivo de padronizar comportamentos, as mudanças no regime de acumulação não apenas incidem sobre o processo de trabalho, mas requerem também alterações nos padrões de vigilância.

De um modo geral, historicamente, os conflitos sociais para serem pacificados precisam ser institucionalizados. É nessa construção de uma institucionalidade burguesa, que a vigilância serve como mecanismo de regulação do poder político capaz de assegurar a hegemonia do capital. Administração, fragmentação e individualização dos conflitos de classe resultam não apenas do aprofundamento da divisão social do trabalho, pois compreende também as formas de intervenção do Estado efetuadas basicamente sobre dois eixos: o institucional e o territorial.

Vale destacar que é possível exercer vigilância sem que se tenha controle social, porém esse sempre vem acompanhado das ações de vigilância, muitas vezes se confundindo com ela. Neste sentido, um território pode ser estudado, examinado, vigiado, sem que seja considerada necessária alguma forma de intervenção no lugar. O controle social, no entanto, se dirige para a população de um território ou um grupo social específico, necessariamente.

Neste processo que reúne as ideologias propagadas pelos aparelhos privados de hegemonia é possível entender o modo como o Estado lida com as contradições do capitalismo, empregando seus mecanismos e dispositivos de vigilância e de controle social contra os grupos subalternos. Nas condições do capitalismo atual, as mudanças na produção têm sido determinantes nas transformações dos mecanismos de vigilância e de controle social, impactando na sociabilidade, afetando a institucionalidade da política.

No Brasil, a vigilância e o controle social se convertem em questões problemáticas na política, em grande parte em decorrência da insuficiência do Estado em exercer esse poder, conforme as regras e normas oficiais. Essa incapacidade faz do autoritarismo a sua expressão máxima, o que impede a democracia de funcionar regularmente. A questão remete à forma como o capitalis-

mo se reorganiza nas “diversas etapas do desenvolvimento do subdesenvolvimento” na periferia (Frank, 2005, p. 9), aprofundando a dependência dos países centrais, reproduzindo-se mediante a intensificação da exploração da classe trabalhadora. Nessas condições, as desigualdades sociais são multiplicadas, reforçando com isso a impressão da necessidade maior de vigilância e controle social, pelo potencial de irrupção que representa a classe trabalhadora.

Nos momentos de crise econômica, a vigilância e o controle social são reivindicados pela sociedade, mas diante da insuficiência da capacidade do Estado administrar a crise, são revigoradas as forças conservadoras que marcaram o autoritarismo da cultura nacional.

2 – O neoconservadorismo brasileiro e a reformulação da vigilância e do controle social

A origem do neoconservadorismo na política brasileira remonta aos anos de 1987 e 1988, na Constituinte, período de formação do Centrão (Sierra, 2019). Nessa época, 32 deputados formaram a bancada evangélica¹, que participou do Centrão e apoiou a eleição de Fernando Collor de Mello. Em 2003, os 60 representantes de vários partidos e igrejas formaram a Frente Parlamentar Evangélica.

De acordo com Cunha (2013), o tradicionalismo da Frente Parlamentar Evangélica

[...] trouxe para si o mandato da defesa da família e da moral cristã contra a plataforma dos movimentos feministas e de homossexuais, valendo-se de alianças até mesmo com parlamentares católicos tradicionalistas, diálogo impensável no campo eclesialístico (não paginado)

Configurava-se, portanto, a construção de um projeto com objetivos notadamente políticos, voltado a disputar a hegemonia pela direção normativa e

¹ Segundo Prandi e Santos (2017), a bancada evangélica se formou no final de 1986, sendo conservadora, sem ser ideológica e politicamente homogênea. Ela é definida como “um grupo suprapartidário, composto por congressistas ligados a diferentes igrejas evangélicas, tanto do ramo histórico ou de missão como do pentecostal e neopentecostal, que atuavam em conjunto para aprovar ou rejeitar a legislação de interesse religioso e pautar diversas discussões no parlamento brasileiro. Seu nome oficial é Frente Parlamentar Evangélica, mas essa frente é correntemente chamada de bancada evangélica pela mídia, pela literatura científica, pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e por seus próprios membros”.(p. 187).

religiosa.

A bancada evangélica não teve crescimento progressivo, tendo até reduzido à metade do número de parlamentares, em 2006, quando se associou com a bancada da bala, passando, junto com a bancada ruralista, a engrossar a representação conservadora na política.

A bancada ruralista representa a permanência do conservadorismo na política brasileira. A sua influência na política perdura em razão da Constituição Federal de 1988 não ter rompido com a estrutura oligárquica que moldou a política brasileira desde os tempos da independência. Por conseguinte, o Estado brasileiro continuou “[...] sendo, nas últimas décadas, uma república oligárquica, avessa ao controle popular” (Leite, 2018:81).

De acordo com Leite (2018: 87), o governo Lula, visando criar condições de governabilidade, incluiu no seu governo a direita fisiológica, entregando cargos, gestão de recursos e parcelas de poder. As exportações dos produtos primários favoreceram o agronegócio e o grande capital financeiro, enquanto as políticas do governo expandiam o consumo ampliando a participação no mercado de milhares de pessoas antes marginalizadas (Idem, 87-88). A inclusão desses sujeitos não implicou em elevação da consciência e da cidadania, gerando pelo contrário o aumento do individualismo possessivo, do consumismo e das identidades religiosas conservadoras (Idem, 88).

O governo petista não foi passivo neste processo de fortalecimento dos evangélicos no poder. Em 2006, o partido dos trabalhadores determinou como uma de suas prioridades a busca do voto evangélico, e Lula também prometeu ampliar parcerias na área social do governo federal com as igrejas evangélicas (Mariano et al., 2006: 66). Além disso, neste mesmo ano, o ex-presidente concedeu emissoras de rádio e TV para igrejas e parlamentares evangélicos (Idem).

Em 2011, a pressão da bancada evangélica sobre o governo do PT se adensou e a presidente na época, Dilma Rousseff, chegou a vetar a distribuição de material educativo sobre diversidade sexual em escolas. Em fevereiro de 2012, o governo suspendeu a propaganda que estimulava o uso de preservativo entre jovens homossexuais. Dando continuidade a essa orientação, em 2013, a votação da PLC 122, que criminalizava a homofobia foi adiada e também foi suspensa a distribuição do material contra homofobia, elaborado pelo Ministério da Educação para distribuição nas escolas.

Os evangélicos forjaram o consenso a favor do neoliberalismo e fortaleceram a moral religiosa, que foi apropriada na política como uma força contra dos direitos humanos das minorias. Cunha (2013) destacou que os evangélicos

reforçaram na política a identificação dos gays como inimigo nacional, o “inimigo contra a religião e seus princípios, contra a Bíblia, contra Deus, contra o Brasil e as famílias”. Considerando que a mudança no Brasil deveria ser feita pela formação de uma nova ordem baseada na moral cristã, no neoliberalismo e no emprego severo das leis e das armas, os evangélicos revigoraram o fundamentalismo cristão e apoiaram a ofensiva do capital contra a classe trabalhadora. Ampliando a sua expressão com a formação da bancada da Bíblia, que tem incorporado também os católicos, os evangélicos se uniram a bancada ruralista e a bancada da bala, formando a base mais fiel de apoio ao governo neoconservador. Desse modo, os neoconservadores revigoraram o que é mais tradicional na política brasileira: a sua raiz no latifúndio, a sua força nos aparelhos repressivos e a sua moral cristã. Neste sentido, o neoconservadorismo avança com base na combinação entre o arcaico e o novo, sendo este último uma expressão da força política dos evangélicos:

Alianças do religioso com o não-religioso formando exércitos que marcham em defesa da moral e dos bons costumes – em defesa da família – não é algo novo no Brasil, mas é bastante novo no espaço político que envolve os evangélicos e suas conquistas na esfera pública. (Cunha, 2013, não paginado)

Nestes termos, o neoconservadorismo inova porque se distancia do modelo Europeu, e se aproxima do modelo político norte-americano, que associa a moral cristã evangélica com a defesa das armas². Desse modo, o que poderia parecer uma contradição exacerbada acaba se constituindo nos pilares do neoconservadorismo, visto que apresenta, em sua proposta, a religião como instrumento de integração social e o código penal como elemento de defesa da sociedade de livre mercado.

Desse modo, o neoconservadorismo serve perfeitamente ao atual estágio de acumulação, visto ter declinado a força das ideologias de esquerda, a capacidade de organização da classe trabalhadora pelos sindicatos e a quantidade de empregos, enquanto se acentuaram as críticas contra a biopolítica, que acabou admitindo o recuo do Estado nas políticas sociais. Não obstante, um novo desenho alinhado às normativas dos direitos humanos foi elaborado, provocando a reformulação institucional dessas políticas.

² Sobre o neoconservadorismo americano ver Ariel Finguerut. A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush. Dissertação de Mestrado (Dissertação em Sociologia). Unesp de Araraquara. São Paulo, 2008

Todavia, enquanto a crise social se acentuava em decorrência do desemprego e da multiplicação de trabalhos precários, a sociedade buscava promover mudanças na cultura institucional mediante a produção de normas democráticas, que autorizavam a participação de organizações da sociedade civil na formulação e execução da política. A iniciativa desagradou aos conservadores, acostumados a manter as minorias distantes das decisões políticas.

A reação emerge com a ascensão do neoconservadorismo, expressando os interesses da extrema direita em manter na subalternidade todos os grupos sociais discriminados política e socialmente. Neste sentido, os neoconservadores oferecem um novo modelo de vigilância e de controle social que remete ao patriarcado. A política educacional é um de seus alvos principais. Iniciativas de valorização da abstinência sexual, combate ao aborto e ao reconhecimento do casamento gay, ou qualquer ação em favor das minorias são rechaçadas. A disputa neoconservadora não se concentra apenas sobre o econômico, mas se estabelece como disputa cultural.

O resultado é a dissociação entre a política social e a sua base nos direitos humanos, a qual ela vinha se expandindo na criação de estatutos, como da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente, do idoso, da juventude etc. Impedir o avanço dessas políticas implica em destruir a institucionalidade democrática que, a despeito do avanço das políticas neoliberais, vinha sendo criada, de forma a desautorizar a omissão do Estado diante dos grupos estruturalmente subalternizados.

Neste sentido, o neoconservadorismo surge como reação à “Constituição Cidadã” de 1988, reunindo as forças políticas da direita que se sentiram prejudicadas pela sua orientação baseada nos direitos humanos. Como a direita se sentia envergonhada de assumir o seu projeto (Quadro e Madeira, 2018), ela precisou se fortalecer ideologicamente para garantir o seu quinhão no poder e foi encontrar essa base de apoio junto aos neoconservadores. A ideia de que qualquer coisa seria melhor que o governo petista deixa nítida essa intenção.

A associação do neoliberalismo com o neoconservadorismo constitui um fenômeno do mesmo movimento de acumulação do capital, em um contexto de hegemonia do capital financeiro. Nestas condições, nenhuma ideologia racional poderia ser levada adiante, muito menos aquela baseada na ética dos direitos humanos, que orienta os movimentos sociais. Daí o capital, visando manter a extrema concentração de renda, apesar do desemprego estrutural e do declínio das políticas sociais, precisar afundar os direitos humanos no caldo da moral neoconservadora, composta pela doutrina do velho testamento, defesa do livre mercado, intimidação e punição severa contra todos que representam

algum perigo à ordem liberal cristã.

Nesse esforço, a princípio empreendido pelas ideias do empreendedorismo sem alma dos neoliberais, os evangélicos fornecem o verniz ideológico do sujeito ético, honesto, homem de bem, em oposição ao vagabundo, à prostituta e a todos que não procuram “vencer pelo esforço próprio” e “pela fé em Deus”. Com isso, discriminam e culpabilizam os outros pelas crises políticas, sociais e econômicas, o que implica em forjar uma nova subjetividade na classe trabalhadora, reforçando os mecanismos de vigilância e de controle social pela apropriação política da religião.

No neoconservadorismo, a associação aparentemente estranha dos valores cristãos com as armas têm um claro significado. Trata-se da perspectiva neoconservadora alimentada pela religião, que está crescendo neste país, enquanto se restringem os direitos sociais. O neoconservadorismo nas ações de vigilância e de controle tem por efeito essa dualidade da realidade, compreendida como uma luta do bem contra o mal, na qual o bem se identifica com a moral cristã, branca e patriarcal, enquanto o mal representa tudo que se afasta disso, de modo que quanto mais distante pior. Trata-se de um recurso de controle, que vai adquirindo a conotação de uma pedagogia cristã.

Neste sentido, a inserção dos evangélicos na política não pode ser descartada da compreensão deste fenômeno, pois o neoconservadorismo não surge no momento do golpe de Dilma Rousseff, mas resulta de um movimento iniciado na Constituinte em 1987 com a formação da bancada evangélica, que foi se fortalecendo com seu crescimento e associação com a bancada rural e a bancada da bala, ou seja, já se encontrava no centro da disputa política, negociando, ocupando espaços e conseguindo marcar presença no Poder Legislativo, nas redes sociais e na mídia, pela divulgação de seus projetos e ideologia, defendidos expressivamente na performance dos políticos, que marcavam oposição às esquerdas e buscavam o respaldo das igrejas evangélicas, a sua base principal.

A reativação do pensamento conservador é estratégica, pois fornece uma ideologia de reforço ao projeto neoliberal servindo a sua intenção de massacrar os direitos da classe trabalhadora, destruindo todos os obstáculos constitucionais. O neoconservadorismo acompanha o avanço do neoliberalismo e se fortalece no movimento de radicalização política que sucedeu as crises políticas e econômicas do século XXI, principalmente a crise de 2008. A sua identificação com a ascensão da extrema direita é imediata, mesmo porque neoconservadores e neoliberais comungam do mesmo projeto de classe.

Em nome da moral tradicional e da reafirmação do cristianismo, o neoconservadorismo se apresentou como suporte e ao mesmo tempo como com-

bustível para o avanço da agenda de destruição dos direitos sociais e trabalhistas. Enfatizando as representações sociais mais do que sobre a construção de uma ideologia política própria, incitaram o ódio às esquerdas e às minorias sociais, consideradas culpadas pela crise, tida primeiramente como uma crise da moral social.

O recurso ao cristianismo no discurso neoconservador tem funcionado como uma estratégia política de legitimidade e também como apoio, visando tornar aceitáveis o autoritarismo e a intolerância em defesa da família e da propriedade. A difusão do medo nas narrativas da mídia, reforçada no discurso político neoconservador, tem envolvido os conflitos de classe numa ilusão ideológica do bem e da paz, por sua vez inalcançáveis sem justiça social.

O racismo, a xenofobia, a misoginia, a intolerância religiosa, a identificação das esquerdas como inimigas, constituem o seu repertório empregado contra as conquistas democráticas da Constituição Federal de 1988. Nesta perspectiva, o neoconservadorismo e o neoliberalismo são antidemocráticos e, separadamente, enfrentariam inúmeras resistências na política para implementar seus projetos, tanto pelo questionamento acerca da legalidade, quanto da legitimidade. Contudo, associados, ambos conseguem tomar vigor, sendo o neoconservadorismo mais eficaz que o neoliberalismo na condução das medidas anti-populares, em razão do modo como emprega a sua ideologia.

Como tem o cunho religioso, fundamentalista, os neoconservadores do Brasil se chocam diretamente com os direitos humanos e, com isso, procuram alterar os fundamentos da vigilância e do controle social, para que atuem em proveito do capital. O ataque neoconservador aos direitos humanos tem conseguido liberar os entraves institucionais da agenda neoliberal, destruindo os direitos sociais, trabalhistas e de minorias.

O neoconservadorismo brasileiro traz, portanto, os elementos de uma base cristã evangélica, combinados com os princípios da liberdade de mercado, sendo assim duplamente fundamentalista. Dividindo a sociedade entre os cristãos e o resto, ou seja, seus inimigos, os neoconservadores incentivam a “cruzada” contra indígenas, quilombolas, gays, lésbicas, religiões afro, sobretudo, pevistas. O nacionalismo propagado reforça a discriminação contra imigrantes e refugiados em defesa de uma identidade cultural, nunca tida no Brasil. Desse modo, abrem uma fenda na Constituição Federal de 1988, que incorporou princípios e normas dos direitos humanos como fundamentos do Estado Democrático de Direitos.

Não obstante, o neoconservadorismo possui uma base de apoio significativa, que extrapola o número de evangélicos no país. Isso porque se utilizam

da moral cristã e conseguem alcançar as massas, respondendo ao senso comum, associando fé com empreendedorismo e consumo. Ou seja, a ideologia cristã evangélica é bem afinada aos ideais da sociedade neoliberal, pois lança sobre o mérito individual a possibilidade de ascensão social. Isso, no entanto, não implica em considerar os pobres como sujeitos que embarcam ingenuamente nessa ideologia político-religiosa, mas trata-se de compreender as estratégias políticas do atual governo, identificando a sua base e seus objetivos no que se refere ao par controle – subjetividade. Neste sentido, o enfoque não é sobre a sociedade em geral, mas sobre o governo e o alcance de uma base suficiente para sustentar as condições de governabilidade, apesar de a política não alcançar o êxito econômico com as reformas realizadas. O desemprego de 12,4 milhões de pessoas, além do alcance da mais alta taxa de informalidade e do acesso precário à saúde, à moradia e à assistência social, não parece ameaçar seu governo. Segundo pesquisa realizada em outubro de 2019, pela XP Investimentos em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe)³, 30% da população apoiam a administração de Jair Bolsonaro, considerando-a boa ou ótima.

Não obstante aos problemas oriundos da extrema direita no poder, as organizações nacionais e internacionais em defesa dos direitos humanos têm reagido. Caso constatado no primeiro ano de mandato deste presidente, que foi denunciado no Relatório Mundial 2020, elaborado pela Organização Não Governamental internacional Human Rights Watch, como um período marcado pela extração ilegal na Amazônia e pela implementação de uma agenda contrária aos direitos humanos.

Considerar que o neoconservadorismo surgiu no contexto do golpe de 2016 é querer se concentrar sobre a serpente, sem perceber como foi feita a nutrição do ovo. Portanto, o conservadorismo é um traço marcante da cultura nacional, que se encontra disseminado na sociedade. Um fenômeno que cresce pela apropriação da moral evangélica e pela cooptação dos católicos, que também legitimam as suas pautas *conservadoras*. Neste contexto, o neoconservadorismo reforça a ideologia do livre mercado, completando o processo de destituição dos direitos sociais e trabalhistas, buscando a redução do gasto do governo pela redução das políticas sociais. Por fim, representa o divórcio da política so-

³ Estado de Minas. Pesquisa aponta que 46% da população esperam governo Bolsonaro Bom ou Ótimo. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/10/15/interna_politica,1092924/46-da-populacao-esperam-governo-bolsonaro-bom-ou-otimo-diz-pesquisa.shtml>.

Acesso em: 2020.

cial embasada pelas normas dos direitos humanos, sendo, portanto, incompatível com a Constituição Cidadã. Assim sendo, ele funciona como um recurso ideológico ao projeto neoliberal, capaz de revestir a direita de uma moral desavergonhada, fazendo avançar seus projetos, reformulando a maquinaria estatal em prol dos capitalistas, inaugurando um novo formato de controle social avesso às normas dos direitos humanos.

Após 31 anos de vigência, os direitos sociais declinam e toda a construção política que vinha, com muita resistência tentando ser implementada, é suprimida. Não apenas por causa do avanço da extrema direita no poder, mas também em razão da pressão do capital contra os mecanismos de vigilância e de controle social adotados nos moldes democráticos, definidos conforme as normas oficiais. Esses estão sob a mira da direita que pretende implementar novas formas de vigilância e de controle social. O resultado é o aumento da repressão contra os movimentos sociais e contra os pobres de um modo geral.

Desse modo, o neoconservadorismo brasileiro é uma força política que emerge em decorrência de um *deficit* de hegemonia da classe dominante, incapaz de implementar as mudanças que os capitalistas julgam necessárias, sem ferir a democracia, sem “rasgar” a Constituição Federal, sem esvaziar a cidadania, sem recorrer a repressão. Ficou evidente que a destruição dos direitos sociais e trabalhistas foi resultado do golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff, assim como a prisão de Lula, que se deu para que a sua provável eleição não se tornasse um empecilho ao capital.

Este processo acabou fortalecendo o movimento neoconservador, que já vinha crescendo na política. No entanto, o conservadorismo é uma marca do autoritarismo da sociedade brasileira, um risco para a classe trabalhadora e a democracia no Brasil.

No atual contexto de crise agravada pela pandemia do coronavírus, as formas de controle e vigilância tendem a se tornar mais rigorosas e antidemocráticas, descortinando o processo que vinha deixando em evidência a correspondência entre as transformações na produção e as mudanças nas formas de controle social. Neste movimento de reformulação das medidas do governo para salvar a economia, novas estratégias vão sendo criadas na tentativa de manter inalteradas as estruturas do modo de acumulação vigente. Com isso, o governo é cobrado de uma gestão mais efetiva, capaz de viabilizar a possibilidade de lucro das empresas e de rendimentos aos investidores, ao mesmo tempo em que deve se mostrar eficaz no exercício do controle sobre a classe trabalhadora.

Referências

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. Santa Catarina: Clube dos Autores, 2009.

PINTO, Geraldo Augusto. De Demiurgo a Operário: uma Análise Gramsciana do Trabalho sob o Taylorismo/Fordismo. **Si Somos Americanos [online]**, vol.12, n.2 [citado 2020-10-08], pp.133-151, 2012.

CUNHA, Magali do Nascimento. O que se esconde atrás do caso Marco Feliciano da Comissão de Direitos Humanos. Net, mai. 2013. **Seção Artigos**. Disponível em: <<https://leonardoboff.org/2013/05/09/o-que-se-esconde-atras-do-caso-marco-feliciano-da-comissao-de-direitos-humanos/>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

FRANK, Gunder André. **Capitalismo y subdesarrollo em La America Latina**. Chile: Centro de Estudios Miguel Enriqueza – Archivo Chile, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Carcere**. Vol III. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

LEITE, José Correa. O PT e a construção de uma sociedade neoliberal no Brasil. In: LEITE, José Correa et al. (org.) **O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate**. São Paulo: Elefante, 2018.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

_____. **O capitalismo tardio**. São Paulo : Abril Cultural, 1982.

MARIANO, Ricardo et. al. Evangélicos Sanguessugas, Presidenciáveis e Candidatos Gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. **Debates do NER**. Porto Alegre, ano 7, n. 10, p. 65-78, jul-dez, 2006.

PRANDI, Reginaldo e SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social. Revista de sociologia da USP**, v. 29, n. 2, p. 187-214, 2017.

QUADRO, Marcos Paulo dos Reis e MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, set-dez, 2018..

SIERRA, Vânia Morales. Eclipse da Democracia: o neoconservadorismo no contexto de hegemonia do capital financeiro. In: VICENTE, Debora da Silva Vicente et al.(org). **Políticas Públicas de Educação no Brasil**: reflexões políticas e pedagógicas. Rio de Janeiro: MPRJ, UFF, 2019. p. 20-34.

AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA: ULTRANEOCONSERVADORISMO E ULTRANEOLIBERALISMO NO BRASIL DA ATUALIDADE*

*Maria Elizabeth S. Borges
Maurílio Castro de Matos*

Este capítulo pretende refletir sobre a conjuntura brasileira de ataque aos direitos da classe trabalhadora e à diversidade humana, indicando como hipótese que se encontra em curso no país a implementação de um projeto ultraneoliberal, que tem como sua contraface um projeto ultraneococonservador.

Busca refletir sobre a necessidade de se identificar nitidamente que projeto é esse e qual o seu impacto para a classe trabalhadora e para o Serviço Social, ao dialogar com o rebatimento no trabalho de assistentes sociais, uma vez que esses/as profissionais lidam diretamente com a população que mais vem sendo atingida no ataque aos seus direitos, tanto pela redução das políticas sociais, como pelo controle das suas formas de agir e pensar.

O Serviço Social brasileiro construiu um projeto de profissão afinado com a afirmação dos direitos da classe trabalhadora e seus posicionamentos acabam também sendo questionados. Assim, a reflexão crítica que se pretende realizar, busca desnudar a realidade, problematizando, especialmente, o discurso de ataque à diversidade humana, tratado por alguns analistas como "cortina de fumaça".

Partimos de uma breve análise da conjuntura, tomando os marcos do início do segundo ano do governo Bolsonaro e seu impacto para a classe trabalhadora. Uma das fontes de pesquisa sobre os posicionamentos da categoria profissional foi o documento do conjunto CFESS-CRESS, denominado "bandeiras de luta", que reúne posicionamentos tirados no último Encontro Nacional CFESS-CRESS (gestões 2017-2020), que representam concepções de representantes de base e da direção de Conselhos Regionais de Serviço Social do país (CFESS, 2020). Dividimos o artigo em três partes, partindo da análise de conjuntura, da exposição da hipótese de trabalho e levantando algumas questões relacionadas ao Serviço Social na atualidade.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.71-88

Que país é esse? A pergunta que persiste

A pergunta, formulada pelo poeta Renato Russo e cantor do grupo de Rock brasileiro Legião Urbana, em 1987, parece-nos ter atualidade no Brasil de hoje, pois continuamos perplexos diante da expressão pública que busca legitimar uma moralidade conservadora e de novas incertezas no plano econômico-social e político. Especialmente nas duas últimas décadas, o vertiginoso aumento das denúncias de violência – denúncias estas que vieram à tona devido a re-democratização e a organização combativa de diversos movimentos sociais – que atingem diversos segmentos sociais, especialmente quem luta pelo direito à terra e quem ousa viver fora do padrão dominante, como é o caso da população LGBTI, ou daqueles que trazem em suas vidas a marca de nossa formação social, como é o caso das mulheres e homens negros vítimas do racismo estrutural no país. Os fatos denunciam que a democracia racial no Brasil é mais uma mistificação.

O momento atual faz expressar um grau novo de discriminação, marcado pela explicitação e pela naturalização de preconceitos, que têm a sua origem nos juízos provisórios, necessários para o agir humano na cotidianidade. Segundo Heller (1992), quando a ciência, ou uma experiência cuidadosa analisada, refuta esse juízo provisório, mas esse se mantém como referência para os sujeitos que o recorrem, aí se transformam em preconceitos. Assim, compreende-se que a existência de preconceitos, não é um fenômeno novo, a novidade é ser, na sua expressão pública, a busca em legitimar o ódio de classe, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero e etc., como formas de desvalores sustentados por representantes do executivo e de parte da sociedade civil. O que compreendemos como desvalor, sustenta-se em Heller (1992, p. 4-5), quando afirma:

[...] valor é tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou indiretamente, para a explicação desse ser genérico. [...] e pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de uma determinada componente essencial. O *valor, portanto, é uma categoria ontológico-social* [...] (Grifos originais)

A conjuntura se explica na relação com a estrutura e, pelo desenrolar dos acontecimentos, desde a interrupção do governo de Rousseff (2016), estão explícitos os interesses da direita, que era facilitar o caminho das políticas neoliberais no plano econômico. O golpe parlamentar-midiático, que permitiu a as-

censão de Temer ao poder, abriu a trilha para a aceleração da concepção neoliberal nas políticas sociais e na condução do Estado, que nada mais é do que carrear recursos para o sistema financeiro-especulativo, com congelamento de recursos e inversão de prioridades.

O governo Temer explicitou que a questão social vem sendo enfrentada como questão de polícia, com a militarização de favelas, incentivo a medidas de força em nome da ordem, guerras declaradas ao tráfico de drogas, homicídios e outras tantas demonstrações da intervenção armada e da herança da doutrina de segurança militar, com desenvolvimento da indústria armamentista (ela mesma, uma fonte de lucro). Foi um governo ilegítimo, que pavimentou as bases para o que veio a seguir, inclusive com a aprovação da EC95/2016, que congelou os investimentos em saúde e educação por vinte anos.

Pelo processo eleitoral em 2018, o rumo político levou à opção extremada e totalitária, com a chegada de Bolsonaro ao poder, com suas propostas muito mais aviltantes e já tendo conseguido emplacar as reformas previdenciária e trabalhista em seu primeiro ano de governo. A eleição de Bolsonaro evidenciou este potencial de forças em presença na sociedade e de manifestações neofascistas¹, com articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio, ações antidemocráticas, demonstração de autoritarismo na relação com o conhecimento, com a cultura e com as artes e no plano econômico, a consolidação do ultraneoliberalismo.

Essas ideias, entretanto, não nasceram de Bolsonaro, já germinavam na sociedade, ele e seus aliados souberam capitalizá-las e transformar em poder, unindo-se às forças reacionárias, de matriz fundamentalista; foi buscar no recôndito da sociedade, de raiz escravocrata, racista e elitista. E aqui nos apoiamos em Gramsci (2016, p. 83), quando diz: “as ideias e opiniões não ‘nascem’ espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, irradiação, difusão e persuasão [...]”

Em seu segundo ano de governo, consolida-se a ameaça no campo da formação acadêmica, com a perseguição ideológica às universidades públicas, manifestas nos cortes e contingenciamento de recursos, suspensão de programas e de bolsas para iniciação científica, para a pesquisa acadêmica, dificuldades para manutenção da política de cotas e de permanência na Universidade, um evidente enfrentamento à democratização desta instituição secular, reforçando o modelo de universidade privatista e elitista. A perseguição aos movimentos de defesa das pautas progressistas; LGBTQIA+, quilombolas, mulheres, indígenas,

¹ Sobre o fascismo e suas expressões na atualidade, realizaremos adiante algumas considerações.

meio ambiente. A perseguição à chamada “ideologia de gênero” e projeto como “escola sem partido”. Na saúde, o sucateamento do SUS, com recursos e incentivos direcionados à iniciativa privada. Na assistência social, recrudescimento dos critérios de acesso ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e mais os estragos na Previdência social, com novas regras para os cálculos atuariais para aposentadorias e acesso aos benefícios, como pensões.

Em meio a pandemia da COVID-19, falas do presidente contrárias ao distanciamento social da população, em direção oposta ao conhecimento científico, expressando explicitamente a preocupação com os lucros dos empresários. A busca de enfrentamento à pandemia demonstrou as aviltantes condições de trabalho, afora a tentativa de redução de salários, censuras e outras barbaridades. E por fim, sem esgotar os exemplos, a constatação dos ataques à democracia, com o governo perseguindo ideologicamente a imprensa, buscando substituí-la por “Fake News” em redes sociais, que é a forma do executivo se comunicar com a sociedade.

O que acontece no Brasil não é isolado, pois, o sistema do capital pressupõe a crise, ela não é um defeito do capitalismo, mas é-lhe inerente, até necessária ao equilíbrio no desequilíbrio da dinâmica do capital e muitas vezes, é até provocada. Os estudos sobre as crises cíclicas já mostraram a origem e o significado das crises estruturais do capitalismo, a exemplo das obras de Mandel, Chesnais, Mézários, Harvey, dentre outros. O que diferencia a crise atual das demais é sua persistência no tempo, sem que o capital tenha ativado seu pleno poder de recuperação do padrão de acumulação, mas, ao contrário, vai demonstrando a saturação do seu projeto de desenvolvimento econômico; vejamos por exemplo, a tendência da queda da taxa de lucro das empresas, o elevado percentual de desemprego e a crise ambiental. Os problemas e contradições desse sistema só tem se ampliado, ainda que contidos ideologicamente.

Algumas características são peculiares ao momento atual do capitalismo em sua crise estrutural de longa duração, como o aumento do poder do capital sobre o trabalho, a reestruturação produtiva com expulsão de força de trabalho, com consequente aumento do desemprego e da exploração; do ponto de vista dos interesses do capital, as medidas de contenção da crise têm sido por redução e congelamento de salários, demissões, privatizações, elevação de impostos, flexibilização das regulações do mercado de trabalho, cortes de gastos sociais, aumento da idade para aposentadoria, reformas tributária, trabalhista, ou seja, tendências regressivas. Em síntese, o governo atual só está realizando uma agenda programada e em consonância com os interesses do capital financeiro.

O que acontece é que, no Brasil, mas não apenas por aqui, se aliou à

agenda econômico-financeira, um aprofundamento do neoconservadorismo. O governo tem se manifestado pelo culto à violência policial e ideologia repressiva (rebaixamento da idade penal, armamentismo, extensão de penalidades) e também pelas intolerâncias às “minorias” sexuais, com fortes apelos religiosos (contra legalizações: aborto, drogas/produtos psicoativos, uniões homoafetivas). Para Gramsci (2016, p. 187), “as crises consistem justamente no fato de que o velho morre e o novo ainda não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos variados”. Diríamos que estamos vivendo nosso momento de patologia.

O que perguntamos é sobre as características fascistas no bloco do poder executivo, localizando o fascismo na história. Este surge na Europa nos anos 1920-30, em vários países, existindo movimentos, ou mesmo governos fascistas e por isso foi tema do III Pleno ampliado do Comitê Executivo da Internacional Comunista, em junho de 1923, quando Clara Zetkin ficou responsável por realizar um informe e uma resolução sobre o fascismo.

Zetkin (2019) realizou uma crítica, ao dizer que o partido comunista ignorou o poderio ideológico e político do fascismo, ao entendê-lo somente como um movimento militar, enquanto que na sua compreensão se tratava de um fenômeno internacional, funcional ao capitalismo, na medida em que tinha como alvo a classe trabalhadora. Daí, a importância da união entre os proletariados no seu combate, na constituição de uma frente única².

Taber e Riddell (2019: 20, 21) apontam as seguintes características do fascismo: seu surgimento está imbricado com a crise do capitalismo e seu ataque à classe trabalhadora; emerge devido à incapacidade do proletariado em enfrentar essa crise e tomar o poder; tem um caráter de massa com especial apelo à pequena burguesia³; a sua ideologia eleva a nação acima dos interesses e contradições das classes; em defesa do nacionalismo, recorre às forças armadas

² Tratava-se de uma reflexão coletiva. Trotsky estava presente nesse pleno e como é de conhecimento público, em seu exílio, defendeu vigorosamente em vários textos a frente única. Gramsci, também estava presente e foi, de acordo com Trotsky o primeiro integrante do recém-nascido partido comunista Italiano a atentar para as reais características do fascismo, a partir da crítica a Mussolini. O autor sardenho continuou seus escritos de combate ao fascismo na prisão, marca da sua obra.

³ Como aponta Calil: “Uma das características fundamentais do fascismo, em suas distintas experiências históricas, é o fato de que, embora quando no poder tenha expressado os interesses do grande capital (como as políticas concretas dos regimes fascistas comprovam fartamente), ele não se constituiu inicialmente como organização impulsionada pela grande burguesia. Ao contrário, sua ascensão foi impulsionada fundamentalmente por setores intermediários, muito especialmente a pequena burguesia” (2019:53).

com uso da violência, a ideologia do racismo é central e recebe apoio das classes dominantes, que veem no fascismo a possibilidade de frear a organização da classe trabalhadora.

De acordo com Bottomore (2001, p. 147-148) existem, em geral, três elementos presentes na conjuntura de emergência do fascismo: o "capitalismo monopolista", "uma aguda crise econômica" e "posição ameaçada de grandes segmentos da classe média".

A partir de 1924, com a morte de Lenin, houve uma mudança de postura da Internacional Comunista em relação ao fascismo, ao trazer a tática de tão importante quanto o combate ao fascismo era também o combate à social-democracia e com isso, foi superada a resolução que defendia uma frente única. Os escritos de Trotsky, no seu exílio contra Stálin, criticavam também contundentemente esse posicionamento. Trotsky tem várias passagens, onde destaca a confusão desse, suposto, duplo combate tirado à época pela internacional comunista. Destacamos este:

A social-democracia, que hoje é o representante principal do regime parlamentar burguês, apoia-se nos operários. O fascismo porém, apoia-se na pequena burguesia. A social-democracia não pode ter influência sem as organizações operárias de massas. O fascismo, porém, não pode consolidar o seu poder de outra forma, senão destruindo as organizações operárias. A arena principal da social-democracia é o parlamento. O sistema do fascismo é baseado na destruição do parlamentarismo. Para a burguesia monopolista, o regime parlamentar e o regime fascista não representam senão diferentes instrumentos de sua dominação: recorre a um ou a outro, segundo as condições históricas. Mas para a social-democracia, como para o fascismo, a escolha de um ou outro instrumento tem uma importância própria; mais ainda, é para eles uma questão de vida ou de morte política (Trotsky, 2018, p. 87).

Parece evidente que não existe uma única forma de manifestação de fascismo, variando em cada país, conforme já atentavam Zetkin (2019) e Trotsky (2018), por exemplo. De tal maneira, não se pode transpor o fascismo histórico para o da atualidade, que se manifesta conforme as particularidades em cada região.

O discurso do presidente Bolsonaro, como pretexto de combate à esquerda e em defesa de um projeto de ultradireita, expressa o ódio à diversidade humana, a ênfase da misoginia, a defesa do armamento para o enfrentamento das expressões da questão social, dentre outras. Essas manifestações presidenciais

ais, trazidas aqui como exemplos, uma vez que não esgotam os conteúdos de seus discursos, fez emergir a preocupação com a possível instalação do fascismo ao modo tupiniquim.

Os artigos coligidos em Cislaghi e Demier (2019), buscam analisar se seria o governo Bolsonaro fascista e avaliam que não há dúvidas de que existem elementos fascistas, mas que não se trata, ainda, de um Estado fascista. Tal conclusão, em nada pode ser vista como um alento, na medida em que a experiência histórica mostra que o fascismo como modo de governo se instalou processualmente, em geral após eleições democráticas, embora Löwy (2012) considere que no Brasil ainda não há um partido de extrema direita que lhe dê sustentação. Entretanto, cabe problematizar sobre as particularidades do frágil sistema partidário brasileiro – a exemplo do próprio presidente que já desde o seu primeiro ano de mandato, encontra-se sem partido, mas que não o vem impedindo de obter vitórias (não todas) nas suas pautas enviadas ao Congresso Nacional – donde essa característica tanto pode ser potencializada a favor, ou seja, um empecilho ao seu projeto de cunho fascista. Conforme, abordamos não se trata de uma transposição. Existem, sim, traços alarmantes que confirmam se tratar de um governo com ideais e ações fascistas, mas que se materializam em outro momento histórico e em outra região, com histórias particulares, do planeta.

Se está correta a hipótese de que estamos vivendo um governo com elementos fascistas e, lembrando, não significa dizer que o fascismo está instaurado como um governo, embora contenha elementos do que pode vir a ser, consideramos necessário refletir criticamente sobre o discurso acerca da “cortina de fumaça”, pois, se esta hipótese estiver correta, nada tem de acessório a crítica à diversidade humana e às pautas identitárias realizada pelo presidente da república e seus representantes governamentais.

A “cortina de fumaça” como interesse político

Em termos literais, “cortina de fumaça” significa uma nuvem espessa de fumaça produzida pelas chaminés dos navios de guerra, ou feita artificialmente com produtos químicos, cujo propósito é encobrir a visão dos oponentes para despistá-los, enganá-los. Por isso, costuma-se dizer que qualquer atitude que iluda, engane, amenize e/ou despiste as reais intenções ou motivos, há uma tentativa de jogar uma “cortina de fumaça”.

A expressão tem sido utilizada por analistas políticos toda vez que o presidente Bolsonaro, ou seus ministros ventríloquos, se pronunciam sobre as

pautas identitárias, distorcendo seus significados políticos e levando para um campo da moralidade, o que mobiliza reações na sociedade. Este movimento vem se dando simultaneamente à aprovação das pautas econômicas mais recrudescidas, com cortes e restrição de direitos. Segundo as análises, este mecanismo vem sendo utilizado para desviar o foco e minar a força da classe trabalhadora no enfrentamento para manter direitos conquistados.

O que queremos indicar como questão é que, a “cortina” não é apenas um detalhe para desviar a atenção, pois, também apontam para a eliminação de ações de políticas públicas de interesse de segmentos tradicionalmente invisibilizados. Acontece, que os pronunciamentos oficiais mobilizam o pensamento conservador, reafirmam um lugar de desimportância dessas pautas, paralisam o processo de discussão crítica e de construção de valores libertários; em nosso entendimento, a identidade de gênero, orientação sexual e cor/raça devem ser integrantes das lutas sociais da classe trabalhadora e são parte de um mesmo problema.

A classe trabalhadora, em qualquer de seus estratos, vive a crescente pauperização, ampliando o público atendido no âmbito das políticas assistenciais, usuários dos serviços profissionais em seus diversos espaços de trabalho. A nossa hipótese é que, este campo de debate não pode ser dissociado do plano econômico e não pode ser tomado apenas como “desvio de atenção”. No nosso entendimento, o campo da esquerda não pode levar o argumento para o lugar da “piada governamental”.

Do nosso ponto de vista, abandonar as lutas do direito à diversidade humana a seus “guetos” é reafirmar preconceitos e hierarquizações sociais e, portanto, um equívoco. Os ataques à diversidade devem ganhar a centralidade necessária no desvelamento da realidade, pois, não é outra coisa (a tal cortina), mas, ao contrário, são temas que integram o mesmo fenômeno. Por isto, a esquerda não pode reproduzir argumentos que sugiram que a estrutura se sobrepeõe à superestrutura, como momentos diferenciados, quando Gramsci já demonstrou a superação dessa hierarquia. Como já demonstrado, a subjetividade é parte estruturante do ser e se forja nas relações sociais de classe, de raça/cor e de sexo.

Gramsci não pode ser esquecido na discussão sobre a superação dessa hierarquia, dado que seus estudos apontaram uma leitura crítica da concepção marxiana sobre o papel da estrutura nos processos de transformação social, na medida em que o século XX tem novos dados sobre o Estado e a sociedade civil. O estágio do capitalismo vivenciado pelo pensador e ativista político italiano evidencia que, “as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de

trincheiras na guerra moderna” (2016, p. 73), conclusão a que chega por se dedicar à compreensão da cultura, do Estado, da hegemonia e do papel dos intelectuais orgânicos, atualizando o papel das instituições representativas das classes dirigentes.

Além da crítica que realizamos a uma tendência de parte da esquerda de hierarquizar direitos e logo lutas, entendemos de que não se pode tratar apenas como se fosse uma “cortina de fumaça”, se compreendermos que estamos lutando contra um governo com características fascistas, onde nenhum dos seus gestos pode ser considerado aleatório e desinteressado.

Ainda que não possamos transpor abruptamente o fascismo histórico para a atualidade, podemos aprender com a história de que o fascismo se sustentou no racismo, com construção, inclusive, normativo-jurídicas e da medicina. O racismo fascista, não foi “apenas” um terrível preconceito identitário, mas possibilitou, com base na “lei” e na “ciência” a exclusão de amplos segmentos aos seus direitos e, com isso, o redirecionamento de recursos – seja pelo saque dos que tinham alguma renda ou pelo descompromisso do Estado com a reprodução desses sujeitos – para alavancar o capital.

A tal “cortina de fumaça” só evidencia a reprodução de preconceitos arraigados em nossa sociabilidade, a julgar pelos posicionamentos do governo quanto a atitudes que traduzem a LGBTIfobia, a fala da ministra que representa as mulheres, de que meninas vestem rosa e meninos azul, de que meninas indígenas são mais estupradas porque não usam calcinhas, a ênfase nas comunidades terapêuticas para tratamento da saúde mental, de que o governo não deve ser responsável por tratamento para quem se infectou por sua responsabilidade por alguma Infecção Sexualmente Transmissível - IST/AIDS, dentre outras barbaridades. Estes ditos não conformam uma questão acessória, têm no seu horizonte o redirecionamento de “gastos” do Estado para com certos “segmentos” da população, logo não são uma cortina e sim, o fogo que alimenta o conservadorismo na sociedade brasileira e evocando o dito popular, “onde há fumaça, há fogo”!

Para Barroco (2015), o conservadorismo é a reprodução ideológica de um conjunto de determinações estruturais e conjunturais. Não estaria dissociado das ideias formuladas no campo da direita e/ou da ultradireita. De modo geral, o que caracteriza o pensamento conservador é o esvaziamento do conteúdo histórico, a defesa de desfiliação teórica e a valorização de preconceitos em nome da tradição e das evidências empíricas e a negação da totalidade e do “totalitarismo” (como se referem às experiências socialistas).

O conservadorismo reinante, como disse o jurista Pedro Serrano⁴ em palestra local, nos leva a viver o lado sombrio de nossa sociedade, nossas mais profundas contradições, onde parte da elite não esconde seus preconceitos e ódio, não está interessada em integrar a nação e tem medo de perder o controle histórico do poder; segundo ele, o inimigo é étnico e tem classe e na dimensão do afeto isto é incontornável. Seguindo seu raciocínio, isto demonstrou o limite da estratégia de conciliação de classe num país como o Brasil, de extrema desigualdade social e cultural.

Enfim, as ideias contemporâneas respondem às necessidades deste tempo histórico, de barbárie, fragmentações, esgarçamento do tecido social e de retomada de práticas conservadoras e irracionais, no interior das instituições. O pensamento conservador adquiriu contornos específicos no contexto da divisão internacional do trabalho e sua recusa é ao pós-capitalismo. Cabe-nos perguntar, como assistentes sociais enfrentam o confronto com esses projetos em evidência nas instituições do trabalho profissional.

O Serviço Social e o confronto com o projeto ultraneoliberal e ultraneoliberal

Do que já expusemos, a síntese que fazemos é que a roda da História gira, e agora, vivemos um novo ciclo do padrão de acumulação capitalista e de acomodação do Estado autocrático burguês, nos termos de Netto (1992). O que caracteriza este novo ciclo da ordem do capital, em grandes linhas, é a hegemonia e o modelo do capitalismo financeiro.

Especialmente no Brasil, neste ciclo de liberalismo ultra-acirrado (ultra-neoliberalismo), as práticas vêm sendo reorientadas por um conservadorismo de direita, também exacerbado (que denominamos ultraneoliberalismo), uma vez que recorre ao fascismo. Seria uma nova etapa do projeto neoliberal, com a conjugação de um projeto ultraconservador, que busca naturalizar desvalores, para legitimar o neofascismo e que vai repercutir – diretamente – nos estratos mais baixos da classe trabalhadora, uma vez que estes são vistos como mais dispensáveis. A nossa principal preocupação neste debate é que relação isso estabelece com a profissão e quais nossas chances e tarefas para o seu enfrentamento. Este é um tema para o debate que se inicia entre nós e que nos convida a novas e urgentes investigações.

⁴ Professor de Direito Constitucional da PUC-SP e autor do livro: Autoritarismo e golpes na América Latina (Almada)

Na perspectiva de análise que assumimos aqui, nenhuma forma social está dissociada de uma totalidade e de sua materialidade. Os fenômenos dessa totalidade aqui recortados, só fazem sentido se estudados em seus nexos estruturais e conjunturais. O conservadorismo será tomado como um singular, abstrato, se não configurado em seus laços de concreção: a sociedade que lhe dá guarida e chão histórico; a sociabilidade burguesa, como a totalidade complexa e situado na particularidade da sociedade brasileira.

O que demarcamos é a apreensão da realidade nos marcos de referências conservadoras, por parte do governo e seus representantes, repercutindo nas políticas sociais e culturais. Muitos são os fatos cotidianos que nos instigam a problematizar o conservadorismo da contemporaneidade: ainda não está traçado um plano das esquerdas, com conseqüente avanço político das forças de direita; o conservadorismo está nas ruas, no parlamento, na mídia, no governo, na sociedade e ganhou terreno. Manifesta-se nas desregulamentações de direitos, na naturalização de maus tratos contra mulheres, LGBTQIA+, populações de rua, violências domésticas e públicas.

Algumas referências e argumentações que nos permitem situar o conservadorismo em tempo de “capital fetiche” (Iamamoto, 2008), quando está em curso a crise estrutural no plano econômico e uma crise moral no plano cultural e político, com a degradação do trabalho e da vida social; manifestação de violências objetivas e subjetivas; e comportamentos desumanizantes. Algumas perguntas são: como entra, na atualidade, o conservadorismo no universo do trabalho profissional? No avanço de um projeto neofascista no Brasil, como se alterarão as requisições para a profissão?

O Serviço Social, na sua origem, teve uma forte influência do pensamento conservador cristão, com motivações morais para justificar a profissão como vocação. Nos primórdios da regulamentação havia a exigência da comprovação de idoneidade moral para ingressar nos cursos de Serviço Social, por exemplo, evidenciando um posicionamento acrítico. Em plena década de 1960, a ABESS⁵ publicou um livro de origem europeia, intitulado “código moral do Serviço Social”, onde afirma que o assistente social deverá sempre defender a “noção exata de família” contra o divórcio, o aborto, o concubinato, o amor livre e a infidelidade (Barroco, 2001, p. 124), revelando a moralidade dominante.

A profissão surge como um dos mecanismos que o capitalismo dispõe para minimizar os efeitos da questão social, mas ao compreender o caráter de classe desta demanda, e as contradições que envolvem a existência da profissão

⁵ Entidade criada em 1946, atualmente denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

nesta sociabilidade, parte da categoria se rebelou contra essa origem, encontrando outro caminho para a legitimidade social do Serviço Social. Embora não se possa mudar o lugar e o significado da atividade profissional no processo de acumulação da riqueza e exploração do trabalho, fonte da pobreza e das desigualdades na sociedade capitalista, pode-se assumir um lugar na luta pela superação desta mesma ordem que originou a profissão.

O rompimento com o pensamento conservador e positivista, no nível do debate e do posicionamento ético-político das entidades do Serviço Social, começou no final dos anos 1970, donde é paradigmático o Congresso da Virada de 1979. O projeto profissional que parte expressiva da categoria dos assistentes sociais vem construindo desde então, denominado projeto ético-político do serviço social, se pauta em uma recusa ao histórico conservadorismo da profissão e aponta para a construção de um exercício profissional comprometido com a justiça social e a liberdade, valores centrais do código de ética, promulgado em 1993.

Seria ingênuo imaginar que, após a emergência em fins dos anos 1970 e afirmação do projeto ético-político do Serviço Social, não existam respostas favoráveis, por parte de assistentes sociais, de requisições conservadoras, ou até mesmo a defesa dessas requisições. Afinal, o Serviço Social, como toda profissão, tem um heterogêneo corpo de agentes profissionais, com diferentes inserções de classe e de pertencimento social. Na batalha das ideias, (Coutinho, 1992) construiu-se uma hegemonia do pensamento crítico ao conservadorismo, permitindo aos profissionais sustentarem a concepção hegemônica de um projeto ético-político-profissional, ao longo das quatro últimas décadas. Este posicionamento é a referência da regulamentação da profissão e do trabalho profissional, como o código de ética, a lei de regulamentação da profissão, as diretrizes curriculares da ABEPSS e resoluções, subsídios e pareceres do Conjunto CFESS-CRESS.

O Serviço Social responde a demandas mediadas por instituições de um modelo estatal de enfrentamento à questão social, consoante ao padrão atual do capitalismo. A forma estatal e a forma capital estão plenamente ajustadas. Tomamos que o modo como o profissional vincula-se às instituições que lhes demandam serviços responde às necessidades sociais deste contexto específico; a nossa hipótese é que, na forma de enfrentamento da questão social na contemporaneidade, o Serviço Social está tensionado por um universo conservador, o que se constitui num grande desafio para a hegemonia do projeto ético-político-profissional. Na passagem do novo coronavírus em nosso país, assistentes sociais estão sendo pressionadas a assumir tarefas que não são próprias

das suas atribuições, sofrendo assédios por parte de seus empregadores e se de-
frontando com as mais precárias condições de trabalho, bem como lidando
com as dificuldades de contratos temporários, numa evidente ameaça à autono-
mia profissional.

Requisições conservadoras fazem parte historicamente do trabalho de
assistentes sociais. Afinal, uma profissão que se funda no trato das expressões
da questão social, recebe requisições diversas, sobretudo do empregador, para a
individualização dos "problemas" apresentados pelos usuários, dificultando a
compreensão dos problemas como expressão da desigualdade inerente à lógica
e dinâmica capitalista. Responder requisições conservadoras, concordando com
as mesmas, faz parte de uma determinada concepção ético-política de profissão
e ao mesmo tempo, é objeto de negação de uma concepção crítica, que buscou
superar esse conformismo que fez parte, explicitamente, da profissão por um
largo tempo.

É nesse contexto que devemos nos indagar sobre as formas de enfren-
tamento dessa realidade. O imperativo ético, diante da realidade brutal de vio-
lências e violações de direitos, é negar a naturalização dos desvalores postos na
ordem do dia. Este imperativo também tem sustentação jurídico normativa, de
duas ordens. A primeira, refere-se às normatizações da profissão e a segunda, o
marco das legislações sociais. Em ambas, pelo menos até o momento, está a ne-
gação dos desvalores governamentais exemplificados no decorrer deste artigo,
se constituindo em infrações ética e legal, portanto, são instrumentos de traba-
lho no cotidiano da intervenção profissional.

Sem desconhecer as condições objetivas do trabalho, mas buscando
uma responsabilidade coletiva, na construção de estratégias profissionais e cida-
dãs, que digam não ao ultraneoliberalismo e ao ultraneoliberalismo, as
questões que levantamos são direcionadas ao amplo campo de pesquisas sobre
a profissão e seus desafios na atualidade, considerando a nova onda conserva-
dora e a batalha das ideias.

Considerações finais

A ordem capitalista nos impõe desafios de diferentes ordens e a profis-
são tem que dar um novo salto, sob risco de sucumbir nas atualizações do con-
servadorismo e cair num pragmatismo cínico. Se a profissão é histórica, assim
os são os seus dilemas e as suas respostas, portanto. No plano da formação é
preciso tomá-la de forma continuada, pois, é preciso desenvolver instrumentos
de análise da realidade social e dos fenômenos aparentes no universo do traba-

lho profissional; precisa ser de qualidade, de excelência ético-política, teórica-metodológica e técnica-instrumental, devendo por isso praticar a criatividade e inteligência. O que implica enfrentar e superar o pragmatismo das instituições e suas requisições pautadas em moralismo e preconceitos.

Como em Gramsci, o “pessimismo da inteligência” deve estar a serviço do “otimismo da vontade” e por isso, inspirados em Barroco (2001), podemos e devemos nos propor a enfraquecer a permanência do conservadorismo, ao denunciar sua ingerência, recusar apelos moralistas, expor a faceta cruel do capitalismo, denunciando atos de barbárie, alargar as bases democráticas de nossa atuação profissional e não acatar a moralização das expressões da questão social. Estaremos atentas à dinâmica societária, com capacidade de fazermos leituras críticas e de abertura à reposição cotidiana das lutas dos sujeitos pela expansão e cumprimento de direitos, solidárias a grupos minoritários em suas expressões de apelo à dignidade e condição de humanidade, reconhecendo as estratégias de resistência e de luta contra as durezas da vida cotidiana da classe trabalhadora e seus estratos mais precarizados atendidos nos serviços públicos.

Esta tarefa de forte conteúdo ético-político, que deve ser encarada coletivamente, a partir das condições objetivas e com recursos aos acúmulos existentes dentro e fora da profissão, inclui novos estudos e problematizações sobre o pensamento neoconservador de corte fascista na atualidade. Segundo Iamoto (2008), Guerra (2013) e outras, ainda não fizemos um estudo crítico, de aprofundamento das bases teóricas e epistemológicas sobre a presença do pensamento conservador na profissão. É sabido que, só uma parcela de profissionais buscou superar as influências conservadoras, submetendo-se ao crivo da crítica e assumindo uma outra postura e valores profissionais, mas não quer dizer que houve a superação total do conservadorismo na profissão, haja vista as suas reatualizações, expressas, inclusive, nas respostas pragmáticas, fragmentadas e massificadoras.

É próprio de humanos realizar escolhas, determinadas historicamente, cuja noção de liberdade introduz a ideia de “possibilidade objetiva” (Chauí, 1997, p. 362). Define Chauí que “a liberdade é a capacidade para perceber as possibilidades e o poder para realizar aquelas ações que mudam o curso das coisas, dando-lhe outro sentido”. Na filosofia mora nossa inspiração para decifrar os fenômenos que interferem, ou mesmo, constituem nossos campos de atuação profissional e das questões que dizem respeito aos usuários dos serviços; está aí um campo fértil de investigação sobre a influência (ou presença) do conservadorismo na profissão e qual o espraiamento das adesões e condições para a crítica teórica e política à concepção conservadora de profissão.

O Código de Ética da profissão é a melhor expressão da vontade coletiva, nos termos gramscianos, e é um dos pilares, por ter em seu substrato a compreensão de que a emancipação humana não deve ser um projeto para o capitalismo, embora reconheça a necessária emancipação política de sujeitos viventes no capitalismo, até como forma de construção da liberdade possível. Também está no código, portanto, é compromisso profissional, a adoção de princípios filosóficos não irracionistas, o que nos coloca no centro da nossa vontade. Na perspectiva ali defendida, a justiça social remete à defesa da socialização da riqueza apropriada privadamente, o que afirma a intenção da crítica ao capitalismo.

Do ponto de vista da atuação profissional na atual ordem, a profissão defende a existência e abrangência das políticas públicas. Este é o campo privilegiado do trabalho profissional e onde se faz urgente a luta em prol de um projeto político de superação das iniquidades e das opressões, como nos mostra a pandemia que estamos atravessando, recolocando a centralidade da proteção social como dever do Estado. A liberdade como valor central e fundamento da ética está posta na perspectiva da práxis humana, que seja acessível, se constitua realidade e não mero idealismo.

O chamado que estamos atendendo é o da resistência à despolitização da sociedade, à elitização da Universidade, à criminalização da juventude, sobretudo de mulheres, negros e população LGBTQIA+, ao desmonte de direitos sociais e da luta pela proteção à vida e a justiça social. A busca constante pela dignidade do trabalho profissional, contra os desmontes de direitos e de serviços. Nesta arena, toda forma de lutar vale a pena, parafraseando Fernando Pessoa.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Não passarão. Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n, 124. São Paulo: Cortez, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>> Acesso em: 27 abr 2020.

BOTTOMORE, Tom. Fascismo. in: BOTTOMORE, Tom. (editor). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CALIL, Gilberto. Gramsci e o fascismo. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (orgs.). **O neofascismo no poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 47-67.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei 8.662/93**. 10.ed.. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **Sou Assistente Social e aqui estão as minhas bandeiras de luta!**: conheça a pauta política do Serviço Social brasileiro construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo Conjunto CFESS-CRESS. Net, mar. 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha-BandeiradeLutas-2019.pdf>>. Acesso em 07 mar. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

CISLAGHI, Juliana Fiuza e DEMIER, Felipe. (orgs.) **O neofascismo no poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTO, Marilda. Vilella. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LÖWY, Michel. **A Teoria da Revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

TABER, Myke e RIDELL, John. Introdução. In: ZETKIN, Clara. **Como nasce e morre o fascismo**. Tradução de Eli Moraes. São Paulo: Autonomia literária, 2019. p. 11-31.

TROTSKY, Leon. **Como esmagar o fascismo**. Tradução de Aldo Sauda e Mario Pedrosa. São Paulo: Autonomia literária, 2018.

ZETKIN, Clara. **Como nasce e morre o fascismo**. Tradução de Eli Moraes.
São Paulo: Autonomia literária, 2019.

BURGUESIA E PANDEMIA: NOTAS DE CONJUNTURA SOBRE NEOFASCISMO E ULTRANEOLIBERALISMO NO BRASIL DE BOLSONARO*

Felipe Demier

A morte na esquina: Bolsonaro e a nossa agonia

A morte foi solta, e nós fomos presos. Estamos presos. A cada dia, a cada hora, seu odor se torna mais intenso, porquanto mais próximo. Imparável, e mesmo desejado pelos sádicos do poder e da bolsa, seu espírito, o espírito da morte, torna-se carne, faz-se corpo, toma corpos e os leva ao mundo dos mortos, como se quisesse poupar muitos corações de um mundo sem coração, como se quisesse livrar logo muitas pessoas carentes dessa situação carente de vida, como se quisesse poupar de uma vez essas pobres almas de uma realidade social desalmada. Antes, só víamos a tragédia em parte, mas, com a pandemia, passamos a vê-la face a face.

A agonia cresceu, pois começou a ser ladeada por cadáveres, ou ao menos pelas notícias deles. A morte mora ao lado, e por isso as portas foram fechadas. No seu íntimo, no seu imo, o capital, em sua mórbida fase ultraneoliberal, quer abri-las, de modo que o mercado, com ou sem modos, faça, a seu modo, o serviço, escolhendo, como Deus mundano que é, quem deve ou não deixar esse mundo, tomado por caos, pandemia e falta da autêntica fé – a fé na vida. Mas se o íntimo dos ultraneoliberais não costuma vir à superfície diretamente, se as suas oníricas vontades normalmente são constrangidas por alguma fachada de razoabilidade, alguns de seus íntimos amigos, como os neofascistas, puderam e podem, no entanto, se encarregar de dizer e fazer o que deveria ser feito mas jamais dito, ou, pelo menos, não à luz do dia. Quando os desejos do mercado se traduziram em uma sociedade-necrotério, Bolsonaro não é mais do que a burguesia sem superego.

Mas, se às claras, Bolsonaro e os neofascistas, sob olhares críticos da grande imprensa, conjuram a morte, na calada da noite, por sua vez, Maia e os seus, como bons rapaces, porém tratados pela mesma imprensa como bons ra-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.89-102

pazes, roubam covardemente direitos de um povo prestes a perder de vez o direito à vida. “Aos bancos e a todos os homens de fortuna, tudo; aos desafortunados, miséria, morte e luto”, é esse o adágio das nossas instituições e seus chefes que, se comparados aos milicianos, podem mesmo parecer impolutos. Mas só parecem. Alinhados com Guedes, os ilustres e “racionais” representantes de uma burguesia que há muito abandonou a ilustração, e que por aqui sempre temeu mais o povão do que amou a razão, aproveitam-se, tal qual gatunos, da fragilidade, da inércia e do medo de milhões para, em furtos noturnos, tira-lhes seus já escassos tostões. De modo vil e timorato, levaram assim o capitalismo ultraneoliberal de imediato ao encontro da profecia que diz que “a quem tem, mais se lhe dará, e terá em abundância; mas, ao que quase não tem, até o que tem lhe será tirado” (Cislaghi e Demier, 2019).

As tardes seguem caindo como viadutos sobre nós, nossos poetas seguem adoecendo e morrendo, as panelas anunciam a noite e extravasam um pouco a nossa repulsa ao horror, mas, enquanto amanhã ainda não for outro dia, e enquanto não tivermos ainda afastado de vez o temor, os dias seguirão amanhecendo com nossos celulares iniciando nossas rotinas lúgubres com anúncios fúnebres. O Brasil segue descendo a ladeira da morte e, progressivamente, os dados ganham identidade, rosto, carne e corpo, e os mortos passaram a ter nome, sobrenome, endereço, tendo sido gente pela qual nós tínhamos contato, amizade, amor e apreço. A morte, antes longínqua, periférica e severina, agora está na nossa esquina. Pretos, precarizados, periféricos. Pobres, quase todos pobres. Trabalhadores, milhares de trabalhadores. Uma ingente massa de gente que acabou e acabará, talvez, enterrada como indigente, em funerais apenas de corpos, já que nem os vivos estão podendo enterrar seus mortos, e nem mesmo os mortos de alma podem fazê-lo, deixando a cargo de Deus levar as marias, selmas e matheus.

Diante desse cenário, talvez valha a pena nos perguntarmos como chegamos até aqui.

2013-2018: os seis anos que modificaram o Brasil – para pior

No dia 29 de abril de 2020, os meios de comunicação veicularam uma cena de populares que, no afã de conseguir leitos para seus familiares adoecidos, arrombaram com as próprias mãos as grades da entrada de um hospital, em Belém do Pará. Imediatamente, por óbvio, foram reprimidos pelos policiais no lo-

cal, de modo que a uma primeira expressão da barbárie, a saber, gente morrendo às portas de um hospital fechado por superlotação, seguiram-se outras duas: o arrombamento do portão, que em nada ajudaria a resolver a dramática situação daquelas pobres pessoas e, depois, a indefectível e covarde repressão contra elas.

O tal desespero, que já foi moda em 1973, cantou certa feita um talentoso bardo, estava de novo em cena no país, mas então em proporções tão dantescas que infelizmente a cena do tal arrombamento foi apenas mais uma de uma cruenta sequência novelesca que, embora hoje protagonizada pela Besta presidencial, não começou a ser escrita durante a pandemia e nem por ele, e sim quando há algum tempo nossos roteiristas da Casa Grande decidiram tratar com manipulação e repressão um povo que implorava pelo direito de ter transporte, escola e um corpo são.

Há aproximadamente sete anos, milhares e milhares de brasileiros foram às ruas exigir mobilidade, educação e, sobretudo, saúde – sem a qual de pouco adiantam as outras duas eventuais conquistas. Conquanto politicamente desorganizadas e subjetivamente confusas, as massas deixaram claro o que queriam, e não queriam muito, convenhamos. Mas o pouco aqui, na periferia, para nossa burguesia, é sempre muito e, portanto, como já dissera Florestan Fernandes, as “revoluções por dentro da ordem” aqui se convertem objetivamente em “revoluções contra a ordem” (Fernandes, 1975).

Por meio da sua imprensa monopólica, nossos senhores da Casa Grande, que de pronto tinham rechaçado os protestos, aderiram a eles na mesma medida em que se acomodavam às suas formas ingenuamente inovadoras, adulteravam suas pautas programáticas e subvertiam seu conteúdo social e político. Com a incorporação aos atos dos rebanhos advindos das classes médias conservadoras, convocados pelo berrante do capital na telinha global, as Jornadas de Junho de 2013 logo se transformaram em “atos cívicos” contra uma obscura Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que ninguém tinha ouvido falar, contra uma seletiva corrupção e contra a política como atividade humana.

Por trás da fachada de combate ao “sistema”, uma retórica profascista, que então reivindicava o aumento do poder do Ministério Público e dos juízes, não fazia senão fortalecer o mesmo sistema, o sistema capitalista e neoliberal, na medida em que despoliticava a política e fazia levedar os expedientes bonapartistas e coercitivos da democracia em crise, tornado o regime político cada vez mais adaptado às novas exigências da acumulação. De tanto dizer que as ruas pediam o que não estavam pedindo, a imprensa do capital conseguiu, finalmente, que, em parte, as ruas, agora já com bandeiras e camisas verde-amarelas,

e com ataques aos de camisas vermelhas, pedissem o que ela queria que fosse pedido. O “combate à corrupção” implicava, assim, segundo os jornalistas do capital, a redução do Estado na economia (pois, segundo eles, onde há Estado há política, e onde há política há corrupção) e o fortalecimento de sua esfera judiciária-policial.

Destarte, a melodia burguesa com suas únicas duas notas seguia sendo tocada pela banda, ou melhor, pelos bandos que nos telejornais davam e dão voz à Banca. “Mais austeridade e mais repressão”, eis a simples receita que é melíflua ao paladar do bom patrão. Os elementos centrais do projeto bonapartista que, por dentro, corroeriam nos anos seguintes a *democracia blindada*, já estavam ali. O roteiro parecia já alinhavado, mesmo que nem todos os seus personagens tivessem ainda entrado em cena. Para um povo que, nas origens do movimento, isto é, em sua fase autêntica, clamava por direitos sociais, portanto, desejava o aumento do investimento estatal nos serviços estatais, o governo Dilma ofereceu um pacto vertebrado por cinco pontos, cujo primeiro era justamente a manutenção da austeridade fiscal; dizendo que ouvia a voz das ruas, nossa anêmica social-democracia, sempre cedendo à nossa mórbida burguesia, respondeu ao povo tal qual um surdo a alguém que berra o seu nome, portando-se de forma tão insensata como um sujeito que oferece um banho de sol a um outro que, desidratado, implora por água.

Capturado, subvertido e, finalmente, derrotado o movimento de Junho, a burguesia deu-se momentaneamente por satisfeita, e o jogo seguiu no ano seguinte, em 2014, quando se combinaram espasmos da primeira e genuína fase das revéis jornadas, como as ocupações de escolas e algumas greves importantes, e o crescimento célere, embora sub-reptício, das forças da extrema-direita, que também estiveram com força nas ruas na segunda e inautêntica fase daquele inverno quente de 2013.

A intensificação vertiginosa da crise econômica e a necessidade do capital de implementar as contrarreformas, isto é, a retirada de direitos e a austeridade fiscal, numa velocidade e profundidade sem precedentes fizeram com que a classe dominante não pudesse aceitar o resultado eleitoral do final do ano de 2014 e começasse a preparar o golpe. Para a execução do mesmo, as massas conservadoras das classes médias, que desde fundadas as jornadas só faziam desenvolver seus aparelhos privados de hegemonia fascistas, não tendo abandonado por um segundo sequer a sua “guerra cultural” contra a esquerda, foram novamente requisitadas pelo andar de cima, de modo a servir como base social que justificasse o impeachment (Demier, 2017).

Com o golpe assestado, e com Temer à frente do Executivo, a ofensiva

contra os direitos por parte de um Estado que, reduzia sua atuação nas áreas sociais, exigia cada vez mais desse mesmo Estado uma forte atuação na área judiciária-policial. E foi assim que, por meio da Operação Lava Jato liderada pelo ilibado e desafinado Moro, tal como pelas ações repressivas do aparelho estatal contra qualquer manifestação por direitos nas ruas, nas escolas e nas universidades, os aspectos bonapartistas foram sendo ingurgitados a ponto de fazer do regime político atual não mais do que uma esquelética e taciturna sombra da democracia liberal firmada pela Constituição de 1988.

O plano do capital, como se sabe, era lavar o golpe pelas urnas, posto que o projeto econômico dos golpistas deveria ser continuado em 2019, mas a partir de então por meio de algum representante orgânico e tradicional da burguesia, o qual, diferentemente de Temer, teria a legitimidade popular que as urnas costumam conferir ao vencedor do pleito. Ocorre que, permanentemente mobilizadas, as massas conservadoras das classes médias, ao longo do processo eleitoral de 2018, mostraram não estarem dispostas a depositar seus votos em qualquer um dos políticos habituais da classe dominante, afinal, “todos os políticos são corruptos” – elas haviam dito em 2013 e continuavam a fazê-lo sem rodeios durante a campanha presidencial. Desenvolvendo a crença de que poderiam elas mesmas governar diretamente o país, nossa pequena-burguesia reacionária foi buscar justamente nos tidos como “não-políticos”, como os militares e juízes – os quais vinham desenvolvendo sua força na medida em que cresciam as tendências bonapartistas da democracia em crise -, os seus lídimos representantes na cena política nacional. De tão amantes da família brasileira, nossos homens de bem encontraram em uma família em especial, e mais precisamente no seu patriarca, o seu líder, o seu *führer* (Demier, 2019).

A alternativa neofascista estava posta, e ela incluía não só as contrarformas neoliberais, como também, e mesmo principalmente, a negação da ciência, a rejeição às vacinas, a desconfiança do formato esférico da Terra, o fim da cultura, o desprezo pelo pensamento, o avanço da repressão à esquerda, o aumento do preconceito, a perseguição aos oprimidos e, sobretudo, como bem vem enfatizando o amigo Marcelo Badaró, uma incontrolável e freudiana pulsão de morte que parece não ser saciada, e sim estimulada conforme corpos de trabalhadores, pobres e negros vão sendo jogados pelo caminho nessa estrada do caos que o Brasil percorre (Mattos, no prelo). Diante dessa alternativa neofascista com seu sadismo indisfarçado e a outra, a da volta dos inteligentes, preparados e cordados social-democratas que haviam sido por ela depostos em 2016, a burguesia brasileira escolheu a primeira opção, e entregou o país a um degenerado capitão (Benjamin, 2020).

É por isso, e só por isso, que chegamos a uma situação na qual, no Rio, cadáveres começaram a cheirar mal na lateral de um hospital, e, em Belém, familiares foram levados à fúria para evitar que seus doentes partam para o além. O que em meio à pandemia pode parecer – e em parte é – irracional aos olhos dos senhores da Casa Grande e de seus prepostos na televisão não é senão a mórbida tragédia a qual nos conduziu a sua oportunista e mesquinha razão. Ainda hoje, no entanto, seguem colocando o lucro acima da vida, seguem colocando os negócios acima dos josés e marias, e seguem condenando à morte aqueles que, digamos, nasceram sem herança e sem sorte. Os que naquele dia de abril arrombaram no hospital um portão foram os mesmos que, não faz muito tempo, gritaram e imploraram nas ruas por transporte, saúde e educação. Mas, os caros senhores da Casa Grande escolheram não ouvir como opção. O grande fazendeiro, o corajoso industrial, o bispo de olhos vermelhos, o ousado empreendedor comercial e o banqueiro com um trilhão, nenhum deles quis ouvir. Eles estavam todos surdos, e ainda estão.

Os ratos e o barco: divisão burguesa em meio à pandemia

Quando parecíamos nos aproximar do ápice da pandemia no país, a ala dos cruzados cátaros, os reacionários moralistas togados liderados por Moro, decidiu abandonar o barco neofascista, o que vem arrastando um amplo setor das classes médias reacionárias se não para uma oposição ao governo, ao menos para uma indiferença política apática. Os ratos, é verdade, não costumam se enganar quanto à ocorrência de um naufrágio, pois, localizados nos porões, são os primeiros a perceber a água entrar na embarcação. No entanto, diferentemente de seus congêneres no reino animal, Moro e seus albigenses não cometem suicídio ao pularem para fora da nau, já que havia botes burgueses a os esperar, como bem mostrou o convite feito por Witzel ao ministro demissionário e todo o caloroso tratamento a ele oferecido pela imprensa. Assim, como a metáfora roedora não é perfeitamente ajustável aos acontecimentos em tela, os quais permitem possibilidades que naquela são quase impossíveis, a saída de Moro não necessariamente sentenciou o naufrágio, e sim o fato de que o capitão se viu então obrigado, ou mesmo talvez tenha optado, a depender cada vez mais dos seus colegas de farda para conduzir o leme.

Enquanto isso, uma parcela dos tripulantes da segunda classe se inclina a tomar o caminho dos ratos, e saltar ao turbulento mar e se agarrar aos botes, mas fazendo pomba de leão, embora mal disfarce que, por um instante, ficou – e tal-

vez ainda esteja – tão confusa quanto bois que ouvem ao mesmo tempo dois berantes soarem em margens opostas do rio. Na terceira classe, uma enorme quantidade da tripulação segue sendo lançada ao mar para, por ora, distrair os tubarões e diminuir o peso da nau, o que permite também consertar certos rombos em seu casco, em especial um que não existe, mas que todos os marujos creem tal qual nas sereias, o chamado rombo previdenciário. Outra parcela desta pobre tripulação, tomada pelos cantos dessas mesmas sereias neofascistas e neoliberais, se atira voluntariamente ao mar, acreditando que os tubarões são só uns peixinhos, como lhe disse pelo alto-falante seu capitão. Outra parcela, no entanto, já começa a perceber, mesmo que lentamente, mesmo que mais devagar do que o afundar do barco, que o seu capitão só pode lhe oferecer um caixão ou o estômago de um tubarão.

Já na primeira classe, em meios aos múltiplos acontecimentos que conformam um turbilhão, fica clara a indecisão, a divisão e, por conseguinte, “reina a confusão”. Praticamente toda a tripulação desta primeira classe, mesmo que não lá muito satisfeita, confiou a sua viagem, segurança e milhão às mãos do capitão, afinal, mesmo que agressivo e vulgar, era melhor ele, pensaram, do que um amigável timoneiro, mas com barba de Brutus e cheiro popular. Agora, no entanto, perceberam que essa opção por um capitão que, relativamente autônomo, decide ele mesmo o trajeto do cruzeiro, e nele inclui propositalmente rochedos e icebergs prometendo que depois destes haverá uma ilha paradisíaca com submissos selvagens desprovidos de direitos a servir a todos, é um pouco arriscada demais. Assim, alguns desses insígnies senhores da primeira classe da nau podem já cogitar que, sim, os rombos no casco devem ser retificados, os pobres tripulantes devem ser jogados aos tubarões e os selvagens serviçais sem direitos serão bem vindos, mas, para tal, faz-se necessário reagrupar alguns ratos cruzados que pularam para os botes, convidar um médico que há pouco também o fez citando canções pantaneiras, e, assim, convencer os almirantes ao lado do capitão que são eles, de preferência um deles, quem devem assumir o leme do barco, de modo que o naufrágio seja evitado e o cruzeiro ultraneoliberal seja continuado. Esse almirante, claro, poderia ser também um neofascista e saudosista dos tempos em que as chibatas faziam jorrar rubras cascatas, poderia ser ele também um defensor do tempo em que os homens de um delegado – falecido, aliás, num barco – seveciavam e torturavam à vontade no porão, mas não deveria ele, Mourão, falar isso em alto e bom som. Afinal, o barco tem que ter estabilidade, e estão “todos nesse mesmo barco”, mesmo que seus destinos sejam muito diferentes.

O capitão, por sua vez, ainda com o apoio discreto de altos conspícuos membros da primeira classe, e ainda sustentado por outros nada discretos entre

ela, decidiu, então, que era a hora de jogar logo todos os pobres e velhos ao mar e ir pra cima dos rochedos e icebergs, que este caminho, o do genocídio, o dos ímpios, é o único caminho, e que ele é quem vai mostrar isso à primeira classe, pois é ele quem sabe o que é bom pra ela. Ao acelerar, assim, um barco no qual a água já pode ser vista no convés, o capitão, entre uma tosse viral e outra, estufa seu peito de atleta e diz que era é tudo ou nada, que ele não veio ido até ali para afundar, e que o barco será salvo por ele, seus filhos a bordo, os almirantes, os homens de bem e uns piratas bem experimentados em viagens de Rio de Pedras, os quais ele nunca escondeu de ninguém, muito menos da primeira classe e sua imprensa, que eram seus amigos de Escritório. Assim, agora, em meados de maio, quando redigimos estas linhas, ultrapassamos a marca das 10.000 mortes por covid-19 no Brasil.

Em meio às águas turbulentas da atual conjuntura, nas duas opções mais prováveis de serem tentadas, direta ou indiretamente, pelos egrégios homens da primeira classe para fazê-los chegar seguros em terra firme, e, de preferência, aportarem na tal ilha paradisíaca ultraneoliberal, o papel dos almirantes parece ser decisivo. Em uma delas, com a anuência dos militares e por meio das decrepitas instituições liberais, o capitão é derrubado, na outra, também com a anuência militar, ele é ainda mais empoderado. Nas duas, entretanto, a chibata vai ter lugar, uma parcela de ratos vai constar e os tubarões vão fartamente se alimentar. Em nenhuma delas, haverá quaisquer glórias para nossas vidas e lutas inglórias. Resta, assim, à terceira classe, ao menos aos que não quiserem se arriscar a nadar num mar bravo, agrupar-se, organizar-se, acender o pavio, iluminar o chão, ganhar o apoio de muita gente da segunda classe com razão e bom coração, não dar ouvido às sereias, chutar os ratos pelo caminho, e se dirigir ao convés, ciente de que, na cabine, o leme não pode estar nas mãos de ninguém escolhido pela primeira classe, sob pena de só nos restar a morte e, quem sabe, um monumento com as pedras pisadas do cais.

Eu sou você, hoje: Bolsonaro e burguesia em tempos de pandemia

Um filho é sempre um filho, mesmo que não planejado. Em certos casos, ele não é fruto só de uma noite, de um fortuito caso ou mesmo do acaso. Para alguns estratos, altos, há ainda sempre a opção de se interromper a gestação, quando se percebe o real problema e sua pletórica dimensão. Assim, talvez convenha sempre lembrar que se não fosse pelo romance impudico que a nossa

burguesia estabeleceu desde 2015 com o plebeu neofascista, se não fosse pela incontrolável atração carnal que aquela sentiu por este durante as téticas micas-retas que terminariam no carnaval do Golpe de 2016 – onde o rufião disse que amava, porém batia – não estaríamos hoje na situação que estamos.

Em 2018, o arrivista disse que se fosse pra casar, seria nas suas condições, e a donzela burguesa, enamorada, aceitou. Dito de outro modo: sem Globo, Moro, Fux, Barroso, Carmem Lúcia, Maia, Mandetta e todos os senhores da Casa Grande, não haveria o governo Bolsonaro. Mas todas aquelas pessoas da sala de jantar estavam tão aterrorizadas com os escravos, mesmo com os mais cordatos, que se encantaram pelo feitor, pelo seu jeito firme de segurar o chicote, e o convidaram para jantar. Depois da mesa posta, e com os comensais já aguando, o jantar parece finalmente servido, mas agora o anfitrião é o feitor, é ele que comanda a prosa, limpa a boca com a toalha e cospe no chão. O prato principal, claro, somos nós.

Assim, do ponto de vista histórico, a burguesia brasileira parece só se realizar efetivamente sob Bolsonaro. O seu governo é o produto da união entre uma burguesia golpista com medo das urnas e um neofascista com excelentes chances nelas. O Bolsonaro de hoje é, portanto, o filho daquele romance, o qual, entre tapas e beijos, segue. Bolsonaro é, assim, o Pai e, ao mesmo tempo, o filho, só que o filho, neste caso, veio para trazer a verdade e propagar a palavra da Mãe, nada virgem. Uma burguesia medrosa, apaixonada por um líder neofascista, deu à luz a este governo de traços bonapartistas que, para protegê-la, intenta subverter o seu próprio regime, em nome do Pai. Mas o espírito de um é, também, o espírito de todos, embora os três, neofascismo, burguesia e governo, ainda são sejam um só. Ainda.

A morte apregoada por Bolsonaro é o máximo que a vida da sociedade burguesa pode hoje oferecer. Pode-se dizer, desse modo, que a prática autocrática da nossa classe dominante encontrou, enfim, sua expressão teórica no bolsonarismo reinante. A ancestral e intermitente violência burguesa é vocalizada por Bolsonaro de forma impudente. Este fala o que aquela sempre fez, mas nem sempre falou, porque nem sempre pôde falar, porque nem sempre pode falar. A burguesia é, portanto, o porquê de Bolsonaro. Ele faz, e agora fala, por ela, para ela. A contumaz aversão empírica da nossa burguesia à arte, à cultura e à ilustração parece agora finalmente condensada na teoria bolsonarista e seu ódio à teoria, sua ode à ignorância, seu culto ao simplório, e seu amor ao bruto – e, claro, às brutalidades. A política sempre pragmática da nossa classe dominante, isto é, sua rejeição prática à teoria política, ou, se quisermos, à política como teoria, se exprime agora na teoria política da antipolítica de Bolsonaro, cujas ideologias,

programas e projetos se realizam na prática justamente na medida em que verbalmente negam ser ideologias, programas e projetos. O característico desprezo ordinário da burguesia brasileira pelas formas democráticas é o conteúdo contido na extraordinária forma da retórica autoritária bolsonarista.

O permanente horror à vida dos de baixo por parte dos de cima é agora revelado quando o próprio horror, no poder, conduz, de cima, à morte os de baixo. Com Bolsonaro, a pandemia se torna o clímax histórico da burguesia. Ao fim e ao cabo, Bolsonaro é a burguesia voando em céu aberto, é o seu desejo nem tão secreto, é a sua já sabida verdade revelada, é a libertação formal e exótica de todo o seu conteúdo letal na história. Assim, a necessária luta contra Bolsonaro só poderá verdadeiramente pôr fim a nossa agonia se for tomada como um momento necessário da nossa verdadeira libertação em relação à burguesia.

Agora e depois da pandemia

O governo brasileiro hoje se divide entre os que desejam a morte de milhares de pobres pelo vírus, e os que, com o mesmo desejo por tais mortes, não acreditam sequer na existência do tal vírus. Foi a gente assim, a fanáticos do mercado e a discípulos de um astrólogo, que a nossa classe dominante, seus juízes, seus congressistas e sua imprensa entregaram o comando do país. Hostil à democracia, como também à poesia, já disse o poeta Agenor, nossa burguesia parece se realizar na pandemia e, no seu íntimo, deve gozar com a nossa dor.

Se o Deus das escrituras falava em parábolas, pois muitos na Terra, cumprindo a profecia de Isaías, já apresentavam um insensível coração, o deus mundano, o deus das falcatuas, o insensível Deus Mercado de Guedes, Merval e Leitão, só tem hoje como profecia aos trabalhadores uma cova ou um caixão. Pelos vidros das enfermarias, os pobres se despedem dos seus pobres, os pretos, quase todos pretos, dos seus pretos, as precarizadas famílias dão um precário adeus àqueles por quem Deus, não o celestial, mas o do capital, nunca olhou. É gente humilde, dá vontade de chorar, e muitos vão mesmo chorar até isso passar. Nós vamos chorar, e devemos chorar, de modo que sigamos a lutar. Agora e depois da pandemia. Já outros, outros poucos, discutem demissões e a volta à “normalidade” na sala de jantar, e estão muito ocupados em nascer e morrer, embora não devam em quantidade morrer por conta do vírus que ajudaram a trazer. Lágrimas e direitos não nos podem agora dispensar. São seiscentos reais, com fila, e olhe lá!

Para milhares hoje no Brasil *há choro e ranger de dentes*, mas para alguns poucos isso pouco importa. O show – de horrores – não pode parar, a economia não pode parar, a retirada de direitos o congresso deve o mais rápido possível aprovar! – é isso o que clamam nossos comentaristas da televisão, nossos deputados do centrão, nossos pastores sem religião e os genocidas no comando da nação (Behring, 2020).

Talvez nunca os lados tenham ficado no combate tão claros, talvez nunca o antagonismo entre as classes sociais tenham assumido formas tão virais e letais, talvez nunca trabalho e capital tenham se feito representar tão limpidamente entre bem e mal, entre a morte severina de pedreiros severinos e a lucratividade daqueles poucos de herança e sorte, entre os que morrem defendendo a vida e os que vivem glorificando a morte. E entre a vida e a morte não há meio termo, salvo o de uma vida vegetativa, uma vida morrida, uma morte em vida. Se você hoje está do lado da vida, saiba que está entre aqueles cujo objetivo principal, a própria vida, só poderá ser alcançado numa luta de vida e morte contra a nossa mortífera burguesia.

O único jeito de frear essa carnificina é derrubar, o quanto antes, Bolsonaro, Mourão, Guedes, e todos os que fazem do Brasil um imenso cemitério para trabalhadores, negros e todo o tipo de gente que nunca foi de fato ouvida por nenhum ministério. Agora, é o lucro ou a vida, a vida ou a morte, e chegou a hora de decidirmos, nós mesmos, a nossa sorte. Quem vai viver e quem vai morrer, não podem ser a bolsa e Bolsonaro a escolher. Também não podem ser Maia, Dória, Witzel e toda essa gente que com o povo só tem desprezo. Façamos nós com as próprias mãos tudo que a nós nos diz respeito, e vocês, senhores, que hoje sobre corpos só fazem lucrar, pagarão e é dobrado cada lágrima nesse nosso penar. Lutaremos, nós mesmos, pela vida, por toda vida e por toda a vida. Agora e depois da pandemia.

Referências

BEHRING, Elaine. **Escassez é um mito vendido caro**: sobre o orçamento público em tempos de pandemia. Esquerda Online, 19/03/2020.

BENJAMIN, Cid et al. **O ovo da serpente**: a ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

BOITO Jr., Armando. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista – comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de O dezoito brumário de Luís Bonaparte. **Crítica Marxista**, São Paulo: Botempo, n.

15, p. 127-139, 2002.

CISLAGHI, Juliana Fiúza. e DEMIER, Felipe. (orgs.). **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

DEMIER, Felipe. **Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

_____. **A dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017;

_____. E HOEVELER, Rejane. (orgs.). **A Onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, Virgínia. Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil. In: _____. **Reflexões im-pertinentes. História e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

_____. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, volume III.

HOEVELER, Rejane; GEORGE, Danilo. Pandemia e golpismo: a tempestade perfeita no Brasil. **Esquerda Online**, 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/03/19/pandemia-e-golpismo-a-tempestade-perfeita-no-brasil/>>. Acesso em: 2020.

IANNI, Otávio. Apresentação. In: MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte [e Cartas a Kugelman]**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina editorial (no prelo).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984, livro I, tomo 2

_____. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte [e Cartas a Kugelmann]**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____ e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. Comunicação apresentada no III Encontro Internacional Civilização ou barbárie. Serpa, outubro/novembro de 2010.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Porto: Portucalense, 1971, 2 volumes.

_____. **Fascismo e Ditadura: A III Internacional face ao fascismo**. Porto: Portucalense, 1972, 2 volumes.

_____. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SAES, Décio. Democracia e capitalismo no Brasil. Balanços e perspectivas. In: _____. **República do Capital: Capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 85, 2009.

TROTSKY, León. **Aonde vai a França?** São Paulo: Desafio, 1994.

_____. **Revolução e contra-revolução na Alemanha**. Lisboa-Porto-Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s.d.

ULTRANEOLIBERALISMO E BOLSONARISMO: IMPACTOS SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO E A POLÍTICA SOCIAL*

*Elaine Rossetti Bebring
Juliana Fiúza Cislaghi
Giselle Souza*

Introdução

O presente capítulo caracteriza o novo regime fiscal, a partir de 2016, como um desdobramento do ambiente de ajuste fiscal permanente no Brasil da redemocratização. Aborda a particularidade do ultraneoliberalismo, em especial no governo Bolsonaro, com destaque aos impactos da EC 95. Analisa as peças orçamentárias (PPA, LDO 2020 e LOA 2020) do governo federal e as tendências e condições de financiamento das políticas sociais sob o governo Bolsonaro. E aborda os significados da mais recente contrarreforma da Previdência, na sua relação com o novo regime fiscal e a condição geral da classe trabalhadora. Finalizamos apontando traços e tensões do ambiente explosivo de encontro entre ultraneoliberalismo e neofascismo no país, no ambiente de crise do capitalismo, acirrado pela pandemia mundial da COVID-19. O artigo é produto parcial dos debates e investigações que vem se desenvolvendo no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS/CNPq), que completa em 2020 seus 17 anos de existência, e faz parte do Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI/CNPq). Ambos os espaços vêm reunindo docentes e estudantes de pós-graduação e graduação, sendo importantes lugares de sustentação da produção científica crítica no âmbito do PPGSS/UERJ.

1. Ajuste fiscal permanente e ultraneoliberalismo

Desde os primeiros dias de 2019, a partir da posse do governo Bolsonaro, seu superministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou medidas que, no conjunto, pretendiam atacar o “déficit das contas públicas” e criar gatilhos para situações que qualificavam como “emergência fiscal”. Sustentamos aqui

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.103-122

que estamos diante do capítulo mais recente do ambiente de ajuste fiscal permanente com o qual o Brasil vem convivendo ao longo da redemocratização com nuances diferentes entre os governos, mas que não alteraram significativamente a ideia de “estabilidade econômica a qualquer custo”. Tal orientação geral se manteve nos anos lulopetistas, quando houve alguns leves e insuficientes deslocamentos, mas que causaram impactos reais na vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, que incomodaram sobremaneira as classes dominantes brasileiras. Porém, mesmo naqueles treze anos (2003 – 2015), diferente dos laudatórios discursos sobre um suposto neodesenvolvimentismo e uma mítica “nova classe média”, não ultrapassamos uma espécie de neoliberalismo de cooptação (Cislighi, 2020).

Essa faceta do neoliberalismo emerge como resposta às lutas de movimentos sociais em todo mundo no início dos anos 2000 contra os efeitos perversos desse modelo econômico. Essas lutas impulsionaram a chegada ao poder de antigos representantes de partidos da classe trabalhadora, como Lula no Brasil e Tony Blair na Inglaterra. Esse ascenso de governos chamados progressistas, principalmente na América Latina, no entanto, não reverteu e sequer interrompeu a aplicação do receituário neoliberal em sua essência. Esses governos, entretanto, apropriaram-se das pautas de reconhecimento que, associadas a políticas sociais focalizadas, cooptaram lideranças sindicais, feministas, de movimentos antirracistas e LGBTQs para formação de um novo consenso, o que Fraser (2016) chama de neoliberalismo progressista. No Brasil, o neoliberalismo progressista adquire fortes características de cooptação de lideranças sindicais, que passam a ocupar cargos no governo e administrar fundos de pensão, favorecendo dessa forma seus interesses materiais em associação com os interesses do capital financeiro por meio de seu acesso privilegiado ao fundo público (Oliveira, 2003 e Braga, 2012).

A economia política brasileira navegou, entre 1994 e 2016, sob o tacão: do superávit primário, a partir de 1999 quando houve nosso último acordo com o FMI; da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000); da desvinculação (desde 1994, com o Fundo Social de Emergência - FSE e que veio a se transformar na Desvinculação de Receitas da União - DRU) e contingenciamento anuais de recursos das políticas públicas e sociais; da lógica das parcerias público-privadas e organizações sociais do setor público não-estatal contidos no Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), um *documento orientador de todo o período*, e que continha ataques virulentos às conquistas sociais e ao regime jurídico único dos servidores públicos (Behring, 2003 e 2019 e Oliveira, 2019). Ali estava enunciado o mote de que a crise seria do Estado, e de que o controle das contas públicas se-

ria a única alavanca para um ambiente “saudável” de negócios e criação de infraestruturas. É interessante observar que as medidas enunciadas em 1995 foram largamente implementadas desde então, destacadamente as seguidas contrarreformas da previdência (1998, 2003, 2015 e 2019), e a cada investida, a crise se manteve na sequência como uma espécie de “espada de Dâmocles” a nos ameaçar a todas e todos.

No entanto, é preciso enfatizar, o que estamos vivendo hoje não é apenas mais uma mudança de pele, não é “mais do mesmo”. E por algumas razões. Desde 2016, estamos sob um golpe de Estado de novo tipo (Demier, 2017), que tem em seu cerne o aprofundamento do ajuste fiscal, chamado de Novo Regime Fiscal, tendo em vista sinalizar ao mercado um ambiente de negócios que assegura “trabalhadores livres como os pássaros” para aceitarem qualquer trabalho precarizado; e, de outro lado, assegurar o saque ao fundo público, como um suporte imprescindível para o grande capital em tempos de crise – destacadamente os detentores de títulos da dívida pública. Este processo se combina ao saque do patrimônio público, com a retomada das privatizações, com destaque aos interesses imperialistas sobre as riquezas do país, destacadamente a água, o petróleo e a Amazônia. As medidas do governo golpista de Temer, algumas delas decididas sob bombas na Esplanada dos Ministérios, não deixam qualquer sombra de dúvida. Dentre outras, tivemos: a contrarreforma trabalhista que estimula a terceirização e precarização generalizadas do trabalho no país; a aprovação da Emenda Constitucional 95, que praticamente congela os gastos primários do governo federal fazendo com que sejam corrigidos apenas pela variação da inflação do ano anterior (em tempos de deflação e paralisação da atividade econômica) e preserva a dívida pública, a grande gambiarra de recursos públicos; e a Emenda Constitucional 93, que estendeu a desvinculação de recursos pela DRU até 2023 e a ampliou para 30%, também para estados e municípios. Temer propunha ainda uma contrarreforma da previdência, mas não teve correlação de forças para avançar, sob uma saraivada de denúncias de corrupção. Essa possibilidade só foi configurada com a legitimidade das urnas com as eleições gerais de 2018, ainda que fundada num ambiente antidemocrático, com a prisão de Lula e as *fakenews*, hoje sob investigação pelo STF. Ou seja, é preciso ficar claro que o ambiente político e ideológico para que medidas tão agressivas aos direitos e condições de vida e trabalho das majorias sejam tomadas, é de profundo ataque às liberdades democráticas, de uma ainda mais ferroz blindagem da democracia (Demier, 2017). E é evidente, sob o governo Bolsonaro, que o apreço de Guedes pelas prerrogativas que a democracia burguesa assegurou historicamente, a partir da presença dos trabalhadores(as) na cena

pública, está na proporção de sua participação na ditadura sanguinária de Augusto Pinochet, no Chile, que ele caracterizou em recente e bombástica reunião ministerial¹ como “reconstrução” daquele país.

Portanto, estamos diante do momento mais dramático para os trabalhadores(as) desta saga ortodoxa e destrutiva: o ultraneoliberalismo. O discurso é muito semelhante ao dos anos 90: a crise é do Estado e é necessário que “cada um faça a sua parte” no processo de socialização dos seus custos. Mas no mundo real, ontem e hoje ainda mais, quem paga a conta são os(as) trabalhadores(as), o que se evidencia no recrudescimento dos indicadores sociais brasileiros, destacadamente nos últimos quatro anos. Vejamos, para além da contrarreforma da previdência que trataremos em item específico adiante, mas em conexão com ela, alguns elementos do pacote draconiano de medidas de Guedes e Bolsonaro. Cabe notar que, mesmo com a inflexão da pandemia da COVID-19 desde março de 2020, não houve recuo na agenda ultraneoliberal, que combinada à crise sanitária, vem tendo resultados catastróficos², assumindo um perfil de genocídio em massa e que atinge, sobretudo, a classe trabalhadora em seus setores mais empobrecidos, a partir de um discurso que submete a defesa da vida à economia. Na verdade, a pandemia desnudou a agressividade do ultraneoliberalismo.

Entendemos por ultraneoliberalismo essa mais recente forma do neoliberalismo, que não se resume ao Brasil, pois pode ser observada em vários países no mundo. A maioria dos autores do campo crítico, adotando ou não esse termo, concordam que o neoliberalismo sofre uma inflexão que aprofunda seus pressupostos, como consequência da crise financeira de 2008. Apesar de a crise ser centralmente das atividades do setor privado financeiro, e fazer parte de um momento estrutural de crise do capital que se arrasta por décadas, ela foi apresentada, mais uma vez, como uma crise do Estado, que de fato, absorveu os prejuízos do capital por meio de fundo público, com a justificativa de que bancos e instituições financeiras eram “grandes demais para quebrar” o que afetaria o conjunto da sociedade. Dardot e Laval (2019) que utilizam para caracterizar esse momento a expressão “novo neoliberalismo”, afirmam que, apesar dos movimentos de resistência como o *Occupy Wall Street* nos EUA ou a vitória elei-

¹ Trata-se da filmagem da Reunião Ministerial de 22 de maio de 2020, no Palácio do Planalto, cujo conteúdo estupefaciente veio a público, por decisão do STF, no contexto da crise institucional gerada pelo embate entre Bolsonaro e seu ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro.

² No momento em que escrevemos essas linhas, o Brasil é o epicentro da pandemia e já contabiliza mais de 37 mil mortos.

toral da esquerda na Grécia, o neoliberalismo não só sobreviveu como se radicalizou, porque o neoliberalismo se utiliza das crises econômicas que ele gera para reforçar sua própria lógica, bloqueando os caminhos alternativos. Vejamos sua expressão brasileira.

Guedes foi à grande mídia no dia 5 de novembro de 2019 para falar de um “novo pacto federativo” e da necessidade de uma “nova cultura de responsabilidade fiscal”, como se a Lei de Responsabilidade Fiscal e a EC 95 não fossem suficientemente duras, apresentando ao Congresso três propostas de Emenda Constitucional, complexas e cheias de armadilhas. A proposta de EC do Pacto Federativo (Mais Brasil) acena a inversão do percentual de alocação dos royalties do petróleo que cabem ao governo federal, que passaria para 70% para estados e municípios e 30% para a União, gerando uma distribuição de 400 bilhões ao longo de 15 anos, diretamente aos demais entes federativos. A arrecadação federal do salário-educação – 9,8 bilhões – também iria para os entes federativos subnacionais. As contrapartidas dos estados envolveriam renunciar os contenciosos com o governo federal em torno de questões tributárias (Lei Kandir sobre isenções tributárias de ICMS sobre exportações, por exemplo). E, também, o apoio à inclusão de estados e municípios na contrarreforma da previdência, num contraponto à desidratação que esta teria sofrido no Congresso, segundo a equipe econômica. Já os municípios que têm menos de 5 mil habitantes teriam que provar que arrecadam 10% de sua receita para continuar existindo, o que colocou em questão cerca de 1.254 cidades brasileiras. Se houve muita irracionalidade, oportunismo e clientelismo político na criação de municípios, esse é um tema delicado que envolve a heterogeneidade estrutural brasileira e processos locais, e ainda mais espinhoso quando vem de cima para baixo, sem qualquer diálogo.

Havia na proposta a criação de um limite para benefícios tributários, os quais têm de fato causado perdas de mais de 4% do PIB na arrecadação, o que vimos criticando e sinalizando (Cf. Salvador, 2017 e 2019), e que não poderiam ultrapassar 2% do PIB até 2026. Aqui caberia discutir sobre quais tributos e setores recaem as isenções fiscais ou gastos tributários, já que nossa crítica se dirige ao impacto das mesmas sobre os recursos das políticas sociais, bem como ao interesse público dessas medidas de uma forma geral. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, um dos elementos criminosos revelados sobre governadores presos dizia respeito aos gastos tributários que não respondiam a qualquer interesse público e mais se pareciam com agrados aos parceiros privados em detrimento do interesse público e da área social. Sabe-se que está em curso a proposição de uma “reforma” tributária que poderá descaracterizar profundamente o

financiamento, por exemplo, da seguridade social. Assim, tudo indica que a diminuição das isenções provavelmente não vai impactar o aumento de recursos para a área social. Ao lado disso, quebra-se a lógica orçamentária constitucional que articulava planejamento e orçamento, com a extinção do Plano Plurianual (PPA) - que vem sendo esvaziado progressivamente desde o governo Dilma -, o que traria maior flexibilidade ao orçamento público, do ponto de vista da proposta. A nosso ver, o que temos é o presenteísmo absoluto na formulação de políticas públicas, a inexistência de planejamento de médio prazo (ver abaixo a análise das peças orçamentárias do governo atual). Outro aspecto é que a União passaria a não dar suporte a entes federativos endividados a partir de 2026, exceto em operações internacionais, o que significa um “cada um por si” federativo, nos termos da ótima crítica de Guilherme Santos Melo, que caracterizou o pacote no seu conjunto como uma espécie de “AI-5 econômico”, num breve comentário nas redes sociais. Com a implementação da calamidade pública a partir de março de 2020, esta proposta ficou em *stand by* quanto a alguns destes aspectos. No entanto, o suporte aos demais entes federativos para fazer frente aos impactos da pandemia foi condicionado ao congelamento dos salários e progressões no serviço público, como segue, medida que já era enunciada antes da pandemia.

O ataque mais duro se dá, portanto, sobre trabalhadores(as) do serviço público, mais uma vez transformados na Geni, personagem da genial Ópera do Malandro de Chico Buarque de Holanda (1977/1978), atacada sob pedras e dejetos. Desde a inauguração do neoliberalismo entre nós com Collor - quem não se lembra dos discursos sobre os marajás? -, e passando pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), de Fernando Henrique Cardoso e Bresser Pereira, com seus ataques ao Regime Jurídico Único e à Constituição “perdulária” de 1988, a sanha do *mainstream* econômico sobre o serviço público encontrou poucos freios (Oliveira, 2019). Os governos do PT recompuseram o quadro de pessoal com concursos públicos em várias áreas (o quadro de assistentes sociais do INSS, é um exemplo, dentre outros), mas também aprovaram contrarreformas como a da previdência em 2003, o FUNPRESP de 2012 e o incentivo às organizações sociais e similares (EBSERH e outros) que fragilizam o serviço público na ponta da implementação de políticas centrais, pois têm a função precípua de contratar trabalhadores(as) com vínculos não estáveis.

Mas agora o cenário é bem pior: fala-se da possibilidade de cortar até 25% dos salários dos trabalhadores em caso de “emergência fiscal”³ com redu-

³ O que foi lembrado pelo governo no contexto da pandemia, quando mais uma vez os servidores públicos foram convocados a “fazer sua parte”, ainda que em sua

ção proporcional da carga horária por até dois anos, com a justificativa de reduzir as despesas obrigatórias em período de crise. Como estamos em plena crise - no momento ainda mais agravada pela pandemia - e o governo federal e vários estados vêm descumprindo a regra de ouro, segundo a qual não podem contrair dívidas para fazer frente as despesas correntes, tal medida seria de aplicação imediata e ao mesmo tempo vigoraria como gatilho em crises futuras. Guedes queria economizar 28 bilhões de reais em dois anos, sobre as costas dos trabalhadores do serviço público, o que vem acompanhado da suspensão de progressão funcional (exceto de juizes, ministério público, militares e diplomatas, digase dos mais altos salários do país), suspensão de concursos, suspensão de licenças de capacitação, congelamento dos salários, reestruturação de carreiras, e perseguição de funcionários que tenham filiação partidária, que perderiam a estabilidade. Sobre essa condição dos(as) trabalhadores(as) do setor público no contexto de um ajuste fiscal permanente, Gênesis Oliveira (2019) mostra o aumento das atividades terceirizáveis de 13, em 1997, para 31, em 2018, a implementação de regras que dificultam o concurso público (Decreto 9739/2019), o aumento do gasto público com terceirizações e a queda percentual progressiva do gasto público com pessoal, de 10% do OGU, em 2019, para 9,4% em 2020. São dados inequívocos da socialização dos custos da crise com base na apropriação da renda dos trabalhadores do serviço público, vilipendiando suas condições de trabalho para a apropriação de fundo público para outras finalidades, o que evidentemente compromete a oferta de serviços.

Outro aspecto é a proposta de unificar os pisos da educação e saúde, deixando aos estados e municípios a tarefa de alocar 37% de seus recursos nas duas políticas. A proposta inicial previa uma redução de gastos nessas políticas centrais e a inclusão dos inativos no percentual, o que na prática reduziria o orçamento, mas houve recuo diante da saraivada de críticas até nas hostes governistas. Há, ainda, a criação do Conselho Fiscal da República, com participação de representações dos entes federativos, que teria a tarefa de monitorar ações e gerar a tal cultura de responsabilidade fiscal. Evidentemente, é um conselho tecnocrático e judicial (o que vem sendo questionado, considerando a autonomia dos poderes) e sem qualquer participação de trabalhadores(as). Por fim, temos a Emenda Constitucional dos Fundos, que recolhe 220 bilhões de fundos setoriais que estão “parados” (ou foram parados?), afetando 248 fundos (dentre eles fundos de políticas sociais ou de interesse público), e cujo objetivo é centralmente pagar a dívida pública – em 2019, em torno de 5,5 trilhões, equivalente a

esmagadora maioria não obtenham supersalários. O corte de salários não foi aprovado na calamidade pública de 2020, mas o congelamento sim.

79% do PIB brasileiro, o que mostra que o sacrifício sugerido penaliza o país, mas afeta muito pouco a dinâmica da dívida, colada à taxa Selic. Com os custos da pandemia sobre o crescimento econômico, há previsões de que a relação dívida/PIB chegue a mais de 95% nos próximos anos. Existia alguma previsão de alocação desses recursos dos fundos para políticas de combate à pobreza e investimentos de infraestrutura, mas o acompanhamento que vimos fazendo do orçamento nos diz que tal menção são lanterna para tornar a proposta mais atraente. Há uma desindexação das despesas obrigatórias que passam a não ser corrigidas pela inflação abrindo o flanco para sua redução, exceto a previdência e o BPC. Esse pacote se combina a uma ofensiva quanto às privatizações, com destaque para a Eletrobrás, mas que inclui até a Casa da Moeda, e como viemos, a saber, mais recentemente com a divulgação da sinistra Reunião Ministerial de 22 de maio de 2020, o Banco do Brasil.

2. O orçamento de Bolsonaro: institucionalização das desigualdades sociais

Nas linhas que seguem, realizamos a análise das peças orçamentárias do governo Bolsonaro, que corroboram a perspectiva do ultraneoliberalismo, conforme se verá. A análise do orçamento do governo Bolsonaro deve abordar a metodologia adotada pelo governo, o que transparece na apresentação das metas no Plano Plurianual 2020 a 2023. O PPA representa (ou deveria representar) um planejamento estratégico dos governos para 4 anos. Tal instrumento orçamentário é fundamental por apresentar as prioridades, metas e objetivos a serem cumpridos. A descontinuidade metodológica e a falta de compromisso com as diretrizes nele propostas, vêm esvaziando seu conteúdo político e técnico desde 2012, e o torna uma peça orçamentária frágil diante das demais, mas que merece ser retomada de acordo com seu objetivo central previsto na Constituição, já que norteia as demais peças. Pois, apesar desses limites, é possível vislumbrar as prioridades governamentais no documento.

Observamos que o PPA 2020-2023 apresenta uma simplificação dos dados e a ausência das concepções de muitos projetos propostos, além da falta de qualquer problematização da participação social, coerente com o profundo desprezo por espaços de controle democrático expresso desde o início do governo. Com o título “Planejar, Priorizar, Alcançar”, o PPA de Bolsonaro contém 6 eixos, 13 diretrizes, 15 temas e 72 programas. Os eixos são: Institucional, Social, Ambiental, Infraestrutura, Econômico e Defesa. Apresenta três pilares

de inovação: “Simplificação metodológica; Realismo fiscal; Alinhamento com os planejamentos estratégicos dos ministérios e integração com a avaliação de políticas públicas” (BRASIL, 2020, p. 4 - Apresentação).

Na prática, a simplificação significa uma nova metodologia de apresentação do orçamento, que desta forma dificulta o acompanhamento dos programas e ações até então desenvolvidos. A ênfase numa setorização simplista dos programas demonstra uma opção pela fragmentação da discussão política que compreende as dimensões tratadas, optando por um tecnicismo despolitizado no debate orçamentário.

Os primeiros anexos do PPA apresentam os chamados Programas Finalísticos (que anteriormente eram Programas Temáticos), no total de 66 e mais 4 programas de gestão (estes não apresentam metas, objetivos e indicadores). Nos anexos dos programas, o PPA de Bolsonaro não apresenta os indicadores e iniciativas de cada programa, como feito nos planejamentos dos governos anteriores, o que limita e obscurece ainda mais as informações sobre a perspectiva que se intenta com cada programa. A descontinuidade metodológica e ruptura com a série histórica tornam possível o ocultamento de dados que, além de fundamentais para garantir o princípio de transparência do orçamento, permitiriam a análise comparativa mais detalhada entre as propostas de diferentes governos para o orçamento público nos últimos anos.

A ênfase dos programas finalísticos concentra-se no Eixo econômico, que reúne 65,6% do total dos quase 7 trilhões previstos para os 4 anos⁴, priorizando a gestão eficiente e equilíbrio dos gastos, típico da política ultraliberal. Até mesmo a política internacional é inserida neste eixo, o que limita sua concepção ao campo econômico. Já o eixo social ocupa o segundo lugar, recebendo pouco mais de um terço deste primeiro. Embora o eixo fale em bem-estar e em redução das desigualdades, seu escopo se limita aos seguintes temas: Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura⁵ e Esporte, e Vínculos familiares e intergeracionais. Os temas de previdência e geração de emprego e renda estão no eixo

⁴ A definição do eixo é “zelar pela integridade dos fundamentos da economia brasileira, com foco no crescimento econômico e na *estabilidade fiscal e monetária*. O eixo econômico incentiva o empreendedorismo, o fortalecimento da produtividade e a construção de soluções conjuntas e integradas entre o setor público e a iniciativa privada” (Brasil, 2020, p.4). Mais ultraneoliberal impossível, conforme vimos no item anterior.

⁵ A cultura dentro do Ministério da Cidadania se reduziu a um programa (5025) que contará em 2020 com apenas 2 milhões de reais e cujo objetivo é “promoção e defesa dos direitos humanos, com foco no amparo à família” (Brasil, 2020, p. 24), reafirmando a perspectiva conservadora deste orçamento. Os posicionamentos lamentáveis do governo Bolsonaro na relação com a cultura revelam-se coerentemente na matéria orçamentária.

Econômico, desvinculando-os da perspectiva de direitos conforme a Constituição Federal de 1988 prevê.

Dentre as principais diretrizes do planejamento orçamentário sinalizadas no texto do PPA estão a modernização do Estado, a eficiência do gasto público (com redução da ingerência do Estado na economia), o equilíbrio das contas públicas, a ênfase na educação básica (sem citar o ensino superior), o estímulo ao empreendedorismo e, cabe ressaltar, a “simplificação e a progressividade do sistema tributário, a melhoria do ambiente de negócios, o estímulo à concorrência” (PPA, 2019, p. 3).

O texto da lei fala em “reforma tributária” para simplificar os tributos, tendo em vista reduzir custos do setor privado, aprofundando a concentração de renda e as desigualdades sociais no país. Enquanto isso, o grande foco é a família, vista como agente econômico, mas sem aporte suficiente do Estado. Quase todos os programas do campo social contam com alguma menção à família. Em linhas gerais, o orçamento para os próximos quatro anos caracteriza-se como parte da política ultraneoliberal em seu explícito apelo à redução da atuação estatal no campo social e afirma seu cariz conservador pela sua visão conservadora de família, patriarcal e mononuclear, sem remissão à função do Estado no campo dos direitos atinentes à sua proteção. Não há nenhuma menção a palavras como machismo, opressão, gênero, questão racial, orientação sexual. O que demonstra o lugar ocupado pelas mulheres e pelas opressões na visão deste governo.

Vejamos brevemente o que os dados brutos do PPA nos mostram. Nos interessa aqui analisar os dois principais eixos: Econômico e Social. Dos valores totais de 6,8 trilhões de reais para os 4 anos de governo, o eixo Social concentra 25,9%, ou seja, 1,7 trilhões de reais, que estão concentrados em maior medida no Ministério da Cidadania (47%) e no Ministério da Saúde (39,9%), enquanto o Ministério da Educação ficará com 9,9% dos recursos. Comparado ao PPA de 2016-2019 (batizado de “Desenvolvimento, produtividade e inclusão social”), os principais programas no campo da Saúde alocados neste ministério e que são destinados à garantia do SUS, apresentam um pífio aumento de pouco mais de 1% no PPA de Bolsonaro. Este já é o reflexo do teto dos gastos aprovado em 2016 que passou a limitar as despesas primárias⁶. Sobre a educação, o efeito é ainda mais nefasto. Comparando o programa central da educação constante no

⁶ A mudança significativa na metodologia dificulta imensamente a apreensão dos dados. A criação de novos programas nesta pasta inviabiliza o acompanhamento dos recursos e a análise comparativa, dificultando a exatidão nos números aqui expostos, o que não compromete a observação da tendência geral da alocação dos mesmos.

orçamento (Educação de qualidade para todos) aos programas criados pelo novo governo, cujas definições e conjugação podem equiparar-se àquele, há uma redução de cerca de 12%: de 199 bilhões para 175 bilhões de reais.

No Ministério da Cidadania, o maior em termos orçamentários dentro do eixo Social, percebemos uma série de programas que antes estavam relacionados a outros órgãos e unidades orçamentárias. Isso significa que há uma superlotação de programas neste ministério, com a desculpa da simplificação do orçamento, para apresentar o verniz social de um governo neofascista. Cultura e esporte são programas que estão alocados na pasta da Cidadania, que concentra atividades antes desenvolvidas por ao menos quatro ministérios extintos: Desenvolvimento Social, Justiça e Cidadania, Cultura e Esporte. Embora com grande aporte de recursos na totalidade, percebemos que alguns programas apresentam redução, como o caso do Bolsa Família (de 123 bilhões para 120 bilhões) e outros têm uma tímida participação na pasta, como o programa “Promoção à cidadania” e o “Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: cuidados, prevenção e reinserção social”, ambos com cerca de 300 milhões para 4 anos.

Outro dado importante a destacar deste orçamento refere-se à exclusão de diversos programas fundamentais, como o programa voltado ao combate à violência contra mulher, o programa de promoção de igualdade racial e o programa em defesa dos direitos humanos da criança e adolescente. Neste campo, o programa recém-criado se limita à “Atenção integral à primeira infância”, contrariando a perspectiva presente no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) sobre a garantia de direitos a infância e adolescência na sua integralidade.

No Eixo econômico (que concentra 64,7% dos recursos para os 4 anos, ou seja, 4,4 trilhões de reais) o maior programa é a “Nova Previdência”. Com o fim do ministério, esta política se encontra na pasta econômica, destituída da perspectiva de direito integrante da Seguridade Social presente na Constituição, e cuja diretriz passa a ser a “garantia do equilíbrio das contas públicas, com vistas a reinserir o Brasil entre os países com grau de investimento” (PPA 2020, anexo I, p. 43). Junto à temática da moradia e transporte público, a previdência aparece como alavanca da economia e garantidora das metas fiscais. A (contra) reforma da previdência aprovada em 2019 já desconsiderava esta política como direito social e o PPA 2020-2023, do governo Bolsonaro, institucionaliza esta perspectiva.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 previa um déficit primário de 124 bilhões de reais. Otimista quanto à projeção do PIB, apontava

crescimento de 2,7% em 2020, o que não se confirma atualmente em que, após a inflexão da pandemia, se noticia a estimativa de que o PIB tenha uma queda em torno de 5% a 10%, de acordo com a versão menos ou mais pessimista. Seguindo na perspectiva ultraneoliberal, a LDO defende a chamada “Reforma” da Previdência como prioridade para a execução do dito equilíbrio fiscal, o que, como vimos, reitera as tendências do período de ajuste fiscal permanente. Além dela, a equipe de Bolsonaro apresenta um combo de contrarreformas para complementar tal objetivo: a reforma tributária (com simplificação de impostos e redução do princípio da transparência); a desmobilização de ativos (com redução do número de empresas estatais); o aumento da liberalização comercial; a formalização da autonomia do Banco Central e a reforma administrativa.

PEC do Pacto Federativo (188/2019), ganhou destaque no texto da LDO e tem sido até agora a grande prioridade do governo, cuja finalidade será “aprofundar a racionalização para alcançar também os equipamentos públicos presentes em todo o território nacional e eliminar sobreposições e redundâncias”. Nos remete, como vimos no item anterior, ao Plano Diretor do Estado de Bresser Pereira, do ano de 1995⁷. Neste caso, a contrarreforma proposta por Bolsonaro opera sobre aquilo que sobrou do equipamento estatal, fundamentalmente os equipamentos destinados à reprodução da classe trabalhadora, como o caso da educação superior e o SUS, além do Banco do Brasil e Petrobrás (ambos de caráter misto, mas agora nitidamente pretende-se radicalizar nas suas privatizações).

As contrarreformas justificam-se, como vimos, pelo argumento da contenção da dívida pública, cuja explicação para elevação recai nos “exorbitantes” gastos do Estado brasileiro, que para tanto, deve economizar para pagar a própria dívida. Aqui o governo apresenta uma espiral da dívida às avessas: o gasto público gera dívida, que, portanto, deve ser contido para pagá-la. Com a elevação do estoque da dívida de 2018 para 2019 em 10% (INESC, 2020), o projeto de reforma administrativa operacionalizará o aparelhamento do fundo público para o capital portador de juros na sua quase totalidade.

Tratando agora da execução orçamentária de 2019, esta apresentou um crescimento ínfimo de 0,41%, dez vezes menos que a inflação daquele ano que ficou em 4,31%. Isso significa que não houve aumento, e sim desfinanciamento das políticas públicas. No campo dos gastos sociais, nas chamadas despesas discricionárias (ou seja, não obrigatórias por lei) houve uma redução de 8,55% comparado a 2018, com destaque para educação que teve queda de 16%. Fica

⁷ Ver Behring, 2008.

claro então, que o orçamento do governo Bolsonaro omite na letra do texto e limita no orçamento qualquer possibilidade de garantia direitos sociais orientados pelos princípios da Constituição Federal. A Seguridade Social caminha para restringir-se à política de mitigação dos efeitos mais deletérios das desigualdades sociais, que tenderão a ser aprofundadas por este governo.

3. Contrarreforma da previdência: o maior ataque de Bolsonaro e Guedes às políticas sociais

Até o momento, o mais bem-sucedido ataque aos direitos sociais do governo Bolsonaro foi sua contrarreforma da Previdência. As inúmeras contrarreformas da Previdência Social, implementadas por todos os governos desde Cardoso, compõem com centralidade o ajuste fiscal permanente no país. Isso porque a Previdência Social reúne grandes fundos de recursos apropriados pelo Estado do trabalho necessário, na sua forma salário, do conjunto dos trabalhadores. O sentido, então, dessa verdadeira “contrarreforma permanente” da Previdência Social sempre é a ampliação das contribuições, parcelas de salários que irão compor os fundos públicos, e redução de direitos para que os recursos possam ser liberados para dar suporte ao capital.

A apropriação de fundos previdenciários pelo capital não é novidade. Esses recursos foram, mesmo antes da Constituição de 1988, suporte para programas de habitação popular, que favoreceram o grande capital da construção civil e para a expansão do capital privado na saúde, que era, e ainda é contratado pelo Estado para atender aos trabalhadores. O que é novo sob o neoliberalismo é a apropriação desses fundos pelo capital financeiro, que passa a ser hegemônico no período neoliberal do capitalismo.

Isso ocorre de duas formas. O discurso da crise e do déficit da Previdência e a precarização das relações de trabalho que desvincula os trabalhadores dessa política, vêm desmoralizando a Previdência Social como política social justa e sustentável, o que estimula os trabalhadores a aderirem diretamente aos fundos de investimentos de alto risco, travestidos de “previdência privada” aberta, comprados diretamente de instituições financeiras.

Por outro lado, os fundos previdenciários públicos, compostos por contribuições obrigatórias vinculadas ao salário de trabalhadores que ainda têm contratos formais, por meio do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) gerido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e trabalhadores públicos dos municípios, dos estados e da União, por meio de seus Regimes Próprios

de Previdência Social (RPPS), vão sendo paulatinamente transformados em fundos de pensão, ou “previdências privadas” fechadas. Para os trabalhadores do Estado, esse processo estava em curso nas estatais desde a década de 1970 e foi previsto para os trabalhadores do RJU desde a EC 20/98, aprovada durante o governo Cardoso. As contrarreformas dos governos do PT consolidaram esse processo com a criação da famigerada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) pelo decreto 7808/2012, seguido pela formação de diversos outros fundos de pensão financeirizados em estados e municípios.

Além disso, os fundos de Previdência dos trabalhadores do serviço público em todas as esferas, já vinham tendo seus recursos capitalizados por meio da aplicação de suas receitas em mercados financeiros, possibilidade aberta pela Lei 9717/98, posterior a EC 20/98 de Cardoso, que regulamentou a criação dos fundos dos RPPSs.

No Rio de Janeiro, por exemplo, durante o governo Cabral, a partir de 2013, o fundo ainda público, formado pela contribuição compulsória dos salários dos trabalhadores entre outras receitas, como os royalties do petróleo, foi utilizado como garantia para securitizações e antecipações de receita, na prática uma nova forma de aquisição de dívida pública com apropriação de grandes volumes de fundo público para pagamento de juros. As operações se tornaram objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), dada uma série de irregularidades apontadas pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas do Estado, que só favoreceram o mercado financeiro (Cislghi, 2019).

A contrarreforma do governo Bolsonaro, ainda que mais acentuada que as de governos anteriores, só foi possível porque se beneficiou da estrada de financeirização já aberta (Andes, 2020). A proposta foi apresentada em 20 de fevereiro de 2019, com menos de dois meses, portanto, do início de seu governo. Seu projeto original propôs não só alterações nos direitos previdenciários, mas ainda, em direitos assistenciais, como a redução do valor do BPC. Seu objetivo principal, porém, era a generalização da capitalização da Previdência Social pública, já iniciada por governos anteriores.

Promulgada pelo Congresso Nacional em 12 de novembro de 2019, a emenda aprofundou de modo dramático as dificuldades para a aposentação, ainda que tenha recuado em relação à proposta original em alguns pontos, pela pressão social contra sua perversidade. Em síntese, as mudanças aprovadas ampliaram o tempo mínimo de contribuição para 40 anos, para que o valor do benefício corresponda a 100% da média dos salários na ativa, instituíram uma idade mínima para a aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulhe-

res, reduziram o valor das pensões, elevaram o valor das alíquotas de contribuição. Ou seja, os trabalhadores terão que contribuir mais e por mais tempo para receber benefícios menores e mais tardiamente.

Em relação ao aumento da idade mínima, a proposta original equiparava homens e mulheres alegando que as desigualdades nas suas atividades laborais não justificariam qualquer diferenciação, desconsiderando a sobrecarga do trabalho doméstico de reprodução social que recai de forma não remunerada sobre as mulheres, evidenciando a orientação misógina desse governo.

No tocante à capitalização da Previdência Social de forma generalizada, as novas regras não foram completamente aprovadas. No caso dos trabalhadores do serviço público, os entes estaduais e municipais que ainda não possuem “previdências privadas” terão que obrigatoriamente criá-los, ou aderir a fundos já existentes, instituindo, assim, o teto previdenciário para seus trabalhadores, em no máximo dois anos. Esses fundos de pensão não precisarão ser necessariamente públicos, mas poderão ser diretamente entregues às instituições financeiras, resolvendo em favor destas a disputa desses recursos com a burocracia sindical que os geriu até então (Andes, 2020).

Ainda que a privatização por capitalização não tenha sido total, a EC 103/19 desconstitucionalizou a Previdência Social, pois autorizou que mudanças futuras nesse sentido possam ser realizadas por leis complementares, com menos debate e votação por maioria simples no Congresso Nacional.

Gentil (2019) aponta que a degradação das receitas da Seguridade Social no Brasil, e em particular as receitas da Previdência Social, é uma estratégia clara do Estado para permitir o avanço do capital financeiro sobre os recursos das políticas sociais. No caso da Previdência, os fundos de capitalização são os principais beneficiados, seja pela privatização dos fundos de pensão fechados, seja pela ampliação de mercado para os fundos privados abertos. O patrimônio líquido dos fundos de previdência abertos passou de 23 bilhões de reais em 2002 para 490 bilhões de reais, em 2015, ou seja, um crescimento verdadeiramente espantoso. Os fundos de “previdência privada” converteram-se nos maiores proprietários de títulos da dívida pública federal, participação que passou de 17,7% do total desses ativos em 2007, para 24,5% em 2016. A carteira de investimentos do Funpresp era composta em 96,5% por títulos da dívida federal, ao final de 2017 (Gentil, 2019, p.196).

Esses dados deixam evidente que o sentido das contrarreformas é a retirada de direitos dos trabalhadores para alimentar o capital financeiro com fundo público, de forma cada vez mais aprofundada pelo ultraneoliberalismo atual. Os trabalhadores têm seus salários expropriados para fundos capitalizados, cujo

sucesso depende de maior apropriação do orçamento federal na forma de juros da dívida pública, o que contraditoriamente significa menos direitos e mais precarização dos serviços públicos e dos direitos de seus trabalhadores. Com a capitalização da Previdência Social, o governo deixa de pagar diretamente aposentadorias e pensões, mas continua a pagá-las, com o intermédio dos fundos donos da dívida pública, com custos elevadíssimos.

Considerações Finais

Em linhas gerais, essas são as propostas ultraneoliberais em curso. Será que elas buscam atender ao objetivo de equilíbrio/estabilidade fiscal? Somos da opinião de que serão ineficazes quanto a este objetivo, mas muito consistentes para socializar o custo da crise com os trabalhadores, e ainda mais após a pandemia. A contrarreforma do Estado de FHC, a partir de 1995, anunciava o controle da dívida para ter recursos para investimentos. Todas as medidas ali previstas foram tomadas e esses objetivos não foram efetivamente alcançados. Já a transferência de 49 bilhões de dólares em patrimônio público para mãos privadas foi um estrondoso sucesso. O destino do “combo de horrores” de Guedes tende a ser o mesmo. Ademais, nos perguntamos se medidas drásticas e que culpabilizam os trabalhadores do serviço público seriam realmente necessárias. O discurso presidencial de que “não há dinheiro para nada” é uma falácia. A conta que fazem reduz os gastos públicos aos gastos primários correntes, deixando de lado a monumental gambiarra de recursos que é o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, o primeiro item de gasto do governo federal, e que retira em média 30% a 40% do orçamento brasileiro variando ano a ano para menos ou mais. Nenhuma dessas medidas coloca a dívida em xeque, pelo contrário: mantém o país refém desta lógica, inclusive extinguindo fundos para continuar pagando, remunerando o capital portador de juros, às custas da expropriação de milhões de trabalhadores(as). Uma dívida que jamais foi auditada. Portanto, são medidas que na prática “enxugam gelo” no que se refere ao déficit das contas públicas, ao passo em que socializam os custos da crise.

Enquanto o pacote foi tratado em 2019 pela grande imprensa como algo do “governo que trabalha”, apesar de algumas fricções pontuais com os “excessos” presidenciais - que, diga-se de passagem, se tornaram mais e mais frequentes desde então -, a verdadeira emergência, a social, foi ganhando contornos cada vez mais dramáticos e explosivos: as gigantescas filas do auxílio

emergencial no contexto da pandemia, demandado por 70 milhões de pessoas, de 600,00, e arrancado do governo que queria o valor de 200,00, são inequívocas. As notícias são alarmantes, pois a pandemia se encontrou com um país já dilacerado: os trabalhadores(as) sem carteira assinada e sem direitos já somavam em 2019 o recorde de 11,8 milhões (sem contar desalentados e outras categorias do IBGE), e este tem sido o resultado da contrarreforma trabalhista; em São Paulo um(uma) trabalhador(a) da periferia ou de comunidades pobres vive 20 anos a menos que nos bairros de classe média e alta, o que nos mostra o impacto da contrarreforma da previdência sobre estes setores, destacadamente as mulheres e negros(as), que dificilmente conseguirão contribuir por 15 ou 20 anos, quanto mais por 40 anos para ter acesso ao teto; metade dos brasileiros vivem em média com R\$ 413,00, dado da PNAD/IBGE e que se relaciona à passagem, desde 2015, de um milhão de pessoas por ano para abaixo da linha de pobreza; o número de ambulantes aumentou em 510% no mesmo período. Frente a isso, a resposta de Guedes foi colocar em questão, em 2019, porque os pobres não têm poupança (SIC!) e propor o congelamento do salário mínimo. Trata-se do mais profundo darwinismo social ultraneoliberal, de um ataque inédito aos trabalhadores(as) do setor público e privado. É uma imensa tragédia e esse projeto não tem nenhuma condição de enfrentar o desemprego que cresceu ainda mais após a pandemia. Não tem sequer o desejo, já que se orienta por uma visão meritocrática, segundo a qual o desemprego é um problema individual e os bens e serviços devem ser acessados no sacrossanto mercado deificado. O que vemos como precarização e trabalho sem direitos, eles veem como empreendedorismo. Há outras dimensões da recente tragédia brasileira que não analisamos neste artigo, a exemplo da relação entre ultraneoliberalismo e neofascismo, com uma caracterização mais detida da dimensão política deste processo, que envolve evidentemente seguidas derrotas dos trabalhadores. Alguns elementos deste debate podem ser buscados no conjunto de textos reunidos em Cislighi e Demailier (Orgs.), 2019. Mas não podemos deixar de registrar os ataques do governo brasileiro às mais elementares liberdades democráticas e à Constituição de 1988 neste período da pandemia, bem como a militarização do Estado e o armamento de milícias de extrema direita no país, acompanhados de uma resposta institucional débil. Finalizamos este artigo apontando que há uma correspondência entre este Estado interdito e asfiziado para o social e o público, engendrado pelo ultraneoliberalismo e a restrição das liberdades democráticas preconizada pelo neofascismo, para os quais devemos estar atentos e fortes.

Referências

- ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (BRASIL). Financeirização nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) nos estados e tendências enunciadas na estruturação do sistema e na legislação. In: **Sindicado Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Brasil)**. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2020.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003
- _____. Ajuste Fiscal Permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: SALVADOR, Evilásio, BEHRING, Elaine e LIMA, Rita de Loudes (Org.). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 43-65.
- BEGHIN, Nathalie. **O PPA do governo Bolsonaro: 4 anos de miséria**. Net, maio. 2020. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/o-ppa-do-governo-bolsonaro-4-anos-de-miseria/>> Acessado em: 22 maio. 2020.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRASIL. **PPA 2020-2023: planejar, priorizar, alcançar**. Ministério da Economia. Net, maio. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>>. Acesso em: 22 maio. 2020.
- _____. **Lei nº 13.898/2019 (Lei Ordinária), de 11 de setembro de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias)**. Ministério da economia, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>> Acesso em: 22 maio. 2020.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financeirização da Previdência Social no Brasil: um estudo sobre o estado do Rio de Janeiro. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine e LIMA e Rita de Loudes (Org.). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 123-139.
- _____. **Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise**. Net, junho 2020. Disponível em: <<https://esquerdaon->

line.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/>. Acesso em: 09 jun. 2020.

_____ e DEMIER, Felipe (Orgs.). **O Neofascismo no Poder (Ano I). Análises críticas sobre o Governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Cristian. **A nova fase do neoliberalismo**. Net, jun. 2017. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2019/07/30/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>> Acesso em: 08 jun. 2020.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da História**. Revista Outubro. n. 26. p. 11-26. 2016.

GENTIL, Denise Lobato. **A política fiscal e a falsa crise da Seguridade Social brasileira: uma história de desconstrução e de saques**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

GERBASE, Livi. **Orçamento 2020: quais as previsões para o ano que chega?**.Net, maio. 2020. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/orcamento-2020-quais-as-previsoes-para-o-ano-que-chega/>>. Acesso em: 22 maio. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (BRASIL). O Brasil com baixa imunidade: balanço do Orçamento Geral da União 2019. In: **Instituto de Estudos Socioeconômicos (Brasil)**. Publicação. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2020. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/obrasilcombaixaimunidade/>>. Acesso em: 26 maio. 2020.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Gênesis. **Fundo Público e crise do capital: expropriação e flexibilização dos direitos dos servidores públicos**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PARTE II:
POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPOS
ULTRANEOLIBERAIS E SERVIÇO SOCIAL

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE E CRISE NO RIO DE JANEIRO: O DESMONTE REALIZADO PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS*

Maria Inês Souza Bravo
Joseane Barbosa de Lima
Maria Valéria Costa Correia

Apresentação

A década de 1990 foi marcada pela ascensão do neoliberalismo que teve sua consolidação na criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) capitaneado por Bresser Pereira, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Com a justificativa de enfrentar a crise fiscal do Estado, propiciou a sua minimização para dar respostas às demandas da classe trabalhadora e a sua maximização para atender às demandas do capital. Nessa direção, o fundo público tem sido repassado, cada vez mais, para o setor privado executar políticas sociais, antes de responsabilidade do Estado, mediante contratos de gestão. Para tal finalidade, surgem os denominados novos modelos de gestão, entre os quais as Organizações Sociais, ou seja, entidades privadas, que passam gerir as políticas sociais.

No cenário mundial, desde as décadas de 1980 e 1990, as recomendações do Banco Mundial e das demais instituições financeiras internacionais estavam centradas nos programas de estabilização econômica e de ajuste estrutural para enfrentar a crise da dívida dos Estados, que implicavam na sua reforma. Esse Banco, por meio de documentos, fez reiteradas recomendações para o repasse da gestão pública ao setor privado, com o intuito de que o Estado passasse de executor de serviços de saúde, a regulador, mediante transferência de recursos públicos para esse setor. O eixo de suas propostas tem sido a ampliação do setor privado na oferta de bens e serviços de saúde, incentivando o Estado a repassar recursos para “qualquer entidade” prestar os serviços de saúde (Banco Mundial, 1991, p.117).

O documento de 1995: “A Organização, Prestação e Financiamento da Saúde no Brasil: uma agenda para os anos 90”, deixa claro o novo papel regula-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.125-146

dor atribuído ao Estado que deverá concentrar esforços apenas “no financiamento e no controle desses serviços ao invés do seu oferecimento direto” (Banco Mundial, 1995). O documento de 2007¹ enfatiza a necessidade de desenvolver e implementar maior autonomia e *accountability* às unidades de saúde e aponta para vários modelos de gestão autônoma [...] tais como o modelo das Organizações Sociais, entre outros” (Banco Mundial, 2007, p.79). As Organizações Sociais também são apontadas no documento de 2013² como forma de dar mais autonomia às unidades de saúde, podendo o estado federativo escolher o modelo mais apropriado (Banco Mundial, 2013). Já no contexto de governo ultraneoliberal no Brasil, o documento do Banco Mundial de 2019: “Propostas de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro”, aponta as Organizações Sociais em Saúde como o melhor caminho para a autonomia de gestão, a partir da crítica da rigidez das regras da administração pública.

A gestão dos estabelecimentos públicos de saúde por Organizações Sociais tem crescido no país³. Este artigo trata das Organizações Sociais como modelo de gestão que privatiza e mercantiliza o SUS, no contexto de contrarreformas⁴ neoliberais do Estado brasileiro, e analisa a particularidade desse processo no município e no estado do Rio de Janeiro e o seu impacto no desmonte do SUS, agravado pelo seu desfinanciamento e pela crise financeira desse estado. Está organizado em duas partes, a primeira aborda as origens das Organizações Sociais no Brasil e o seu alinhamento com as demandas do Estado maximizado para atender aos interesses do capital, por meio da captura do fundo público pelo setor privado, privatizando e mercantilizando a saúde pública. A segunda parte apresenta como tem ocorrido esse processo no município e no estado do Rio de Janeiro, a partir da análise de dados de realidade fruto de pes-

¹ Documento intitulado: “Governança do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro: Fortalecendo a Qualidade do Investimento Público e da Gestão de Recursos”.

² Documento: “20 anos de construção do sistema de saúde no Brasil: uma avaliação do SUS”.

³ Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais divulgada, em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de estabelecimentos de saúde municipais administrados por essas Organizações cresceu de 997 em 2014 para 1.756 em 2018, havendo um aumento de 76% no período. No Estado do Rio de Janeiro são 302 estabelecimentos, referentes a 15 municípios, conforme os dados divulgados pelo IBGE. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/25/ibge-numero-de-organizacoes-sociais-que-geremestabelecimentos-de-saude-sob-76percent.ghtml>>. Acesso em: 24 maio 2020.

⁴ Expressão utilizada por alguns autores para designar o conjunto reformas realizadas pelo Estado brasileiro, a partir da década de 1990, regressivas do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora.

quisas coordenadas por Bravo et al, entre 2012 e 2015, e Lima, em 2017, abordando sua influência no desmonte do SUS, no contexto de crise financeira do estado do Rio de Janeiro.

1. As Organizações Sociais no Brasil e a privatização da saúde pública, no contexto de contrarreformas neoliberais

As Organizações Sociais (OSs) surgem no contexto das contrarreformas do Estado brasileiro, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, dentro das propostas do Ministério Administrativo da Reforma do Estado (MARE) criado para implementá-las. São apresentadas como um dos novos modelos de gestão das políticas sociais para modernizar e desburocratizar o Estado. No entanto, compõem um conjunto de ações do Estado para enfrentar a crise do capital, favorecendo os interesses do grande empresariado, especialmente na área da saúde.

1.1 - A origem das Organizações Sociais no Brasil e a contrarreforma neoliberal

No contexto de redefinição das funções precípua do Estado, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), de 1997, enumera propostas que estabelecem as bases de organização do Estado brasileiro que deveriam facilitar o ajuste fiscal, em especial, nos Estados e municípios e tornar moderna e eficiente a administração pública. A proposta então apresentada parte da existência de quatro setores dentro do Estado: (1) o Núcleo Estratégico do Estado; (2) as Atividades Exclusivas do Estado; (3) os Serviços Não exclusivos ou Competitivos, e; (4) a Produção de Bens e Serviços para o Mercado.

As formas de propriedade é que distingue os referidos setores. Assim, considera-se a propriedade estatal, a propriedade privada e uma terceira forma intermediária de propriedade, a chamada propriedade pública não estatal, representada pelas organizações sem fins lucrativos que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão voltadas diretamente para o interesse público. Segundo o PDRE (1997), cada setor do Estado pedirá um tipo de propriedade mais adequada, assim, no setor de atividades exclusivas de Estado, onde o poder típico de Estado é exercido, a propriedade também só pode ser estatal. Já

para o setor não exclusivo ou competitivo do Estado, a propriedade considerada ideal é a pública não estatal, visto que se compreende que aqui não se exerce o poder de Estado, contudo, não pode ser considerada propriedade privada, já que se trata de um serviço de caráter público (Andreazzi e Bravo, 2014, p. 503).

Desse modo, todo o empenho é no sentido de publicizar os serviços considerados pelo PDRE como não exclusivos do Estado, sob o argumento de aumento da eficiência e qualidade dos serviços com redução de custos. Os serviços considerados não exclusivos são aqueles onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações privadas, tais como educação, saúde, cultura e proteção ambiental, entre outros. A estratégia é transferir os referidos serviços para o chamado setor público não estatal, que uma vez fomentados pelo Estado, assumirão a forma de Organizações Sociais.

O Projeto de Organizações Sociais, no âmbito do Programa Nacional de Publicização, configura o modelo de organização pública não estatal voltada à absorção das atividades consideradas não exclusivas do Estado, por meio de contrato de gestão, mediante qualificação específica. Trata-se de uma forma de propriedade composta por associações civis sem fins lucrativos, aptas a serem parceiras do Estado na gestão pública, e cujas atividades estão voltadas para o atendimento do interesse público.

A lei n. 9.637/1998, aprovada pelo Congresso Nacional em maio de 1998, consolidou o Programa Nacional de Publicização proposto nos documentos elaborados pelo PDRE e estabeleceu critérios para qualificar como OS pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades seriam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Segundo Resende (2008), no âmbito do direito propriamente dito, a instituição das OSs não se trata de nova categoria de pessoa jurídica, mas de uma qualificação especial, isto é, um título jurídico concedido por lei a determinadas entidades que atendam aos requisitos nela fixados.

A partir da institucionalização da Lei 9.637/98, os estados da federação passaram a adotar o modelo de OS na gestão do SUS, destacadamente o Estado de São Paulo. Essa referência ao Estado paulista faz-se necessária por ser apresentado como modelo de sucesso na gestão da saúde para outros Estados da federação a partir dos anos 2000.

1.2 As Organizações Sociais: captura do fundo público pelo setor privado e a mercantilização da saúde

Com a Lei das OSs, a Administração Gerencial consagrou a contrarreforma do Estado brasileiro e impulsionou a mercantilização dos setores rentáveis do serviço público de interesse coletivo, donde se encontram os serviços e unidades de saúde. Nesta lógica, a saúde pública – pelas necessidades de ajustes econômicos – se submete à lógica do mercado, que se põe materialmente e ideologicamente na vida social. Souza Filho (2011), na sua análise da administração gerencial no Brasil, conclui que “o projeto gerencialista ataca a finalidade de universalização de direitos [...]. Ratifica-se uma finalidade fundada no atendimento de necessidades mínimas da população, coerente com a proposição neoliberal de reforço do mercado.” (Souza Filho 2011, p. 96).

O modelo gerencial das Organizações Sociais segue a tendência crescente de repasse da gestão e do fundo público para o setor privado, denominado “público não-estatal”, ou para instituições ditas estatais, mas com personalidade jurídica de direito privado. Como observa Correia (2017), “essas últimas permitem a regência dos interesses do mercado, dentro das instituições estatais e as liberta das amarras impostas pelas regras da administração pública do Estado” (Correia, 2017, p. 78). A autora afirma que esse processo

[...] significa transferência da gestão das atividades das políticas públicas para o setor privado mediante repasse de recursos, de instalações públicas e de pessoal. A isto se denomina privatização do público, ou seja, apropriação por um grupo privado (denominado ‘não estatal’) do que é público (Correia, 2011, p.45).

A captura do fundo público da saúde favorece o setor privado que passa a gerir as unidades de saúde, caracterizando a privatização não clássica, pois não acontece a venda direta de uma empresa pública, mas a terceirização da gestão de serviços públicos por meio de contratos de gestão com entidades de direito privado, mediante repasse de recursos, instalações, equipamentos públicos e pessoal.

2. As Organizações Sociais no município e no estado do Rio de Janeiro: a apropriação do fundo público, a crise financeira e o desmonte do sistema público de saúde

A cidade do Rio de Janeiro foi pioneira na implementação das Organizações Sociais da Saúde (OSs) no estado, consolidando a terceirização dos serviços de saúde por meio da Lei Municipal nº 5.026/09, sancionada em maio de 2009 pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, mesmo diante da posição contrária do Conselho Municipal de Saúde (Lima e Bravo, 2015). Desse modo, para abordar a temática proposta neste item, inicialmente pontuaremos a condução das OSs no município do Rio de Janeiro em termos de recursos e de transferência da gestão e, posteriormente, atentaremos especificamente para as OSs contratualizadas pelo governo do Estado e os respectivos repasses financeiros via Contratos de Gestão, a fim de percebermos quanto em termos de recursos e de serviços de saúde estão nas mãos das OSs em todo estado fluminense.

2.1 Organizações Sociais da Saúde no município do Rio de Janeiro: a apropriação do fundo público

Como já afirmado, na cidade do Rio de Janeiro as OSs foram regulamentadas no ano de 2009 por meio da Lei 5.026/09 e do Decreto Municipal nº 30.780, de 2/06/2009. A referida Lei está em consonância com a Lei federal em muitos aspectos, como por exemplo, no que concernem as áreas de atuação - ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura, saúde e esporte. Há duas peculiaridades importantes no primeiro artigo da referida Lei: a primeira, diz respeito a restrição a creches e reforço escolar para as OSs cujas atividades são dirigidas ao ensino. Já a segunda, diz respeito às OSs qualificadas para atuar na saúde. Essas só poderão atuar exclusivamente em unidades de saúde criadas a partir da entrada em vigor desta lei. Também estão previstas a atuação no Hospital Municipal Ronaldo Gazolla e nos equipamentos destinados ao Programa de Saúde da Família.

Como prevê a Lei federal 9.637/98, o processo de seleção das OSs se dá nos termos da lei de Licitações, na modalidade dispensa de licitação, mas com uma seleção conduzida pelo município. Assim, o processo de contratualização das OSs pela SMS/RJ se inicia com um edital de convocação pública de parcerias onde a secretaria municipal especifica sua intenção de desenvolver

programas ou implantar unidades de saúde em áreas geográficas determinadas. Trata-se de um processo seletivo no qual as OSs qualificadas indicam propostas técnicas e econômicas a serem apresentadas publicamente a uma Comissão Especial de Seleção, a serem julgadas de acordo a certos critérios pré-definidos aprovados pela Secretaria. Tais recursos podem ser revistos anualmente pelo detalhamento dos objetivos do contrato e um valor máximo a ser destinado a ele (Lima e Bravo,2015) .

Desde 2009, quando a Lei 5026 foi sancionada, até o ano de 2019, vinte e duas entidades foram qualificadas como Organizações Sociais pela Comissão de qualificação da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CO-QUALI/SMS/RJ) para atuar no âmbito da saúde. As organizações sociais qualificadas serão apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Organizações Sociais qualificadas para atuar na área da saúde no município do Rio de Janeiro.

Organização Social	Sigla
Fundação para o desenvolvimento científica e tecnológico em saúde	FIOTEC
Instituto de atenção básica e avançada à saúde	IABAS
Associação paulista para o desenvolvimento da medicina, programa de atenção básica e saúde da família	SPDM
Associação beneficente assistência social	PRÓ-SAÚDE
Viva Rio	-
Associação espaço produzir	-
Instituto de psicologia clínica, educacional e profissional	IPCEP
Instituto brasileiro de assistência e pesquisa	IBAP
Centro de pesquisa em saúde coletiva	CEPESC
Sociedade espanhola de beneficência - Hospital Espanhol	-
Instituto nacional de benefícios e assistência às cooperativas e associações - Instituto Advance	-
Casa da árvore	-
Centro de estudos e pesquisas 28	CEP 28
Centro educacional nosso mundo	CENOM
Sociedade beneficente caminho de damasco	SBCD
Instituto de desenvolvimento institucional ação social	IDEIAS
Hospital Maternidade Therezinha de Jesus	HMTJ
Cruz Vermelha Brasileira	-
Associação beneficente israelita do Rio de Janeiro	-
Instituto Lagos – RIO	-
Instituto Gnosis	-
Centro de estudos e pesquisas dr. João Amorim	CEJAM

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – RJ, 2018

Elaboração: Própria

Desde a instituição da Lei até o ano de 2019, das entidades qualificadas acima, dez celebraram contratos com o município, de acordo com os Contratos de Gestão publicados no site da SMS. As contratadas pelo município foram: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM); Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (FIOTEC); Instituto de Ação Básica e Avançada a Saúde (IABAS); Viva Rio; Centro de Estudos e Pesquisas 28 (CEP-28); Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” (CEJAM); Sociedade Espanhola de Beneficência; Instituto Gnosis; Hospital Maternidade Therezinha de Jesus e Cruz Vermelha. Outras Organizações Sociais, já desqualificadas⁵, também assumiram a gestão de unidades de saúde no período de 2009-2015. As Organizações Sociais desclassificadas foram: Associação Marca para Promoção de Serviços (A. Marca); Associação Social Global Soluções em Saúde – GLOBAL; BIOTECH – Humanas Organizações Sociais de Saúde; Centro Integrado e Apoio Profissional (CIAP); Fibra Instituto de Gestão e Saúde (FIBRA); Instituto SAS; Instituto Unir Saúde (SMS/RJ, 2016).

As Organizações Sociais da Saúde (OSS) no município do Rio de Janeiro se expandiram, principalmente, por meio da ampliação da cobertura do Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) que foi denominado de Clínica de Saúde da Família. Esse serviço de saúde foi implantado predominantemente por meio do contrato de gestão com as OS. Segundo o Plano Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (2014), no período de 2008 a 2013, houve uma ampliação de 3,5% para 41% da cobertura de Saúde da Família. “Mais de 800 equipes foram implantadas e menos de 7% delas estavam incompletas (CNES, 2013). Neste mesmo período, foram inauguradas 71 novas Clínicas da Família, ampliando a rede de saúde de 100 para 194 unidades” (PMS/RJ, 2014, p.49).

Desse modo, no primeiro ano em que vigorou a Lei municipal nº 5.026/09, o objeto dos Contratos de Gestão celebrados com as OSs voltou-se predominantemente para as Clínicas de Saúde da Família e Unidades de Pronto Atendimento (UPAS). De 2009 em diante é possível observar a diversificação das unidades que passam a ser gerenciadas por OSs no município para além das Clínicas de Saúde da Família e UPAS, englobando também os Programas de Atendimento ao Idoso e nas Escolas, em 2010. De 2011 até o final de 2017 os Hospitais Gerais e de especialidades também passaram a ser gerenciados por

⁵ As OS foram desqualificadas por diversas irregularidades amplamente denunciadas pela mídia e pelo TCM/RJ. Tais irregularidades vão desde a constatação de sobrepreços na compra de insumos e medicamentos, a desvios milionários dos recursos financeiros repassados para gestão e manutenção das unidades de saúde que estavam responsáveis.

OSs, demonstrando um crescimento considerável das OSs no município, e com ele uma transferência de recursos públicos da saúde cada vez maior. Os contratos de gestão formalizados desde 2009 até o final de 2017⁶ já somavam aproximadamente impressionantes R\$ 11.974.756.303,47 (SMS/RJ, 2020). Ressalta-se que no cálculo dos valores transferidos via Contrato de Gestão foram considerados, além do orçamento previsto para os doze primeiros meses de contrato, o acréscimo de recursos através dos termos aditivos, apostilamentos⁷ e a renovação do Contrato de Gestão⁸.

A gestão das OSs tem se mostrado problemática desde a sua institucionalização no município, amplamente denunciadas pelas auditorias do Tribunal de Contas do Município (TCM/RJ). O Relatório do TCM do município do Rio de Janeiro (2011) referente as UPAs municipais - UPAS da Cidade de Deus e da Vila Kennedy - aponta uma imensa contradição com o discurso de eficiência e economicidade das OSs em comparação com a gestão pública estatal. Ao comparar as despesas das referidas UPAS sob a gerência da OS IABAS, com os gastos e despesas de unidades diretamente gerenciadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMSDC) - os Centros Municipais de Saúde Jorge Saldanha Bandeira de Melo (Jacarepaguá) e Waldir Franco (Bangu) - o TCM/RJ identificou gastos excessivos. Dotada de autonomia para decidir sobre os procedimentos que devem adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações

⁶ Considerando que a maioria dos Contratos de Gestão tem vigência máxima de vinte e quatro meses, pode-se auferir que esse valor corresponde também aos repasses referentes a 2018 e 2019. Considerando o cenário da crise econômica, há possibilidades que o repasse tenha sido menor, uma vez que houve atrasos por parte da SMS/RJ no pagamento às OSs.

⁷ Apostilamento corresponde a um ato administrativo previsto no art. 65, § 8º da Lei 8 666/93. Em síntese, trata-se de um registro de variação contratual decorrente de reajuste de preços previsto no próprio contrato, atualizações, compensações ou penalizações financeiras em função das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido (Cardoso, 2012).

⁸ Os Contratos de Gestão têm, de forma geral, validade de vinte e quatro meses, sendo permitida a renovação, por meio de termos aditivos por igual período. Observamos que a renovação automática ocorre em praticamente todos os contratos do período citado. Nesse processo, é possível observar que a alocação dos recursos da saúde tem funcionado como uma fonte importante de sustentação dessas Organizações Sociais e seus grupos empresariais, aprofundando a tendência de focalização e precarização dos serviços de saúde.

[...] a entidade contratada pela prefeitura pagou um preço por serviços, medicamentos e produtos com valores acima do que a própria prefeitura desembolsa com unidades de saúde diretamente sob sua gerência: [...] 56% a mais por serviços de limpeza, 168% por remédios (antibióticos, antitérmicos, analgésicos e anti-inflamatórios) e 51% a mais por gases medicinais em relação às mesmas despesas nos centros de saúde (Cardoso, 2012, p.106).

Em auditoria realizada pelo TCM/RJ, em 2017, nos equipamentos de Estratégia de Saúde da Família - 229 unidades da Atenção Básica de Saúde, distribuídas entre as dez Áreas Programáticas (APs), com quatro Organizações Sociais (GNOSIS, IABAS, SPDM e VIVA RIO), no valor total de R\$ 5,3 bilhões, para um período de quatro anos - foram constatados indícios de que as metas físicas (quantidade de equipes de saúde da família) do cronograma de desembolso estavam superestimadas, pois a quantidade de pessoas cadastradas estava abaixo do que previsto no contrato.

De acordo com os auditores do TCM, o descumprimento das metas do cronograma de desembolso, e sua estimativa acima do necessário, refletem um custo adicional aos cofres do município de aproximadamente R\$ 59 milhões/ano. Evidencia também que o cadastramento de usuários estava abaixo do parâmetro utilizado para cálculo da quantidade de equipes e, conseqüentemente, para cálculo dos custos dos contratos de gestão. Importante destacar que esse desembolso acima do necessário para execução do contrato de gestão ocorre num contexto de dificuldades financeiras no fundo público municipal, levando ao não repasse de recursos, por parte da SMS/RJ, para diversos equipamentos de saúde.

A despeito do discurso dos defensores das Organizações Sociais, de que as mesmas são capazes de executar as funções do Estado no âmbito das políticas sociais de forma mais ágil, mais eficiente, efetiva e com menos custos, o Relatório do Tribunal de Contas do município do Rio de Janeiro (2011) referente as UPAs municipais - UPAS da Cidade de Deus e da Vila Kennedy - aponta uma imensa contradição com esse discurso. Ao comparar as despesas das referidas UPAS sob a gerência da OS IABAS, com os gastos e despesas de unidades diretamente gerenciadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMSDC) - os Centros Municipais de Saúde Jorge Saldanha Bandeira de Melo (Jacarepaguá) e Waldir Franco (Bangu) - o TCM/RJ identificou gastos excessivos. Ressalta-se que as OSs têm autonomia para decidir sobre os procedimentos que devem adotar para a contratação de obras e serviços, bem como

para compras e alienações.

Não há dados, nem mesmo produzidos pela SMS, atestando o bom desempenho das OSs no Rio de Janeiro, o que contraria um de seus anunciados pilares principais: *accountability*⁹. Avalia-se que é um modelo de gestão obscuro no que concerne a aplicação de recursos públicos da saúde incoerente com os princípios da administração pública. Os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos referidos contratos de gestão e das entidades de saúde que respondem a diversas irregularidades pelos Tribunais de Contas do país afora são frágeis, inclusive no estado do Rio de Janeiro.

2.2 Crise da saúde no Rio de Janeiro e as Organizações Sociais: impactos no desmonte do sistema público de saúde

O Estado do Rio de Janeiro, desde o ano de 2015, vem atravessando uma crise financeira sem precedentes. O governo atribui a crise à queda brusca na arrecadação, com a diminuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a diminuição dos *royalties* e a baixa nos preços dos barris de petróleo.

Uma característica que diferencia o Rio dos demais estados do país, é a alta dependência do petróleo, *commodity*¹⁰ que rendeu grandes lucros ao Estado fluminense nos últimos dez anos, quando o preço do barril de petróleo custava em média entre US\$ 110 e US\$150 (até 2014). Contudo, a crise econômica que se instalou no Brasil a partir do ano 2014 levou à queda na arrecadação do ICMS, e a do setor petrolífero, motivada pelos escândalos de corrupção na Petrobras investigados pela Operação Lava Jato¹¹. No caso do ICMS, houve que-

⁹ Termo da língua inglesa que pode ser traduzido para o português como responsabilidade com ética e remete à obrigação, à transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados.

¹⁰ *Commodities* são produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de suas qualidades. É uma forma de investimento, uma opção entre as tantas opções de investimento no mercado, como poupança ou Fundos de Investimento (Economia Br, 2016).

¹¹Operação Lava Jato é um conjunto de investigações em andamento pela polícia federal do Brasil, cumprindo mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou de 10 a 20 bilhões de reais em propina. Iniciada em 17 de março de 2014, a operação contava até fevereiro de 2016 com trinta e oito fases operacionais, durante as quais mais de cem pessoas haviam sido presas e condenadas (Wikipédia, 2016).

da de 9,4% na arrecadação do tributo entre 2014 e 2015. Já o barril de petróleo chegou a ser cotado a US\$ 30 em janeiro de 2016. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, em 2014 o Estado do Rio de Janeiro recebeu 3,213 bilhões de reais. Em 2015, a quantia diminuiu para 2,308 bilhões e diminuiu ainda mais em 2016, chegando a 1,404 bilhão (Carta Capital, 2016).

De acordo com o economista Mauro Osório, coordenador do Observatório de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro da Faculdade de Direito da UFRJ, em entrevista na Carta Capital (2016), para além da queda de arrecadação e no recebimento dos royalties¹² pela exploração do petróleo, a crise financeira por qual passa o Estado é resultante também da concessão de incentivos fiscais para empresas privadas, sob o discurso da arrecadação e geração de empregos. Os dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE) demonstram que, no período de 2008 a 2013, o Estado do Rio de Janeiro teria concedido o valor de R\$ 138 bilhões de reais em renúncia fiscal. Osório também rejeita a tese em voga de que a crise do Estado seria resultante do aumento das despesas com a máquina estatal, com o aumento exagerado da folha de pagamento, uma vez que o estado deixou de realizar novos concursos por décadas. Segundo reportagem da Carta Capital (2016),

O Rio tem falta de funcionários, não excesso. O número de trabalhadores na ativa no serviço público estadual cresceu só 2,5%, entre 2006 e 2014. No período de 2010 a 2014, houve queda de 3,7%. Há escassez de concursos públicos desde o governo Chagas Freitas, na ditadura (Carta Capital, 2016).

Assim como em outros contextos de crise econômica, no pacote da crise atual ocorreu o corte/atraso no pagamento dos trabalhadores, prestadores de serviços, servidores do Estado do Rio de Janeiro e no repasse de recursos para manter os serviços públicos essenciais de interesse da coletividade, tais como a política de saúde.

Com a crise financeira do Estado veio à tona, de forma mais clara, o colapso dos serviços públicos de saúde, com seus principais sintomas expressos na deficiência, e até mesmo ausência de atendimento à população, inclusive nos serviços de urgências, falta de remédios, insumos básicos e equipamentos nos hospitais, além do atraso no pagamento dos médicos e demais funcionários etc. Em dezembro de 2015, a dívida com os fornecedores chegou a R\$1,4 bilhões, e

¹² Os *royalties* de petróleo são os valores em dinheiro pagos pelas empresas produtoras aos governos para ter direito à exploração (O Globo, 2012).

unidades de saúde chegaram a fechar parcialmente.

Observa-se que a crise do Estado alastrou a situação de calamidade pública para o âmbito das prefeituras, atingindo as unidades municipais de saúde de forma dramática. O Hospital Municipal Pedro II, sob gestão da OS SPDM, por exemplo, localizado no município do Rio de Janeiro, chegou a suspender internações e a reduzir as equipes de profissionais atuantes no hospital.

Entre 2017 e 2018, os gestores anunciaram déficit no orçamento municipal, passando, em 2018, a acontecer atrasos no pagamento de salários de profissionais de serviços gerenciados por algumas OSs em áreas da cidade, demissões de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e reduções do horário de funcionamento de unidades. Além dos esperados impactos no acesso, um dos efeitos prováveis deste processo foi a saída de profissionais, notadamente médicos, da APS municipal para outros municípios/estados e para o setor privado e a diminuição da chegada de novos profissionais.

A dívida do município do Rio de Janeiro bateu os R\$ 12 bilhões¹³ em 2017. Nesse período, hospitais municipais registraram superlotação, falta de insumos, equipamentos danificados. Com salários atrasados profissionais de saúde e funcionários chegaram a paralisar o atendimento à população carioca. A crise atingiu Clínicas de Saúde da Família, postos de saúde, e diversos hospitais municipais, dentre eles: Hospital Municipal Pedro II, Rocha Faria, Salgado Filho, Souza Aguiar. O quadro que ocorre no município se integra a situação de calamidade pública que já ocorria no setor estadual da saúde.

Em meados de 2018, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS/RJ), sob a justificativa da crise financeira, apresentou o documento intitulado “Reorganização dos Serviços de Atenção Primária de Saúde – Estudo para Otimização de Recursos”. Tal documento apontava, dentre outras medidas, para a necessidade de extinção de 184 Equipes de Saúde da Família, e 55 equipes de Saúde Bucal (cerca de 1400 postos de trabalho), e propunha nova tipologia de equipes, com base na Política Nacional de Atenção Básica modificada em 2017 (PNAB, 2017), que previu uma frágil composição profissional e alto número de usuários por equipe, apresentado como estratégia para qualificar e otimizar os serviços. De acordo com Melo et al. (2019),

A noção de produtividade foi central nesta proposta, compondo critérios para definir cortes de equipes e justificar sua permanência ou mudança, e adotando arranjos previstos na PNAB. O documento considerou haver ociosidade *a priori* nas equipes que cobriam abaixo de 3.000 habitantes,

¹³ Revista EXAME, 2018.

verificada pela produção de consultas, a despeito da ocorrência de greves, de possíveis efeitos do atraso de pagamentos no desempenho dos profissionais, do fato de boa parte das equipes atuarem em territórios afetados pela violência armada bem como da mudança do sistema de informação em curso na APS da cidade. Outro elemento que se destacou no estabelecimento dos critérios foi a redução de equipes em áreas consideradas privilegiadas (de classe média), a despeito da presença de comunidades pobres em tais bairros, da possível disputa simbólica ao atender pessoas de classe média, da diminuição de pessoas com planos privados de saúde e de outros impactos da crise na saúde das pessoas (Melo et al, 2019, p.4595-4596)

O estudo técnico do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro realizado em 2017, no bojo da Ação Civil Pública nº 0298494.15.2017.8.19.0001, atestou que o argumento da crise econômica e quedas das receitas não justificavam os cortes destinados à política de saúde carioca. Trata-se do contingenciamento de cerca de R\$ 540 milhões, ou seja, menos 10,77% do orçamento municipal da saúde, feito de forma desproporcional à redução das receitas (em 5,28%), tendo por finalidade sua aplicação em outros setores não prioritários, tais como: Secretaria de Fazenda, Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente, num quadro extremamente grave da saúde municipal: faltavam insumos, medicamentos, recursos humanos, alimentação suficiente e adequada para profissionais de saúde e pacientes. Na rede hospitalar, o destaque era a superlotação, o pagamento dos profissionais de saúde em atraso e a suspensão de inúmeros contratos com serviços terceirizados, como de manutenção, maqueiros e segurança (Ação Civil Pública, 2019, p.03).

A interrupção progressiva dos serviços de saúde foi evitada pelo Ministério Público Estadual que deliberou pelo “descontingenciamento” dos recursos da saúde, indevidamente aplicado em outros setores. Contudo, a referida conjuntura voltou a se repetir em 2018, num cenário econômico de aumento de arrecadação de receitas, R\$67,5 milhões a mais, segundo o jornal O Globo (2018). Tais constatações evidenciam o descompromisso do governo municipal com a saúde da população.

A Defensoria e o Ministério Público do Rio de Janeiro ao analisarem o estudo técnico realizado pelo TCM entenderam que, tanto em 2017 quanto em 2018, os decretos do Poder Executivo desviaram recursos de Programas de Saúde considerados estratégicos pelo próprio Município no Projeto de Lei Orçamentária.

As ações civis públicas impetradas nos anos de 2017 e 2018 demonstraram que a crise econômica vivenciada afetou de forma desproporcional as atividades da prefeitura, sendo a SMS especialmente umas das mais prejudicadas, seja devido aos cortes na saúde, seja pelos atrasos nos pagamentos às Organizações Sociais, fornecedores e prestadores de serviços, o que ocasionou a paralisação de unidades de saúde. Nesse período, houve atrasos de salários dos funcionários das OS por mais de 1 mês, racionamento e restrição de insumos, ausência de manutenção predial, restrição de oferta de serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, redução de ambulâncias do serviço de remoção de "Vaga Zero" e "Cegonha Carioca" (com tempo médio de espera para mais de 3 horas), dentre outros. Importante destacar que os hospitais da administração direta também reduziram procedimentos por ausência de insumos.

Num contexto de crise, a fragilidade dos vínculos trabalhistas imposto aos profissionais de saúde das OSs é demonstrada pela sua natureza jurídica, quando mais de 1500 trabalhadores foram demitidos sem substituição, já que não têm estabilidade. A gerência das unidades de saúde por diferentes Organizações Sociais, com características, estatutos e políticas de gestão do trabalho também distintas, impõem barreiras a organização política desses trabalhadores, cujos relatos de perseguições não são novos.

Os impactos para a saúde pública municipal vieram sob a forma de desassistência pela rede básica de mais de 1 milhão de pessoas. A ampliação da precarização do trabalho em saúde resultou também na vacância do profissional médico, e na sobrecarga dos que permaneceram, considerando o atendimento à população antes descrita pelas equipes extintas do ESF.

A despeito das promessas eleitorais, não houve aumento de oferta de procedimentos especializados e cirurgias. Em consulta à plataforma SIS-REG, no dia 05 de novembro de 2018 encontramos pendentes em fila, por exemplo: 14523 pessoas em espera para consulta por cirurgia de hérnia, 14458 para consulta por cirurgia de vesícula, 8914 para tratamento de catarata, 17271 em consulta de urologia e subespecialidades, 5520 em consulta para nefrologia. Mesmo procedimentos simples, como a triagem auditiva neonatal ("teste da orelhinha") que deveria ser executada ainda na maternidade (Ação Civil Pública, 2019, p.7).

Desse modo, o Rio de Janeiro vivenciou pelo terceiro ano consecutivo a agudização da crise na rede municipal e adentrou 2019 beirando ao colapso. Ainda em fevereiro de 2019, logo após a aprovação da lei orçamentária anual, a pasta da saúde sofreu um novo contingenciamento no valor total de R\$ 416 mi-

lhões. Já as Secretarias de Fazenda, a Procuradoria e a Controladoria do Município foram beneficiadas com aumento de suas dotações em um total de quase R\$ 15 milhões. Segundo a Defensoria e o Ministério Público do Rio de Janeiro (2019), trata-se de um total de R\$ 532 milhões contingenciados, desses, 78% foram provenientes da Saúde, uma redução totalmente desproporcional em relação às demais pastas e que não encontra justificativa explicável para sua realização.

Contraditoriamente, as verbas com propaganda e publicidade do governo municipal não foram poupadas. Os valores destinados à publicidade e propaganda governamentais caminham para alcançar o maior patamar em três anos, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 2 – Gasto com publicidade e propaganda da Prefeitura do Rio de Janeiro - Total pago mais restos a pagar

Órgão	2015	2016	2017	2018	2019
1100 – Casa Civil 1116 – Subsecretaria de comunicação governamental					
Publicidade Propaganda e Comunicação Social	R\$ 105.419.361,71	R\$95.588.390,56*	R\$8.804.298,28	R\$35.124.788,25	R\$62.956.934,44**

*Até 2016 a publicidade estava alocada no órgão 1101- Gabinete da secretaria Municipal da Casa Civil

** Valor informado até 05/12/2019

Fonte: Portal Rio Transparente (2019)

Elaboração: Ministério Público do Rio de Janeiro (2019)

Na interpretação do Ministério Público, a prefeitura do Rio de Janeiro lançou mão dos recursos públicos para fins eleitorais, investindo na imagem e divulgação de ações governamentais cujo impacto seria benéfico num cenário eleitoral, como por exemplo a compra de novos equipamentos (“Renovação do Parque Tecnológico da Saúde”) e reforma de instalações como a construção, ampliação e reforma em emergências. Tal condução, caracteriza ainda, desvio de finalidade disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, já que, contingencia recursos destinados à Saúde de forma desproporcional às demais pastas, amparado em um suposto déficit de arrecadação de receitas, mantendo o maior corte na área da Saúde em relação a setores não prioritários. Acrescenta-se a isso, os bloqueios internos de despesas que configuram verdadeira não execução orçamentária na função saúde.

As vistorias realizadas em conjunto pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, nos dias 25 e 26 de novembro de

2019, atestam o resultando caótico dessa política de desfinanciamento da saúde no Rio de Janeiro. Durante os dois dias da operação conjunta foram identificadas situações como insuficiência de leitos, superlotação das emergências, óbitos, desabastecimento expressivo de insumos e medicamentos e suspensão de cirurgias eletivas. Há um grave vazio assistencial ao qual está submetida a população carioca, com um quadro de desassistência da população.

A crise em curso na saúde pública do Rio de Janeiro é resultante da combinação de elementos locais e nacionais, expressos por escolhas políticas para operacionalização dos serviços de saúde, crise econômica do Estado e o avanço do gerencialismo no âmbito das políticas sociais.

Nessa direção, a sustentabilidade dos serviços de saúde pública do município do Rio de Janeiro sofre os limites impostos pelo modelo de gestão adotado, com vínculos trabalhistas frágeis, sucateamento de unidades, e o desmonte de equipes de saúde num contexto de falta de financiamento do SUS.

Considerações finais

As perspectivas gerenciais que avançaram sobre as políticas sociais em meados da década de 1990 têm impactado fortemente a consolidação do SUS público e estatal, uma vez que, o discurso de aperfeiçoamento da gestão do sistema e as terceirizações têm sido, na maioria das vezes, a regra, ignorando o desfinanciamento histórico dessa política pública tão importante.

Destaca-se que o quadro de desmonte da saúde municipal aqui apresentado foi permeado por enfrentamentos da sociedade civil organizada em defesa da saúde pública e contra a precarização do trabalho imposta pelas OSs. Nessa conjuntura, ganha corpo o movimento de resistência dos trabalhadores municipais, por meio de movimentos como “Nenhum serviço de saúde a menos”, presença marcante dos profissionais da atenção primária municipal e da saúde mental, promovendo amplas mobilizações e denúncias junto a órgãos sindicais, legislativos e judiciários e greves, com interrupção parcial do funcionamento dos serviços.

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS) e o Fórum de Saúde do Rio de Janeiro vêm empreendendo também, ao longo dos anos, a luta contra todas as formas de privatização do SUS, especialmente, contra as Organizações Sociais. Faz-se a defesa da administração direta dos serviços públicos de saúde, por considerar que os modelos de gestão privatizantes capturam o fundo público da saúde, favorecem sua mercantilização e desmonta o

SUS público estatal. Esse Fórum promoveu uma luta constante contra as OSs no Rio de Janeiro, desde a criação da Lei Estadual, por meio de mobilizações na Assembleia Legislativa, visita e entrega aos deputados estaduais de um documento solicitando o posicionamento contrário à sua criação, manifestações nas ruas, entre tantas outras lutas. A FNCPS empreendeu uma luta hercúlea em defesa da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 1923/98 sobre a Lei 12.637/98 que criou as OSs, em 2010, obtendo audiências com os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e entregando o documento “Contra fatos não há argumentos que sustentem as Organizações Sociais no Brasil”, inclusive junto ao então Ministro relator da referida Adin, Ayres Britto. Mobilizou entidades para entrarem com *Amicus Curie* em favor dessa Adin e participou das audiências sobre este tema no STF.

No contexto recente de ultraneoliberalismo, o processo de mercantilização da saúde tem se aprofundado, pois os empresários dessa área têm tido um maior protagonismo na definição da política de saúde¹⁴. Além de serem beneficiados com os recursos públicos, passam a ser formuladores da política de saúde brasileira e fortalecem a perspectiva do mix público e privado inscrito na proposta da Cobertura Universal da Saúde (CUS). Esta proposta subverte o caráter universal do SUS e propõe um neouniversalismo a partir de “[...] um mix entre provimento de saúde para população pobre pelo Estado e pelas Seguradoras de Saúde e planos privados para quem pode pagar” (Correia, 2018, p. 21).

No primeiro ano do governo Bolsonaro, o ataque ao SUS continua mais acelerado com questionamentos e ameaças a sua gratuidade e universalidade; anúncio da desvinculação de recursos para a saúde, entre outros. Em 2020, em plena pandemia do novo coronavírus, foi criada a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS) que aprofunda a precarização do trabalho em saúde e promove a terceirização da rede de atenção primária à saúde, com modelo de gestão semelhante às Organizações Sociais.

O contexto de enfrentamento da Covid-19 suscitará novos estudos so-

¹⁴ A partir de 2016, no contexto dos governos ultraneoliberais - Temer e Bolsonaro -, o setor privado passa a ter uma proeminência na área da formulação da política de saúde brasileira. Nesse ano, houve uma maior aproximação do governo com o Instituto Coalisão Saúde (ICOS) para dialogar com os empresários da saúde (Bravo, Pelaez e Pinheiro, 2018). Em abril de 2018, foi realizado o evento “Agenda Saúde: a ousadia de propor um novo sistema de saúde”, organizado pela recém-criada Federação Brasileira de Planos de Saúde (Febraplan), mais uma entre as várias entidades representativas de planos e seguros privados. No final desse mesmo mês, o presidente do ICOS, Claudio Lottenberg (dirigente da AMIL), defendeu a criação de um novo sistema de saúde para o país .

bre o SUS e os limites de suas respostas às necessidades em saúde neste contexto, relacionando-os ao seu histórico de subfinanciamento e ao processo de privatização em curso há anos. Destaca-se que existem denúncias sendo apuradas no Rio de Janeiro sobre o envolvimento da OS IABAS com o desvio de recursos destinados a implantação e gestão de sete (7) hospitais de campanha para atender os doentes da Covid-19 desse estado. A mesma OS que o TCM/RJ identificou gastos excessivos em 2011 e em 2017, constatou indícios de que as metas físicas (quantidade de equipes de saúde da família) do cronograma de desembolso estavam superestimadas.

Referências

ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky e BRAVO, Maria Inês Souza. Privatização da Gestão e Organizações Sociais na atenção à Saúde. In: **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v.12 n.3, p 499-518, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: novo desafio à saúde do adulto**. Washington D.C.: Banco Mundial,1991 (série de estudos do Banco Mundial sobre países).

_____. **A organização, prestação e financiamento da saúde no Brasil: uma agenda para os anos 90**. Washington, D.C: Banco Mundial, 1995(Relatório nº12655– BR).

_____. **Diretrizes para aquisições no âmbito de empréstimos do BIRD e créditos da AID**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1997.

_____. **Governança do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro: Fortalecendo a Qualidade do Investimento Público e da Gestão de Recursos**. Brasil, 15 de fevereiro de 2007 (Relatório nº 36601 – BR).

_____. **20 anos de construção do sistema de saúde no Brasil: uma análise do Sistema Único de Saúde**. Washington D.C., 2013.

_____. **Proposta de reforma do Sistema Único de Saúde brasileiro**. Washington D.C., 2019.

BRASIL. A Reforma administrativa do sistema de saúde. **Caderno MARE**, v. 13, 33p. Brasília: MARE, 1997

_____. **Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas

atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 18 mai 1998. (Publicação Original). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm> Acesso em julho de 2013.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Novas articulações entre o público e o privado no Sistema de Saúde Brasileiro**: o caso do município do Rio de Janeiro. Projeto FAPERJ, 2012/2015. Rio de Janeiro: UERJ, 2015, mimeo.

_____; PELAEZ, Elaine Junger e PINHEIRO, Wladimir Nunes. **As contrarreformas na política de saúde do governo Temer**. Argumentum, v. 10, n. 1, p. 09-23, 2018.

CARDOSO, Aline Miranda. **Organizações sociais na saúde**: Rio Intransparente (Dissertação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CARTA CAPITAL. **Entenda a crise e as razões da revolta de servidores no Rio de Janeiro**. Net, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-crise-e-a-revolta-dos-servidores-no-Rio-de-Janeiro/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Por que ser contra aos novos modelos de gestão do SUS?. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MENEZES, Juliana Souza Bravo (org.) **Saúde na atualidade**: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, ADUFRJ, 2011. p. 40-49.

_____. Entre a Reforma Sanitária e o SUS: os interesses do capital na saúde. In: CORREIA, Maria Valéria Costa e SANTOS, Viviane Medeiros dos (org.) **Reforma sanitária e Contrarreformas na saúde**: interesses do capital em curso. Maceió: Edufal, 2017. p. 67-89.

_____. O protagonismo do setor privado na saúde pública brasileira. In: CORREIA, Maria Valéria Costa (org.) **Política de saúde no Brasil e o fortalecimento do setor privado**: desmonte do SUS público, estatal e universal. Maceió: Edufal e Imprensa Oficial, 2018. p. 21-32.

DEFENSORIA PÚBLICA E MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. **Ação Civil Pública**. Grupo de apoio técnico especializado, Ministério Público do Rio de Janeiro, Núcleo Saúde, 2019.

FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE. **Contra**

Fatos não há argumentos que justifiquem as Organizações Sociais. Net, mar. 2014. Disponível em: <<https://www.contraprivatizacao.com.br/p/materiais.html>>. Acesso em: março 2014.

LIMA, Joseane Barbosa e BRAVO, Maria Inês Souza. O percurso do financiamento das Organizações Sociais no município do Rio de Janeiro. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. (org). **A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro.** 1. ed. Rio Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015.

LIMA, Joseane Barbosa. **A privatização da saúde por meio das Organizações Sociais: a experiência do Rio de Janeiro.** 2017. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MELO, Eduardo Alves et al. A crise econômica e a atenção primária à saúde no SUS da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira Ciênc. saúde coletiva**, v.24, n.12, p. 4.593-4.598. 2019.

O GLOBO. **Prefeitura arrecadou R\$ 675 milhões após mudar IPTU.** Net, fev. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/em-2018-prefeitura-arrecadou-675-milhoes-mais-apos-mudar-iptu-22448365>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

REVISTA EXAME. **Prefeito do Rio culpa Olimpíada de 2016 por crise financeira.** Net, fev. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/prefeito-do-rio-culpa-olimpiada-de-2016-por-crise-financeira/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

REZENDE, Conceição Aparecida Pereira. O Modelo de Gestão do SUS e as Ameaças ao Projeto Neoliberal. Maria Inês Bravo et al. (org.). **Cadernos de Saúde: política de saúde na atual conjuntura: modelos de gestão e agenda para a saúde.** 2. ed. Rio de Janeiro, ADUFRJ, 2008. p. 25-35

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 5026 de 19 de maio de 2009.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e dá outras providências. Poder Executivo.

_____. Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. **Plano Municipal de Saúde do Rio de Janeiro 2014-2017.** Net, nov. 2016. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3700816/4128745/PMS_20142017.pdf>.

Acesso em: 20 nov. 2016

_____. Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. **Relação das Organi-**

zações Sociais qualificadas no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com as respectivas áreas de atuação, 2016.

_____. Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. **Relação das Organizações Sociais qualificadas no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com as respectivas áreas de atuação**, 2018.

_____. Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. **Reorganização dos Serviços de Atenção Primária de Saúde** – Estudo para Otimização de Recursos. Net, fev. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/11/REORGANIZA%C3%87%C3%83O-DOS-SERVIC%C3%87OS-DE-ATEN%C3%87%C3%83O-PRIM%C3%81RIA-A-SA%C3%9ADE-ESTUDO-PARA-OTIMIZA%C3%87%C3%83O-DE-RECURSOS.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. **Os avanços do controle externo na fiscalização das Organizações Sociais pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro**. Net, fev. 2020. Disponível em: <<http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/13138/tcerondonia.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.>

APONTAMENTOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA NOS PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÕES DO TRABALHO*

Alba Tereza B. de Castro

1. O capitalismo dependente brasileiro no século XXI: dilemas do desenvolvimento em meio às políticas de ajuste

A crise de 1970 constitui um marco no processo de desenvolvimento do capitalismo mundial. O conjunto de países de economia de mercado (centrais e periféricos) vivenciou, de forma diferenciada, os impactos desta crise, desenvolvendo distintas políticas de ajuste sob a inspiração do neoliberalismo. A aproximação entre centro e periferia, desta forma tão imbricada, expressa movimentos inéditos de conformação do capitalismo enquanto sistema mundial, com mudanças profundas nas relações de dominação e dependência entre os países. A rigor, evidencia-se, neste processo, a gestação de uma nova etapa do capitalismo dependente no Brasil, que viria a ser impulsionada tardia e intensamente pelo aprofundamento de reformas neoliberais a partir da década de 1990, segundo os ditames do Consenso de Washington.

Tais processos de mudanças substantivas do sistema do capital ensejam, no final do século XX e início do século XXI, a reconfiguração de fenômenos estruturais, inerentes à formação histórica da sociedade brasileira: a dependência e o desenvolvimentismo, sob novos formatos, com novas leituras, adaptações e interesses. O que era antigo é retomado sob novos ares nos rearranjos macroeconômicos da economia capitalista mundial em crise.

Para adentrar nas reconfigurações contemporâneas da dependência no Brasil, cabe uma incursão panorâmica nos percursos da economia brasileira no âmbito do capitalismo mundial. No seu livro *Brasil Delivery*, Lêda Paulani chama de servidão a atual configuração da dependência brasileira, associada à financeira mundial (Paulani, 2008). É incontestável que, a partir de 1973, todos os países passaram a depender crescentemente de fluxos de capitais financeiros. Começava, nesta década, a se gestar o movimento de internacionalização do capital, através de vínculos cada vez mais estreitos entre o capital externo e a estru-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.147-162

tura interna dos países periféricos. Paulani demarca, assim, a década de 1970 como a primeira etapa da dominância financeira, onde a “periferia aparece como a demanda que faltava, num mundo em crise aberta depois do choque do petróleo, para a absorção da abundante oferta de crédito e liquidez então existente. (Idem, p.88).

Estes movimentos indicam a natureza de uma nova forma de dependência. Não mais a dependência como uma simples variável externa, mas como expressão interna do próprio capital, cujas relações entre classes e grupos mantinham estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. Não surgiria, então, daí, uma nova etapa de desenvolvimento como proclamava o discurso dominante. Os índices de crescimento, a partir da industrialização dos países periféricos, apenas respondiam à plataforma de valorização que começava a surgir.

A crise do capital, instalada a partir de 2008, tem repercutido de forma generalizada nos países periféricos e centrais, mas nestes últimos, como Estados Unidos e Europa, tem-se produzido uma combinação de baixo crescimento com distribuição desigual da renda. Na contramão dos países centrais, que seguem desestruturando seus sistemas de bem-estar social, e retrocedendo em direitos sociais, o Brasil tem buscado qualificar suas históricas políticas compensatórias na tentativa de responder às orientações dos organismos multilaterais (BID, Bird e FMI) e configurar-se como uma potencial economia desenvolvida, que concilia destacados índices de crescimento econômico e de inclusão social.

A busca incansável do crescimento econômico flexiona a lógica de “máximo para o econômico e mínimo para o social”, base da ideologia neoliberal, para passar a assentar-se na ideia de um “capitalismo humanizado” sem, no entanto, romper com o conservadorismo, que é base da formação social, econômica e política brasileira. Trata-se de um novo projeto político e econômico em desenvolvimento, mais precisamente, a partir do segundo mandato do governo do, então, presidente Luiz Inácio da Silva, buscando equilibrar crescimento econômico e desenvolvimento social.

As políticas de ajuste revelam as contradições do sistema do capital, consubstanciadas na instabilidade, na insegurança, na liquidez, na precarização estrutural do trabalho, nas exclusões crescentes, na descartabilidade e na desestruturação do Planeta. A crise estrutural encarna a insustentabilidade do sistema do capital nesta nova temporalidade histórica. Em um contexto de crise, recessão e agravamento da Questão Social emerge a perspectiva do desenvolvimento, ressignificada, em meio às políticas de ajuste. É o neodesenvolvimentismo como um fenômeno do século XXI (Castro, 2013).

A partir do primeiro mandato do governo Lula, elementos do novo modelo de orientação capitalista tendo como referência o chamado “novo-desenvolvimentismo” ou “neo-desenvolvimentismo”, são evidenciados de forma mesclada à política neoliberal. Tal modelo opera com foco nos desenvolvimentos econômico e social. Sob a fachada de um “capitalismo humanizado”, o novo-desenvolvimentismo prega o crescimento econômico atrelado, e em equilíbrio com a expansão do social.

A dimensão ideológica tem forte peso neste reordenamento social, que, amparando-se na ideia de capital humano, dissemina um novo ideário para o trabalho, a educação e para a própria individualidade. “A ênfase será dada à capacidade e à competência que cada indivíduo deve adquirir no mercado educacional para atingir melhores condições de disputa e melhor posição no mercado de trabalho” (Idem,p. 19).

A teoria do capital humano se fixa na iniciativa individual, enquanto a teoria do capital social, que a complementa, ressalta o fortalecimento das instituições através de uma cultura cívica que estimula a ajuda mútua. Ações individuais convergem para um processo de criação de redes de solidariedade, amparadas nas instituições, gerando legitimidade e hegemonia para se alcançar o desenvolvimento local focado nas comunidades mais carentes.

As políticas compensatórias, contemporaneamente destacadas no âmbito das políticas sociais, são reflexos deste novo ciclo de reordenamento do capital, que tem no Estado uma intervenção mais atuante na extrema pobreza. Sob a ótica de equilibrar crescimento econômico e desenvolvimento social, o Brasil tem dado ênfase às políticas de transferência de renda, e segue no seu percurso de buscar o desenvolvimento econômico, desta feita, como país emergente que tem alcançado, nos últimos anos, patamares satisfatórios na economia mundializada.

Trata-se de uma tentativa de alcançar o tão propalado “crescimento sustentável”. A nova estratégia do capital proclama que os patamares satisfatórios de crescimento econômico serão mantidos com a ampliação do consumo, a fim de fortalecer o mercado. E isso só acontecerá com um certo atendimento das necessidades sociais, o que exige um conjunto de políticas e programas sociais voltados para minorar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

O incremento das políticas sociais deve ser conduzido em articulação com um conjunto de orientações e estratégias, formatando uma nova cultura cívica e uma nova sociabilidade que instauram novas tendências de comportamento e de relações sociais.

Neste contexto de expansão do social são privilegiados os programas de transferência de renda, visando o combate à pobreza e à desigualdade social. O assistencial ganha impulso e centralidade no âmbito das políticas sociais, que já vinham sofrendo um processo de privatização.

No mercado ampliado estão disponíveis não só bens de consumo, mas bens sociais. A chave de inflexão do neoliberalismo para o novo-desenvolvimentismo, neste processo, é focar nos bens de consumo, preparando o mercado para que estes estejam ao alcance das classes pauperizadas.

Os bens sociais, que são, em grande medida, as políticas sociais privatizadas, podem ser acessados apenas por aqueles em condições de adquiri-los. Os bens sociais de maior qualidade localizados no mercado, estão assim, indisponíveis aos pobres, que podem continuar dispendo de políticas sociais públicas de baixa qualidade.

Os bens de consumo, estes sim, estão disponíveis aos pobres, que através de transferência de renda, podem “escolher” o que comprar no mercado com seu mínimo social. A pobreza é combatida, desta forma, no âmbito do mercado e não no campo social, reduzido às políticas sociais caras. Trata-se de uma estratégia do capital em fortalecer o mercado e pacificar a pobreza, que se sente privilegiada com certo grau de autonomia para “vencer por si só”. Uma nova cultura cívica finca uma sociabilidade centrada no individualismo e na competição, já que as oportunidades estão dadas, cabendo aos indivíduos aproveitá-las.

O lócus do mercado ampliado, onde transitam distintos interesses, demandas e classes, paira, ideologicamente, como o centro de referência das distâncias sociais diminuídas. A exacerbação da ideologia do direito ao consumo simula uma certa “integração” social, que, na realidade, é uma “inclusão forçada” com fins de estimular o mercado.

A participação periférica dos beneficiários dos programas de transferência de renda no mercado é a meta consumada pelo capital e não a participação engendradora pela condição de cidadania alcançada pelos trabalhadores, a partir de suas conquistas civilizatórias.

2. As reconfigurações do trabalho no Brasil do século XXI: cenários do mundo laboral no processo de redefinição do capitalismo

2.1. As dinâmicas dos mercados de trabalhos

Os novos processos de acumulação e valorização do capital, circunscrever um novo momento do capitalismo, impõem reconfigurações no mundo do trabalho. Vivencia-se distintos ciclos de ajuste à esta nova ordem do capital, com implicações em processo de reestruturação produtiva. Especificamente no Brasil, em seu processo tardio e intenso de ajustamento ao sistema do capital, começam a se efetivar profundas mudanças no mundo do trabalho a partir de 1990.

A experiência brasileira do ajuste, em consonância com as premissas neoliberais impõe a revisão do papel do Estado e um conjunto de desregulações econômica, financeira e comercial. O país começa, a partir daí, a assumir novo padrão de inserção na divisão social do trabalho no mundo globalizado, com impactos regressivos nos direitos trabalhistas e alterações significativas do mercado de trabalho. Os anos de 1990 são, portanto, o marco de profundas alterações nos campos produtivo e financeiro, com a interrupção de um ciclo de desenvolvimento econômico de quase cinco décadas com distintas configurações em diferentes conjunturas sociopolíticas.

Nos circuitos do ajuste, emerge o fenômeno do desemprego estrutural, organicamente vinculado à precarização do trabalho, ao longo de processos denominados de reestruturação produtiva, com expressões peculiares no âmbito da classe trabalhadora. Ao analisar os percursos da reestruturação do mundo do trabalho na vida brasileira, Pochmann (2008) oferece uma fecunda via analítica, demarcando a dinâmica de constituição do próprio mercado de trabalho. Segundo ele, no cenário do desenvolvimento capitalista no Brasil, pode-se bem delinear dois momentos históricos: (1930-1980) e (1980-2000).

De 1930 a 1980, verifica-se uma estruturação, ainda que incompleta, do mercado de trabalho. A indústria brasileira teve importante papel na estruturação do mercado de trabalho, quando o país, no início da década de 1930, tinha como projeto o desenvolvimento de uma produção nacional. Para tanto, era imperativo, naquele momento, forjar as bases sociais de organização do trabalho, criando as condições objetivas para a constituição de uma massa assalariada a ser empregada nos polos industriais. O início da estruturação do mercado

de trabalho no Brasil, significava, assim, a consolidação das relações capitalistas de produção, tendo como base o desenvolvimento da indústria nacional. A massa de trabalhadores era composta pela mão de obra operária, bem como pelos assalariados da administração pública, que, naquele momento, se expandia em função da constituição do modelo de administração burocrática com a criação de ministérios, grandes empresas e órgãos da burocracia estatal.

Com o impulso da indústria, a economia brasileira, diversifica-se, mas permanece fincada em suas bases agroexportadora, onde a mão de obra rural permaneceria, até os anos 1960, sem nenhuma regulação trabalhista. Em todo o ciclo da industrialização nacional grande parcela da população, tanto do campo quanto da cidade, ficou excluída do emprego protegido.

A estruturação do mercado de trabalho, no Brasil, se processava, assim, de forma incompleta, e sem apontar para os moldes de uma sociedade salarial nos termos de Castel (1998). Para Pochmann, não houve uma homogeneização dos empregos, nos níveis constatados nos países desenvolvidos, permanecendo os problemas tradicionais do mercado de trabalho em economias subdesenvolvidas, como informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdade de rendimentos (Pochmann, 2008,p.65).

A partir de 1980 aos anos 2000, tem-se o fenômeno da desestruturação do mercado de trabalho. A instabilidade e a precariedade, que configuram, estruturalmente, o trabalho no Brasil, se acirraram, então, a partir dos anos de 1980 com a fase de desestruturação do mercado de trabalho e a grave crise do capital, que rompe com o projeto de crescimento econômico sustentado. Estava instalado, assim, o cenário de atenuação do processo de industrialização, com queda das ocupações dos setores primário e secundário da economia e inchaço do setor terciário.

Na última década do século XX – marco da experiência do ajuste brasileiro e da desestruturação do mercado de trabalho – acirraram-se e reconfiguraram-se as históricas relações trabalhistas precárias, ao lado do aumento do nível do desemprego. Instituiu-se, então, uma legislação para regular estas formas instáveis de trabalho e diversificar os assalariamentos no contexto da Reforma do Estado. Destacam-se, no conjunto destas legislações, uma portaria do Ministério do Trabalho e um enunciado do Tribunal Superior do Trabalho, em 1995, favorecendo a proliferação da terceirização do emprego. Em 1996, foram introduzidos o contrato de trabalho assalariado especial para micro e pequenas empresas (CLT simples) e o contrato temporário de trabalho reformulado (CLT PT). Em 1998, foram implementados o contrato por tempo determinado (CTD) e o contrato por jornada parcial de trabalho (CPT). Em 1999, o setor

público passa a dispor de uma lei que flexibiliza a demissão por excesso de pessoal. Em 2003, no âmbito do Contrato de Trabalho Primeiro emprego (CTPE), o número de contratados na faixa de 16 a 24 anos de idade não poderia ultrapassar o limite máximo de 20% do total de funcionários, nem substituir os contratos formais no interior da mesma empresa. As empresas passaram a contar com subsídio financeiro de R\$ 1.500,00 a partir do emprego de um jovem de 16 a 24 anos. (Pochmann, 2008, p.21).

As medidas de diminuição do “custo trabalho” para alavancar o setor privado com estímulos por parte do Estado, em detrimento da estabilidade dos direitos do trabalhador, formatam um mercado de trabalho altamente desregulado e flexibilizado. Vê-se, assim, que o capitalismo flexível (Sennett, 2012), começa a emergir na década de 1990, com a desaceleração do crescimento econômico, solapando formas regularizadas e regulares de assalariamento, que eram expressões da fase estruturada do mercado de trabalho, associada à era do capital monopolista, impulsionado pelo projeto de desenvolvimento da indústria nacional.

As diferentes dinâmicas do mercado de trabalho estão associadas às mudanças do modelo de desenvolvimento, ao modo de inserção na divisão internacional do trabalho e às políticas macroeconômicas. No caso brasileiro, a indústria tem tido papel de destaque na composição ocupacional, nos rendimentos e nas novas formas de contratação e uso da força de trabalho. Vale ressaltar, entretanto, que a partir da década dos anos 2000, a tentativa de se reaver um projeto de desenvolvimento sustentável, teve como referência não o capital industrial, mas o capital financeiro.

2.2. Informalidade

O capitalismo periférico e tardio brasileiro de inserção subordinada e dependente ao capitalismo de países desenvolvidos, formatou, no seu processo de desenvolvimento, relações de trabalho com reduzida dimensão de regulação e regularidade, considerando o excedente da força de trabalho, que, de forma estrutural, se manteve à margem de relações formais de trabalho. A informalidade é, portanto, um traço peculiar das economias subdesenvolvidas, que sempre tiveram no excedente da força de trabalho, a referência para a organização e o funcionamento de mercados de trabalho.

A informalidade, como expressão de trabalho não protegido, enseja processos de exploração da força de trabalho e de sujeição do trabalhador ao

capital. No campo da informalidade estão, permanentemente, no curto ou longo prazos, à disposição dos interesses do capital, os desempregados e os que vivem à margem das atividades capitalistas, desenvolvendo ações estratégicas de sobrevivência (“massa marginal de trabalhadores e de desempregados ocultados pelo desalento ou pelo trabalho eventual e precário”) (Pochmann, 2008, p.197).

Há de se registrar, inclusive, que na história da formação social, econômica, política e cultural de nossa sociedade não houve ruptura com o trabalho servil. O baixo estatuto do trabalho, no Brasil, é característica da sua economia, mas tende a se acirrar em tempos de crise do capital. A última grande crise de 2008, cujos desdobramentos, estamos, ainda, a viver, apontaram para novas questões no campo do trabalho de maneira a redimensionar este baixo estatuto. A revolução tecnológica é uma destas novas questões, a partir da qual se esboçam novas modalidades de controle de exploração da força de trabalho.

As redefinições do mundo do trabalho estão fundadas na extrema tecnologização e em novas configurações ideológicas. Como o chão da fábrica desaparece, disseminando os processos de trabalhos em espaços múltiplos e diferenciados, o poder do capital tende a se tornar invisível, deixando de ser uma realidade sensível de exploração (Teixeira, 2013). Relacionados aos novos processos de trabalho, os mecanismos de controle social ganham novos formatos, embora a alienação continue a ser um dos objetivos do capital na sua relação com a classe trabalhadora. A captura da subjetividade do trabalhador no processo de trabalho alienante e produtivista tem sido objeto de inúmeros estudos, que abordam os tipos de adoecimento dos trabalhadores gerados por tais processos nos quais não há mais os limites entre os tempos do trabalho e do não trabalho (Dejours, 1987); (Rosso, 2008).

2.3. A Intensificação

Uma das peculiaridades e dos paradoxos da última grave crise do sistema do capital em tempos de globalização é a revolução da tecnociência. O salto na criação material com as Revoluções na Informática e nas Comunicações tende a exacerbar a dimensão ideológica do capital, a fim de escamotear o alto custo que a humanidade paga por estas mudanças radicais, determinando novas formas de controles e de exploração: a destruição da natureza, o crescimento da barbárie, das desigualdades sociais, a intensificação do trabalho.

No capitalismo contemporâneo, a análise da intensidade do trabalho está voltada para o aumento quantitativo e qualitativo dos resultados, quando se demanda um consumo maior de energia do trabalhador (do corpo e /ou da

mente). Ou seja, para Rosso, intensidade é mais que esforço físico, “pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização” (Rosso, 2012, p.21). Em suma, mais intensidade significa mais trabalho, para produzir mais e melhores resultados.

Rosso analisa os fatores que condicionam a intensidade, através da noção de produtividade, como forma, inclusive, de distinguir intensidade e produtividade do trabalho. Há produtividade, quando o aumento dos resultados decorre de avanços efetuados tão-somente nos meios materiais com os quais o trabalho é realizado. A noção de produtividade restringe-se ao efeito das transformações tecnológicas. Já a intensidade exige maior envolvimento e desgaste do trabalhador, quando se utiliza ou não, máquinas de última geração.

Com o avanço tecnológico, é exigência do trabalho contemporâneo, que o trabalhador se adapte e tenha domínio dos equipamentos de última geração, dos novos processos burocráticos e de racionalização do trabalho, sendo necessário, para isso, maior envolvimento e dispêndio de energia (capacidade intelectual) para a produção desejada. As atividades, hoje, passam a incorporar crescentemente tecnologias de informática, de comunicação, de automação, requerendo um conjunto maior de capacidades da inteligência, da afetividade e do conhecimento. A intensidade é, assim, uma noção associada tanto ao trabalho material (produção concreta), quanto aos mais recentes processos de produção, relativos às novas ocupações, concentradas, no campo do trabalho imaterial.

O que vemos de novo, na dinâmica atual do trabalho, é o seu processo de intensificação, atingindo o setor de serviços, e produzindo efeitos nocivos à saúde dos trabalhadores, ou, para ser mais preciso como Rosso, à saúde da “classe dos trabalhadores imateriais intensificados” (Rosso, 2012, p.31).

Os trabalhadores do setor de serviços, em número cada vez maior, em função da expansão deste setor, passam, a serem, cada vez mais, cobrados por mais envolvimento e mais resultados, através de processos de intensificação do trabalho. As atividades não-materiais estão, assim, completamente inseridas no processo de reestruturação produtiva, que aumenta a dimensão da precarização do trabalho.

Cabe aqui, nos determos na ideia de flexibilização, que ao lado das noções de informalidade e intensidade, consubstanciam o processo de reestruturação produtiva, apresentando-se como componentes de novas estruturas do sistema de poder. Contudo, se entendemos como Salermo, que flexibilização é a capacidade de responder adequadamente às mudanças, observamos a sua exis-

tência há muito tempo no Brasil, através de inúmeros acordos possíveis entre patrões e empregados em torno da carga de trabalho (compra de férias, trabalho noturno, férias coletivas, facilidades nos processos de demissão entre outros) (Salermo, 1989). A flexibilização é assim, um processo que vem se acentuando no Brasil.

Para Sennett, a repulsa à rotina burocrática e a busca de flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, levando à: reinvenção descontínua das instituições, especialização flexível de produção e concentração de poder sem centralização. A reinvenção descontínua das instituições se dá por meio da chamada “reengenharia de produção”, que consiste numa nova estrutura organizacional mais compacta e reduzida, tanto de trabalhadores, quanto de funções, com metas de maior produtividade e lucratividade. Com a especialização flexível, busca-se colocar, cada vez mais rápido, produtos mais variados no mercado, visando uma produção melhor planejada. Já com a concentração sem centralização compreende, em teses, a descentralização do poder, a fim de que os ocupantes de cargos inferiores sejam controladores de seu próprio trabalho. Mas, na prática, os altos administradores têm um quadro abrangente e detalhado sobre as realizações de seus subordinados, através dos sistemas de informação (Sennett, 2012). O trabalho em rede, tendo como suporte a tecnologia, tem produzido uma “reengenharia”, a fim de reduzir o número de administradores sobre um número maior de subordinados, com isso, a redução de empregos.

Tais características oferecem uma visão da reestruturação produtiva do capitalismo mundializado, cujo modelo de organização mais flexível se adequa aos novos padrões de produção e acumulação. Contudo, não se trata de um processo uniforme e linear, considerando-se as particularidades e as diferenças de cada país e continente.

O processo de reestruturação produtiva se intensificou, no Brasil, a partir da década de 1990, comportando elementos, tanto de continuidade, quanto de descontinuidade em relação às fases anteriores. Através de suas pesquisas sobre a implantação deste processo no Brasil, Antunes constatou uma mescla nítida entre elementos do fordismo periférico e subordinado, com uma vigência ainda acentuada, e elementos oriundos das formas de acumulação flexível e/ou influxos toyotistas, igualmente evidentes.

Na passagem dos anos de 1980 para os anos de 1990, dá-se, assim, uma mutação significativa dos processos produtivos, dentro da lógica instrumental do mundo empresarial, determinando a redução do trabalho protegido com a crescente onda de desregulamentação das relações de trabalho. Trata-se da era

da informatização do trabalho a presenciar a época da informalização do trabalho, caracterizada pela ampliação de empresas terceirizadas e de trabalhadores temporários, subcontratados, flexibilizados (Antunes, 2011, p.133).

Contemporaneamente, o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação impõe um ritmo da “urgência”, da “mediaticidade”, tornando o tempo do trabalho acelerado. Assim, cabe ao trabalhador administrar seu tempo de trabalho, que, em ritmo cada vez mais ágil, dada as várias tarefas, polivalência, flexibilidade e intensificação, tende a ocupar seu “tempo de não trabalho” com suas atividades laborais. O tempo de trabalho passa a entrar em assincronia com os tempos de lazer, da família, do descanso, entre outros.

Como há incertezas em relação ao futuro, já que as ocupações estão cada vez mais instáveis e precárias, o tempo presente reina como o tempo absoluto. A obsessão contemporânea é a corrida contra o tempo, levando os trabalhadores a serem amealhados por múltiplas tarefas, ao lhes exigirem uma produtividade maior, ou por terem apenas, como opção ao desemprego, ocupações fragmentadas. A cobrança de ser rápido e de estar sempre focado é a base ideológica do sistema de capital, que transforma empregados em “colaboradores”, “parceiros” do mesmo negócio. Os mecanismos de controle se sofisticam, tornando invisíveis as formas de exploração. Na verdade, a cobrança por melhores e maiores resultados é internalizada pelos próprios trabalhadores, que se tornam seus próprios algozes, evidenciando-se a captação da subjetividade do trabalhador. O custo de tudo isso, portanto, é pago por suas vítimas com tensões física e psicológica, bem como adoecimentos, expandidos para diferentes camadas e classes sociais.

A ampliação e a intensificação dos processos flexíveis de trabalho, tendem a universalizar a vulnerabilidade, anteriormente restritas aos segmentos à margem das relações formais de trabalho. Contudo, a integração ao mercado de trabalho se dá, contemporaneamente, de forma instável, dada, entre outros fatores, à acirrada competição, que leva a uma alta rotatividade dos postos laborais. Os baixos salários são, também, fontes de insegurança para o trabalhador, indicando um aumento da desigualdade no mercado de trabalho, onde há um restrito nicho altamente especializado com elevados salários e uma expansão de empregos assalariados com baixas remunerações.

Ao abordar a nova cultura do capitalismo em tempos flexíveis, Sennett fala sobre o sentimento de fracasso, que não é mais uma perspectiva apenas dos muito pobres ou desprivilegiados, atingindo as classes médias como um fator regular: “As reduções e reengenharias impõem às pessoas da classe média tragédias, que nos primeiros tempos do capitalismo ficavam muito mais limitadas às

classes trabalhadoras” (Sennett: 2012, p.135).

3. Novas configurações na estrutura social

Na esfera ampliada do trabalho flexível, intensificado e terceirizado, ganha relevo os processos de sociabilidade inerentes às estas formas de trabalho precarizado, com o seu conjunto de valores, signos e comportamentos. As configurações contemporâneas do capitalismo no Brasil, centradas no ideário neoliberal, ensejam uma nova sociabilidade pautada nos preceitos do individualismo competitivo e agressivo.

Os processos de incorporação destes preceitos se dão, de forma ampla, e com tendências homogêneas, no conjunto das classes sociais. A “nova classe trabalhadora”, forjada no contexto de economia neoliberal, segundo Chauí (2003), tem uma propensão a assumir estas referências, levando-a a uma aproximação com o ideário que sustenta a chamada “classe média”. Diferentes autores apresentaram conceitos diversos - “nova classe trabalhadora”, “nova classe média”, “batalhadores sociais”, “preariado” - para definir esta “classe social dos emergentes”. É de fato uma nova classe ou a redução dos níveis de pobreza, instaura novas configurações na estrutura da clássica divisão, situando-as entre as classes A e E?

Houve tanto um processo de proletarização da classe média tradicional, levando-a, em grande parte, a se disseminar na classe trabalhadora, quanto um deslocamento de segmentos pauperizados para a classe trabalhadora. Por proletarização da classe média, entendemos a fragilização das relações e das condições de trabalho. Apesar da existência de empregos formais, a classe média perdeu, na sua grande maioria, seu status econômico e social, em função da baixíssima qualidade destes empregos, tanto do ponto de vista da remuneração, quanto das condições de trabalho.

A integração social via esforço individual, expressando satisfatórios patamares de qualidade de trabalho e de vida, é um indicador histórico e central da classe média, que, para a sua reprodução, necessita de um trabalho seguro e protegido. Com a precarização das relações de trabalho, o status da classe média tendeu a decair, havendo uma mobilidade descendente, e um alargamento da classe trabalhadora, cada vez mais fragmentada, embora, atuante no mercado, como consumidora.

Além de salários rebaixados, este contingente precarizado de classe média arca com serviços sociais como educação, saúde, previdência, entre outros.

E, a partir das políticas de ajuste, nos anos de 1990, acentuadamente, foram privatizados como novas formas de valorização do capital.

As formas de integração social, que é uma referência central das classes média e trabalhadora, acentuam-se na sua dimensão marginal, no âmbito das medidas de ajuste e políticas neoliberais no Brasil, já que o tipo de integração, mesma na era fordista, já era periférica. Para aprofundar a discussão sobre a integração social, recorreremos a Polanyi que nos apresenta duas grandes referências de unidade e estabilidade dos processos econômicos: formas de integração e Princípios de comportamento. A primeira, designa formas de inserção consciente e autossustentada na sociedade com fonte de renda e aspirações, próprias da velha classe média. A segunda, diz respeito aos comportamentos e atitudes passivas de indivíduos que copiam comportamentos de grupos que lhes servem de espelho, que são comuns aos membros da classe proletária, que almeja ascender socialmente.

Estas novas configurações, resultantes do processo de reestruturação produtiva, nos anos de 1980 no Brasil, que precarizam as relações de trabalho, fragmentando a força de classe do operariado, não leva, contudo, a nosso ver, a uma “nova classe trabalhadora”. Trata-se da mesma classe trabalhadora, que ganha novos contornos em função de um novo ciclo do capital, agudizando a sua condição de existência, e, contraditoriamente, mascarando uma pseudocondição de ascensão, tão decantada na emergência de “uma nova classe média”. A melhoria da condição econômica e social de um grande segmento social pobre, com a elevação real do salário mínima e dos programas de transferência de renda, leva a uma ampliação da classe trabalhadora, que passa a absorver este contingente de empregados formais, flexíveis, temporários, terceirizados. E vale lembrar que é frágil este tipo de inserção no campo do trabalho, por parte deste segmento emergente, que o integra periféricamente, sem as garantias de direitos. A face frágil desta forma de integração é o assistencialismo, e não o trabalho como um direito social.

Referências

ANTUNES, Ricardo. A substância da crise. Introdução. In: MÈSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. p.8.

_____. **O Continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BRAGA, Ruy. **A Política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O feitiço do camarote**. Net, nov. 2013. Disponível em: <[www.-blogdaboitempo.com.br/category/colunas/Ruy-braga/](http://www.blogdaboitempo.com.br/category/colunas/Ruy-braga/)>. Acesso em: 12 nov. 2013. OK

_____. **Novas classes perigosas?**. Net, fev. 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/02/14/nova-classe-perigosa/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

CARDOSO, Ana Cláudia. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**. Disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: Annablume, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Políticas Públicas e o Dilema de Enfrentamento das Desigualdades: Um Olhar Crítico sobre a América Latina no Século XXI. In: SOUSA, Fernando José P.(org.). **Poder e Políticas Públicas na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 613-636, 2012.

CASTRO, Alba Tereza B. de. Novo Desenvolvimentismo e a Nova Face das Políticas Compensatórias. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, VI. [Anais...]. São Luiz: UFMA, 2013. CD-ROM.

CHAUÍ, Marilena. Entrevista. **Revista Cult**, n. 182, 2013. OK

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**. Estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 637-671, 2012.

PAULANI, Leda Maria. **A inserção da economia brasileira no cenário mundial**: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. Boletim de Economia e Política Internacional, IPEA, p. 89-102, 2010.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A dependência redobrada**. Le Monde Diplomatique. Edição Brasileira. Agosto de 2012.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Ed, Campus, 2000.

REIS, Elisa P. **As Ciências Sociais e o bug do milênio**. Revista Brasileira das Ciências Sociais, v.14, n.39, p. 05-11, 1999.

ROSSO, Sadi Dal. **Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2012.

SALERMO, Mário Sérgio. **Automação flexível, gestão do tempo e processos de trabalho na indústria**. Revista Engenharia de Produção, n. 2, p.26-38, 1989.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter. O Desaparecimento das virtudes com o capitalismo**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2012.

STANDING, Guy. **The precariat: The New Dangerous Class**. Londres: Bloomsbury, 2011.

TEIXEIRA, Francisco. **Redimensionamento da crise do capital: o público, o privado e as políticas sociais**. Net, mar. 2013. Disponível em: < franciscojose-teixeira.blogspot.com.br>. Acesso em: 03 mar. 2013.

TELLES, Vera da Silva. **Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade**. In: Oliveira, Francisco e Rizek, Cibele (org.). A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 216.

THE ECONOMIST. The BRICs: **The trillion-dollar club**. Net, dez. 2013. Disponível em: <http://www.economist.com/world/international/displays-tory.cfm?story_id=15912964>. Acesso em: 05 dez. 2013.

WILHANS, Alex. **A crise capitalista de 2007-2009. As interpretações marxistas**. Entrevista especial com Alex Wilhans. Net, jun. 2013. Disponível em <www.ihu.uisinos.br/entrevistas/508533-marxistas-examinam-a-crise-entrevista-especial-com-alex-wilhans>. Acesso em: 10 jun. 2013.

GÊNERO, TRABALHO E BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INTERFACES ENTRE AS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL*

Marcia Cardoso Araújo

Andréa Gama

Introdução

Esse capítulo apresenta os resultados da pesquisa sobre a trajetória de trabalho dos requerentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC), sob a perspectiva de gênero, realizada em 2018, em duas agências da Previdência Social, no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro. Tínhamos como pressuposto que os (as) requerentes do BPC possuíam uma trajetória de trabalho, contudo, em virtude da precarização das condições e relações de trabalho não conseguiam alcançar os requisitos para acessar os benefícios previdenciários, recorrendo ao benefício assistencial para acesso à renda, em virtude do processo de envelhecimento e doença/deficiência. Ademais, buscamos analisar as semelhanças e diferenças na conformação desse processo, considerando as relações de gênero. A incorporação dessa perspectiva contribui para desvelar os constrangimentos de gênero no trabalho que conformarão desigualdades no acesso às políticas de previdência e assistência social no país. Tais processos inerentes ao trabalho terão repercussões importantes para o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais. Nesse sentido, indagamos: de que forma as desigualdades de gênero no trabalho se mostram no âmbito das políticas previdenciárias e assistenciais? Qual é a influência do trabalho reprodutivo na trajetória de trabalho desses requerentes, considerando, ainda, que possam haver diferenças nesse processo quando se trata de idosas (os) e pessoas com deficiências? Essas distinções provocam demandas diferenciadas nas políticas de previdência e assistência social? Essas são questões que pretendemos responder nesse artigo.

Para a consecução dos objetivos da pesquisa, realizamos 40 (quarenta) entrevistas semiestruturadas com requerentes do benefício assistencial, englobando tanto o segmento das pessoas idosas quanto o das pessoas com deficiên-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.163-180

cia, sendo 10 (dez) entrevistas com homens e 10 (dez) entrevistas com mulheres, por segmento social. Por envolver entrevista com seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ, sob o número 2.444.947.

A organização do artigo está estruturada em três itens, a saber: 1 – Breves considerações sobre trabalho e gênero; 2 – Perfil dos requerentes do BPC; 3 – Gênero e trajetória de trabalho dos requerentes do benefício assistencial.

1 – Breves considerações sobre gênero e trabalho

A discussão sobre Gênero, Trabalho e Benefício de Prestação Continuada é dotada de relevância social na contemporaneidade, considerando as desigualdades assentadas na divisão sexual do trabalho e o aumento da precariedade das condições e relações de trabalho que se materializam na perda e restrição de direitos trabalhistas e sociais com repercussões diferenciadas para homens e mulheres.

Neste contexto, discutir as relações sociais de gênero é fundamental, porque temos como pano de fundo um cenário em que as mulheres sofrem mais com os desdobramentos da precariedade do mercado de trabalho e, simultaneamente, com a centralidade do papel que exercem frente às demandas do âmbito doméstico, agravadas pela insuficiência de políticas públicas para que elas possam permanecer no mercado de trabalho em condições de igualdade com os homens.

A importância social do BPC nessa conjuntura está na garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, independentemente de contribuição prévia, na medida em que muitos(as) trabalhadores(as) não possuem condições de manter vínculo com a Previdência Social, em virtude da precarização das relações e condições de trabalho. A criação do BPC representou uma importante inovação na seguridade social brasileira por ser independente de contribuição prévia, inaugurando na proteção social brasileira o acesso à renda às pessoas idosas e/ou com deficiência, independente de inserção pretérita no mercado de trabalho ou de contrapartidas pecuniárias. Dessa forma, muitos trabalhadores que se encontram sem a proteção da Previdência Social, por ser esta uma política de caráter contributivo, recorrem ao benefício assistencial para viabilizar acesso à renda, especialmente, aqueles que não possuem contribuições para o INSS ou até para

aqueles que tenham a dita qualidade de segurado do INSS, mas que não conseguiram acessar o auxílio-doença ou aposentadoria. No entanto, diferentemente dos benefícios previdenciários que incidem sobre o(a) trabalhador(a) individual em sua trajetória de trabalho e contribuição, o BPC depende da renda familiar, adicionando à trajetória de trabalho, a variável “família” no acesso ao benefício, evidenciando um traço característico da política de assistência social brasileira. A pesquisa buscou compreender este movimento, a fim de analisar a trajetória de trabalho dos(as) requerentes do benefício assistencial, identificando semelhanças e diferenças entre homens e mulheres, de ambos os segmentos sociais.

O mercado de trabalho brasileiro, desde a década de 1990, passou por transformações em virtude dos processos de reestruturação produtiva, financeirização dos mercados e desmonte do Estado Social pelo ideário neoliberal, tal como analisado por Harvey (1993), Iamamoto (2007) e entre outros. Tal nível de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, historicamente caracterizado por uma forte segmentação, representou uma ininterrupta perda de direitos sociais para a classe trabalhadora, a fim de atender às exigências de grandes instituições financeiras, de caráter nacional/internacional, sob a égide do ideário neoliberal. Nessa conjuntura, entretanto, homens e mulheres apresentavam traços particulares no processo de precarização das condições e relações de trabalho, fortemente influenciada pela divisão sexual e racial do trabalho.

A abordagem que aqui assumimos é a da divisão social do trabalho em termos de relações de classes, gênero e raça/etnia, permitindo desenvolver uma conceituação ampla do trabalho, compreendido como atividade remunerada/assalariada e atividade desenvolvida na esfera doméstica. Essa abordagem permite uma análise das interdependências que marcam o processo histórico de separação/articulação da produção e da reprodução social e a transformação permanente do trabalho assalariado e da família. Isso exige uma nova compreensão das relações com o trabalho – e das formas que essas relações assumem, dos modos de organização, seu papel e suas funções – bem como das diferentes instituições ligadas à reprodução social dos indivíduos. (Gama, 2014)

Entendemos a divisão sexual do trabalho, como:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente e tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das fun-

ções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc). (Hirata e Kergoat, 2007, p. 596).

Apesar de tal designação às mulheres, crescentemente, ocupam os espaços públicos, em especial, o mercado de trabalho. Contudo, não deixaram de ocupar o papel central de cuidados no âmbito familiar, sendo esta uma das principais diferenças entre homens e mulheres que repercute diretamente não apenas na sua atuação no âmbito público, como também no interior das famílias.

Estudos afirmam que o trabalho reprodutivo condiciona a inserção das mulheres no mercado de trabalho e que elas recebem as demandas acerca do trabalho reprodutivo fazendo com que o trabalho produtivo seja tratado como secundário. (Bandeira e Preturlan, 2016).

Compreendemos que o trabalho reprodutivo é aquele que envolve a realização de atividades de cuidado com familiares, crianças, idosos, pessoas doentes ou com deficiências, bem como daquelas atividades como lavar e passar roupa, cozinhar, limpar a casa, limpar o jardim, lavar louças, entre outras, realizadas no espaço da própria residência e sem qualquer tipo de remuneração. (Pineiro, 2016)

Homens e mulheres se deparam com questões pertinentes ao mercado de trabalho brasileiro que são comuns ao conjunto da classe trabalhadora, como o desemprego, a flexibilização das relações e condições de trabalho, a informalidade, o aumento da jornada de trabalho, entre outros. No entanto, tais características não repercutem de forma igual entre os gêneros e as classes.

Bruschini (2007) aponta que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pela precariedade, que tem atingido uma importante parcela de trabalhadoras. Em 2005, nada menos que 33% da força de trabalho feminina ou 12 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários, ou de menor qualidade, no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas (mais de 6,2 milhões), seja realizando atividades não remuneradas (3,3 milhões) ou trabalhos na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar, (2,7 milhões). A autora ainda sinaliza que um dos exemplos dessas modalidades de inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido o emprego doméstico que se apresenta como um espaço de destaque para as inserções das mulheres, desde 1970. (Bruschini, 2007)

De acordo com Hirata (2002), o aumento do emprego feminino remunerado acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes é um dos paradoxos da globalização. Além disso, as desigualdades de salário e a precarização das condições de trabalho não diminuíram ao longo das décadas, mui-

to pelo contrário, as mulheres são mais afetadas pelo aumento da precarização das condições de trabalho, especialmente, porque a divisão do trabalho doméstico não se modificou, mesmo com o envolvimento crescente nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres.

No caso brasileiro, isso é agravado pelas enormes desigualdades existentes entre as classes sociais, que permitiram que a incorporação maciça de mulheres no mercado de trabalho tivesse sido efetuada sem maiores mudanças no tocante à divisão genericada do trabalho doméstico. As empregadas domésticas são um exército de mulheres pobres e negras, com baixa qualificação, custo baixíssimo e representam o maior contingente de trabalhadoras do país. A existência dessas trabalhadoras possibilita que a prestação pelas mulheres dos serviços domésticos não seja interrompida e continue sobre os ombros femininos, mesmo na ausência da mulher/mãe do lar. Tal processo de externalização do trabalho doméstico, no caso brasileiro, também contém o traço da opressão racial.

Estudos revelam, ainda, a maior inserção de mulheres em trabalhos com jornadas reduzidas, o que indica a necessidade de combinar as atividades remuneradas com o trabalho reprodutivo realizado no âmbito doméstico, apontando para uma tendência de feminilização que se dá por conta do crescimento de mulheres nas atividades como: camelôs e vendedoras autônomas, em especial, de cosméticos e de roupas, funções estas consideradas precarizadas, por serem desprotegidas e para atender às necessidades sociais imediatas. Diferentemente dos homens, que ocupam maior espaço em trabalhos formais com jornadas mais longas e fixas, apresentando maior taxa de trabalho no âmbito formal e menor tempo em situação de desemprego. (Araujo e Lombardi, 2013).

O desemprego é mais um fenômeno que evidencia as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, porque impacta mais as mulheres ao longo dos anos, agravando os prejuízos em relação ao tempo de contribuição à Previdência Social e de efetivo tempo de trabalho produtivo. Além disso, os dados demonstram que o desemprego entre as mulheres é mais elevado e que estas ainda vivenciam maior tempo na busca por nova ocupação quando comparada aos homens. (Bandeira e Preturlan, 2016).

O que queremos dizer é que, mediante as reflexões teóricas sinalizadas, as mulheres se inserem de maneira subordinada no mundo do trabalho que se beneficia dessa condição social para aumentar a exploração da força de trabalho no seu conjunto. O sobre desemprego feminino alimenta o desemprego masculino, a precarização do trabalho feminino se articula com as novas formas de produção que tendem à redução geral dos salários e à intensificação do trabalho

em todos os setores econômicos.

Reforçamos nosso entendimento de que são expressivas as desigualdades de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres, em virtude das características da divisão sexual e racial do trabalho que permeia as relações sociais, tanto no âmbito familiar, quanto no âmbito produtivo representando espaços que se retroalimentam.

A divisão sexual e racial do trabalho não somente condiciona e determina a inserção das mulheres no mercado de trabalho, como também gera uma diferença expressiva entre homens e mulheres na política de Previdência Social, porque impacta diretamente na possibilidade de tempo de contribuição e no alcance ou não dos benefícios previdenciários.

As recentes alterações no mundo do trabalho, associadas ao retrocesso das políticas sociais ensejadas pelo ultraliberalismo, com ênfase nas mudanças na política de Previdência Social, fazem com que muitos trabalhadores(as) busquem a política de assistência social, para ter acesso à renda, por meio do benefício assistencial, em virtude da negação das solicitações de benefícios previdenciários ou da inexistência de contribuições previdenciárias.

Grande parte dos homens e mulheres que buscam o benefício assistencial para acesso à renda, sejam pessoas idosas ou com deficiência, possuem a qualidade de trabalhadores, no entanto, não conseguem manter uma trajetória de trabalho que possibilite a continuidade de vínculo com a política de Previdência Social, em virtude do aumento da precariedade no âmbito do trabalho, como veremos adiante.

Os dados coletados do Anuário Estatístico da Previdência Social (2015), mostram que essas particularidades definem “o lugar” de homens e mulheres no acesso aos benefícios previdenciários. Os homens possuem um lugar de destaque nas aposentadorias por tempo de contribuição, por outro lado, as mulheres ocupam maior espaço nas aposentadorias por idade e/ou como pensionistas. Isto se dá porque elas permanecem menos tempo em condições de trabalho formal, acarretando menor tempo de contribuição e impossibilitando o alcance do tempo mínimo para a aposentadoria por tempo de contribuição que com a atual mudança na legislação previdenciária aumentou para 62 anos de idade para mulheres e manteve 65 anos de idade para os homens. Para ambos o tempo de contribuição permaneceu 15 anos de contribuição e 180 meses de carência para aposentadoria. Os critérios de exigibilidade para acesso à aposentadoria no período da realização da pesquisa eram 60 anos de idade para as mulheres e 65 anos de idade para os homens, além da exigência de 15 anos de contribuição para ambos. Isso torna comum o acesso das mulheres à aposentadoria

por idade ou como pensionista, por conta das desigualdades de gênero e raça já analisadas.

2 – Perfil dos requerentes do Benefício de Prestação Continuada

Neste item, abordaremos as características de homens e mulheres de ambos os segmentos sociais que requereram o benefício assistencial, como: faixa etária, escolaridade, rendimentos, renda familiar, recebimento ou não de rendimentos provenientes do Programa Bolsa Família e a qualidade de segurado ou não do INSS.

Cabe destacar que, de acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2017, o BPC está mais concentrado no segmento social das pessoas com deficiência quando comparado ao segmento social dos idosos, respectivamente, 2.525.924 e 2.020.204 benefícios ativos. As regiões do Brasil que concentram maior número de benefícios ativos, são: Nordeste com 36%, Sudeste, com 34%, Sul com 11%, Norte com 10% e o Centro-Oeste com 9%.

Segundo dados do Ministério da Cidadania (2019), no Estado do Rio de Janeiro, o benefício assistencial é mais concentrado no segmento das pessoas idosas quando comparado ao segmento das pessoas com deficiência, respectivamente, 198.929 e 136.523 beneficiários.

A pesquisa mostrou que a idade das mulheres que requereram o benefício assistencial direcionado para as pessoas idosas variou entre 65 a 69 anos de idade. Não há diferenças significativas no que tange à idade entre homens e mulheres idosos que está concentrada entre 65-66 anos. Este resultado demonstra uma tendência dos(as) entrevistados(as) solicitarem o benefício assistencial no ano em que completaram a idade mínima para requererem o benefício assistencial que é de 65 anos de idade. As mulheres que requereram o BPC para a pessoa com deficiência apresentaram faixas etárias bem diversificadas, não apresentando um padrão específico de idade e nem diferenças entre os gêneros. A maioria dos(as) que solicitaram o benefício pertenciam a faixa etária acima de 40 anos de idade.

A maior parte das mulheres e dos homens do segmento das pessoas idosas possuem o ensino fundamental. Dois idosos, um homem e uma mulher, se declararam analfabetos. Dentre os entrevistados deste segmento, o número de homens com ensino médio é superior vis-à-vis as mulheres. No segmento das pessoas com deficiência, identificamos que a maioria dos entrevistados de-

clararam ter o ensino fundamental. Dois homens se declararam analfabetos. Em relação à escolaridade, não houve diferenças significativas entre os dois grupos estudados. Os dados indicam que os requerentes do BPC possuem como tendência uma baixa escolaridade caracterizada pelo fato de em sua maioria, tantos os homens, quanto as mulheres de ambos os segmentos sociais estarem restritos ao ensino fundamental. Além disso, destacamos que quatro entrevistados se declararam analfabetos.

A renda é um aspecto importante nesta análise porque, além de ser um dos indicadores socioeconômicos mais relevantes, trata-se também de uma das condicionalidades para o acesso ao benefício. A maioria de homens e mulheres idosos não possuía nenhuma renda. Em seguida, identificamos que uma parte destes entrevistados declararam ter rendimentos de até 1 salário mínimo relacionados ao Programa Bolsa Família e de pequenos rendimentos de serviços informais que prestam, como: produção e venda de alimentos, serviços de limpeza de terrenos e reciclagem. Nenhum homem idoso declarou renda maior que 1 salário mínimo. Uma idosa declarou ter rendimento familiar por conta do BPC idoso do cônjuge. A única idosa que declarou renda superior a 2 salários-mínimos é pensionista do INSS. A maioria dos requerentes com deficiência também não possui nenhuma renda. Os entrevistados que declararam rendimentos de até 1 salário-mínimo contam com valores do Programa Bolsa Família, doação de familiares e a prestação de serviços informais. Sendo assim, podemos afirmar que não há diferenças significativas entre os gêneros quanto à renda, contudo os homens, em ambos segmentos sociais, estavam em uma situação de maior insegurança quanto à renda quando comparados às mulheres, em especial, por conta da maior ausência de suporte familiar entre os homens. Este grave quadro de ausência/insuficiência de renda, tanto dos homens, quanto das mulheres, em ambos os segmentos sociais, fez com que a manutenção das necessidades básicas destes requerentes ocorresse por meio do apoio de terceiros, familiares e de entidades religiosas, a fim de assegurar o mínimo de alimentação, moradia, vestuário e medicamentos.

A maioria dos idosos (14) não recebe valores referentes ao Bolsa Família, apesar da situação de pobreza extrema identificada. Em relação às pessoas com deficiência, constatamos que a maioria dos entrevistados (11) também não recebe valores do programa. Este indicador do perfil dos requerentes revela a ausência de acesso de pessoas idosas e com deficiência a benefícios de combate à pobreza.

Destacamos que todas as mulheres do segmento social das pessoas com deficiência, que declararam ter acesso ao PBF, possuem filhos crianças ou

adolescentes. Os valores recebidos variaram de R\$ 87,00 a 117,00. Por outro lado, observamos que os homens que relataram ter acesso ao Bolsa Família vivenciavam uma situação de extrema pobreza, com rendimentos familiares inferiores a R\$70,00, independentemente, da existência de crianças, adolescentes ou gestantes no domicílio.

Em relação à qualidade de segurado do INSS, podemos ressaltar que todos os entrevistados homens, seja do segmento dos idosos, seja das pessoas com deficiência não possuíam a qualidade de segurado do INSS, assim como a maioria das mulheres idosas e todas as mulheres que requereram o benefício assistencial à pessoa com deficiência. Este dado mostra a ausência de proteção social da Previdência Social, porque apesar de não contribuírem para esta política, eles e elas possuem a qualidade de trabalhadores. A maioria dos requerentes (38) não atenderam ao critério contributivo da política de Previdência Social, apesar de todos(as) apresentarem trajetórias de trabalho e recorreram ao benefício assistencial para acessar renda, em virtude da idade avançada ou da condição de deficiência. A ausência da qualidade de segurado do INSS está relacionada com a ausência de contribuições para a política de Previdência Social. Com base na pesquisa realizada os principais motivos para que esses informantes não contribuíssem foram o desemprego, a renda insuficiente e a majoritária condição temporal de informalidade.

Apenas duas mulheres entre os quarenta entrevistados possuíam a qualidade de segurados do INSS, sendo uma mulher pertencente ao segmento das pessoas com deficiência cuja família manteve apenas uma contribuição para a Previdência Social, no intuito de acessar o auxílio-doença e outra mulher idosa que é pensionista do INSS.

Em resumo, podemos destacar que a caracterização do perfil socioeconômico dos requerentes do benefício de prestação continuada aponta para o envelhecimento e o processo de doença/deficiência dentro de um contexto de expressiva carência material e de pobreza. A inexistência e a insuficiência de renda foram contundentes nas colocações das dificuldades e privações materiais dos(as) requerentes. A baixa escolaridade dos(as) informantes também determinou o acesso a trabalhos mais precarizados e com baixos rendimentos. A ausência de proteção social por parte da previdência social atingiu a quase a totalidade dos requerentes, de ambos os segmentos sociais, exceto uma mulher idosa que se declarou pensionista do INSS.

No próximo item, nos deteremos sobre as condições de trabalho, gênero e as implicações destes aspectos nas possibilidades de acesso dos requerentes ao benefício assistencial.

3 – Gênero e trajetória de trabalho dos requerentes do BPC

O eixo gênero e trajetória de trabalho dos requerentes do BPC buscou desenvolver reflexões sobre as particularidades das inserções dos(as) entrevistados(as) no âmbito do trabalho, a partir da perspectiva de gênero, permitindo identificar semelhanças entre homens e mulheres enquanto classe trabalhadora, assim como especificidades de gênero, com base na divisão sexual do trabalho e que compreendem processos contraditórios no acesso às políticas de previdência e assistência social.

O processo de desestruturação do mercado de trabalho, que ocorre no Brasil desde a década de 1990, está relacionado com os condicionantes próprios da economia internacional, sendo um deles a inserção subalterna e dependente do Brasil nesta esfera. Esta inserção subalterna condiciona as particularidades da reestruturação produtiva, da globalização e do neoliberalismo no país, acarretando o aumento do desemprego, da informalidade, da precariedade das condições e relações de trabalho. (Pochmann, 2008).

A pesquisa de campo revelou que tanto os homens quanto as mulheres, de ambos segmentos sociais, apresentaram características semelhantes em suas trajetórias de trabalho, especialmente, com a vivência de períodos de desemprego, de busca pela sobrevivência na informalidade e a atuação em funções de trabalho no setor de serviços. Contudo, há particularidades de gênero porque as entrevistadas permaneceram mais tempo desempregadas, apresentaram também maior tempo de trabalho na informalidade, exercendo funções com remunerações inferiores aos homens na informalidade, nas funções de faxineira e vendedoras de alimentos. Além destas funções, também exerciam papel central diante do trabalho reprodutivo, e quando este não era prestado diretamente pelas entrevistadas, era transferido para a mãe, avó, irmã ou vizinha, ou seja, sempre para uma figura feminina, exclusivamente.

Em relação aos homens e mulheres do segmento das pessoas com deficiência, os resultados revelaram que estes por conta da condição da doença/deficiência apresentaram o afastamento mais precoce da esfera do trabalho, sendo este um diferencial quando comparado às pessoas do segmento das pessoas idosas.

A trajetória de trabalho dos requerentes do benefício assistencial, de ambos os segmentos sociais, revelou que as funções exercidas por homens e mulheres são marcadas pela segmentação sexuada do mercado de trabalho, por

espaços de atuação historicamente destinados às mulheres e aos homens, incluindo as diferenças nas remunerações que, geralmente, são maiores para os homens do que para as mulheres, mesmo no âmbito da informalidade. As principais funções exercidas pelas mulheres foram auxiliar de serviços gerais, manicure, empregada doméstica, cuidadora de idosos e crianças, caixa de supermercado, doceira e catadora de lixo. Os homens ocuparam as seguintes funções: auxiliar de serviços gerais, contínuo, frentista, porteiro, motorista, balconista, vendedor, mecânico, artesão, encarregado de obras e vendedor ambulante. Observem que as funções no setor de serviços se destacam, exigindo baixa escolaridade, mas com uma leve preponderância de atividades mais formalizadas.

A pesquisa revelou que os idosos homens e mulheres possuíam maior tempo de trabalho do que de contribuição e que nenhum deles (as) tinha alcançado o tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria por idade que tem como requisito os 15 anos de contribuição. Identificamos que não alcançaram o tempo de contribuição exigido para ter acesso à aposentadoria, por conta dos longos períodos de desemprego que foram intercalados com inserções informais no mercado de trabalho, não possibilitando a continuidade das contribuições para a Previdência Social, na medida em que os rendimentos oriundos destes trabalhos eram insuficientes para manter as necessidades básicas.

Os dados revelaram que todas as mulheres idosas apresentaram tempo de trabalho. Contudo, metade delas não possuía nenhum tempo de contribuição para a Previdência Social e, entre essas, todo o tempo de trabalho foi desenvolvido na informalidade. Por seu turno, os homens idosos permaneceram mais tempo no trabalho formal e possuíam maior tempo de contribuição para a Previdência Social quando comparados às mulheres idosas. Ressaltamos que todos (10) os homens idosos apresentaram tempo de trabalho e de contribuição, diferentemente das idosas. Um aspecto da pesquisa de campo que merece ser mencionado foi a dificuldade que tivemos em localizar o quantitativo mínimo de homens idosos para a entrevista, uma vez que o benefício assistencial não é tão solicitado pelos homens vis-à-vis as mulheres.

De forma similar às mulheres idosas, todas as mulheres que requereram o benefício assistencial para a pessoa com deficiência também possuíam tempo de trabalho. A maioria apresentava tempo de contribuição para a Previdência Social e apenas duas (2) entrevistadas não apresentavam nenhum tempo de contribuição. Em relação aos homens, todos possuíam tempo de trabalho e exceto um não tinha nenhum tempo de contribuição.

As trajetórias de trabalho dos requerentes do segmento social das pessoas com deficiência foram marcadas por determinantes sociais semelhantes

aos dos idosos, como, longos períodos de desemprego, concentrados em atividades informais em funções típicas do setor de serviços, com baixas remunerações e alta rotatividade. Um traço característico entre todos os grupos pesquisados foi a intermitência entre emprego e desemprego, a busca por renda para a sobrevivência material, por meio de atividades informais e sem rendimentos fixos. No entanto, destacamos que o processo de adoecimento/deficiência nesse segmento foi um elemento diferencial entre os grupos pesquisados, na medida em que determinou o afastamento mais precoce do mercado de trabalho.

Em relação às mulheres percebemos uma diferença, enquanto as mulheres que solicitaram o BPC para a pessoa com deficiência vivenciaram o processo de adoecimento precoce num contexto de profundas mudanças no mercado de trabalho, associado aos cuidados com filhos pequenos, as idosas experimentaram o adoecimento de forma mais tardia e um mercado de trabalho levemente diferenciado do quadro atual. Apesar desse cenário, as mulheres que declararam alguma deficiência possuem maior tempo de contribuição do que as mulheres idosas, especialmente, porque mantiveram uma trajetória de trabalho no âmbito formal de trabalho por mais tempo quando comparadas às mulheres idosas. Isso significa que as idosas permaneceram por mais tempo em trabalhos informais quando comparadas às mulheres com deficiência. Estas, por sua vez, afirmaram, em sua maioria, que o maior impedimento para a continuidade no mercado de trabalho formal não foi o trabalho doméstico e sim o processo de adoecimento/deficiência. Nossos dados revelaram que a existência de filhos pequenos não foi um entrave contundente para a manutenção do trabalho das mulheres com deficiência porque houve a transferência do cuidado das crianças para outras mulheres, como, avós, tias ou, ainda, para creches municipais e filantrópicas.

Quando comparadas aos homens de ambos os segmentos sociais, verificamos que as mulheres sofreram maiores constrangimentos na inserção e manutenção no mercado de trabalho por conta do trabalho reprodutivo. Observamos, ainda, que as mulheres do segmento das pessoas com deficiência contavam com redes sociais de apoio mais amplas no desenvolvimento do trabalho reprodutivo quando comparadas com as mulheres idosas, seja no que se refere ao trabalho do cuidado com as crianças, seja nas demais atividades do âmbito doméstico. Podemos inferir que a condição da doença/deficiência tem um peso importante posto que essas mulheres também demandavam cuidados específicos em saúde. Cabe registrar que a situação de doença/deficiência é um aspecto presente na vida dos homens e das mulheres dos dois segmentos sociais, tendo em vista a tendência de envelhecimento da população que agrega questões

como o surgimento de doenças crônicas e deficiências de naturezas diversas como, físicas, mentais e sensoriais. Destacamos que as pessoas idosas entrevistadas, mesmo aquelas com 60 anos de idade, também apresentavam situações de doença/deficiência.

Como esperado, a questão do cuidado com os filhos pequenos e as demais atividades domésticas repercutiram com mais intensidade na trajetória de trabalho das mulheres do que dos homens. A pesquisa confirmou que o trabalho reprodutivo gerou impactos importantes na inserção e na permanência das mulheres no mercado de trabalho quando comparados aos homens entrevistados.

A maior parte das mulheres idosas (8) considerou que o trabalho reprodutivo interferiu em suas trajetórias de trabalho, especialmente, por conta das atividades domésticas e do cuidado com crianças, idosos e doentes. Porém, duas mulheres idosas afirmaram que o trabalho reprodutivo não interferiu em suas trajetórias de trabalho, uma vez que não tiveram filhos e que por isso mantinham uma rotina de trabalho, com autonomia.

Em relação às mulheres do segmento das pessoas com deficiência, é possível destacar que a metade (5) delas afirmou que trabalho reprodutivo não interferiu em suas trajetórias de trabalho, e sim o processo de adoecimento, a deficiência que surgiu precocemente e as precárias condições de vida. A outra metade (5) das mulheres afirmou que o trabalho reprodutivo interferiu em suas trajetórias de trabalho, especialmente, por causa dos filhos ainda crianças que demandavam atenção em tempo integral.

Todos os homens, independentemente do segmento social, declararam que o trabalho reprodutivo não interferiu em suas trajetórias de trabalho. Durante as entrevistas, esses idosos se referiam às mulheres como as responsáveis pelo trabalho reprodutivo, podendo ser as esposas, filhas ou irmãs.

A pesquisa revelou que a trajetória de trabalho dos requerentes do BPC apresentou duas tendências relevantes. De um lado, está relacionada com as transformações no mundo do trabalho, determinadas pela reestruturação produtiva, pela mundialização do Capital e pelo neoliberalismo, acarretando no desemprego estrutural, na cristalização da informalidade, nos baixos salários e nos contratos flexíveis de trabalho com perdas e limitações de direitos advindos do trabalho, afetando homens e mulheres enquanto pertencentes a classe trabalhadora. De outro lado, revelou que a centralidade da mulher no trabalho reprodutivo é um expressivo determinante na sua trajetória de trabalho repercutindo em formas mais contundentes de desemprego, no maior tempo de permanência na informalidade e em jornadas menores de trabalho. Tais características da

condição feminina no trabalho provocaram remunerações inferiores aos homens, tanto no âmbito formal, quanto informal de trabalho.

Considerações Finais

Diante das reflexões apresentadas, consideramos que o BPC possui um expressivo significado social na sociedade brasileira, na medida em que representa um recurso a estes homens e mulheres que seguem sem a proteção social da Previdência Social. Contudo, somente o acesso à renda, via benefício assistencial, sem políticas sociais articuladas não possibilita o atendimento integral a esses usuários e nem mesmo afeta a desigualdade pretérita entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Apesar do avanço social que o benefício assistencial representa, temos que sinalizar que o critério de renda reflete uma condicionalidade restritiva ao acesso dessas pessoas ao benefício de ambos segmentos sociais pesquisados. O critério de idade de 65 anos para acesso ao benefício assistencial é outro condicionante restritivo e divergente com o Estatuto do Idoso que define pessoa idosa como aquela com 60 anos ou mais, por isso foi possível identificarmos na pesquisa de campo pessoas com idade de 60 anos ou mais requerendo o benefício assistencial para a pessoa com deficiência, pois ainda não tinham completado os 65 anos de idade.

Para nossos(as) informantes, esse benefício representa uma garantia do mínimo de moradia, alimentação e saúde, o que deixa claro a distância entre as garantias constitucionais e a realidade social, uma vez que serviços de saúde, segurança alimentar e habitação deveriam ser atendidos pelas demais políticas sociais. A pesquisa revelou a distância e a ausência de intersetorialidade entre as políticas de proteção social para esses idosos (as) e pessoas com deficiência, especialmente, quando identificamos que as famílias, as instituições religiosas e as entidades filantrópicas permanecem como apoios centrais de proteção social.

A análise dos dados revelou os limites impostos pelas transformações do mundo do trabalho nas trajetórias de trabalho desses requerentes e os desdobramentos desses limites no acesso aos direitos sociais até então garantidos pela Seguridade Social. As políticas de trabalho, previdência e assistência social não só se comunicam como se condicionam, afetando diretamente os(as) trabalhadores(as) em sua busca por sobrevivência em momentos de envelhecimento e doença/deficiência. A precariedade das condições de trabalho dos requerentes do benefício assistencial condicionou a inviabilidade do acesso aos benefícios

previdenciários como aposentadoria e auxílio-doença, bem como forçou a busca pelo acesso à renda, por meio do benefício assistencial.

O resultado da pesquisa confirmou a hipótese inicial de que os requerentes do benefício assistencial possuíam uma trajetória de trabalho com a qualidade de trabalhadores, mas sem o tempo de contribuição para o acesso aos benefícios previdenciários. Por esse motivo, homens e mulheres idosos e com deficiência recorriam ao benefício assistencial para o acesso à renda.

As implicações deste cenário não atingem apenas o(a) trabalhador(a), mas também seus familiares, ainda mais quando envolve crianças e adolescentes dependentes desses(as) trabalhadores(as), uma vez que o benefício assistencial não gera direito à pensão por morte e nem a décimo terceiro salário, restringindo ainda mais o acesso aos direitos sociais. Por isso, reforçamos a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que tratam das interlocuções entre as políticas de Seguridade Social, visando o aprofundamento de temas relevantes para o avanço das políticas sociais em tempos de regressões de direitos sociais no país.

A perspectiva de gênero se mostra fundamental no âmbito das políticas sociais, especialmente, pelas desigualdades de classe, raça e gênero na sociedade brasileira. A divisão sexual e racial do trabalho revela desigualdades em que as mulheres são mais absorvidas pelas demandas do trabalho reprodutivo do que os homens. Identificamos que as mulheres nos dois segmentos sociais estudados apresentaram menor tempo de trabalho e de contribuição quando comparadas aos homens, por conta das demandas do trabalho reprodutivo, fazendo com que essas mulheres recorressem mais às ocupações informais, de jornada parcial, vivenciando maior tempo de desemprego e com menores salários. Tais resultados indicam que a expressiva desigualdade de gênero no mercado de trabalho acarreta implicações de acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais.

A constatação de que esses(as) requerentes são trabalhadores(as), porém, sem condições de se aposentar ou se afastar por benefício previdenciário de auxílio-doença, recorrendo ao benefício assistencial para acesso à renda, nos sinaliza que, para além das perdas dos direitos sociais com as transformações do mundo do trabalho, há o reforço do caráter de seguro social da política de Previdência Social que se sobrepõe ao de Seguridade Social, direcionando ao BPC uma crescente demanda de pessoas idosas e com deficiência com uma trajetória de trabalho, porém sem qualidade de segurado do INSS, pela ausência de contribuições previdenciárias.

Considerando que a política de assistência social e os princípios que sustentam o BPC tem como objetivo central o combate à pobreza de forma in-

tersetorial, ou seja, associando o acesso à renda, via BPC, com outras políticas sociais como, habitação, saúde, educação, trabalho e renda, a fim de que o benefício assistencial não seja um fim em si mesmo é necessário o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema visando aferir o impacto do benefício na vida dos requerentes. Ademais, as demandas relacionadas ao trabalho de homens e mulheres que afetam o seu acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais devem ser contempladas por pesquisas que incorporem as dimensões de gênero e raça no acesso, utilização e cobertura das políticas sociais.

O debate sobre o trabalho feminino, entendido como trabalho produtivo mais trabalho reprodutivo, e o acesso aos benefícios previdenciários precisa ser aprofundado, principalmente na atual conjuntura, onde as reivindicações por especificidades femininas nas proposições de reforma previdenciária se concentraram na idade diferenciada e na aposentadoria da dona de casa, revelando o debate da mercantilização do trabalho doméstico versus a sua publicização na ampliação e universalização das políticas sociais, principalmente, aquelas mais afeitas ao trabalho reprodutivo. Tais políticas e programas poderiam garantir condições de maior igualdade de gênero no mercado de trabalho com repercussões importantes no acesso às políticas de previdência e assistência social.

Referências

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social, 2015, Brasília.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro e LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do século XXI. **Cadernos de pesquisa.** v. 43, n. 149, p. 452-477. maio/agosto 2013.

BANDEIRA, Lourdes Maria e PRETURLAN, Renata Barreto. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção de igualdade de gênero. In: FONTOURA, Natália e ARAÚJO, Clara (org.) **Uso do tempo e gênero.** Rio de Janeiro: UERJ, 2016, p. 43-60.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 140 p.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa,** v. 37, n. 132. p. 537-572. Set./Dez, 2007.

CESIT/IE – UNICAMP – **Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho**. UNICAMP. São Paulo, 2017.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº103, de 12/11/2019. Casa Civil. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos.

GAMA, Andréa de Souza. **Trabalho, família e gênero** – impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRATA, Helena. Reestruturação Produtiva, cidadania e gênero. In: COSTA, Ana Alice et al. **Um debate crítico a partir do feminismo**: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo: CUT. 2002.

HIRATA, Helena, KERGOAT Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Caderno de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Cortez, 2007.

PINHEIRO, Luana Simões. Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais. In: FONTOURA, Natália e ARAÚJO, Clara (org). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro. UERJ. 2016, p. 61-100.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SERVIÇO SOCIAL, PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO*

Ana Maria de Vasconcelos

Juliana Ferreira Baltar

Introdução

Achados das investigações realizadas no âmbito do NEEPSS (Núcleo de Extensão e Pesquisa em Serviço Social/FSS/UERJ-CNPq/FAPERJ), a partir de dados referentes às respostas dos assistentes sociais às demandas dos trabalhadores/usuários e das requisições institucionais, nos remeteram à necessidade de estudar a produção de conhecimento da área de Serviço Social; produção de vital importância na iluminação dos caminhos de um exercício profissional referenciado pelo projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, aqui apreendido na sua vertente anticapitalista crítica (Vasconcelos, 2015).

Diante da vasta produção de conhecimento do Serviço Social em revistas, livros, coletâneas, produções independentes de grupos de pesquisadores ou de profissionais no país, publicações e eventos científicos, TCC, monografias, dissertações e teses dos importantes Programas de Pós Graduação da área, há que se perguntar o porquê das dificuldades sinalizadas pela maioria dos assistentes sociais para pensar e realizar alternativas de prática na direção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Ou seja, apesar do Serviço Social se constituir numa área de conhecimento de cariz teórico-metodológico crítico e estabelecer uma interlocução fecunda com intelectuais de áreas afins não capturados pelo pensamento pós-moderno, no cotidiano das atividades socioinstitucionais permanecem históricas contradições, contradições que o projeto profissional veio a lume almejando superar.

Como pode ser apreendido nas justificativas do projeto – como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS -, temos o conhecimento sobre a realidade como instrumento fundamental que, mediando a realidade socioinstitucional, permite uma apropriação crítica e qualificada pelos sujeitos profissionais das necessidades históricas das classes trabalhadoras e das condições e possibilida-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.181-208

des socioinstitucionais. São essas mediações que oferecem as condições necessárias a uma prática pensada e avaliada nas suas consequências, fundada em planejamento, construção de estratégias, sistematização, avaliação. Processo dialético exigente que favorece profissionais e equipes consolidarem movimentos/ momentos de ruptura com práticas conservadoras, imediatistas, burocráticas, no enfrentamento do conservadorismo presente na sociedade e, consequentemente, no Serviço Social. Processo de longo prazo, que exige uma conexão qualificada entre espaços de formação e espaços socioinstitucionais, em busca do fortalecimento de práticas mediadas pelo Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, visto que, para que o conhecimento da realidade se faça instrumento essencial da prática ele deve partir e retornar à realidade, realizando o “caminho de volta”.

Ou seja, trata-se de captar a essência e a lógica da atividade [profissional], para retornar a ela como síntese de múltiplas determinações no sentido de negar o que desfavorece, conservar o que favorece o alcance dos objetivos e finalidade das ações, identificar as alternativas não exploradas, oportunidades e possibilidades perdidas, ressaltar suas consequências para instâncias e sujeitos envolvidos, no sentido de, dialeticamente, no processo, elevar a prática níveis superiores (Vasconcelos, 2015, p. 499).

Partindo da dificuldade de alunos e assistentes sociais em sinalizar suas referências teórico-metodológicas e ético políticas, identificada através de pesquisas empíricas realizadas no NEEPPS, neste artigo, daremos destaque a parte do estudo das Teses de Doutorado¹ publicadas no site da CAPES, entre os anos de 2010 à 2014, que ampliou o estudo dos trabalhos completos publicados nos dois principais eventos científicos do Serviço Social (ENPESS e CBAS)²; dos

¹ Esta dissertação foi realizada por Juliana Ferreira Baltar, em 2016, no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, intitulada “Serviço Social, Projeto Ético Político e Produção de Conhecimento. Teses de Serviço Social socializadas no banco de dados da CAPES – 2010-2014”, e orientada por Ana Maria de Vasconcelos.

² Foram realizados estudos acerca das produções constantes dos ANAIS do XII e XIII Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), realizados, respectivamente, em 2007 e 2010 (conferir Lima, 2010; Baltar 2012 e Silva, 2013), assim como do XI e XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizados, respectivamente, em 2008 e 2010 (conferir Silva, 2010 e Borges, 2013). Se já era de se esperar a presença marcante da academia no ENPESS, o que mais nos surpreendeu nos Anais do CBAS foi a presença majoritária de autores vinculados à academia e uma ausência gritante de trabalhos apresentados por assistentes sociais. Assim, foram raros os relatos de experiência ou trabalhos de qualidade fundamentados na realidade vivida

artigos publicados nas revistas científicas de grande importância para a categoria profissional, tais como³, Serviço Social&Sociedade, Temporalis, Katalyzis, EM PAUTA e do perfil dos Bolsistas de Produtividade/CNPq, da área de Serviço Social⁴.

Objetivamos identificar em que medida a produção analisada faz mediações com o Serviço Social e com o projeto profissional, já que são produções importantes para os assistentes sociais – na formação graduada, pós graduada e formação permanente. Diante dos compromissos assumidos pela categoria com seu projeto profissional, a necessidade de realizar uma prática crítica, criativa, propositiva e avaliada nas suas consequências requer, antes de tudo, segurança de princípios, mas seguida de uma base teórico-metodológica sólida que, em sintonia com aqueles princípios, possibilite superar as representações imediatas na consciência dos sujeitos sobre a realidade, a partir da apreensão do movimento da realidade, através de pesquisas – em diferentes níveis⁵ - voltadas para a apreensão das contradições, possibilidades e alternativas presentes no movimento da realidade.

Os assistentes sociais que, no cotidiano socioinstitucional, dão respostas concretas aos trabalhadores e trabalhadoras através da execução das políticas sociais públicas/privadas e demais serviços socioassistenciais, no contexto da sociedade capitalista (e não só neste momento histórico desta complexa sociedade historicamente destrutiva de homens e mulheres {destruição material e subjetiva} e da própria natureza e que, em crise estrutural, mostra flagrantemente sua incapacidade de oferecer felicidade a todos, como prometido), necessitam de uma abordagem qualificada do complexo cotidiano onde estão inseri-

pelos assistentes sociais junto aos usuários.

³ Sobre os estudos das Revistas de Serviço Social de grande circulação no país, conferir: Dória, 2017; Neri, 2016; Rodrigues, 2015; Albuquerque, 2015;

⁴ Sobre a pesquisa a respeito do perfil dos bolsistas de produtividade do CNPq da área de Serviço Social, conferir Miranda, 2011.

⁵ Aqui estamos nos referindo não só às pesquisas realizadas pelos assistentes sociais/equipes no cotidiano da prática, tendo em vista o planejamento das ações, mas às pesquisas acadêmicas que possam resultar em generalizações, pois é a investigação que fornece condições para apreensão do movimento da realidade. A pesquisa subsidia a construção de propostas por parte dos assistentes sociais, na medida em que estes podem apreender, na realidade, suas contradições, possibilidades e limites, assim como, o conjunto de informações necessárias para o alcance dos objetivos almejados. Assim, o conhecimento adquirido através do estudo da realidade possibilita a construção de uma prática planejada e avaliada nas suas consequências, da mesma forma que pode permitir ao pesquisador, ao tomar o cotidiano da prática sistematizado, a análise teórico-crítica da atividade profissional na expectativa de captar tendências e possibilidades e formular generalizações. Ver Vasconcelos, 2015, Capítulo 2.

dos. Abordagem que, enfrentando questões complexas e contraditórias colocadas pela atividade profissional, gere conhecimentos qualificados e acessíveis que contribuam com a formação não só dos assistentes sociais, mas de todos os que almejam fortalecer projetos emancipatórios, inclusive os próprios trabalhadores usuários. É desse modo que a categoria poderá contar com uma produção de conhecimento qualificada, não só sobre temáticas da área de fundamentos mas, como podemos apreender nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social da ABEPSS (1996), uma produção sustentada no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam: - Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; - Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; - Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho. E a ABEPSS reafirma: não se admite “tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, [que expressam], ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social”.

Ora, a ausência de produção qualificada referente ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional é uma questão candente identificada, entre outros, por Yamamoto em tempos remotos e reafirmada em 2007, quando a autora ressalta que

No lapso das duas últimas décadas a restrita, mas, fecunda literatura profissional no âmbito da renovação crítica do Serviço Social voltada aos fundamentos do Serviço Social – em suas dimensões históricas, teórico-metodológicas e éticas – tratou, sob diferentes ângulos, da natureza particular da profissão na divisão social e técnica do trabalho e sua dimensão ética.[...] Entretanto, a análise do processamento do trabalho do Assistente Social não adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações, estabelecendo-se uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano, uma vez que este abrange um conjunto de mediações que não foram alvo privilegiado da referida produção (IAMAMOTO, 2007, p. 213-214).

Assim, não surpreende que em diferentes áreas de atuação, observa-se uma manifestação recorrente entre os assistentes sociais: “a academia está distante da prática profissional”. Por outro lado, a escolha destes profissionais para a realização de cursos de especialização e aperfeiçoamento tem se dado, preferencialmente, fora da área do Serviço Social, como cursos de Terapia de Famí-

lia, Gestão de Projetos, Responsabilidade Social etc.⁶ Cursos que, abandonando a perspectiva de totalidade, priorizam fragmentos da realidade, em busca de respostas ao “que fazer?”, na sua totalidade, distantes, quando não em flagrante contradição com as referências ético-políticas e teórico-metodológicas do projeto profissional.

Nos parece que, além de uma frágil produção no que se refere aos fundamentos do trabalho profissional, o conjunto de conhecimentos e habilidades que compõem os núcleos não são tematizados a partir do movimento da realidade profissional, resultando que a categoria não conta com experiências submetidas à análise teórico-crítica que possam revelar não só os limites da atuação profissional, mas alternativas não aproveitadas, oportunidades perdidas, possibilidades de prática presentes no cotidiano profissional etc. Ora, somente uma produção calcada na realidade profissional, ou seja, que acompanhe o frenético movimento da realidade institucional/profissional, pode conter condições de iluminar a formulação e execução de propostas concretas, por parte de assistentes sociais/equipes, que objetivem fortalecer o processo de mobilização, organização e formação de trabalhadores e trabalhadoras, o que, ao mesmo tempo, contribui para que o enriquecimento da produção de conhecimento da área de Serviço Social favoreça a materialização do Projeto Profissional, na nossa concepção, reafirmando, aqui apreendido como projeto anticapitalista crítico.

Como mostram os estudos do NEEPSS, a produção de conhecimento analisada prioriza, em sua maioria, uma abordagem analítica em detrimento de uma abordagem, também, propositiva dos temas que se relacionam com o Serviço Social e com o Projeto Ético-político. Um quadro que certamente dificulta ainda mais a materialização do Projeto Profissional, tendo em vista que fica a cargo dos assistentes sociais inseridos nos diversos espaços sócio ocupacionais realizarem as mediações necessárias da complexa produção de conhecimento da área com a contexto institucional/profissão, em busca de identificar possibilidades de atuação presentes na realidade⁷. Como afirmado em 2015,

[...] há uma grande diferença entre *favorecer a formação de um intelectual*, dentre eles o assistente social, (o que exige tanto apropriação crítica [uma

⁶ Entre os motivos para não participar das pesquisas realizadas pelo NEEPSS, os assistentes sociais alegam “falta de retorno da academia para os desafios enfrentados no cotidiano”, já que as pesquisas representam apenas “críticas ao trabalho profissional executado”

⁷ É o que vem sendo sinalizado pelos assistentes sociais, na atualidade, na pesquisa em profundidade realizada no NEEPSS com os assistentes sociais inseridos na política de assistência social (CRAS; CREAS, CentrosPOP), do Município do Rio de Janeiro.

apropriação que envolve acessar saber acumulado/fazer a crítica desse conhecimento], como produção crítica de conhecimento em consonância com os princípios e objetivos do projeto profissional) e *formar e alimentar assistentes sociais ao longo do cotidiano profissional* (o que exige — para além da apropriação e produção crítica de conhecimento em consonância com os princípios e objetivos do projeto profissional e tematizar o que “pode/deve ser” —, submeter ao conhecimento e crítica o exercício profissional histórico, tendo em vista “avanços teóricos e técnico-operativos”). Esse é o processo que vai permitir a categoria profissional apreender tanto as consequências da atividade profissional, quanto as possibilidades que a realidade contém, resultando numa produção de conhecimento que dialeticamente forme e ilumine os assistentes sociais no cotidiano da prática. O conhecimento ilumina, mas sem base na realidade perdemos o movimento dos assistentes sociais na história e, consequentemente, o Serviço Social na história. O conhecimento instrui, esclarece, ilustra, mas é a realidade que informa (VASCONCELOS, 2015, p. 259).

No complexo cotidiano da prática, os assistentes sociais, além da ampliação da apropriação dos conhecimentos da área de fundamentos, estão permanentemente desafiados a planejar e executar ações em resposta às demandas dos trabalhadores e às requisições institucionais. Ora, tendo em vista o compromisso com os trabalhadores, este processo exige ainda uma articulação — direta e indireta⁸ — com movimentos sociais e /ou com organismos de representação dos diferentes segmentos da classe trabalhadora que realmente enfrentem suas necessidades, demandas e interesses, aí sim, apreendidos como necessidades sociais, demandas e interesses coletivos, rumo à eliminação das desigualdades e à superação da sociedade capitalista. Neste sentido, é que o conhecimento aqui é preciso, estrito na sua forma de servir de instrumento de planejamento estratégico, definição de objetivos, prioridades, táticas, em linha direta com as necessárias e interessadas respostas dos assistentes sociais às classes trabalhadoras.

⁸ Articulação indireta no sentido de, em meio à atividade sócio assistencial, conectar usuários trabalhadores com movimentos sociais e/ou diferentes organismos que verdadeiramente os represente. Uma tarefa que põe mais uma tarefa para a categoria que é a identificação desses organismos, para referenciar os assistentes sociais, no nível local, regional e nacional.

As Teses de Doutorado da área de Serviço Social publicadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES/2010 e 2014

Na perspectiva do Projeto profissional, a produção de uma tese de doutorado é de fundamental importância para o conjunto da produção de conhecimento da área Serviço Social, exatamente pelo seu caráter de originalidade e amadurecimento teórico, como expressão do tempo de dedicação que o pesquisador emprega; das condições dadas na construção de uma tese; das condições ideais de debate e qualificado da produção, etc. São teses de importantes Programas de Pós-Graduação inscritos na área de Serviço Social na CAPES, que produzem conhecimento para uma área específica, através do desenvolvimento de suas linhas de pesquisa, das publicações do seu corpo docente e das pesquisas realizadas por seus docentes, mestrandos e doutorandos. Resultando em publicações diversas – livros, capítulos ou artigos –, essas teses tornam-se referência na graduação, pós-graduação e na categoria profissional como um todo, constituindo importante contribuição, tanto para a consolidação da área de conhecimento, como na busca de alternativas de materialização do projeto profissional, no contexto da sociedade do capital.

Foram analisadas 114⁹ Teses de Doutorado defendidas entre os anos de 2010-2014, que se encontram publicadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A análise se deu a partir dos resumos, sumários, introduções, considerações finais e referências bibliográficas, por vezes, exigindo consulta na íntegra.

As teses dão uma grande contribuição à produção de conhecimento da área de Serviço Social e das áreas das Ciências Humanas e Sociais, a partir de estudos que tomam como objeto central o Estado, a Sociedade, a Questão Social, as Políticas Sociais etc. Na sua construção, os autores se apropriam do conhecimento disponível sobre seu objeto de estudo, em diferentes áreas de co-

⁹ Consultadas diferentes plataformas, o número real de teses de doutorado na área de Serviço Social publicadas no período estudado foi 372 teses. Porém, entendendo a importância do site da CAPES como referência para a comunidade científica do país e do mundo, foram analisadas as 114 teses encontradas neste site. Ou seja, foram analisadas 31% do total de teses publicadas no período, sendo este um número considerado respeitável no âmbito das ciências estatísticas, para uma amostragem. Não podemos deixar de sinalizar, que este achado da investigação – menos de 1/3 das teses constando do Banco de Teses –, certamente põe um desafio e uma tarefa para a representação do Serviço Social na CAPES. Ressaltamos que todas as porcentagens consideram a totalidade das teses analisadas.

nhecimento, sendo 57% assistentes sociais e 43% profissionais de outras áreas do conhecimento.

Quanto a presença do Serviço Social, das 114 Teses, 59% fazem alguma menção ao Serviço Social, enquanto 41% não realizavam nenhum tipo de menção ao Serviço Social. Se a maioria das teses realiza algum tipo de menção ao Serviço Social, por vezes, isto se dá através de uma única manifestação como: “este estudo é importante para o Serviço Social”, sem que o autor mostrasse a razão dessa importância. Sem dúvida, a menção ao Serviço Social, mesmo que rarefeita, favorece a consolidação do Serviço Social como área de conhecimento na CAPES e estímulo ao conjunto de docentes e discentes nos diferentes espaços e níveis de formação.

Quanto aos doutores que fazem referência ao Serviço Social, dentre as 114 teses¹⁰ analisadas, temos: 44% dos assistentes sociais estabelecem algum tipo de mediação com o Serviço Social, enquanto 15% não citam o Serviço Social; 13% dos doutores não assistentes sociais fazem alguma referência à profissão, mesmo que seja uma referência abstrata, sem aprofundamento das razões dessa afirmação, enquanto 24% não estabelecem nenhum tipo de mediação da sua produção com o serviço social.

Embora 44% dos assistentes sociais façam alguma referência ao Serviço Social, quando a análise do texto é aprofundada, observa-se que, em sua maioria, as referências à profissão não se dão de forma substantiva¹¹, mas de forma abstrata¹² – calcadas em um dever ser sem base na realidade em movi-

¹⁰ Em 4% das teses não foi possível identificar as mediações com a profissão.

¹¹ As teses foram analisadas a partir de “Eixo de Análise” construído no âmbito do NEEPPS, objetivando o estudo da produção de conhecimento da área. Em resumo, como substantivas, consideramos as produções em que os autores, ao longo do texto, se esforçam para garantir que sua produção sirva de instrumento estratégico para uma prática pensada e avaliada nas suas consequências. Assim, fazendo mediações com a profissão/ exercício profissional, sinalizam alternativas, possibilidades, limites, o porquê da importância do tema para a profissão e para os profissionais; o porquê da importância dos assistentes sociais acessarem tais conhecimentos, informações, instrumentos etc.; ou seja, dados de realidade se põem de forma explícita. Quanto ao projeto profissional, é considerada relação substantiva quando, no corpo do texto, os princípios e as diretrizes do projeto são citados de forma coerente e articulada. Assim, constituem discussões de temas concernentes ao cotidiano profissional, desenvolvidas em todo corpo do texto, a partir de uma articulação tanto analítica quanto propositiva, nas quais o Serviço Social e o projeto profissional atravessam, de forma pluralista e sem ecletismos, toda a tese.

¹² Quanto às mediações com o Serviço Social e o projeto profissional, as teses em que os autores anunciam a importância do texto para a profissão e seu compromisso com o projeto do Serviço Social, mas sem revelar dados de realidade que identifique esse

mento. Assim, fica ausente um conteúdo que, para além do Núcleo de Fundamentos, fundamente os assistentes sociais no embate com o complexo cotidiano da prática.

É importante demarcar que se dos doutores não assistentes sociais que procuram a área de Serviço Social para seu doutoramento - procura quase sempre creditada ao interesse pelo pensamento crítico social - podemos contar com importantes contribuições para a área de conhecimento Serviço Social, não se deve esperar deles uma produção relacionada ao Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, o que se já diminui a contribuição que a área pode dar ao exercício profissional¹³. De mais a mais, não só pela qualidade da educação fundamental e pela sua condição discente, os estudantes de Serviço Social, como parte e expressão de segmentos diferenciados da classe trabalhadora - cada vez mais um segmento pauperizado - não possuem uma bagagem teórico-cultural necessária para se apropriarem criticamente dos conteúdos teórico-metodológicos e ético políticos necessários à formação graduada e permanente daquele intelectual necessário à materialização do projeto profissional¹⁴, o que desafia

compromisso/importância foram identificados como relação abstrata com o projeto. Não confundir abstrato com abstração: “capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo. Para mais detalhes sobre essa diferenciação, consultar Vasconcelos, 2015 e Netto, 2009

¹³ Isso não quer dizer que não sejam necessárias mediações com a profissão – essencialmente no contexto das disciplinas que ministram - por parte daqueles docentes/pesquisadores que se propõem a formar assistentes sociais na graduação e na pós-graduação. Uma realidade que se torna cada vez mais difícil de garantir, visto que, quando ocupam cadeiras docentes em Escolas de Serviço Social, esses docentes costumam dar prosseguimento a seus estudos, sem espaço para problematizar sua presença e seu papel de educador na área de Serviço Social. Os eventos de Iniciação Científica de alunos das faculdades de Serviço Social no país revelam, em parte, isso, quando observamos trabalhos realizados por alunos de Serviço Social – e aqui registre-se, tanto orientados por professores assistentes sociais como professores de outras áreas - que poderiam ser incorporados por qualquer unidade dos Centros de Ciências Sociais e Humanas. Assim, tanto sua produção como as disciplinas que ministram deixam a cargo dos estudantes, o que inclui os assistentes sociais da pós-graduação, a realização das mediações com a profissão o que, no caso dos estudantes de graduação, ficam restritas ao Estágio Curricular Obrigatório. Desse modo, não fica difícil entender porque esses alunos, como profissionais, passem a vocalizar o mantra presente na profissão: na prática a teoria é outra.

¹⁴ “Na medida em que não interessa ao capitalismo que “seus” intelectuais se questionem sobre os fundamentos do sistema, sua lógica e suas consequências, não há interesse dos dominantes na formação de um intelectual que, “habilitado para operar numa área particular, compreenda o sentido social da ação e a significância da área trabalhada no conjunto da questão social” (Netto, 1996), o que se põe como *exigência de uma formação generalista — teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa*. A formação

mais ainda a academia na criação das condições necessárias a uma análise social fundada na crítica da economia política, por parte dos graduandos, base da materialização do projeto profissional.

No contexto de uma formação graduada e de um exercício profissional que não exercita a análise teórico-crítica do que vem sendo realizado pelos assistentes sociais, pergunta-se como o aluno no contexto do Estágio Curricular e como os assistentes sociais terão condições de garantir uma sistematização qualificada da experiência profissional que tenha condições de ser submetida a uma análise teórico-crítica que possibilite negar, conservar, redefinir e/ou redirecionar os caminhos da prática, seja no planejamento, na gestão e/ou na execução terminal dos serviços socioassistenciais - públicos ou privados?

A falta de mediações com o Serviço Social e com o projeto profissional de um grande número de teses - mediações que envolvam os desafios, as possibilidades e os limites impostos aos profissionais no cotidiano da prática -, certamente vem resultando em prejuízos na sua apropriação crítica e propositiva pelo conjunto da categoria profissional, principalmente diante do seu crescimento exponencial alavancado pelo ensino privado e pelos cursos à distância, no contexto de uma realidade que se apresenta de forma fragmentada, desarticulada, envolvida por concepções do senso comum, em relação estreita com a moral da sociedade burguesa.

Como afirmado em 2015:

Entendemos que a pesquisa e a produção de conhecimento no Serviço Social, quando da apreensão do movimento do real, para além de formar o pesquisador/profissional/intelectual/cientista, têm como objetivo, como afirmava Marx, influir na transformação do mundo. Assim, não se trata de apropriação do conhecimento pelos políticos visando boas políticas, nem pelos profissionais visando boas práticas — ainda que nesse exercício, a teoria possa favorecer práticas compromissadas com os trabalhadores. O fundamental é que a teoria seja apropriada pelas massas tendo em vista realimentar a luta social na busca da emancipação de todos. Lembremos o que afirma Marx: a teoria se transforma em força material quando apropriada pelas massas. (Vasconcelos, 2015, p. 554, nota 14.

centrada em competências, bem ao gosto do “Acordo de Bolonha”/União Europeia — abril de 2009, que vem pautando as reformas universitárias em todo o mundo, só cobra pela competência antecipada e adquirida, muito aquém da formação daquele “homem completo, pleno”, o que requer um intelectual, sujeito consciente e participante ativo da vida pública (Vasconcelos, 2015, p. 21, nota 15).

Ora, na impossibilidade de exercício das mediações entre teoria-realidade-exercício que exige ser iniciado na graduação -, dificilmente o futuro profissional terá condições de avançar nas mediações necessárias a uma prática pensada, tendo em vista não só o planejamento daquilo que realiza, mas, fundamentalmente, a democratização de conhecimentos e informações necessários e relevantes com os trabalhadores-trabalhadoras/usuários, no seu processo de formação, mobilização e organização para a luta pela superação do capital, o que, certamente, está condicionado à qualidade do espaço profissional resultante das atividades de planejamento. Assim, diante da qualidade da formação graduada e permanente e da complexidade da realidade, podemos realizar prognósticos sobre a direção da prática dos assistentes sociais, mas só a análise concreta de situações concretas relativas ao cotidiano do exercício profissional, porque saturadas de muitas determinações, pode apreender a direção social que a prática profissional vem tomando, suas tendências e reais conseqüências, mas, principalmente, no que diz respeito à atenção prestada diretamente aos usuários, apreender as possibilidades e alternativas de práticas contidas na realidade (Vasconcelos, 2015).

Como já afirmava Netto em 1989, “sem considerar as práticas dos assistentes sociais, a tradição marxista pode deixar escapar elementos significativos da vida social — as práticas dos assistentes sociais frequentemente incidem sobre processos que, tratados pelo referencial teórico-metodológico de Marx, oferecem insumos para a sua verificação e enriquecimento. (NETTO, 1989, p. 101)”. Ora, como mostram os estudos realizados no NEEPSS, grande parte do que é colocado como possibilidade teórica/“dever ser” na direção do projeto profissional não tem como base o cotidiano profissional dos assistentes sociais na atualidade. Com isso, não queremos dizer que toda a produção de conhecimento da área de Serviço Social tenha de estabelecer mediações com a profissão; trata-se de sinalizar a escassez e a debilidade das produções que referenciam os assistentes sociais tendo em vista consolidar ações profissionais mediadas pelo projeto profissional; produções que, tomando a realidade socioassistencial como objeto de atenção, possibilite aos intelectuais que têm como função desenvolver e enriquecer a produção de conhecimento da área assumir “sua responsabilidade social”, o que abrange seu papel frente ao “problema da intervenção social e de como resolvê-lo” (Coutinho, 2006, p. 114).

Diríamos que, diante desses problemas que atingem todos os intelectuais, para os assistentes sociais, não se trata apenas da necessária e essencial participação em partido político e organizações, mas de encontrar meios

de atuar na busca de respostas a um Serviço Social mediado pelo projeto profissional, o que requer colocar como objeto de investigação o combate empreendido e os desafios enfrentados pelas massas trabalhadoras no cotidiano da vida e, conseqüentemente, pelos assistentes sociais {como trabalhadores que são} no cotidiano da prática, onde vige a encarnizada luta de classes. É deste modo que, através da produção de conhecimento e do exercício profissional, que o assistente social poderá dar sua contribuição na organização da sociedade e na luta “pela hegemonia política e ideológica da classe ou bloco de classes com os quais se identifica”. Como afirma [Coutinho], é condição para a retomada de uma batalha pela hegemonia que os intelectuais — entendidos na ampla acepção que lhes atribui Gramsci [o que nos leva a considerar todos os assistentes sociais e não só os que exercem sua função junto à academia/docência/pesquisa] — voltem a desempenhar suas funções públicas. (Vasconcelos, 2015, p. 265)

Certamente, a falta de mediações de grande parte da produção de conhecimento da área com o próprio Serviço Social está favorecendo o conservadorismo e desfavorecendo o projeto profissional, visto que, para além das dificuldades na formação graduada e permanente, os assistentes sociais estão sob uma lógica de trabalho precarizada, com a obrigatoriedade de atingir metas, operar a burocracia do sistema, etc, isto é, em condições de trabalho desfavoráveis, como é próprio do conjunto dos trabalhadores, o que amplia os obstáculos na busca de garantir investimentos necessários a um exercício profissional crítico que rompa com ações conservadoras e burocráticas e caminhe na direção dos objetivos vocalizados de “defesa da classe trabalhadora”.

No mais, resta relevante sinalizar mais alguns dados das teses analisadas buscando fundamentar nossa análise.

Quanto ao caráter das mediações com a profissão, excetuando os 41% que não fazem mediações com a profissão, predominam as teses identificadas como “Analíticas”¹⁵/ 36% [11% Analítico/Pesquisa Documental mais 25% Analítico/Pesquisa Documental e de Campo), seguidas das teses “Analítico/Propositivas”/23%(7% Analítico/ Propositivas/Pesquisa Documental, mais 16% Analítico/Propositivo / Pesquisa Documental e de Campo).

Em comparação com a produção dos congressos e revistas analisados no NEEPSS, as produções de cunho Analítico/Propositivo contaram com pequeno incremento. Ainda que a análise das teses consideradas analítico-proposi-

¹⁵ São teses que realizam somente a análise do tema escolhido, podendo se dar a partir de revisão bibliográfica e/ou abordagem/discussão teórica de um tema.

tivas não tenha se dado a partir da consideração dos textos na sua totalidade, observou-se que as proposições com relação ao Serviço Social giram em torno do “dever ser”, com indicação de ações para a construção das políticas sociais e de mudanças na postura do Estado, da Sociedade e dos Movimentos Sociais, sem mediações com a complexidade do cotidiano profissional, seus desafios, limites e possibilidades e com o Projeto profissional. Na medida em que são deixadas a cargo do leitor - assistentes sociais e discentes - a realização das mediações necessárias com o frenético cotidiano profissional, certamente essas teses – ou artigos que as sintetizam – deixam de subsidiar os assistentes sociais inseridos nas áreas objeto de estudo da tese e nas demais áreas.

Podemos afirmar assim, que não encontramos teses que diante da indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético política e técnico-operativa, tomam como base o complexo cotidiano profissional dos assistentes sociais junto aos usuários e enfrentem os desafios que esse cotidiano põe à categoria profissional. Assim, a partir dos nossos estudos, afirmamos que o “Por que fazer”, “O que fazer”, “Como fazer”, “Para que fazer”, o que dá vida à unidade teoria-prática, é algo que está quase ausente da produção de conhecimento na área de Serviço Social, na atualidade. Desse modo, os assistentes sociais brasileiros – e os assistentes sociais que tomam o projeto do Serviço Social como referência em outros países - não contam com uma bibliografia qualificada que revele como a presença da análise social fundada na crítica da economia política no cotidiano profissional pode fazer e/ou está fazendo a diferença nas respostas profissionais às demandas dos trabalhadores/usuários e às requisições institucionais.

E aqui, os que assumem o projeto profissional como referência, não estamos somente deixando “escapar elementos significativos da vida social” que as práticas dos assistentes sociais oferecem como insumos para a sua verificação e enriquecimento, como afirma Netto (1989, p. 101), mas deixando de trazer à tona possibilidades concretas de materialização do projeto profissional no contexto da sociedade do capital, o que certamente tem contribuído para que parte dos assistentes sociais, cada vez mais significativa, desacredite na ciência como instrumento fundamental na luta pela emancipação humana. Assim, a partir de uma produção de conhecimento que realiza indicações para a prática sem base na complexa e contraditória realidade vivida pelos profissionais, um conjunto expressivo de assistentes sociais vêm afirmando o projeto profissional como utópico. Nos parece que afirmar as possibilidades de práticas mediadas pelo projeto profissional

[...] não se trata de uma profissão de fé no projeto do Serviço Social e, conseqüentemente e muito menos, no projeto de sociedade ao qual este projeto está articulado. Com base na realidade, ou seja, a partir da abstração da processualidade real, trata-se de uma defesa assentada na história da humanidade que mostra como homens e mulheres foram capazes de, diante de possibilidades apreendidas na realidade e de suas conseqüências dialéticas, revolucionar sua própria história no enfrentamento de diferentes tipos de adversidades. Afinal, *quantos dos frutos dessas revoluções, em tempos idos, não foram considerados utopia e quantas coisas permanecerão utópicas até serem transformadas em realidade pelos homens e mulheres?* (Vasconcelos, 2015, p.73)

Mas se é assim, a abstração da processualidade real é um processo histórico, contínuo, que só pode dar seguimento à afirmação das possibilidades de materialização do projeto profissional quando a produção de conhecimento da área revelar teoricamente como os assistentes sociais, diante das possibilidades presentes na realidade e das suas conseqüências dialéticas, “revolucionar”/ou não o cotidiano profissional, no enfrentamento dos desafios e limites impostos ao exercício profissional. Ou seja, a categoria profissional não tem de onde esperar uma produção qualificada que aborde teoricamente as possibilidades de práticas mediadas pelo projeto profissional, a não ser da produção qualificada da área de Serviço Social, o que coloca os assistentes sociais envolvidos nessa produção de conhecimento diante da difícil tarefa que é responder pela produção qualificada na área de fundamentos, e que não vem sendo produzida pelas demais áreas afins na direção do projeto profissional, e pela produção que qualifique a prática profissional.

Como afirma Netto (2009, p. 693), “a pesquisa é indispensável ao Serviço Social se a profissão quiser se manter com um estatuto efetivamente universitário” o que resultou em “um segmento dedicado expressamente à pesquisa”. Ora se cabe a cada assistente social/equipe desenvolver uma atitude investigativa no cotidiano profissional, tendo em vista “acompanhar os avanços dos conhecimentos pertinentes ao seu campo de trabalho [e] conhecer concretamente a realidade da sua área particular de trabalho”, é o exercício sistemático da pesquisa que pode possibilitar avanços teóricos e técnico-operativos necessários à formação graduada e permanente da categoria profissional e ao exercício profissional (Vasconcelos, 2015, p. 258).

Fica claro também que a questão não é a produção de conhecimento da área do Serviço Social tomar este ou aquele objeto de estudo. O que se des-

taca é a ausência de um debate qualificado sobre o movimento dos assistentes sociais junto aos trabalhadores e trabalhadores/usuários que possa sinalizar as possibilidades reais de materialização do projeto profissional, como vocalizado em toda a história de construção e consolidação do movimento de ruptura dos assistentes sociais com práticas conservadoras¹⁶. Assim,

Com a análise concreta de situações concretas¹⁷, trata-se de desobscurer, identificar e submeter à análise teórico-crítica o que está sendo feito {pelos assistentes sociais/equipes}, como, para que, com que e em que condições, tendo em vista apreender as conseqüências das ações profissionais no favorecimento ou não dos trabalhadores/usuários, como indicado no projeto profissional e, nesse movimento/processo, negar (no sentido dialético) práticas que não favoreçam; fortalecer e divulgar as que favorecem; redirecionar as ações; identificar lacunas nos estudos, nos levantamentos, no planejamento; demarcar lacunas, fraturas, contradições e falhas no acúmulo teórico e técnico-operativo do profissional/equipe que coordena a atividade e contradições frente às referências ético-políticas assumidas; indicar questões relevantes a serem investigadas em profundidade etc. etc. (Vasconcelos, 2015, p. 271)

Quanto às temáticas abordadas nas teses analisadas, a questão central não é a sua fragmentação, tanto entre as que mencionam o Serviço Social, como as que não mencionam¹⁸. A questão central, e que necessita de estudos mais aprofundados, é o tratamento dos temas. Abandonado a perspectiva de totalidade – mesmo que por vezes reivindicada –, os autores se afastam da direção social defendida pelo projeto profissional, o que pode tornar ainda mais complexa a apropriação destas produções pela massa da categoria profissional.

¹⁶ E que fique claro que aqui não se trata de fabricar manuais e/ou regras do que fazer ou não fazer nas diferentes áreas de atuação profissional, nos moldes do que encontramos na vasta literatura do Serviço Social tradicional e que ainda referencia assistentes sociais no cotidiano da prática. Como sinalizou uma assistente social em pesquisa realizada no final da década de 1990 (Vasconcelos, 2002), o que certamente ainda podemos identificar na atualidade – em tempos de ensino privado e EAD –, “tenho Yamamoto com referência para estudar Serviço Social e Balbina Otoni Vieira para fazer Serviço Social”.

¹⁷ Para aprofundamento desse debate, ver Vasconcelos, 2015, Capítulo 3.

¹⁸ Indicamos, a seguir, entre as 114, o número de teses a partir das temáticas mais presentes, das que mencionam o Serviço Social e das que não mencionam, respectivamente: Prática e formação profissional: 13-0; Assistência Social: 13-4; Educação:7-7; Gênero, geração, raça, etnia: 8-5; Questão agrária/ movimentos sociais: 9-4; Saúde (diferentes níveis e especialidades): 4-9; Outros temas: 13- 18. Total de 67 teses que mencionam o Serviço Social e 47 que não mencionam.

Como já sinalizado, com o crescimento exponencial da categoria nos anos 2000 – a maioria formada no ensino privado/EAD –, se já era difícil a apropriação da produção da área pela massa dos assistentes sociais, isto torna um problema grave nos anos 2000, na medida em que, a ausência de mediações necessárias da produção de conhecimento com o Serviço Social é potencializada por uma formação que não vem permitindo a apreensão das contradições presentes em uma produção em que os autores, mesmo reivindicando a referência ético-política e teórico-metodológica do projeto profissional, vocalizam não só valores, mas uma abordagem teórico-metodológica em contradição com o projeto.¹⁹

É fato que um conjunto expressivo de assistentes sociais, ao mesmo tempo em que vocalizam o projeto do Serviço Social como referência, sinalizam sua aversão a Marx e ao marxismo. Sem condições de aprofundar essa questão aqui²⁰, é necessário ressaltar que “foi em Marx e no marxismo que os sujeitos do projeto profissional, no seu nascedouro, foram buscar suas referências”. Ora, na medida em que “[...] a estrutura de nossa sociedade, ao mesmo tempo em que põe o ser social como ser de relações, no mesmo instante e pelo mesmo processo, oculta a natureza dessas relações ao observador” (Netto, 1995), é “somente em Marx podemos ter acesso à teoria social que fornece/ fornece instrumentos para a crítica da ordem burguesa a partir do método materialista histórico e dialético, da teoria do valor trabalho e da perspectiva da revolução²¹ (Vasconcelos, 2015, p.17)”.

Diante dos dados que estamos analisando nos perguntamos se quem está inserido em um espaço privilegiado para produzir conhecimento (a Universidade) não está e/ou não consegue, sem ecletismos, realizar as mediações necessárias de sua produção com o Serviço Social, como esperar que os assistentes sociais inseridos no frenético cotidiano dos espaços sócio ocupacionais -

¹⁹ Uma situação agravada pelo fato de um contingente expressivo de assistentes sociais indicar que tudo o que vem da academia e “verdade”, passando a ser reproduzido sem crítica; questão observada, não só nas pesquisas do NEEPSS com assistentes sociais, mas entre discentes de graduação e pós.

²⁰ Ver Vasconcelos, 2015, Preludio)

²¹ O que não quer dizer que o debate de ideias não seja fundamental. A questão central é não confundir pluralismo com ecletismo, ao conciliar pontos de vista inconciliáveis. “Diante da direção social que afirmamos e do entendimento que temos do projeto profissional, torna-se essencial esclarecer que pluralismo é, frequentemente, confundido com ecletismo — ou seja, com a convivência entre perspectivas ético-políticas e teórico-metodológicas incompatíveis —, ou utilizado para uma crítica velada ao projeto profissional. Aqui, a garantia do pluralismo é entendida como uma abertura do projeto profissional a valores e teorias não colidentes com suas finalidades” (Ver Vasconcelos, 2015, p.184, nota 106).

pressionados por péssimas condições de trabalho, metas inalcançáveis, estressados diante do sofrimento de uma população usuária atingida pelo desemprego, doenças, negação de direitos possam fazê-lo? Como poderão usufruir de uma produção de conhecimento da área de Serviço Social que muitas vezes é difícil de ser digerida até por intelectuais de áreas afins, no frutífero debate possibilitado pela produção de assistentes sociais? Como poderão construir as condições para exercitar as necessárias mediações teoria-realidade que as próprias unidades de ensino que tomam o projeto de formação da ABEPSS têm dificuldade de promover? Ora, se quem está inserido em um espaço privilegiado para produzir conhecimento – as universidades públicas, às quais estão articulados a quase totalidade dos Programas de Pós-Graduação de todas as áreas de conhecimento, além de raras PUCs)- não está e/ou não consegue realizar as mediações necessárias da produção de conhecimento com o Serviço Social, isso, certamente, está repercutindo na categoria como um todo, desde a graduação. Isso nos leva a reafirmar, a partir dos achados e das análises produzidas no âmbito do NEEPSS, que:

[...] as possibilidades de prática contidas na realidade objeto da ação profissional, [...] só podem ser apreendidas a partir de uma leitura crítica dessa realidade, fruto de relações e conexões sistemáticas e necessárias – ainda não existentes – entre as atividades profissionais e o que está garantido como direitos sociais e, no caso dos assistentes sociais, os princípios e referências do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Frequentemente os assistentes sociais vocalizam e/ou viabilizam propostas heterônomas – determinadas por gestores ou outros profissionais – não apontando ou propondo as ações necessárias a serem realizadas a partir de análise da realidade (Vasconcelos, 2000, p. 8).

É no contexto da vocalização de propostas heterônomas pelos assistentes sociais, considerando a totalidade das teses analisadas e observando a qualidade da relação das teses com o Serviço Social, que identificamos 30% dos doutores fazendo menção ao Serviço Social de forma abstrata, formal, sem nenhuma argumentação e 29% dos doutores realizando mediações substantivas com a profissão. Considerando o número de teses identificadas como abstratas somadas às teses que não mencionam o Serviço Social (41%), temos 71% das teses na área de Serviço Social que não estabelecem mediações substantivas com a profissão. Por outro lado, 37% das teses que fazem menção ao Serviço Social citam o projeto como referência, enquanto que, 22%, embora citem o Serviço Social, não consideram o projeto como referência para análise. Das te-

ses que citam o Projeto do Serviço Social (37%), 22% o citam de forma explícita, referenciando os princípios e as referências teóricas que o constituem e 15% o citam de forma implícita, ou seja, é na leitura do texto que foram identificados princípios e valores presentes no projeto; 26% promovem uma relação substantiva com o projeto profissional e 11% uma relação abstrata.

Importante ressaltar que, mesmo nas teses em que os autores fazem mediações com o projeto profissional de forma substantiva, na maioria não foram identificadas referências ao “que fazer”, “como fazer”, “para que fazer”, consequências para os trabalhadores etc.; ou seja, não avançam em formulações estratégicas com base na realidade profissional, tendo em vista contribuições na superação de práticas conservadoras, burocráticas, imediatistas.

Alguns dados relacionados ao perfil dos doutores em Serviço Social favorecem a análise: 57% possui graduação em Serviço Social, cursada em instituições públicas (63%); 48% realizaram seus cursos de mestrado em Serviço Social, 68% cursados em instituições públicas; 43% são graduados em outras áreas; 80% dos doutores são docentes (47% exercendo somente docência; 15% articulando docência com pesquisa; 14% com atividade socioinstitucional; e 4% as 3 modalidades).

Considerando que o Serviço Social, na realidade social, política, econômica e cultural, é chamado pelo Estado/burguesia, como profissão, para, prioritariamente, atuar no controle dos trabalhadores e trabalhadoras, em confronto direto com as finalidades do projeto profissional, o que impõe aos assistentes sociais compromissados com este projeto um processo de formação (graduada e permanente) extremamente exigente, o número de profissionais que busca qualificação para atuar junto aos trabalhadores e trabalhadoras é ínfimo (2%), mesmo somando os docentes que realizam atividades de pesquisa e socioinstitucionais (4%). Mas, não podemos nos esquecer que o critério utilizado nas seleções das pós-graduações no país prioriza a formação para a atividade docente, sendo poucos os assistentes sociais que conseguem furar este bloqueio. Ao mesmo tempo, como já indicado na literatura, como a direção social da pós-graduação em Serviço Social no país tem favorecido que outras categorias profissionais busquem a qualificação na área de Serviço Social, isto pode contribuir para que profissionais de áreas afins tomem como referência o projeto do Serviço Social em busca de condições de estruturação de um trabalho voltado para o atendimento das reais demandas da classe trabalhadora.

O fato da maioria (80%) dos doutores exercer atividade docente - 51% em Serviço Social, muitas das vezes realizando seu doutoramento nas unidades em que trabalham -, nos leva à hipótese de que a própria formação graduada e

pós graduada em Serviço Social também está condicionada ao *não* exercício das mediações necessárias dos conteúdos das disciplinas de fundamentos com o Serviço Social, com o projeto profissional e com a realidade em movimento. Ou seja, o Serviço Social, o projeto profissional e o cotidiano profissional tendem a ficar na sombra no ensino do Serviço Social, sendo que essa tarefa fica relegada à disciplina de Estágio Curricular e/ou ao próprio Estágio Supervisionado/supervisor, como tem revelado os alunos em formação (Vasconcelos et al., 2013).

Pesquisa de longo prazo, realizada pelo NEEPSS, com alunos de uma das grandes universidades públicas do Rio de Janeiro, que tem seu Currículo Pleno e projeto pedagógico para a formação e capacitação dos futuros assistentes sociais referenciados pelo Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, vem revelando que os estudantes têm dificuldades em apreender a lógica do Projeto Profissional nas suas dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas, ainda que afirmem o projeto como referência. O que mostra que a simples inserção dos alunos nos espaços da universidade pública e de qualidade pode não contribuir para a formação do intelectual que possa, no exercício profissional, – seja nas atividades sócioassistenciais, na docência, na gestão e na pesquisa – formular e operar práticas mediadas pelo projeto profissional. (Vasconcelos et al., 2011, p. 09).

Isso revela que se faz cada vez mais necessário que a categoria se volte para uma produção de conhecimento que também aborde o Serviço Social, já que a maioria da produção de conhecimento da área de Serviço Social - no caso aqui trabalhado, conhecimento elaborado por pesquisadores que fazem parte do restrito grupo de assistentes sociais que produz conhecimento de ponta para a área de conhecimento Serviço Social/ Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas, tal como descrito pela CAPES - não vem conseguindo estabelecer as mediações necessárias com o Serviço Social na direção de dar materialidade ao Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro.

Como pode ser apreendido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), dentre tantas outras indicações, é necessário que a formação (graduada e permanente) possa dar condições para que o discente/profissional tenha consciência dos rebatimentos das formas de exploração dos trabalhadores no capitalismo nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, sendo estes rebatimentos, que se expressam nas diferentes expressões da questão social, objeto da atividade profissional. Ou seja, sem que a compreensão da lógica e das leis fundamentais do capitalismo possa mediar as condições de exploração vivenciadas pela classe trabalhadora, incidindo diretamente nas condições de vida e de

trabalho, dificilmente o discente/profissional pode ter a noção da necessária segurança de princípios e finalidades e da consequente e exigente competência teórico-metodológica fundada na crítica da economia política, requerida para o estudo/pesquisa da realidade profissional, como condição para planejar, formular e operar estratégias que favoreçam o processo de superação do conservadorismo presente na sociedade e, conseqüentemente, no Serviço Social, o que nos leva, em maioria, a favorecer as requisições institucionais em detrimento do fortalecimento do processo de formação/mobilização/organização mediando a atenção às necessidades individuais e coletivas operada através das políticas sociais públicas e privadas. (Vasconcelos, 2015).

Na realidade, profissionais e estudantes de Serviço Social, mesmo se posicionando politicamente em defesa dos interesses dos usuários dos serviços públicos, não conseguem materializar esse direcionamento no trato com os usuários e na defesa do que é público, não só diante da fragilidade teórico-metodológica e técnico-operativa, mas, fundamentalmente, da fragilidade ético-política, que se expressa na insegurança quanto aos princípios contidos no projeto profissional; princípios que determinam as referências teórico-metodológicas necessárias à sua materialização.

Um quadro que dificulta a apreensão das possibilidades de práticas contidas no movimento de realização das políticas sociais, de modo que, alunos/profissionais não conseguem diferenciar os princípios e valores profissionais - constantes do projeto do Serviço Social -, dos legitimados na sociedade burguesa e que são apropriados pelos indivíduos, no seu processo de socialização, mesmo à sua revelia, assim como mediam as políticas que operamos. As possibilidades dessa diferenciação, que vão nos acompanhar ao longo da nossa vida profissional - afinal vivemos e sofremos os rebatimentos da sociedade do capital, o que temos de enfrentar enquanto essa sociedade existir e que não mostra tendências de ser superada nem no médio nem longo prazo - estão assentadas também na apropriação do conhecimento produzido socialmente, na área de Serviço Social e em áreas afins.

Enfim, é da produção de conhecimento da área de Serviço Social que a categoria pode esperar reflexões qualificadas que favoreçam as mediações necessárias teoria/realidade na análise das particularidades da profissão tendo em vista formar assistentes sociais na direção do projeto do Serviço Social. E isso não quer dizer, como indica Iamamoto (2008), o retorno de uma perspectiva endógena da profissão, o que foi rompido no processo de ruptura com o conservadorismo. É a submissão das respostas profissionais à análise teórico-crítica que contém as possibilidades de qualificá-las nos seus fundamentos históricos,

metodológicos, éticos e técnico-operativos, como ressalta a autora.

Considerações Finais

Sintetizamos aqui estudos realizados no âmbito do NEEPSS/FSS/UERJ sobre a produção de conhecimento da área de Serviço Social. Ao analisarmos as principais revistas científicas da área de Serviço Social, os trabalhos completos dos anais do CBAS e ENPESS e, em especial, as teses da área publicadas no site da CAPES, podemos observar que a produção de conhecimento que referencia a formação e a prática dos assistentes sociais, apesar de grande parte vocalizar a direção social do projeto profissional, vem revelando uma frágil ou nula articulação com a profissão e quando ela acontece é uma abordagem analítica em detrimento de uma abordagem também propositiva, no que se refere à materialização do projeto profissional junto aos trabalhadores usuários nos espaços socioassistenciais.

Assim, reafirmamos o que vem sendo apreendido em nossos estudos: a produção de conhecimento da área de Serviço Social, em sua maioria, não aborda a profissão, o projeto e nem o cotidiano profissional e quando o faz, não prioriza abordagens que favoreçam a estruturação de práticas mediadas pelo projeto profissional – ou seja, práticas que, expressando o compromisso com os interesses e necessidades dos trabalhadores/trabalhadoras/usuários, nos espaços socioinstitucionais, os favoreça na luta pela emancipação humana. A questão não é a qualidade da produção como um todo, principalmente a que aborda os fundamentos da vida social e da sociedade brasileira e que dá a direção do debate na área, mas ressaltar que a produção já analisada revela uma escassa e débil produção que aborda os fundamentos do trabalho profissional e que possa referenciar os assistentes sociais na busca de consolidar a prática dos assistentes sociais mediada pelo projeto profissional.

Se a complexa sociedade capitalista, tendo em vista sua superação, só pode ser enfrentada a partir de análise teórica-crítica da realidade, apreendida em seu movimento, numa perspectiva de totalidade, é necessário ao assistente social - profissional que necessita de exigente formação graduada e permanente, para ir além do atendimento às requisições institucionais e demandas espontâneas e emergenciais dos trabalhadores/usuários - um conhecimento teórico geral/generalista, mas também um conhecimento que considere questões relevantes/contraditórias/conflictivas que emergem do movimento do cotidiano da prática, a fim de apreender a realidade em movimento, o que pode lhe permitir,

a partir de planejamento²² – em articulação indissociável com as pautas essenciais da classe trabalhadora na luta pela emancipação humana –, formular e operar estratégias de ação que, desmistificando o que está aparente na realidade, ilumine o exercício profissional – tanto para si, como para os trabalhadores/usuários. Somente assim – como assistentes sociais comprometidos com o projeto profissional e em sintonia de princípios/finalidades/referências teórico-metodológicas –, terão a possibilidade de apreender as necessidades e interesses individuais como necessidades e interesses sociais, coletivos, dos diferentes segmentos da classe trabalhadora.

Nesse processo, a unidade academia e espaços socioinstitucionais é imprescindível para que a academia, como sujeito profissional banhado pela realidade – social, institucional, profissional – tenha condições de acesso a uma reconstrução empírica qualificada do cotidiano profissional, em condições de ser submetida à análise teórico-crítica, para apreender dialeticamente realidade em seu movimento contraditório, alimentando e realimentando a produção de conhecimento e, conseqüentemente os sujeitos profissionais. Uma escolha estratégica no contexto do projeto do Serviço Social, tendo em vista o enfrentamento dos desafios e possibilidades presentes no cotidiano profissional, o que, reiterando, contribui tanto para a produção qualificada da área de Serviço Social como para a qualificação e autoqualificação (formação permanente) da massa da categoria profissional, na direção do Projeto do Serviço Social, tendo em vista ir além da simples execução, coordenação, gestão das políticas sociais; um processo dialético de alimentação-realimentação dos sujeitos profissionais, tendo em vista avançar na superação das contradições e dos empecilhos presentes na materialização do projeto profissional no contexto da sociedade do capital.

Na investigação da realidade está dada a possibilidade do aprimoramento do acervo literário já desenvolvido pela ciência, expandindo-o cada vez mais e dando condições para que o conhecimento teórico adquirido possa, cada vez mais, iluminar a compreensão da realidade e subsidiar a construção de propostas que visem a satisfação das necessidades humanas e sociais – conhecer para transformar. Por isso, ao exercício profissional é necessária uma rigorosa fundamentação teórica em movimento, pois a ação sem teoria é um fazer realizado de acordo com o senso comum; é um fazer que recusa a indissociabilidade teoria-prática.

No cotidiano da prática – política, docente, socioassistencial – o assistente social está em contato com totalidades mais ou menos complexas da realidade social. Estas necessitam de mediações que possibilitem práticas conscien-

²² Ver Vasconcelos, 2015, Capítulo 1 e 3.

tes das possibilidades contidas na realidade e suas consequências, processo que só pode ser operado/apreendido teoricamente. Assim, é o necessário conhecimento teórico da realidade em movimento, permeada por concepções e valores burgueses, em confronto com o projeto, que pode possibilitar que o profissional tenha condições de oferecer respostas profissionais que confrontem valores e concepções dominantes, burocráticas, conservadoras, fragmentadores da realidade

O frenético movimento da sociedade do capital nos põe requisições que se tornam cada vez mais complexas diante das péssimas condições de trabalho que atingem a massa dos trabalhadores no capitalismo brasileiro – sociedade mais complexa que a humanidade constituiu ao longo da sua história –, com seus contratos precários, espaços profissionais sucateados, flexibilização dos direitos dos trabalhadores, alinhamento da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta etc. e que atingem diretamente os assistentes sociais. É notório que diante das condições de vida e de trabalho dos diferentes segmentos da classe trabalhadora – de onde se originam os futuros assistentes sociais - aumenta a possibilidade de desarticulação entre o que se pretende na atividade profissional e o que de fato é realizado no embate com a realidade. Uma realidade que, como reitera Yamamoto em 2007, não vem sendo objeto de atenção da produção de conhecimento da área de Serviço Social.

Ressaltamos que, com a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) pela ABEPSS²³, os quais articulam pesquisadores de todo o país e mantêm encontros e Relatórios atualizados, pudemos notar uma diferença em termos de publicação de coletâneas e artigos abordando o Serviço Social e o projeto profissional, produção que necessita de investigação, tendo em vista o cotejamento da análise com os achados da investigação que estamos abordando.

É importante reiterar que a questão central que pontuamos aqui – o que vale para a produção de conhecimento da área e, consequentemente, para as Teses de Doutorado analisadas -, está relacionada ao fato de que na produção de conhecimento que foi objeto de análise no NEEPSS, identificamos raríssimas produções que, numa perspectiva de totalidade e sem ecletismos, to-

²³A ABEPSS possui sete GTPs, são eles: “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, “Política Social e Serviço Social”, “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional Movimentos Sociais e Serviço Social”, “Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social”, “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero”, “Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” e “Ética, Direitos Humanos e Serviço Social”. No endereço a seguir, podemos encontrar os Relatórios dos GTPs atualizados. [http://www.abepss.org.br/noticias/confiraosrelatoriosdosgruposdetrabalhodepesquisa\(gtp\)daabepss-100](http://www.abepss.org.br/noticias/confiraosrelatoriosdosgruposdetrabalhodepesquisa(gtp)daabepss-100).

mam a realidade profissional como objeto de atenção, tendo em vista cumprir o papel da produção de conhecimento da área de Serviço Social em dar respostas à busca de transformar em realidade aquilo que é afirmado teoricamente pelo projeto profissional e constante da produção de conhecimento qualificada que dá a direção do debate na profissão: a possibilidade de materialização do projeto profissional na sociedade do capital, tendo em vista favorecer trabalhadores e trabalhadoras, para além do acesso a políticas e serviços, nos seus processos de formação, mobilização e organização para a luta pela emancipação humana.

Diante disso, podemos afirmar que os assistentes sociais não estão contando com uma produção de conhecimento qualificada – pautada em investigação, atividade fundamental para a construção de respostas mais elaboradas às questões que emergem do cotidiano da prática –, que os favoreça no planejamento, indicação e realização de estratégias profissionais que rompam com práticas conservadoras, burocráticas, imediatistas e que consigam se articular, de fato, aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras – compreendendo o quão complexo é a construção de um exercício profissional nessa direção e o tempo que se leva para tal.

Uma questão candente que se põe neste contexto é que se não é da produção de conhecimento da área de Serviço Social que os assistentes sociais podem esperar uma produção qualificada que oriente os assistentes sociais na direção do projeto profissional, de qual produção e de qual área de conhecimento eles podem esperar uma produção que os ilumine nessa direção?

Quando Coutinho afirma que a produção de conhecimento na perspectiva dos interesses dos trabalhadores “só terá um papel social quando as ideias do marxismo chegarem às grandes massas”, ele está trazendo para a nossa realidade, as afirmações de Marx de que o conhecimento quando penetra as massas se torna força material. E o conhecimento não chega nem aos pequenos e grandes intelectuais e nem às massas de forma mágica e muito menos por osmose. De ambos os lados, há que se fazer escolhas entre conteúdos e formas, o que exige muito investimento, sacrifício. Não é sem razão que como lembra Coutinho, “Gramsci dizia que é mais importante difundir entre as massas uma ideia correta já conhecida pelos intelectuais do que um intelectual isolado criar uma ideia nova que se torne monopólio de um grupo restrito” e, diria eu, ou democratizar um conhecimento apropriado de forma equivocada e/ou o conhecimento conservador; as duas formas se prestam a servir o capital. “A socialização do conhecimento, sobretudo do conhecimento ligado ao pensamento social, é uma tarefa fundamental para os intelectuais”, que

não o fazemos, diria eu, não tanto por “ vaidade”, mas porque este é um processo altamente exigente e que realmente nos coloca “ nus” frente aos trabalhadores. (Vasconcelos, 2015, p.250)

Ora, aqui estamos nos referindo à democratização do conhecimento produzido com uma massa de assistentes sociais que cada vez mais se encontra pressionada por condições de vida, de formação em todos os níveis - o que exige mediações complexas entre a totalidade social e as questões singulares que no cotidiano profissional se mostram, de maneira fragmentada - e condições degradantes de trabalho que coloca empecilhos para alçar a uma condição intelectual que os favoreça na apropriação das complexas reflexões produzidas pela categoria que, se já não são acessadas com facilidade por docentes/pesquisadores da categoria e das demais áreas afins, coloca-se para a massa da categoria como uma língua estranha, na medida em que, no que se refere à profissão, se resumem a um dever ser abstrato, sem base na realidade em movimento.

No capitalismo, especialmente neste momento histórico de crise estrutural do capital, desemprego estrutural e destruição ambiental – o que favorece pandemias como a covid-19 -, os diferentes segmentos da classe trabalhadora vivenciam um aumento brutal da precariedade das condições de vida e de trabalho e da destruição total dos poucos espaços de participação democrática, apartando-os cada vez mais do acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura etc., o que repercute na própria categoria dos assistentes sociais como parte e expressão desta classe. Especialmente neste momento histórico, é que o acesso a uma produção de conhecimento qualificada e comprometida com uma intervenção consciente anticapitalista é urgente.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)**. Net, jun. 2020. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020

ALQUERQUE, Tamires da Silva. **Serviço Social, Projeto Profissional e Produção de Conhecimento**: a Revista Serviço Social & Sociedade/2010-2014 (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BALTAR, Juliana Ferreira. **Serviço Social, Projeto Ético Político e Produção de Conhecimento: o 13º CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais)**: uma análise comparativa entre os dois últimos CBAS (Trabalho de Conclusão de curso). – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BORGES, Marianna Amendola. **Serviço Social, Produção de Conhecimento e Projeto Ético-Político da Profissão**: a análise dos trabalhos apresentados no XII. Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS/2010 (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções. O marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

DORIA, Thamaris. Serviço Social, produção de conhecimento e projeto ético-político. Artigos publicados na **Revista Katálysis**- 2012-2016. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. – 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabeth et al. (org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Renata Cristina Mendes. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social e a produção de conhecimento dos assistentes sociais no 12º CBAS**. (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MIRANDA, Mariana Cordeiro. **Serviço Social e pesquisa**: uma relação indissociável. Análise do ‘Currículo Lattes’ dos Bolsistas de Produtividade-CNPq/ Serviço Social (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NERI, Vitória Monteiro. **A produção de Conhecimento como parte constitutiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Análises dos artigos publicados na revista de Serviço Social**: Em Pauta entre os anos 2007-2014 (Trabalho de Conclusão de curso). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.30, p. 89-102, 1989.

_____. Notas para a discussão e sistematização da prática e teoria em Serviço Social: metodologia no Serviço Social. **Cadernos Abess**, São Paulo, Cortez, n. 3, p. 141-161, 1989.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** – Brasília: CFESS/ABEPSS - v. 1, 2009, p. 667-700.

RODRIGUES, Natália C. Faro. Produção de Conhecimento, Projeto ético-político e contribuições para a prática no Serviço Social. Artigos publicados na **Revista Temporalis/ABEPSS** (2010-2015) (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Luciana da Conceição e. **Produção de Conhecimento no Serviço Social 12º e 13º CBAS: Projeto ético-político e exercício Profissional** (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Mayana de Souza Gomes da. **Serviço Social, Projeto Ético-Político da Profissão e a Produção do Conhecimento no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social-ENPESS 2008**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VASCONCELOS, Ana Maria. de. **A prática do Serviço Social: cotidiano e práticas democráticas** - Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

_____. **A Prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A Assessoria como Processo Constitutivo de Práticas Mediadas pelos Princípios do SUS e do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro. In: III CONGRESSO NACIONAL DE TRABAJO SOCIAL, 2011, Tandil, Argentina, **Anais...** Tandil, Argentina, 2011. (CD-ROM).

_____. Serviço Social e Projeto Ético Político. Anais do ENPESS (2008-2010) e CBAS (2007-2010). In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2013, Águas de Lindoia, **Anais...** Águas de Lindoia, 2013 (CD-ROM).

_____. **A/O Assistente Social na luta de classes. Projeto Profissional e mediações teórico-práticas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. (e outros). Projeto Ético-Político do Serviço Social e Formação Profissional na FSS/UERJ. In: III Congreso Nacional de Trabajo Social, 2011, Tandil, Argentina, **Anais...**Tandil, Argentina, 2011. (CD-ROM).

_____ et al. Produção de Conhecimento nos Eventos do Serviço Social: Uma Análise acerca das comunicações socializadas nos anais do ENPESS e CBAS. In: I CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013, Rio de Janeiro, **Anais....** Rio de Janeiro, 2013 (CD-ROM).

SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES):

Alba Tereza B. de Castro – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

Ana Maria de Vasconcelos – Assistente Social. Doutora e Pós-doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social – NEPSS. Procientista da UERJ e Bolsista de Produtividade do CNPq.

Andréa Gama – Assistente Social. Doutora Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Pesquisadora nas áreas de Gênero, trabalho, família e políticas sociais.

Elaine Rossetti Behring – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Coordenadora do GOPSS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Orçamento Público e Seguridade Social. Procientista da UERJ e Bolsista de Produtividade do CNPq.

Ellen Cristina Pereira Zacarias – Assistente Social da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Especialista em Serviço Social e Saúde pela UERJ. Mestre em Serviço Social pelo PPGSS da UERJ.

Felipe Demier – Historiador. Doutor em História pela UFF. Possui um pós-doutorado em Serviço Social pela UFRJ e outro pela UERJ. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

Giselle de Souza – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pelo PPGSS da UERJ. Professora da Escola de Serviço Social da UNIRIO.

Joseane Barbosa de Lima – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pelo PPGSS da UERJ. Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Juliana Cislaghi Fiúza – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pelo PPGSS da UERJ. Pós-doutora em Política Social pela UnB. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

Juliana Ferreira Baltar – Assistente Social. Mestre e Doutoranda pelo PPGSS da UERJ. Integrante do Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social – NEPSS.

Márcia Cardoso Araújo – Assistente Social do INSS e Mestre em Serviço Social pelo PPGSS da UERJ.

Maria Elizabeth S. Borges – Assistente Social. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Serviço Social pelo PPGSS da UERJ. Presidente do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Gestão 2020-2023).

Maria Inês Souza Bravo – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Pós-doutora em Serviço Social pela UFRJ. Integrante do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq “Gestão Democrática da Saúde e Serviço Social”. Bolsista de Produtividade do CNPq.

Maria Valéria Costa Correa – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UFPE Pós-doutora em Serviço Social pela UERJ. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da UFAL. Reitora da UFAL (2016 a 2020) Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais.

Maurílio Castro de Matos – Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias/RJ. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social pela PUC/SP. Pós-doutor em Política Social pela UnB. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Gestão Democrática na Saúde e Serviço Social / Pela Saúde. Bolsista de Produtividade do CNPq.

Renato dos Santos Veloso – Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela UFRJ. Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

Silene de Moraes Freire – Assistente Social. Doutora em Sociologia pela USP. Pós-doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC-UERJ). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ (2016/2020). Procientista da UERJ e Bolsista de Produtividade do CNPq.

Thaís Lopes Cortes – Assistente Social. Mestra e Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS da UERJ. Integrante do grupo de pesquisa “Questão Social” e Direitos Humanos na América Latina, do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC-UERJ).

Vânia Morales Sierra – Socióloga. Doutora em Sociologia pelo IUPERJ. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ (2016/2020).

Esperamos que este livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Formato 15,5 x 23,0 cm

1ª Edição Novembro de 2020

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG

Brasil

Os estudos que os leitores têm em mãos revelam conhecimento crítico e informações qualificadas, oriundas de docentes e estudantes egressos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UERJ. Mantendo a tradição profícuca de produções voltadas para compreensão das políticas sociais e trabalho, o Programa também apresenta, nesta coletânea, interesse medular por desvelar os nexos, ainda não suficientemente aclarados, deste debate, num contexto em que o ultraneoliberalismo e o neoconservadorismo parecem ter adquirido graus de aprofundamentos ainda não vivenciados em nosso país.

Como parte das comemorações dos 20 anos do PPGSS, a coletânea “Política Social e Ultraneoliberalismo” é mais uma publicação que em 2020 chega ao público, apresentando temáticas centrais de linhas de pesquisas do Programa, e mantém a tradição de suas publicações que se tornaram referencia no debate das políticas sociais em nível nacional e latino-americano.

Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PPGSS/UERJ (gestão 2016-2020)

Vania Morales Sierra
Coordenadora Adjunta do PPGSS/UERJ (gestão 2016-2020)

